

**O bairro de Campo de Ourique: projectos e actuações
(1878-1958)**

Susana Pais de Almeida Maia e Silva Correia Diniz

**Dissertação de Mestrado em
História da Arte Contemporânea**

Novembro, 2013

**O bairro de Campo de Ourique: projectos e actuações
(1878-1958)**

Susana Pais de Almeida Maia e Silva Correia Diniz

**Dissertação de Mestrado em
História da Arte Contemporânea**

Novembro, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Arte Contemporânea, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Margarida Acciaiuoli de Brito

Versão corrigida e melhorada após sua defesa pública

À Matilde, ao António e ao Henrique

AGRADECIMENTOS

A concretização deste projecto não teria sido possível sem o contributo especial de um conjunto de pessoas com quem trabalhei e convivi durante a sua realização, e a quem quero aqui expressar o meu agradecimento.

O meu profundo agradecimento à minha orientadora, a Professora Doutora Margarida Acciaiuoli de Brito, pela oportunidade que me concedeu para a realização deste trabalho, pela exigência e rigor científico a que me obrigou, pelo estímulo constante, e pela disponibilidade sempre renovada.

À direcção do Centro de Estudos da História do Banco Espírito Santo, na pessoa do Dr. Carlos Damas, pela interessante troca de informações, e pela sua simpatia e disponibilidade, agradecimento extensivo à Dra. Elsa Domingues.

Ao Dr. António Sabido Costa, que partilhando a mesma paixão pelo bairro, me cedeu importantes informações do seu arquivo pessoal.

Ao Major-general Carlos Veiga Lopes, da Escola Superior de Saúde Militar, que num espírito de cooperação me concedeu a oportunidade para conhecer uma das estruturas de referência da história de Campo de Ourique – o Quartel de Campo de Ourique.

Aos funcionários do Arquivo Municipal do Arco do Cego, Alto da Eira, e do Gabinete de Estudos Olisiponenses, pelo apoio concedido durante a fase de investigação, ajudando a ultrapassar as dificuldades impostas pelo estado da documentação.

Aos meus pais, irmã e avó pelo apoio incondicional, ao Diogo por acreditar neste projecto, pela paciência, e pelo imprescindível apoio, e aos meus filhos, Matilde e António, por tudo.

Aos meus amigos, pelo estímulo concedido para a concretização deste trabalho.

Um agradecimento especial à minha amiga, Madalena Esperança Pina, que partiu cedo demais, e que me apresentou Campo de Ourique, despertando-me a vontade de querer saber mais.

RESUMO

O BAIRRO DE CAMPO DE OURIQUE. PROJECTOS E ACTUAÇÕES (1878-1958)

Susana Pais de Almeida Maia e Silva Correia Diniz

Entre a década de 70 do século XIX e a primeira década do século XX, Lisboa está em constante transformação, decorrente da concretização de uma série de operações urbanísticas que conduziram a uma modificação da sua fisionomia e à ampliação da sua área urbanizada. O programa de melhoramentos materiais para a capital, ensaiado desde a década de 60 do século XIX, e fomentado por um plano de regeneração nacional, encontrava na intervenção urbanística o meio para a requalificação e modernização da cidade. Problemas como a inexistência de saneamento básico, ou uma oferta escassa de habitações em termos qualitativos e quantitativos, punham em causa o ambiente urbano e as condições de habitabilidade da população, revelando-se urgente a sua resolução. O mesmo programa procurava expandir o conceito de cidade até aos limites do perímetro urbano, apostando nos princípios da comunicação e circulação. Lisboa ficaria, deste modo, ao nível das mais modernas capitais e cidades europeias.

O projecto de um bairro para a zona de Campo de Ourique, uma área marcadamente rural, a Nordeste do centro da capital, aprovado em Novembro de 1878, constituiu uma das primeiras iniciativas da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da nova estratégia urbana para a cidade. É este o cenário e o ponto de partida para a presente Dissertação de Mestrado, através da qual nos propusemos estudar o projecto urbanístico do bairro de Campo de Ourique, procurando entender-se os objectivos desta iniciativa, a sua concepção, planeamento e execução, no âmbito da recente política urbanística. Planeado no âmbito de uma conjuntura económica, social e administrativa de grande especificidade, procuramos ainda entender de que forma esta influenciou o modo de actuação da Câmara Municipal e dos agentes que com ela colaboraram.

PALAVRAS-CHAVE: Campo de Ourique, bairro, Urbanismo Lisboa dos séculos XIX e XX.

ABSTRACT

THE CAMPO DE OURIQUE'S QUARTER. PROJECTS AND ACTUATIONS (1878-1958)

Susana Pais de Almeida Maia e Silva Correia Diniz

Between the 1870's and the 1910's, Lisbon is in constant transformation, result of the accomplishment of a series of urbanistic operations that led to an alteration of its fisionomy and to the enlargement of the urbanized area. The material improvement program for the capital, rehearsed since the 1860's, and promoted by a nacional regeneration plan, found in urbanistic operations the means to the city's requalifications and modernization. Problems such as the absence of basic sanitation, or the scarce offer in qualitative and quantitative housing challenged the urban environment and the population quality of life, becoming urgent its resolution. The same program seeked to expand the city till the urban rim limits, aiming on communication and mobility principles. Lisbon could be, as a result, matched with the most modern cities in Europe.

A quarter's project for the Campo de Ourique, a rural area, north-est from the center's capital, approved in November 1878, represented one of the City Council first attempts within the new urban strategy for the city. This is scenario and starting point to this dissertation, in which we proposed to study the Campo de Ourique quarter urban project, seeking to understand the objectives of this initiative, its conception, planning and execution, within the recent urban policy. Planned under a very specific economic, social and administrative juncture, we also seek to understand the way this influenced the way the municipal authorities and the agents that cooperated with her operated.

KEY-WORDS: Campo de Ourique, Quarter, Lisbon's urbanism 19th-20th centuries

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I. OS PLANOS DE MELHORAMENTOS PARA A CAPITAL	6
I.1. O espírito regenerador: ambições e dificuldades	7
I.2. A política de melhoramentos materiais: estratégias de acção e enquadramento legal (1864-1878)	17
I.3. Lisboa nas vésperas das grandes intervenções - aspectos da capital na década de 70 do século XIX	26
II. O PROJECTO URBANÍSTICO DO BAIRRO DE CAMPO DE OURIQUE (1878-1958)	29
II.1. A proposta da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp ^a .	29
II.1.1. O campo de Ourique: fisionomias e vocações	32
II.2. A actuação da 3 ^a Repartição da Câmara Municipal de Lisboa – o projecto do novo bairro da capital	39
II.2.1. A autoria do plano do bairro de Campo de Ourique	40
II.3. Conceptualização urbanística	44
II.4. Os planos de ampliação: evolução dos trabalhos e metodologia operativa	49
II.4.1. 1870-1884: o início dos trabalhos	49
II.4.2. 1884-1906: consolidação e ampliação da malha de ruas	64
II.4.3. 1906-1914: o primeiro plano oficial de ampliação	78
II.4.4. 1914-1932: a actuação da Empresa de Terrenos de Campo de Ourique Lda.	87
II.4.5. 1932-1958: novos equipamentos e conclusão dos trabalhos	95

III. O PROCESSO DE EDIFICAÇÃO DO BAIRRO DE CAMPO DE OURIQUE (1879-1885)	100
III.1. O novo modo de «fazer» cidade: o papel da Câmara Municipal e dos particulares	100
III.2. O loteamento – o caso de Campo de Ourique	103
III.3. O início do processo de edificação (1878-1885)	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
ÍNDICE ONOMÁSTICO	124
BIBLIOGRAFIA	127
ANEXO	
Anexo A	i

LISTA DE ABREVIATURAS

AHMOPTC – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

AML-AC - Arquivo Municipal de Lisboa, núcleo Arco do Cego

AML-AF – Arquivo Municipal de Lisboa, núcleo Fotográfico

CEHBES – Centro de Estudos da História do Banco Espírito Santo.

CML – Câmara Municipal de Lisboa

COMM – Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais

COP – Comissão de Obras Públicas

DMPGU – Direcção Municipal de Planos Gerais de Urbanização

DSU – Direcção dos Serviços de Urbanismo

FA – Faculdade de Arquitectura

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

FL – Faculdade de Letras

GEO – Gabinete de Estudos Olisiponenses

MOP – Ministério das Obras Públicas

OP – Obras Públicas

Rep. Técn. – Repartição Técnica

SGO – Serviço Geral de Obras

SGOP – Serviço Geral de Obras Públicas

UL – Universidade de Lisboa

UNL – Universidade Nova de Lisboa

INTRODUÇÃO

Entre a década de 70 do século XIX e a primeira década do século XX, Lisboa está em constante transformação, decorrente da concretização de uma série de operações urbanísticas que conduziram a uma modificação da sua fisionomia e à ampliação da sua área urbanizada. À semelhança do que acontecera em algumas das mais importantes metrópoles europeias, a intervenção urbanística apresentava-se como a chave para a modernização ou requalificação das cidades, preparando-as para beneficiar dos frutos da industrialização, e simultaneamente controlar os seus efeitos nefastos, sentidos sobretudo nos grandes meios urbanos. Lisboa não beneficiara, como as suas congéneres, de um sólido desenvolvimento industrial e económico, debatendo-se porém com os mesmos desafios infra-estruturais e ambientais, próprios das cidades industrializadas.

Questões como a construção habitacional e os problemas da circulação e do saneamento básico punham em causa o ambiente urbano e as condições de habitabilidade da população, agravados pelo surto epidémico de doenças como a cólera, a febre-amarela ou a difteria, que assolou a capital, a partir da terceira década de oitocentos.

Encabeçando um reino enfraquecido e depauperado, consequência de uma intensa convulsão política e social, vivenciada durante a primeira metade do século XIX, Lisboa apresentava-se à Europa como uma cidade pouco civilizada e até estacionada, afastada dos lugares cimeiros ocupados por Paris, Barcelona, Milão ou Bruxelas. A sua modernização revelava-se urgente, tal como o restabelecimento da condição de primeira cidade do reino, ambicionando-se colocá-la ao nível das restantes capitais, recentemente modernizadas. O mote para a mudança é fomentado por um plano de regeneração nacional, que procurava inverter o ciclo depressivo e de estagnação através da reabilitação da economia, do desenvolvimento da indústria, e da qualificação infra-estrutural das suas cidades.

A partir da década de 60 do século XIX, dão-se os primeiros passos no sentido da construção de uma política e de um programa urbanístico, inovadores em contexto nacional. Ambicionava-se, com base num plano geral, a expansão organizada do tecido urbano da cidade, a instalação das mais modernas infra-estruturas urbanas, dando-se destaque à abertura de novas vias, promovendo-se a circulação e a articulação em todo o tecido da cidade. Simultaneamente, procurava-se estimular a iniciativa privada no sentido da construção de habitações na cidade, processo que exigia um controlo e

fiscalização apertados da parte das autoridades municipais. A aprovação de novos quadros legislativos, administrativos e técnicos foram fundamentais para o planeamento e execução dos projectos urbanísticos que Frederico Ressano Garcia, à frente da Repartição Técnica da Câmara Municipal, desenvolve a partir do final da década de 70.

O projecto para um bairro em Campo de Ourique, aprovado em Novembro de 1878, surge neste contexto como um dos primeiros planos desenvolvidos pela Repartição Técnica da Câmara Municipal, no âmbito do tão desejado programa de melhoramentos para a cidade de Lisboa. É este o cenário e o ponto de partida para a presente Dissertação de Mestrado, através da qual nos propusemos estudar o projecto urbanístico do bairro de Campo de Ourique, procurando entender-se os objectivos desta iniciativa, a sua concepção, planeamento e execução, no âmbito da recente política urbanística.

Sendo um dos projectos pioneiros desta conjuntura, que transporta numa das suas primeiras ocasiões para o terreno os recentes corpos teóricos e determinações técnicas respeitantes ao planeamento urbanístico, o bairro de Campo de Ourique torna-se um tema incontornável na história do urbanismo da cidade de Lisboa, e um elemento indissociável para a compreensão do processo de transformação estrutural da capital, iniciado em finais do século XIX. O seu estudo é, neste sentido, muito pertinente, procurando-se através deste trabalho aprofundá-lo pela primeira vez.

Campo de Ourique nasceu da vontade de progresso e melhoramento da capital, mas foi desenvolvido num contexto de dificuldades que definem este período histórico. A precaridade financeira dos cofres estatais, aliada a um limitado poder de actuação do Município face à administração central, transformava as operações urbanísticas em processos extremamente demorados, ameaçando-se a concretização da nova concepção de cidade. Paralelamente, a pressão exercida pela iniciativa particular, ávida em investimentos lucrativos através da participação nos processos de urbanização, e uma inexperiente Repartição Técnica, condenam ao fracasso as primeiras tentativas de transformação da cidade, como o comprovam projectos como o do bairro do Calvário, em Alcântara. A análise desta conjuntura, entre inícios da década de 60 e finais da década de 70 foi essencial para compreender este projecto, determinando-se até que ponto influenciou a actuação da Repartição Técnica da Câmara Municipal em Campo de Ourique.

Procuramos também compreender a razão pela qual a Repartição Técnica municipal opta por urbanizar Campo de Ourique, uma área localizada no extremo

nordeste do perímetro urbano da capital, na sequência de um projecto de edificação de uma firma privada – a firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, para uma propriedade que possuía no campo de Ourique. Esta intervenção aparentava desenquadrar-se da estratégia municipal que elegia, desde a década de 60 do século XIX, a zona a Norte da Baixa Pombalina e a margem ribeirinha da cidade como orientações prioritárias do plano de urbanização e melhoramentos. Neste sentido procuramos, por um lado, entender de que modo a Câmara Municipal se relacionou e coordenou com esses, e outros proprietários de Campo de Ourique, numa conjuntura em que a debilidade financeira dos cofres estatais tornava permissiva uma participação muito activa de particulares no planeamento urbanístico. Por outro lado, analisamos as diferenças entre o projecto desenhado para Campo de Ourique e os projectos traçados na mesma conjuntura, para outros locais da cidade, tentando compreender qual foi então o papel deste projecto, na e para, a cidade.

Inaugurado em 1879, o bairro apenas foi concluído cinco décadas depois, em 1958. Foi este o intervalo cronológico definido para periodizar o nosso trabalho, procurando, através da análise dos diversos projectos traçados durante este período, compreender os fundamentos de um processo de urbanização tão demorado.

Pretendemos ainda compreender em que moldes foi concretizado o processo de loteamento, da venda de terrenos, e da edificação do bairro, cingindo-nos ao momento de arranque deste processo. Numa conjuntura em que o Estado está desligado da edificação, procuramos identificar os seus promotores, e, simultaneamente, as principais diferenças com outras iniciativas contemporâneas (excluindo-se uma abordagem aos aspectos estéticos e estrutural das tipologias arquitectónicas do bairro).

Estruturalmente optamos por uma divisão em três capítulos, através dos quais viajamos cronologicamente ao longo das fases de planeamento, execução e conclusão de cada uma das etapas do bairro de Campo de Ourique. A apresentação da informação respeitante ao bairro é articulada com um enquadramento constante do seu planeamento e evolução, no âmbito do processo de crescimento e transformação da capital, e das actualizações dos corpos teóricos, pilar dos programas urbanísticos.

A investigação assentou na sua maioria na análise de fontes manuscritas, conservadas no Arquivo Municipal (polo Arco Cego). Procedemos ao levantamento, inédito, de toda a documentação relativa aos trabalhos efectuados durante a abertura do bairro de Campo de Ourique, entre 1878 e 1958, dispersa nos fundos dos antigos serviços da Repartição Técnica, do Serviço Geral de Obras, da Comissão Obras e

Melhoramentos Municipais, ou da Direcção dos Serviços de Urbanismo, apenas para nomear alguns, resultando na compilação de um importante e extenso conjunto documental. A inexistência de um programa geral para o planeamento do bairro de Campo de Ourique determinou efectuar-se uma análise comparativa das diversas peças do acervo iconográfico (plantas de alinhamento cordeamento das ruas, de instalação de infra-estruturas urbanas, plantas de expropriação), complementada com a consulta de peças escritas, anexas ao referido acervo, ou arquivadas na secção de Notariado (Escrituras), nos Recursos Humanos (processos individuais dos funcionários da Câmara), ou na Administração Geral (processos de Secretaria, registo de Requerimentos). Esta metodologia permitiu-nos identificar os autores dos projectos, os modelos urbanísticos adoptados, e a reconstituição da evolução dos trabalhos planeados. Neste âmbito optamos pela apresentação dos planos representativos das fases consideradas emblemáticas para o avanço do empreendimento.

No acervo municipal, mas já no âmbito das fontes impressas, merecem especial destaque, as actas das sessões da Câmara Municipal, incontornáveis no âmbito do estudo da história da cidade. A necessidade de analisar estes dados à luz do quadro político, económico e social, tornou fundamental a consulta do *Diário do Governo*, para um enquadramento do projecto nas determinações legais (em vigor) respeitantes à intervenção no tecido urbano da cidade.

A bibliografia crítica escolhida incidiu de forma particular sobre a história da cidade e seu desenvolvimento urbanístico entre meados do século XX, até às primeiras décadas do século XX. A leitura de autores como Fialho de Almeida e Ramalho Ortigão foi relevante para a realização deste trabalho, destacando-se como um importante contributo para a reconstituição do panorama sócio-económico e da morfologia urbana da capital em finais do século XIX.

Merecem ainda destaque os estudos de Gustavo de Matos Sequeira, Norberto de Araújo, e Augusto Vieira da Silva, referências obrigatórias da toponímia, que nos forneceram pistas importantes para o aprofundamento de diversos assuntos relacionados com transformação da capital entre os séculos XIX e XX, quer com a história de campo de Ourique e zonas adjacentes.

A leitura da obra de José Augusto França, nomeadamente *A Arte em Portugal no século XIX*, e *A Arte em Portugal no século XX*, forneceu a base da interpretação crítica dos dados até aí reunidos, e o ponto de partida para o aprofundamento de outras questões, essenciais ao entendimento do processo de modernização da capital entre o

século XIX e XX. A compilação *O Livro de Lisboa, Lisboa em movimento, 1850-1920, Lisboa de Frederico Ressano Garcia*, e num âmbito mais específico, *O desenvolvimento urbano na Lisboa: 1879-1938*, de Maria da Conceição Oliveira Marques; *Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano da Lisboa oitocentista*, de Maria João Madeira Rodrigues; e os trabalhos de José Ressano Garcia Lamas, e Álvaro Ferreira da Silva, permitiram-nos uma abertura mais aprofundada aos temas fundamentais para a compreensão do projecto do bairro de Campo de Ourique.

Numa fase inicial de investigação foram essenciais uma série de opúsculos que nos fornecem dados importantes acerca da morfologia e história da zona e bairro de Campo de Ourique, e ainda a leitura de um conjunto de autores nacionais e internacionais cujas teorias incidem sobre o urbanismo em geral, e seus aspectos sociológicos e técnicos.

No âmbito da investigação tiveram um papel fundamental as Dissertações de Mestrado e Doutoramento, apresentadas nos últimos 20 anos, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nomeadamente os trabalhos de Raquel Henriques da Silva, Ana Barata, Maria Helena Barata-Moura, Paula Vieira, elucidando-nos, de forma aprofundada sobre um conjunto de questões incontornáveis na abordagem à história e características do programa de melhoramentos da capital na passagem do século XIX para o século XX.

A abordagem feita ao bairro de Campo de Ourique nesta Dissertação afasta-se daquela a que nos temos vindo a habituar, mais focada na sua arquitectura, em episódios sociais e políticos que animaram o quotidiano deste espaço na época das lutas liberais, ou nos aspectos da conhecida «vida de bairro» que o caracteriza. Procuramos através deste estudo contribuir para o estudo da história urbanística da cidade de Lisboa, e para o entendimento dos objectivos, estratégias, e métodos do processo de transformação da capital a partir da década de 70 do século XIX.

I. OS PLANOS DE MELHORAMENTOS PARA A CAPITAL

*A cidade de Lisboa, ..., pode ufanar-se de ter sido
uma das mais prodigamente dotadas pela natureza,
e de poder não sómente desenvolver-se
a par das menos ditosas, mas até mesmo disputar
a primasia ás mais belas capitaes das mais opulentas nações.
Isto, porém, sob a imperiosa e providencial
condição de trabalhar,
e progredir.*

Rosa Araújo, 1872¹

A 18 de Outubro de 1878, foi apresentada pela firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, à 3ª Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, uma *Planta de alinhamento às propriedades que desejam construir em Campo de Ourique*². No dia 15 de Novembro do mesmo ano os mesmos serviços técnicos aprovavam um projecto, da sua autoria, *indicando as novas ruas que devem ser abertas entre as ruas de Campo de Ourique e a do Cemitério Ocidental*³.

Nascia assim a ideia do bairro de Campo de Ourique – um empreendimento que, a par de projectos imediatamente subsequentes, inaugura a tão desejada política de melhoramentos da capital, ensaiada desde a década de 50 do século XIX, e desenvolvida, quase ininterruptamente, até ao final da primeira década do século seguinte.

¹ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 3 de Junho de 1872, pp. 1332-1334.

² *Planta de alinhamento que Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a. pretendem dar às propriedades que desejam construir em Campo de Ourique*, firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, 18 de Outubro de 1878, AML-AC, cx. 8/SGO – 5901. Ver p. IV.

³ *Planta invocando as novas ruas que devem ser abertas entre as ruas de Campo de Ourique e do Cemitério Ocidental*», CML, Rep. Téc., Augusto César dos Santos e Agnello José Moreira, 15 de Novembro de 1878, AML-AC, cx. 8/SGO – 5902. Ver p. V.

Com efeito, o projecto do bairro de Campo de Ourique não pode ser visto como uma simples operação urbanística municipal para alinhamento de um conjunto de habitações que uma firma privada pretendia erguer numa propriedade que possuíam defronte do quartel de Campo de Ourique. Campo de Ourique deve ser visto, sim, como o primeiro de um conjunto de projectos municipais de intervenção urbanística⁴ no tecido da cidade, cujos objectivos se enquadram, e encontram explicação, num desejo global de progresso e modernização da capital, e numa recém-construída política urbanística. Esta fora desenvolvida com o intuito de resolver os grandes problemas estruturais da cidade, e as dificuldades vividas pela sua população, inspirando-se nos recentes programas de reformas internacionais.

O entendimento deste projecto, da sua morfologia, dos trâmites do seu planeamento, e do seu papel para o processo de transformação material na cidade, passa obrigatoriamente pela análise deste cenário, que encontra as suas raízes no período da «Regeneração» (1851-1868)⁵.

Durante toda a segunda metade do século XIX, reclamam-se, para o país, mas sobretudo para a sua capital, ideais de *Progresso, Melhoramento, Embelezamento e Engrandecimento*, palavras que se desenham, quase unanimemente, em folhetos e crónicas, jornais e livros, relatórios e leis. Este ímpeto desenvolvimentista que procurava elevar Lisboa à condição de principal cidade do reino, grande metrópole europeia, e num dos mais importantes centros comerciais do mundo, fora estimulado pela criação de programa político-económico, cujo principal objectivo era a regeneração do país.

I.1. O espirito regenerador: ambições e dificuldades

Orientada até 1856 pelo Duque de Saldanha (1760-1876)⁶, a política regeneradora visava o desenvolvimento de um programa de melhoramentos materiais e

⁴ Entenda-se por intervenção urbanística, ou, urbanização, (...) *a ocupação do terreno com construções e usos urbanos*. Ver Teresa Barata SALGUEIRO, *A cidade em Portugal – Uma Geografia urbana*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992, p. 84.

⁵ Ainda que exaustivamente estudado, a análise do período da Regeneração foi incontornável nesta dissertação. Sobre o conceito da Regeneração ver Ana BARATA, *Lisboa, 1860 – 1930: Realidades, desejos, ficções*, Lisboa, Ed. Colibri, 2010, pp. 22 e 23.

⁶ João Carlos Gregório Domingues Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, 1º Conde, Marquês e Duque de Saldanha, neto materno do 1º Marquês de Pombal. Militar de carreira brilhante, teve parte activa na luta contra o invasor francês a partir de 1808, e depois nas campanhas do Brasil entre 1815 e 1823, abandonando o país por não aderir ao movimento de independência aí proclamado. Segundo Luz Soriano foi o *Primeiro campeão e defensor da carta constitucional*, abandonando porém o país em

de reformas económicas, administrativas e sociais, enquadrada no processo de desenvolvimento do Liberalismo e do Capitalismo em Portugal. Apostando-se na ideia de renovação, modernização e progresso material⁷, imprimia-se no panorama político de então, marcado por *intermitentes oscilações e de tensos conflitos sociais*, uma certa estabilidade⁸.

O principal motor para a realização do programa regenerador foi a criação do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, por decreto de 30 de Setembro de 1852, pasta entregue a António Fontes Pereira de Melo (1819-1887)⁹, cujo extraordinário empenho fez com que a sua política de acção ganhasse nome próprio – «Fontismo». O relatório apresentado a 30 de Agosto de 1852¹⁰, que precede o decreto de criação do Ministério apresenta as atribuições do novo gabinete, tal como as principais prioridades e actividades que procurava desenvolver. Eram elas, *cuidar em facilitar todas as transacções, em promover a barateza de todos os transportes, pela feitura de boas vias de comunicação; tratar de organizar o crédito industrial, de instituir o ensino profissional e tecnico sem o qual as indústrias difficilmente poderão progredir, porque não sabem melhorar os seus processos aproveitando as indicações da sciencia*¹¹. O programa contava dotar o país de uma rede viária e de transportes,

direcção a Inglaterra quando se revoltou contra a nomeação de D. Miguel como regente. Regressa a Portugal em 1833 (desembarcando no Porto), obtendo então êxitos na luta liberal. Torna-se chefe do Estado-Maior, Tenente-General e Marechal. Após sucessivas oposições aos setembristas, colocando-se sempre ao lado dos cartistas, chefia em 1846 um governo cabralista, ainda que com forte oposição dos mesmos. A 7 de Abril de 1851 inicia um movimento militar e passa a chefiar o mesmo governo, iniciando-se a «Regeneração». Em 1856 abandona o Ministério e retoma a vida diplomática, regressando a Lisboa onde em 1870 é proclamada a «Saldanhada» que o levou à chefia de um novo governo de feição autoritária, dissolvido pelo rei em 1870, seguindo Saldanha para a Embaixada em Londres, onde veio a falecer. Ver Maria Filomena MÓNICA, *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, Lisboa, Assembleia da República, 2005, vol. II, pp. 27-32.

⁷Ana BARATA, *obra cit.*, p. 22.

⁸ Ver Maria Manuela Tavares RIBEIRO, «A Regeneração e o seu significado», in *História de Portugal*, V vol. – O Liberalismo (1807-1890), dir. José Mattoso, p. 121. Esta estabilidade foi, ela própria, algo relativa, já que o sistema de «rotativismo partidário» (posto em prática de forma algo irregular entre 1851 e 1858) obrigava, não só, a alternar o partido político no poder (o Partido Progressista Dissidente ou Histórico e o Partido Regenerador), mas também, em consequência, ao abandono, pelo menos temporário, de projectos planeados.

⁹ António Maria Fontes Pereira de Melo, iniciou o seu percurso na Marinha e posteriormente no Exército, ocupando o posto de General quando faleceu. Foi Ministro da Marinha e Ultramar, mas foi no Ministério das Obras Públicas e no da Fazenda que mais se notabilizou, empreendendo uma importante obra de fomento que veio a ser conhecida como «Fontismo». Para além de ter criado o Ensino Industrial (1852) e organizado o Ensino Agrícola, em colaboração com Rodrigo da Fonseca, foi o responsável pela extensão de rede de estradas em todo o país, construção de pontes, e das linhas férreas. Foi Presidente do Conselho de Ministros entre 1871-1877, 1878-1879 e 1881-1886. Ver Maria Helena BARATA-MOURA, *Os Engenheiros em Lisboa – Urbanismo e Arquitectura (1850 -1930)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH, UNL, 1996, vol. I, pp. 14 a 16.

¹⁰ Este decreto foi publicado no *Diário do Governo*, nº 206, de 1 de Setembro de 1852.

¹¹ *Diário do Governo*, nº 206, de 1 de Setembro de 1852.

marítimos, mas sobretudo ferroviários, apoio fundamental à economia do país. Procurava-se também o desenvolvimento de infra-estruturas para o sector agrícola, industrial e da navegação, fortalecendo-se o mercado de trocas (financeiras ou comerciais) a nível nacional e internacional, e equilibrando-se a situação económica estatal, se possível melhorando-a.

Concentrar-se-iam no Ministério das Obras Públicas os órgãos de decisão, controlo e fiscalização do programa de melhoramentos e inovações materiais para o país¹². Constituindo-se como principal promotor da intervenção e construção pública, o Ministério partilhava as suas responsabilidades com organismos locais, nomeadamente com a Câmara Municipal de Lisboa, que executa e planeia os trabalhos ao nível da capital, através de uma Repartição Técnica¹³.

Ciente das dificuldades inerentes à complexa tarefa da transformação material do país, e da capital, o Estado entregou essa responsabilidade à classe dos Engenheiros - o grupo que melhor preparado estava, técnica e cientificamente, para abraçar a difícil tarefa de transformar a capital. À semelhança do que acontecera no período pombalino, durante a reconstrução das partes afectadas pelo terramoto de 1755, o Estado reconhece a importância desta classe no processo de transformação estrutural de uma cidade. No entanto, se o Marquês de Pombal contratara Engenheiros militares, o Governo fontista procede à contratação da classe civil destes técnicos, deixando para segundo plano a classe militar, cuja organização e preparação não era adequada ao tipo de trabalho a executar¹⁴.

Os engenheiros passam a estar presentes nos lugares de decisão da administração central, e do Município, *que anteriormente eram ocupados por Arquitectos*¹⁵. Prova disso é, por exemplo, a contratação do francês Pierre Joseph Pézerat (1801-1872)¹⁶, em

¹² Sobre a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e evolução da sua orgânica ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, pp. 77 a 100.

¹³ A Repartição Técnica Municipal foi criada em 1852. Detinha como funções o planeamento, execução e superintendência de todas as intervenções urbanas relativas a uma utilização pública, e ainda a instalação de sistemas de saneamento básico, a criação de espaços verdes (esta uma nova prioridade das entidades responsáveis pela cidade, como forma de embelezamento de espaços públicos e como factor de promoção da higiene), e a apreciação e aprovação de todas as obras particulares. Sobre criação da Repartição Técnica e a sua evolução entre 1850 e 1930 ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.* pp. 83 a 87.

¹⁴ Sobre este assunto ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, pp. 11 a 13.

¹⁵ Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 45.

¹⁵ *idem*, p. 315.

¹⁶ Pierre Joseph Pézerat formou-se em Paris, em Engenharia Civil e Arquitectura. Entre 1825 e 1831 foi arquitecto particular de D. Pedro no Brasil, tendo chegado a Portugal em 1840, depois de ter cumprido funções na Argélia, integrando os quadros da Escola Politécnica. Através de concurso público passou a ocupar o cargo de Engenheiro-Chefe e Arquitecto da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, de 1852 até 1872, ano em que faleceu. Ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 83.

1852, para chefiar a recém-criada Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa. A partir da década de 50 os Engenheiros passaram assim a assumir um papel preponderante na projecção dos melhoramentos e novas estruturas de uma capital que se desejava modernizada, à semelhança das grandes capitais europeias. O próprio Estado passara a estar envolvido na responsabilização e valorização desta classe profissional, apostando na valorização e diversificação da sua formação e experiência, desejando-se inclusivamente que partilhassem da mesma experiência dos grandes nomes da Arquitectura e Engenharia europeia, nomeadamente os franceses, ingleses e espanhóis¹⁷.

O poder central assegurava, deste modo, o desenvolvimento de todas as condições para o planeamento de soluções inovadoras para a implementação de uma rede de transportes, moderna e funcional, e para a resolução de questões suscitadas pelo crescimento populacional e pelo surto industrial.

As mais importantes capitais europeias já haviam compreendido a importância de uma remodelação urbanística e infra-estrutural das cidades, procurando-se que os espaços urbanos pudessem beneficiar, quer do crescimento económico, quer dos avanços tecnológicos aplicando-os ao seu quotidiano. Cidades como Paris, que beneficiou de uma intervenção urbanística, a partir de 1853¹⁸, seguida de Viena, com o *Ringstrasse*, da autoria do arquitecto Ludwing Förster (1797-1863)¹⁹, em 1857; do

¹⁷ O Ministério das Obras Públicas e Comunicações promovia, no âmbito reconhecimento da importância de uma experiência de teor prático, concursos nos quais alguns engenheiros eram enviados como pensionistas do Estado para o estrangeiro, com o objectivo de completar a sua formação, iniciada em Portugal, ou cumprir aí o seu tirocínio. A maioria dos engenheiros escolhidos completou a sua formação na *École des Ponts et Chaussées*, de Paris, encontrando-se entre os profissionais desta classe que se temporariamente se encontraram em Paris, nomes como o Frederico Ressano Garcia, Cândido Xavier Cordeiro (1844-1904), ou Pedro Victor da Costa Sequeira (1846-1905). Também a classe dos Arquitectos beneficiou de tirocínios no estrangeiro, nomeadamente em Paris, na *École de Beaux-Arts*, possibilitados pelo decreto de 25 de Outubro de 1836. Sobre este assunto ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, pp. 288.

¹⁸ A remodelação da cidade de Paris (1853-1869) da responsabilidade do Barão Georges Eugène Haussmann (1809-1891) foi encomendada por Napoleão III, o Imperador do II Império francês. Ao longo dos 17 anos durante os quais dirigiu, em colaboração com arquitectos e engenheiros de renome, a remodelação de uma parte da capital francesa, Haussmann encetou ainda, a partir de 1861, a instalação de esgotos entre La Villette e Les Halles, supervisionada pelo engenheiro Belgrand. Haussmann era advogado de formação. Em 1870 foi nomeado Senador e em 1877, deputado da Nação. Ver Leonardo BENEVOLO, *Histoire de l'Architecture Moderne*, Paris, Bordas, 1987, vol. I, p. 83.

¹⁹ Ludwing Förster, Arquitecto austríaco, estudou em Munique e Viena. Fundou a *Allgemeine Bauzeitung*, a mais importante publicação sobre Arquitectura durante a monarquia austríaca) em 1836. Da sua autoria destacam-se o Teatro Reduta (1831), o *Arsenal* (complexo militar) (1849-1856), o templo Leopoldstadter (1858), todos em Viena; o Palácio Todesco (1863), a Igreja Evangelista de Gumpendorf (1849), e a sinagoga de Miskolc (1863). Entre 1842 e 1845 ensinou na Academia e Belas-Artes de Viena. A partir de 1857 colaborou na remodelação da cidade de Viena – *Ringstrasse*. Entre 1861 e 1863 foi membro do conselho municipal de Viena. Ver Leonardo BENEVOLO, *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa, Editora Perspectiva, 2001, p.116.

Ensache de Barcelona, pelo engenheiro Ildefonso Cerdá (1815-1876)²⁰, em 1859; Madrid, pelo engenheiro Arturo Soria (1844-1920)²¹, em 1860, e posteriormente em 1868, Bruxelas²², entenderam a importância da remodelação ou transformação do tecido urbano como meio para a modernização ou resolução das questões da higiene, que afectavam os grandes centros urbanos industrializados.

Vivia-se, na Europa industrializada, um período de defesa da aplicação das novas tecnologias ao serviço das populações urbanas no seu quotidiano, beneficiando-se desta forma da aposta feita na indústria. Através da definição de traçados ortogonais, com amplas ruas e avenidas, que proporcionam a circulação, um adequado arejamento, e instalação das mais modernas infra-estruturas, tais como as redes de esgotos, gás e água, e simultaneamente o desenvolvimento de um sistema de transportes. Criavam-se condições para a manutenção das condições de higiene, dotando-se a cidade com um aspecto moderno e evoluído.

Desencadeara-se, em consequência, um movimento de intercâmbio de experiências e difusão de inovações entre as grandes cidades da Europa²³. A Lisboa chegavam notícias destes projectos, num momento em que progressivamente se desenhava um fosso entre esta e as capitais recentemente modernizadas. Na sua qualidade de primeira cidade do reino, beneficiando para além disso, das vantagens da sua localização geográfica, e do *melhor porto do mundo*²⁴, Lisboa obrigava-se a encetar uma grande transformação urbanística, e melhoramentos infra-estruturais, desenvolvendo-se, a partir de meados do século, uma vontade de intervir programaticamente no tecido da cidade.

Refira-se, no entanto, que a base do programa desenvolvimentista nacional não assentou porém na ambição pura e simples de poder equiparar Lisboa às recentemente

²⁰ Estudou em Barcelona concluído aí os cursos de Desenho, Arquitectura e Matemática. Entre 1835 e 1841 estuda no *Colegio de Ingenieros de Caminos*, em Madrid. Até 1846 colabora em diversos projectos de construção de estradas, e especializa-se nos estudos urbanísticos. Em 1851 é eleito deputado pelo Partido Progressista, e entre 1850 e 1860 é conselheiro municipal de Barcelona. É neste âmbito que desenvolve diversos estudos para a ampliação da cidade. Em 1860 é aprovado o *Plano Cerdá* para o *ensache* (ampliação) de Barcelona. Em 1867 publica a *Teoria Geral da Urbanização*, considerado o primeiro tratado moderno de urbanismo. Ver Leonardo BENEVOLO, *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa, Editora Perspectiva, 2001, p.114.

²¹ Arturo Soria y Mata estudou «Engenharia de Estradas, Canais e Portos» em Madrid. Influenciado pelas ideias de Ildefonso Cerdá desenvolveu o projecto da cidade linear para os arredores de Madrid, criando para a sua execução a Companhia Madrilenha de Urbanização.

²² Destacam-se o Quartier Leopold, a Avenue Louise, e o arranjo do Bosque de Cambre.

²³ Sobre este assunto ver Álvaro Ferreira da SILVA, «Urbanismo e Modernização das cidades: o “embellezamento” como ideal, 1858-1891», in *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n.º 69, 1 de Agosto de 2000, pp. 1 a 23.

²⁴ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 28 Dezembro de 1863, p. 1677.

modernizadas cidades europeias, mas sim num conjunto de problemas, vivenciados sobretudo a nível urbano, que também serviram de mote para o melhoramento infra-estrutural dos grandes centros urbanos da Europa. Problemas, como, a acomodação deficiente de um acréscimo populacional, e em consequência, a degradação das condições de higiene e habitabilidade, constituíam alguns dos efeitos do desenvolvimento económico internacional e do impacto da industrialização.

Ainda que em Portugal o surto industrial não tenha constituído um fenómeno em larga escala, comparável a uma «Revolução Industrial» inglesa do século anterior²⁵, as primeiras iniciativas do programa fontista de melhoramentos, nomeadamente a concretização de infra-estruturas no âmbito das comunicações, geraram resultados muito significativos no âmbito do desenvolvimento industrial²⁶.

Lisboa, a par do Porto, beneficiadas por esta política desenvolvimentista, destacavam-se do resto do país, nomeadamente pela presença de linhas-férreas, motor da fixação da indústria, e consequentemente de população.

Os resultados dos recenseamentos oficiais da população da capital para esta conjuntura apontam para um aumento muito considerável de habitantes, em especial entre os anos de 1864 e 1878²⁷. O crescimento demográfico na cidade de Lisboa para

²⁵ O investimento no âmbito do sector industrial não porém revelou resultados expressivos de forma a transformar-se no pilar da economia nacional. Em 1852 existiam apenas 70 máquinas a vapor no país, pelo que a economia portuguesa optava por apoiar-se em «centros industriais além-fronteiras», interagindo com estes através das recentes linhas de comunicação. Ver Maria João Madeira RODRIGUES, *Tradição, Transição e Mudança: a produção do espaço urbano oitocentista*, Lisboa, Ass. Distrital, 1979, p. 23.

²⁶ O desenvolvimento das comunicações e transportes, tais como a construção das linhas de caminho-de-ferro, de uma rede de estradas, e a instalação das primeiras linhas telegráficas, funcionaram como a base da expansão económica. Segundo Maria Helena BARATA-MOURA (*obra cit*, pp. 18 a 22, pp. 145 a 150), a primeira linha de caminho-de-ferro, numa extensão de 36 km, foi inaugurada em 1856, ligando Lisboa ao Carregado. Em 1865 era inaugurada a Estação de Santa Apolónia, que servia a linha do Norte, até ao Porto e as ligações até Espanha e França. Dois anos depois, em 1858 a linha do Sul era também inaugurada. Em 1864 a linha do sul já atingia Évora e Beja, e a linha do Leste chegava a Elvas, objectivando-se as ligações a Espanha. Apesar do avanço dos caminhos-de-ferro ser lento (em 1884 já existiam 1685 km. construídos, em 1890, 2071 km., e em 1900, 2356 km.), a construção de uma diversidade de linhas foi essencial para uma cobertura considerável do território nacional, integrando o espaço interno e esboçando as ligações com o estrangeiro. Sobre a construção das linhas férreas em Portugal e respectivos terminais. A construção de estradas revela também o dinamismo impresso nas Obras Públicas, ainda que o incentivo concedido neste âmbito surgira em 1849, antes do início do ciclo político Regenerador, através do início da construção de estradas em macadame. Em 1852 existiam apenas 218 km de estradas construídas; em 1860 existiam 1000 km de estradas; em 1884 contavam-se já 9155 km, e em 1900, 14230 km.

²⁷ O primeiro censo oficial da população do país data de 1864. Os dados disponibilizados a partir desta data indicam 163 763 habitantes em Lisboa para o ano de 1864; 178 404 habitantes para 1878; 301 206 habitantes para 1890; 356 009 habitantes em 1900 e 435 359 habitantes em 1911. Ver *X Recenseamento Geral da População*, Lisboa, I.N.E., 1960, Tomo I, vol. I, p 20 a 24. De acordo com Vítor Matias FERREIRA (*A cidade de Lisboa: de Capital do Império a centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, p. 90), os anos de 1878 e de 1890 representam os momentos de maior acréscimo populacional desde a catástrofe de 1755.

este período foi suscitado, sobretudo, pela migração de populações oriundas do concelho de Lisboa ou de outros concelhos²⁸, que, abandonando os seus meios de origem, na sua maioria rurais, são atraídas para Lisboa, deslocando-se para aí na tentativa de melhorar a sua condição de vida.

Se em teoria a fixação de uma nova classe de trabalhadores, se tornava extremamente rentável à economia nacional, uma concentração populacional mais ou menos repentina na capital, gerou problemas graves a nível habitacional e da higiene. A debilidade financeira deste grupo populacional obriga à sua fixação nos bairros mais antigos da capital, ou próximo do local de trabalho, em zonas industrializadas²⁹. Aí optam por desenvolver uma construção espontânea, ocasionalmente promovida pelos proprietários dos espaços, interessados na rentabilização dos mesmos. No entanto, se para os promotores a construção de diversos alojamentos em espaços exíguos significava um investimento lucrativo, para aqueles que as habitavam, isso significava viver numa *promiscuidade repelente (...) sem luz e com um terço ou menos da cubagem necessária (...) verdadeiros antros, focos de imundícia*³⁰. Os bairros antigos de Alfama e Mouraria seriam, neste contexto, os casos mais graves, nos quais a densificação habitacional viera agravar as já débeis condições de habitabilidade dos seus edifícios³¹.

Lisboa lucrara com os esforços da modernização do Fontismo, mas sentia de forma severa os seus efeitos nefastos, apresentando-se com um parque habitacional degradado, sem quaisquer condições de higiene. Predominava, em simultâneo, uma construção desordenada de novos edifícios, promovida por uma burguesia endinheirada, que prospera em virtude do desenvolvimento progressivo do mercado financeiro³², do

²⁸ Este fenómeno desenvolveu-se sensivelmente a partir de 1890, tendo tido mais acentuação a partir da década de 20 do século XX, tendo como base não tanto as populações «expulsas» do núcleo historicamente mais antigo, mas das populações migrantes (oriundas ou não do concelho), atraídas à capital do país. Ver Vítor Matias FERREIRA, *obra cit.*, pp. 95 a 99.

²⁹ A instalação de novos núcleos fabris fazia-se fundamentalmente junto ao Tejo, numa extensa faixa localizada entre Xabregas e o Vale de Alcântara, seguindo uma tendência já cimentada desde o século XVIII. Esta tendência é explicada pelas garantias que a presença da água emprestava ao funcionamento das fábricas, quer a nível de circulação de matéria-prima, quer pela facilidade de escoamento do produto, e ainda pela necessidade da mesma como recurso essencial ao seu funcionamento. A zona de Alcântara especializou-se na indústria da estampanaria, tinturaria, fiação de tecidos de algodão. Jorge CUSTÓDIO, «Alcântara», in *Dicionário da História de Lisboa*, 1994, p. 34.

³⁰ Pinheiro CHAGAS, «Casas insalubres e baratas», in *A Ilustração Portuguesa*, ano 5, 27 de Agosto de 1888, pp. 3 e 4.

³¹ *Ali a estreiteza das ruas (...), as inflexões caprichosas e a sua detestável disposição interna fazem com que aquellas duas partes da cidade, onde habita um apopulação pelo menos, quatro vezes superior ao que comporta a sua área, sejam focos de infecção, de immoralidade, além de serem um monumento vergonhoso de incúria. Boletim do MOPCI, nº 2, Fev. 1858, p. 285.*

³² A utilização da Dívida pública pela Regeneração, baseada numa alienação do Estado, através da criação de sociedades de acções, jogos de bolsa ou do comércio de papéis negociáveis, onde os principais accionistas e investidores são precisamente membros da burguesia, vai criar uma situação financeira

comércio e da indústria. Ávidos em lucro, descobrem o investimento imobiliário como uma operação extremamente lucrativa, mas também como forma de dar resposta a uma necessidade premente de afirmação social. Perante a debilidade financeira estatal, que a incapacita para a promoção da edificação, e a indefinição dos regulamentos respeitantes aos aspectos técnicos da edificação em meio urbano, dificultando-se o controlo e fiscalização das suas actividades, este grupo económico acaba por construir ou reedificar a seu «bel-prazer» satisfazendo apenas os seus objectivos, e atendendo *pouco às conveniências dos moradores. O que querem é barato para que renda muito*, ou ainda, tentando rentabilizar ao máximo as suas propriedades, erguem habitações que mais se assemelham a *castelos*, que impedem a *passagem do ar e da luz*³³, deteriorando-se, deste modo, a condição lastimosa da maioria das habitações da cidade de Lisboa.

Um abastecimento deficiente de água, um equipamento sanitário precário nos domicílios, a par de uma rede de esgotos antiga e ineficaz, e ainda um traçado urbano pouco sensível à circulação, arejamento e higiene³⁴, resultara no desenvolvimento de uma crise sanitária em Lisboa, sentida entre 1856 e 1858, e na eclosão de surtos epidémicos da cólera, tifo, febre-amarela e difteria³⁵.

A gravidade e extensão do problema da saúde pública na capital era uma questão reconhecida pela Câmara de Deputados, pela vereação municipal, pela Sociedade Médica³⁶, e pela opinião pública em geral. De forma unanime, alerta-se para a necessidade de se desenvolverem respostas rápidas e eficientes no sentido da diminuição do impacto da crise sanitária, tal como da resolução da condição habitacional insustentável, sentida em particular pelo operariado.

Foi neste sentido que a Câmara Municipal, em conjunto com a comunidade médica, formula as primeiras orientações para os melhoramentos que a cidade de Lisboa

muito favorável à expansão económica e de progresso material, à instauração definitiva da era capitalista e ao enriquecimento da classe burguesa. Ver Manuel Villaverde CABRAL, *O desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, 1976, p. 22.

³³ *Jornal do Commercio*, 17 de Abril de 1867. Citado por Ana BARATA, *obra cit.*, p. 53.

³⁴ Álvaro Ferreira da SILVA; Ana Cardoso de MATOS, «Urbanismo e Modernização das cidades: o “Embellamento” como ideal, Lisboa, 1858, 1891», in *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, Universidade de Barcelona, nº 69, 1 de Agosto de 2000, pp. 5 e 6.

³⁵ O surto de cólera atinge a capital, tal como outros portos europeus, durante a década de 30, reaparecendo com alguma intensidade na década de 50. Ao tifo, especialmente violento entre 1847 e 1849, seguem-se a febre-amarela e a difteria, entre 1854 e 1859. Ver Teresa RODRIGUES, *Nascer e morrer na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, Cosmos, p. 67.

³⁶ Álvaro Ferreira da SILVA; Ana Cardoso de MATOS, «Urbanismo e Modernização das cidades: o “Embellamento” como ideal, Lisboa, 1858, 1891», in *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, Universidade de Barcelona, nº 69, 1 de Agosto de 2000, p. 6.

carecia, de modo a *preservar a sua população dos flagellos das epidemias*³⁷, através do relatório saído da 4ª Comissão do Congresso Sanitário, de 1858³⁸.

Neste documento esboçam-se as primeiras estratégias para o combate à insalubridade, e à construção desordenada. A reformulação do sistema de abastecimento de água³⁹, e do assoreamento das lamas da Boavista⁴⁰, e a necessidade de serviços urbanos para fiscalização das iniciativas concretizadas no tecido urbano, são as primeiras medidas propostas nesse sentido. Propõem-se, como objectivo final, um projecto mais ambicioso, o da reedificação de uma parte da cidade de Lisboa.

A presença de Engenheiros nesta 4ª Comissão, nomeadamente Pierre Joseph Pézerat e Joaquim Júlio Pereira de Carvalho (?-1871)⁴¹, respectivamente o Engenheiro-Chefe, e sub-director da Repartição Técnica Municipal, foi fundamental para a aplicação de novos instrumentos ao meio urbano, e desenvolvimento de estratégias no âmbito da política de melhoramentos materiais e expansão urbanística da cidade, reforçando o seu papel neste processo.

Preconizava-se, acompanhando-se a tendência internacional, que a resolução dos problemas urbanos e a questão da modernização das cidades passaria obrigatoriamente por uma requalificação das infra-estruturas urbanas, só possível através de uma intervenção planeada no tecido urbano.

³⁷ *Boletim do MOPCI*, nº 2, Fev. 1858, p. 250.

³⁸ O Congresso Sanitário, realizado em Dezembro de 1857, e promovido pela Real Academia das Ciências teve como objectivo questionar *Quais os melhoramentos de que a cidade de Lisboa carece para preservar a sua população dos flagellos das epidemias, a que se acha exposta por causa de insalubridades accidentais e possíveis de remover* (*Boletim do MOPCI*, nº 2, Fev. 1858, p. 249). O relatório saído da sua 4ª Comissão, em Fevereiro de 1858, foi desenvolvido por um grupo de médicos e engenheiros municipais, constituiu uma forma de apoio da Academia ao Governo, no combate às epidemias que grassavam na capital em meados do século XIX. Sobre este assunto ver Joana Cunha LEAL, «A sanitização do Imaginário urbano e o crescimento de Lisboa na segunda metade do século XIX», in *Arte e Poder*, Lisboa, IHA, 2008, pp. 119 a 135.

³⁹ O projecto do sistema de saneamento básico foi estudado por Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, pp. 187 a 188.

⁴⁰ A margem do Tejo, na zona compreendida entre *Alcantara e a Ribeira Nova*, fora identificada em 1858, pela 4ª Comissão do Congresso Sanitário, como o principal foco de infecção de Lisboa. A eliminação urgente das *lamas da Boavista* fora uma das primeiras medidas sugeridas no relatório, propondo-se a construção de um Aterro. A concretização deste projecto abriria espaço à *transformação proveitosa de toda a área ribeirinha*, mas sobretudo à construção do Porto de Lisboa (*Boletim do MOPCI*, nº 2, Fev. 1858, p. 277 a 281).

⁴¹ Joaquim Júlio Pereira de Carvalho ingressou como engenheiro na Câmara Municipal em 1851, aí permanecendo até 1864. Em 1854 foi nomeado vogal da Comissão Central de Máquinas a vapor. Ao serviço da Repartição Técnica deslocou-se a Paris para visita à Exposição Universal de 1855. No mesmo ano leccionava, como professor da 3ª e 5ª cadeiras, no Instituto Industrial de Lisboa. Em 1859 foi nomeado oficial técnico do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Serpa Pimentel. Em 1863 integrava a Comissão para fiscalização da Companhia da Águas, e no ano seguinte era Director do Instituto Industrial de Lisboa. Em 1865 foi nomeado para integrar a Comissão do Plano Geral de Melhoramentos Municipais.

As propostas inscritas no relatório reflectiam o que de mais moderno se fizera em algumas capitais europeias, comprovando-se o espírito de circulação de informação, a troca de experiências, e até alguma competição entre as grandes metrópoles europeias. A experiência da remodelação da cidade de Paris, pelas mãos do Engenheiro Haussmann, transformara-se numa fonte de experiências por excelência, pelo seu grau de inovação e eficiência. Cientes da importância dos projectos de remodelação urbanística um pouco por toda a Europa, Governo e Município, promovem o espírito de circulação de informação⁴², procurando-se uma familiarização com os melhoramentos efectuados, a metodologia aplicada, os conceitos urbanísticos, e as estratégias desenvolvidas e os instrumentos legais utilizados.

O Município entendia que o processo de requalificação urbanística deveria ser totalmente controlado por si, através da criação de serviços urbanos que superintendessem a criação do planeamento urbanístico, e a fiscalização da execução dos projectos. Apenas deste modo se minorariam as consequências negativas da incapacidade do Estado na promoção ou fiscalização de habitação, iniciativa entregue a grupos privados, cuja motivação não se coadjuvava com os ideais de uma cidade funcional, organizada, moderna. O controlo do processo de planeamento e fiscalização da abertura ou alinhamento de arruamentos, permitiria a definição de quarteirões e loteamento do terreno para venda e posterior edificação, evitando a intervenção de interesses paralelos na construção de uma cidade salubre, funcional e moderna⁴³. O Relatório é neste sentido inovador sugerindo regulamentar-se desde o processo de expropriações, a base de qualquer intervenção urbanística, ao processo de edificação propriamente dito.

O *Relatório da 4ª Comissão do Congresso Sanitário* constituiu o primeiro instrumento de intervenção urbanística e sanitária do Município, desde a reconstrução pombalina⁴⁴.

Apenas meses após a apresentação do Relatório do Congresso Sanitário, em Março de 1858, o Presidente da edilidade, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-

⁴² Pierre Joseph Pézerat visitou Paris entre 1856 e 1858, tal como o Engenheiro responsável pela Companhia das Águas, Victorino Damásio, em 1858, onde contactou com os trabalhos efectuados nessa cidade, e ainda com os responsáveis pela rede de canalizações de Bruxelas. Sobre este assunto ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 182.

⁴³ Ver Fernando GONÇALVES, «A evolução histórica do urbanismo em Portugal», in *O direito do Urbanismo*, Oeiras, INA, 1988, pp. 225-268

⁴⁴ Álvaro Ferreira da SILVA; Ana Cardoso de MATOS, *obra cit.*, p. 6.

1884)⁴⁵, insiste na importância do reforço do papel da Câmara Municipal no processo de planeamento e fiscalização no âmbito da transformação e requalificação do tecido urbano⁴⁶. O novo relatório servia sobretudo para denunciar a permanência de um conflito antigo entre a Câmara Municipal e o Estado⁴⁷, acusando-se este último de anular a Municipalidade. Apontava a falta de apoio financeiro, e um esvaziamento na atribuição das suas responsabilidades no processo de fiscalização de projectos no tecido urbano, como as principais causas da incapacidade da Câmara em empreender as necessárias reformas da capital. *Sem recursos financeiros, e sem força de acção, toda a energia e boa vontade e largueza de concepções seriam quasi inúteis*⁴⁸. A inexistência de serviços técnicos municipais que inspecionassem a actividade construtiva, e a Lei de Expropriações então em vigor, cujas directivas impediam uma intervenção global e continuada no terreno, seriam as questões mais castradoras para uma actuação competente do Município a nível da intervenção no tecido urbano⁴⁹.

I.2. A política de melhoramentos materiais para a capital: estratégias de acção e enquadramento legal (1864-1878)

Somente no início da década de 60 a pressão sobre a administração central apresenta os primeiros resultados, apostando-se numa reforma legislativa, encarada como o pilar do processo de melhoramentos da capital.

⁴⁵ Júlio Máximo de Oliveira Pimentel nasceu em Torre de Moncorvo. Foi o 2º Visconde de Vilar Maior, professor universitário (1º professor de Química da Escola Politécnica de Lisboa), deputado e reitor da Universidade de Coimbra. Foi presidente Câmara Municipal de Lisboa, eleito para o biénio 1856-1858.

⁴⁶ Representação dirigida em 24 de Março de 1858. *Annaes do Município de Lisboa*, nº 7, Março de 1858, pp. 66 a 68. Citado por Ana BARATA, p. 27.

⁴⁷ As origens do conflito entre o Governo central e o Município encontram-se cerca de 100 anos antes, no período da reconstrução pombalina da Baixa, processo durante o qual são retirados por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, grande parte dos poderes à Câmara Municipal. Esta recupera-os, parcialmente, em 1836, e na sua totalidade na década de 70 do mesmo século. O processo de expropriações, aliada à debilidade financeira da Câmara, foram as questões que mais enfraqueceram as relações entre estes dois organismos. O contraste entre as aspirações municipais e governamentais está bem patente na Dissertação de Ana BARATA (*obra cit.*, p. 16 a 34).

⁴⁸ Representação dirigida em 24 de Março de 1858. *Annaes do Município de Lisboa*, nº 7, Março de 1858, pp. 66 a 68. Citado por Ana BARATA, *obra cit.*, p. 27.

⁴⁹ Em Outubro de 1858, Júlio Pimentel e toda a vereação demite-se, decisão impulsionada pela recusa do Governo em libertar uma soma avultada (800 contos) para aplicação nos melhoramentos da capital. Sobre este assunto ver Ana BARATA, p. 28.

A aprovação do decreto-lei de 31 de Dezembro de 1864⁵⁰ constituiu o primeiro instrumento legislativo desde a reconstrução pombalina através do qual se regulava a intervenção no tecido urbano, a fiscalização de todas as actividades encetadas na via pública e a edificação.

Neste processo deverão ter tido influência as propostas dos vereadores José Tedeschi (1841-1904)⁵¹, em Maio de 1860, e de Nuno Severo de Carvalho (1824-1885)⁵², em Maio de 1864. Ambos insistiam, quer com a própria Câmara, quer com o Governo central para a necessidade da formulação urgente de um quadro legislativo que regulasse a edificação, e de um plano de melhoramentos para a capital⁵³, exigências reunidas no decreto de Dezembro de 1864.

A tónica do Decreto incidia em três vertentes: o embelezamento, a circulação e a higiene, constituindo um *instrumento de regulação da cidade a vários níveis*⁵⁴, em especial da capital, sobre a qual se legisla, de forma inédita, nos artigos 34º e 49º do *Título III*. Uma das mais importantes medidas desde documento surge enquadrada no referido *Título*, no qual se obriga à elaboração de *um plano geral de melhoramentos da capital, attendendo n'elle das ruas, praças, jardins e edificações existentes, e construção e abertura de novas ruas, praças, jardins e edificações, com as condições de hygiene, decoração, commodo alojamento e livre transito do publico*⁵⁵. Um plano de actuação global que enquadrasse e orientasse todas as intervenções na via pública era uma necessidade premente no sentido do ordenamento urbanístico da capital, e a administração central compreendeu a importância do seu papel para o planeamento

⁵⁰ O Engenheiro João Crisóstomo de Sousa (1811-1895), Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, assina o Decreto-Lei, tendo sido publicado no *Diário do Governo* (nº 10), a 13 de Janeiro de 1865. Oficial de Engenharia Militar. Foi eleito para a Câmara dos Deputados em 1861. Foi Ministro da Marinha e Ultramar, das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1864-1865) (durante esta legislatura promoveu a reforma do ensino industrial), e da Guerra. Presidiu o governo extrapartidário de unidade nacional (1890-1892), após a demissão do governo de Luciano de Castro. Atingiu o posto de General. Ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, pp. 23 a 26

⁵¹ José Tedeschi foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa no início da década de 60 e de novo na década de 70. Antes de ingressar na Câmara Municipal exercera a profissão de farmacêutico, tendo sido nomeado farmacêutico da Casa Real em 1858. Ver Ana BARATA, *obra cit.*, p. 305

⁵² Nuno Severo de Carvalho, 1º Visconde de Massamá, cursou Medicina na Escola-Médico-Cirúrgica de Lisboa, tendo sido nomeado cirurgião do Hospital de São José em 1851. Dirigiu a enfermaria do Hospital dos Inválidos a partir de 1859, e foi nomeado Médico da Real Câmara. Deputado em várias legislaturas foi ainda vereador da Câmara Municipal de Lisboa, tendo tomado importantes iniciativas, como: o Matadouro público, a arborização de diversas ruas e praças (em especial do Campo de Sant'Ana). Ver *Nobreza de Portuga e do Brasil*, Lisboa, Edições Zairol, vol. II, p. 727.

⁵³ Sobre as propostas dos referidos vereadores ver Ana BARATA, *obra cit.*, p. 50.

⁵⁴ Ver Álvaro Ferreira da SILVA, «Modos de regulação da cidade: a mão visível na expansão urbana», in Penélope, Lisboa, nº13, 1994, pp.123 a 124.

⁵⁵ *Collecção official da Legislação Portugueza redigida por José Maximo de Castro Neto Leite de Vasconcellos, anno de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 1043.

racional deste programa. A responsabilidade da sua elaboração recaía sobre uma Comissão propositadamente criada para esse efeito, nomeada pela Portaria de 26 de Maio de 1865⁵⁶. O decreto obrigou-se, neste sentido, a fornecer as directrizes técnicas fundamentais à realização do Plano⁵⁷, tendo estas, com algumas pequenas alterações⁵⁸, permanecido em vigor até à década de 30 do século XX.

No âmbito do planeamento e execução do referido Plano regulamentavam-se os novos papéis do Estado, Município e particulares, atribuindo-se a cada um responsabilidades específicas também na esfera da fiscalização e edificação urbanas.

A execução do plano poderia ser entregue ao 1º -... *Governo ou Câmara Municipal, nos termos do Código Administrativo*; 2º - *Empresa, precedendo contracto com o Governo e aprovado pelas cortes em que se estipulem subvenção, empréstimo, isenção de impostos ou garantia de juro*; 3º - *particulares, empresas, sociedades ou companhias que edifiquem em terrenos seus*⁵⁹. Governo e Câmara Municipal passam a partilhar responsabilidades quanto ao planeamento da viação pública, mas também quanto à fiscalização da sua construção, conservação e policiamento. Uma vez terminada a abertura da rua, a Câmara obrigava-se ainda a proceder à instalação das canalizações de esgoto e iluminação, tal como à boa conservação dos seus empedramentos. Apesar de ser inequívoco o esforço da autoridade central no sentido do fortalecimento dos Municípios através de instrumentos técnicos e legais, na prática o poder local ficava

⁵⁶ *Diário do Governo*, nº 118. Esta Comissão era constituída pelo Engenheiro-Chefe de 1ª classe, Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, o Arquitecto de 1ª classe, Joaquim Possidónio da Silva, o Engenheiro Pierre Joseph Pézerat, proposta pela Câmara Municipal, e pelo Médico Guilherme da Silva Abrantes, proposto pelo Conselho de Saúde Pública do Reino. A 1ª comissão para elaboração do Plano foi extinta por Portaria de 24 de Janeiro de 1868, tendo sido nomeada uma 2ª Comissão, a 25 de Abril de 1876. Esta Comissão terá elaborado e aprovado, em 1881, um Plano de Melhoramentos para a capital que não terá obtido porém aprovação superior. Sobre os trabalhos das referidas comissões ver Ana BARATA, *obra cit.*, pp. 55 a 67.

⁵⁷ As regras estabelecidas pelo Ministro João Crisóstomo são referentes à construção de ruas e de edifícios, referindo que deveria promover-se, para as primeiras, uma *melhoria do sistema de esgotos e de drenagens de solos, da distribuição de água por encanamento, da tubagem de iluminação urbana*, determinando-se ainda a largura mínima das novas ruas (10 m.) e o seu declive máximo (7%). Também as edificações viram a sua altura máxima regularizada, devendo estar de acordo com a largura da rua: até 8 m. de altura para ruas com uma largura inferior a 7 m.; até 12 m. de altura para ruas entre os 7 e os 10 m. de largura; e 19 m. de altura para ruas com mais de 18 m.). Ver *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida por José Maximo de Castro Neto Leite de Vasconcellos, anno de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 1047. Maria Helena BARATA-MOURA refere que estas regras parecem ter sido baseadas no *Regulamento de Construção de 1859*, de Haussmann, no qual se estabelece uma proporção entre a largura das ruas e a altura dos edifícios (*obra cit.*, p. 104).

⁵⁸ Na sequência de reclamações dos agentes envolvidos na edificação, a *Lei de 2 de Julho de 1867*, alterou algumas das posturas aprovadas em 1864, nomeadamente a altura dos edifícios e largura das ruas, que analisamos no último capítulo desta Dissertação, dedicado à edificação. Sobre a petição para alterar as disposições patentes no Decreto-Lei de 1864 ver Ana BARATA, *obra cit.*, pp. 52 a 67.

⁵⁹ *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida por José Maximo de Castro Neto Leite de Vasconcellos, anno de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 1047.

algo cerceado uma vez que todo e qualquer projecto urbanístico por si elaborado, integrado ou não no Plano Geral de Melhoramentos, não dispensava a autorização da Direcção Geral de Obras Públicas, órgão dependente do Ministério das Obras Públicas, extensível também a projectos particulares de edificação.

O decreto-lei de 1864 acabava desta forma por regulamentar também a actuação de agentes privados na cidade, destacando-se pelo esforço em cercear a sua actividade, na generalidade impulsionada por interesses incompatíveis com a política de melhoramentos do Estado, e com a construção de uma cidade modernizada e funcional. A intervenção dos particulares ficaria limitada à execução prática dos projectos concebidos pelo Município, sendo-lhes vedada uma actuação no âmbito da programação.

No entanto, perante a dependência do Estado à iniciativa privada no foro da edificação, forçada pela sua inoperância financeira, este não poderia cercear de forma radical a propriedade particular⁶⁰, optando, ao invés, por estimular as iniciativas de foro privado (colectivas ou individuais), através da possibilidade da criação de empresas privadas. Salvaguardava-se deste modo um controlo da sua actividade em solo urbano, uma vez que todos os projectos privados ficariam dependentes de aprovação municipal e estatal.

Esta directriz constituía um importante ponto de viragem no sentido da resolução dos problemas sanitários e infra-estruturais da cidade de Lisboa, planeando-se, em coordenação com o poder local e com a iniciativa privada, uma actuação em duas frentes: salvaguarda-se, por um lado, o interesse e o investimento públicos, essenciais à concretização da transformação urbanística da capital, e por outro, *a conveniência de evitar a aglomeração da população*⁶¹, procurando-se impedir o crescimento de estruturas improvisadas, insalubres ou inseguras na cidade, que tanto prejudicavam o crescimento organizado da mesma.

Na realidade, o Estado aproveitava uma tendência verificada desde o início da década de 60, momento em que foram criadas algumas companhias de construção, acabando por regulamentá-la no decreto⁶². O estímulo concedido pelo Estado apresentou os primeiros resultados logo em 1865, com a criação da Companhia Geral de

⁶⁰ Estipulava-se que as ruas não eram propriedade (...) dos municípios, como são os prédios que cada um possui e de que é senhor (...). Exigia-se porém (...) dos indivíduos particulares rasoáveis sacrifícios. Ver *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida por José Maximo de Castro Neto Leite de Vasconcellos, anno de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 1044.

⁶¹ *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida por José Maximo de Castro Neto Leite de Vasconcellos, anno de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 1042.

⁶² Refiram-se, a título de exemplo, a Companhia Edificadora Lisbonense, criada em 1863. Sobre este assunto ver Ana BARATA, *obra cit.*, pp. 54 a 55.

Edificações⁶³. Destacamos ainda neste âmbito, a constituição da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, em 1878, responsável pela primeira iniciativa de edificação em Campo de Ourique, que deu origem ao projecto municipal de um bairro para o mesmo espaço. Sobre ela falaremos mais adiante.

Em 1864 legisla-se também o processo de expropriação, uma questão problemática, uma vez que as determinações em vigor tornavam extremamente morosa qualquer intervenção em meio urbano. Procurava-se fortalecer o grau de intervenção pública no solo urbano, um dos pilares nos quais assentava o programa de melhoramentos para a capital, através de uma simplificação do processo de aquisição de terrenos privados⁶⁴.

O Decreto-Lei de 1864 é considerado uma das primeiras tentativas de consagração do urbanismo moderno em Portugal⁶⁵, e a raiz da política de melhoramentos materiais. A sua aprovação correspondia à primeira tentativa legítima, de iniciativa estatal, para responder aos principais problemas colocados a um crescimento organizado da capital⁶⁶, estabelecendo de forma pioneira a premissa *planear antes de agir*⁶⁷.

A consolidação das estratégias delineadas no Decreto-Lei, mas também de uma nova mentalidade urbanística passou muito pelo trabalho do então Engenheiro-Chefe da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, Pierre Joseph Pézerat. Dez anos depois da data do seu ingresso na Câmara, em 1865, e na sequência de um conjunto de planos elaborados (enquanto membro da 1ª Comissão do Plano Geral de Melhoramentos da Capital⁶⁸) para o melhoramento da cidade, redige uma *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*. O seu intuito, consciente das dificuldades, financeiras e legais, que continuavam a impedir a Câmara Municipal de concretizar os projectos já elaborados, era manter vivo o espírito regenerador e

⁶³ Sobre as firmas criadas após 1864 ver capítulo III.1.3 desta Dissertação.

⁶⁴ Neste Decreto reiteravam-se os princípios da Carta de Lei de 8 de Junho de 1859 (in *Diário do Governo*, nº 139, de 15 de Junho de 1859), que por sua vez interpretava a primeira legislação relativa a expropriações – a Lei de 23 de Julho de 1850, da responsabilidade dos ministros António da Costa Cabral (1803-1889) e António José d'Ávila (1806-1881). Determinava-se que cada a declaração de utilidade pública da expropriação devia ser avaliada caso a caso, em nada determinando porém, acerca do processo de execução das expropriações, nem dos seus responsáveis.

⁶⁵ Ver Fernando GONÇALVES, *Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851-1988)*, Lisboa, LNEC, 1989, p. 24.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Ver Maria João Madeira RODRIGUES, *Transição, Tradição e Mudança – A produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, 1979, p. 21.

⁶⁸ Os referidos projectos terão desaparecido num incêndio que deflagrou nos Paços do Concelho, em 1864. Ver Maria Helena BARATA-MOURA, p. 107.

relembrar as estratégias para a cidade: o aproveitamento das margens do Tejo, entre o Arsenal da Marinha e a Torre de Belém, construindo-se um grande cais e suas infra-estruturas, a construção de novos bairros para habitação e de uma rede de esgotos, pondo-se fim a um dos mais graves problemas da cidade⁶⁹. Pézerat definia como modelo a adoptar no âmbito desta ampla transformação, a cidade de Paris, que, como vimos, visitara em meados do século, tendo tido oportunidade de observar os novos e modernos empreendimentos e infra-estruturas aí desenvolvidos.

O engenheiro apontava também a necessidade de se elaborar uma *lei de expropriações por utilidade pública*, uma vez que as disposições do Decreto-Lei de 1864 não haviam resolvido os problemas constantes no processo de aquisição de terrenos pelo Estado. Esta lei viria a ser aprovada apenas em 1872⁷⁰. Recuperavam-se algumas das determinações da lei anterior, mas passavam a ser declaradas de utilidade públicas e urgentes todas as expropriações necessárias (...) *para o melhoramento das ruas, praças, jardins e edificações existentes nas villas deste reino, e para a construção nas mesmas villas e cidades das novas ruas, praças, jardins e para as edificações adjacentes*. A grande inovação relacionava-se com a possibilidade de avaliar a utilidade de um conjunto de expropriações, abandonando-se a sua aprovação individual, extremamente morosa. A nova lei mantinha porém uma dependência ao Governo Central, e se muito agradava ao Município, uma vez que abria possibilidade a uma execução mais rápida dos projectos urbanísticos, revelava-se impraticável para o Ministério do Reino, à qual se opunha categoricamente. Agravava-se, deste modo, a já débil relação entre o Município e Governo.

A *Memóire* de Pézerat surtiu efeitos logo no início da década de 70. A *Memória sobre o projecto de engrandecimento da cidade de Lisboa*, de Thomé Gamond (1807-1876)⁷¹, publicado em 1870, e o *Plano Geral de obras para a margem direita do Tejo*, desenvolvido por uma comissão governamental em 1871⁷², são exemplos do

⁶⁹ Pézerat apresenta considerações sobre as condições dos edifícios dos novos bairros, e sobre aqueles que os deveriam ocupar. Sobre este assunto ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, pp. 107 a 112.

⁷⁰ «Lei de 11 de Maio de 1872», do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Diário do Governo*, 1872, nº 114.

⁷¹ Engenheiro Hidrográfico e de Minas, francês, formado na Bélgica (Louvaina), e Holanda. Em 1833 iniciou um projecto que ocuparia parte da sua vida profissional – a comunicação entre França e Inglaterra através do canal da Mancha. Em 1870 publica a *Memória sobre o projecto de Engrandecimento da Cidade de Lisboa, comprehendendo o estabelecimento de um grande Porto marítimo – a criação de novos bairros e o caminho de ferro de Collares* (Paris, Dunond), dedicado ao Duque de Saldanha, influenciado pelos projectos de renovação de cidades francesas como Paris, Lyon e Marselha. Sobre este assunto ver Ana BARATA, *obra cit.*, pp. 88 a 92.

⁷² Sobre este assunto ver Ana BARATA, *obra cit.*, pp. 92 a 96.

desenvolvimento e consolidação de uma estratégia de melhoramento e expansão da capital, e simultaneamente de uma vontade política de mudança.

O ingresso do Engenheiro Frederico Ressano Garcia (1847-1911)⁷³ na Câmara Municipal de Lisboa como Engenheiro-Chefe, em 1874, foi igualmente fundamental para a construção de uma verdadeira política urbanística a nível da capital. Formado na Europa, na *École Imperiale des Ponts et Chaussées*, uma das escolas mais importantes em termos de ensinamentos em engenharia civil, conhecedor da ideologia e da técnica que conduziram o processo de reestruturação do tecido urbano parisiense, orientado pelo Barão de Haussmann, possuidor de um notável entendimento das necessidades da capital, Ressano Garcia reunia todas as condições para desenvolver a estratégia e os projectos necessários à capital.

Ressano Garcia adoptou uma nova atitude perante as dificuldades e entraves colocados pelo Governo Central à Câmara Municipal na execução prática dos melhoramentos da capital, desenvolvendo uma nova estratégia de acção⁷⁴.

Começou por encetar, logo em 1874, uma importante reestruturação dos serviços técnicos da Câmara Municipal Repartição Técnica⁷⁵. A aprovação do primeiro Regulamento da Repartição Técnica, significou um fortalecimento do poder municipal, uma vez que assegurava, definindo, o papel da Câmara Municipal no âmbito da construção, centralizando no Engenheiro-Chefe da Repartição a responsabilidade pelo trabalho de programação urbanística. *O Engenheiro Chefe da Repartição é o único*

⁷³ Engenheiro e político português, com apenas 14 anos matriculou-se na Escola Politécnica de Lisboa, seguindo para Paris onde em 1869 terminou o curso na *École Imperiale des Ponts et Chaussées*, classificado em 3º lugar. De regresso a Lisboa, depois de uma passagem pela Comuna de Paris em 1870, integrou o quadro docente do Instituto Industrial e Comercial, leccionando a cadeira de Geometria Descritiva e a de Topografia, e depois o da Escola do Exército. Em 1872 aceitou o lugar de Engenheiro-Chefe da Câmara Municipal de Belém, e a 9 de Abril de 1874, com apenas 27 anos, integrava os quadros da Câmara Municipal de Lisboa com o mesmo cargo, assessorado pelo Engenheiro António Maria Avellar e pelo Arquitecto José Luís Monteiro. A sua exímia intervenção a nível da construção de arruamentos, nomeadamente a nível do Tejo, como são o exemplo da Av. 24 de Julho, Santos e Alcântara ou o alargamento da Av. da Liberdade de 50 m. para 90 m., e abertura das Avenidas Novas; a nível da projecção e construção de linhas de Caminho-de-ferro, como foi o caso das linhas Lisboa- Estoril e Lisboa-Sintra, a nível da projecção de novos bairros como o da Estefânia, e ainda a nível da criação de um novo sistema de esgotos e aperfeiçoamento da rede de abastecimento de água (foi director da Comp.^a de Águas de Lisboa), e da Arquitectura (conclusão do edifício dos Paços do Concelho e construção do Mercado da Ribeira Nova), tornam Ressano Garcia num dos mais activos intervenientes na Lisboa durante a transição dos séculos, tendo criado a maior parte das infra-estruturas que fazem da capital aquilo que é hoje. Foi também responsável pelas pastas da Marinha e Ultramar (1889-1890), e da Fazenda e Finanças (1897, e depois em 7 de Fevereiro de 1907 a 18 de Agosto de 1908). Ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.* pp. 88 a 89.

⁷⁴ Ver Ana BARATA, *obra cit.*, pp. 8 a 16.

⁷⁵ Maria Helena BARATA-MOURA refere que Ressano Garcia tentava seguir o exemplo de Haussmann quando este fora nomeado Perfeito do Sena. Ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 91.

*responsável perante a Câmara, por todo o serviço confiado a essa repartição*⁷⁶. Ressano Garcia faz-se rodear-se profissionais, como Engenheiros, Condutores de Obras, Desenhadores, Arquitectos, Medidores, entre outros técnicos, oriundos de diferentes áreas de formação, que agrupados em equipas eram distribuídos por novas duas secções: *Construções urbanas*, coordenada pelo Arquitecto camarário, e *Obras de calçada, canalizações e trabalhos correlativos*. Sob sua orientação estas equipas conduziam os trabalhos na capital, colaborando entre si. A importância destes profissionais para a concretização do programa de reformas na capital levou Ressano Garcia a chamar a atenção do poder municipal, logo a partir de 1874, para a importância da sua contratação⁷⁷, e para a necessidade de uma maior exigência nesse processo⁷⁸.

A Repartição Técnica ficaria responsável pela intervenção e fiscalização de todo os trabalhos de construção a realizar na cidade, não se atribuindo, neste âmbito, qualquer responsabilidade ao Estado⁷⁹. Cabia ao Engenheiro-Chefe dar conhecimento à vereação Municipal de todos os projectos programados pela Repartição Técnica, e ainda os trabalhos pelas secções respectivas, sendo que todos os funcionários de cada secção *cumprirão integralmente as ordens do Engenheiro, em tudo o que for relativo ao serviço municipal*⁸⁰.

A entrada de equipas especializadas de técnicos na Repartição Técnica foi fundamental para o desenvolvimento de uma nova metodologia operativa. Esta baseava-

⁷⁶ «Regulamento da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa», in *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 21 de Maio de 1874, pp. 2085 e ss.

⁷⁷ Uma das primeiras solicitações do Engenheiro-Chefe terá sido a de um Arquitecto, que deveria responsabilizar-se pelos trabalhos na sua área de formação, tendo alertado por diversas vezes a Comissão de Melhoramentos Municipais para os problemas causados pela inexistência de um Arquitecto-Chefe na Câmara Municipal, cargo que permanecia por atribuir desde a saída de Domingos Parente da Silva (1836-1901). Ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 94. José Luís Monteiro (1848-1942) foi o Arquitecto escolhido para ocupar, a partir de 27 de Maio de 1878, a chefia da 1ª secção da Repartição Técnica, aí permanecendo durante quase três décadas. Monteiro fora um dos escolhidos, a par de José António Gaspar, de Lisboa, e José Geraldo Sardinha, do Porto, para completar a sua formação na *École des Beaux-Arts*, financiado com uma bolsa de estudo. Durante os 30 anos que esteve ao serviço do Município desenvolveu inúmeros projectos que ainda hoje se destacam no tecido urbano da capital, tais como: a Estação do Rossio (1890-1892), o Hotel Avenida Palace (1890-1892), a Igreja dos Anjos (1908-1911). A partir de 1882 tornou-se professor na Academia de Belas-Artes de Lisboa. A maioria destas solicitações era porém recusada pela vereação, justificando-as através da situação financeira do Município, incapaz de sustentar novos funcionários a seu serviço.

⁷⁸ A criação de institutos profissionais, a partir da década de 30 do século XIX, incentivando-se o ensino *profissional e tecnico*, e a reorganização dos *curricula* dos cursos de Engenharia, revelaram-se fundamentais neste âmbito. Através do ensino era possível melhorar a prestação dos técnicos, tal como a sua competência, a competitividade em diversos sectores, e consequentemente o crescimento da economia. Sobre este assunto ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 257 e ss.

⁷⁹ Sobre os serviços técnicos da Câmara Municipal de Lisboa e o seu funcionamento desde a década de 50 do século XIX ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 77 e ss.

⁸⁰ «Regulamento da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa», in *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 21 de Maio de 1874, p. 2085 e ss.

se nos conhecimentos técnicos dos referidos técnicos, que acabaram por aplicar no meio urbano disciplinas essenciais no âmbito de uma política de melhoramentos: o planeamento de vias e infra-estruturas, através do desenho técnico; o estudo do território através das suas características geodésicas para preparação dos arruamentos ou avaliação da viabilidade e custo dos projectos; ou a aplicação de soluções técnicas específicas na resolução dos problemas do saneamento básico. É a Repartição Técnica que põe em prática a máxima de que a *atitude urbana exercita-se (...) sobre um espaço físico por meio de uma construção mental*⁸¹.

Ressano Garcia foi, apesar da inexistência de um plano global de actuação, o responsável pela consolidação da estratégia da expansão e melhoramentos urbanísticos da capital. Planeava, por um lado, abrir a cidade a partir do centro, em direcção a Norte, através da Avenida da Liberdade e a Nordeste, com Avenida dos Anjos (depois D. Amélia e finalmente Avenida Almirantes Reis), projectos aprovados em 1877, garantindo a circulação e a ligação a outras zonas da capital. Por outro lado pretendia dinamizar a cidade junto e a partir do Rio, através da construção de um grande porto e doca marítima, da Avenida 24 de Julho, e da Avenida das Cortes (hoje Avenida D. Carlos I).

O projecto do *boulevard* merece destaque neste contexto, uma vez que constituía a mais antiga e importante ambição da Câmara Municipal⁸², tendo inclusivamente extravasado a *sua simples qualidade de obra de melhoramento urbano, ganhando foros de verdadeiro padrão civilizacional e cultural, que promoveria não só a cidade como os próprios cidadãos*⁸³.

Conceptualmente a sua estratégia distancia-se do plano de Paris que apostara na renovação de parte de um tecido já urbanizado. No entanto, não podemos negar a influência desse plano no programa delineado para Lisboa: a intervenção (baseada em

⁸¹ Maria João Madeira RODRIGUES, *Tradição, Transição e Mudança – a produção do Espaço urbano na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, 1979, p. 9.

⁸² Segundo Maria Helena BARATA-MOURA foi o Engenheiro Pierre Joseph Pézerat, na década de 40, o primeiro a propor, e a traçar um plano de ligação entre a *Rua Oriental do Passeio Público* e a zona correspondente hoje à Rua Alexandre Herculano, nela desembocando em forma de praça quadrangular (*Projecto de Boulevard e de bairro entre a Praça da Alegria, Rua das Amoreiras, e a Rua de St. Joana*, 1840-, AML-AC, 23/V – 6349) (*obra cit.*, p. 135). Segundo Ana BARATA (*obra cit.*, p. 130), foi o presidente da Câmara Municipal Júlio de Oliveira Pimentel, o responsável por lançar a ideia, em 1860, de se construir *uma larga estrada, alameda ou boulevard, que partindo do extremo do Passeio Publico atravessasse o Salitre e, pela quebrada do Valle Pereiro, fosse colocar a Baixa em comunicação directa coma as estradas de Bemfica e Campo Grande* («Relatório do Sr. Júlio Maximo d'Oliveira Pimentel», in *Archivo Municipal*, 1860, p. 31). Independentemente da autoria do projecto a vontade de expandir a cidade a Norte estava presente nas intenções municipais muito antes do projecto de Ressano Garcia.

⁸³ Ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 134.

princípios geométricos) no tecido urbano como forma de solucionar problemas como o saneamento básico e a habitação, preparando-se uma cidade moderna e funcional.

A aprovação de um novo Código administrativo, a 6 de Maio de 1878⁸⁴, procurava resolver os problemas constantes do processo de expropriação, fortalecendo o poder decisório da Câmara nesse âmbito⁸⁵. A Câmara passa a poder declarar a utilidade pública de terrenos particulares, e a adquirir, por expropriação amigável os terrenos necessários à intervenção urbanística, passando a estar independente de autorização da administração central. Esta determinação limitava os direitos dos seus proprietários sobre o seu terreno. Estava proibida a aquisição de terrenos que não fossem necessários ao alargamento, alinhamento ou prolongamento do troço da rua, ou quarteirão projectados.

I.3. Lisboa nas vésperas das grandes intervenções - aspectos da capital em finais da década de 70 do século XIX.

Em 1874 Lisboa⁸⁶ era uma (...) *cidade banal e comum, sem edifícios grandiosos, sem um palácio cuja architectura se admite, sem jardins que a tornem salubre, estendida pobremente no pendor das suas collinas, morrendo de sede no verão, e no inverno coberta de lama, como se tivesse povoação para este aparato de imundice. As suas ruas, pela maior parte, estreitas, escuras, húmidas, e fétidas (...), e mal calçadas pelos engenheiros da camara municipal*⁸⁷. Apesar dos valorosos esforços de homens como Júlio Pimentel, Pierre Joseph Pézerat, Thomé Gamond, ou Frederico Ressano

⁸⁴ Da responsabilidade de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), ministro do governo regenerador de Fontes Pereira de Melo, responsável pela pasta do Reino. Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 79.

⁸⁵ O novo Código mantinha a divisão territorial em distritos, concelhos e paróquias, *restabelece o número de treze vereadores efectivos, de renovação parcial bienal*, e estabelece vinte e dois pelouros. Um destes pelouros tratava exclusivamente dos «Melhoramentos», retomando-se com esta nova legislação a visão de grandes benefícios na capital. Ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 79.

⁸⁶ Os limites da cidade de Lisboa na referida data remontam a 1852, data em que pelo decreto de 11 de Setembro se reforma o seu território. A partir dessa data a Estrada da circunvalação passa a definir os novos limites da cidade. Esta tinha início na ponte de Alcântara (no fim da Rua Prior do Crato), subia pela Rua Maria Pia (construída propositadamente para integrar a referida Estrada) até à Rua de Campo de Ourique, seguia pelas ruas do Arco e do Alto do Carvalhão até à actual Rua Marquês da Fronteira. Seguia pelo actual Parque Eduardo VII, voltando à Rua Marquês da Fronteira (no começo da Estrada de Benfica), continuando pela Avenida Duque de Ávila, Rua Visconde de Santarém, Largo do Leão, Rua António Pereira Carrilho, Rua Morais Soares, Alto de São João, actual Avenida D. Afonso III, e terminava na Rua da Cruz de Pedra. Ver Augusto Vieira da SILVA, *Os limites de Lisboa*, Lisboa, CML, 1941.

⁸⁷ Júlio César Machado, «Lisboa na rua», in *Jornal do Commercio*, 26 de Setembro de 1874, p. 1. Citado por Ana BARATA, *obra cit.*, p. 131.

Garcia, apenas para citar alguns, empenhados no melhoramento e modernização da capital, as tentativas para concretização dos projectos para a capital redundaram, entre inícios da década de 60, e finais da década seguinte, em intervenções pontuais: a realização do aterro entre o Cais de Sodré até ao Cais da Rocha do Conde de Óbidos, concluído em 1862, e a Avenida 24 de Julho, iniciada em 1877; o início da urbanização na zona entre a Rua de Buenos Aires e Estrela; a arborização da Praça do Comércio, e os arranjos nas Praças das Flores, Alegria, Município, do Jardim da Estrela (década de 50) e do Príncipe Real (entre 1859 e 1863), e o início da abertura do bairro do Calvário, a Alcântara, em 1876, são alguns dos projectos encetados nesta conjuntura. Destaque-se ainda no campo das infra-estruturas e comunicações, a iluminação a gás das ruas da cidade, introduzida a partir dos anos 40, e a iluminação eléctrica, a partir de 1878, no Chiado e Rossio; a inauguração do sistema de «Carros americanos» entre Santa Apolónia e o aterro de Santos, em 1873, e a inauguração da primeira linha ferroviária, entre Santa Apolónia e Pedrouços, em 1876.

A tónica do primeiro conjunto de iniciativas municipais assentou maioritariamente no embelezamento de jardins, justificado por ordem higiénica e estética. Na realidade, exceptuando-se o projecto do Aterro da Boavista e da Avenida 24 de Julho, as restantes intervenções denunciavam a ausência de um plano global de actuação urbanística, mas sobretudo graves dificuldades financeiras⁸⁸, que limitam em muito a iniciativa municipal. A vontade política de mudança não era, por si só, suficiente para desenvolver as ideias de rasgar a cidade a Norte, através de um grande *boulevard*, ou iniciar projectos já aprovados, como a Avenida dos Anjos (aprovado em 1877, ou a iniciar a modernização do sistema de esgotos da cidade (com projecto aprovado desde 1876). Associada à debilidade financeira, a problemática recorrente da salvaguarda da propriedade fundiária no âmbito da intervenção urbanística. Simultaneamente, a Lei de Expropriações em vigência revelava-se ineficaz no sentido de uma actuação global. O projecto do bairro do Calvário, iniciado em 1877, a sul de Alcântara, e a continuação do projecto do Aterro da Boavista, são o espelho destas dificuldades, iniciativas de desenvolvimento lento dadas as dificuldades encontradas no processo de expropriação. As primeiras respostas não têm um saldo totalmente positivo,

⁸⁸ A crise financeira de 1868 debilitara mais ainda a condição financeira municipal. Sobre este assunto ver Manuel Villaverde CABRAL, *O desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, 1976.

uma vez que continuava adiada a solução do grave problema do saneamento básico, tal como a questão do reordenamento e expansão urbanística.

Lisboa era em finais da década de 70, na opinião do próprio presidente da Câmara Municipal, Rosa Araújo (1840-1893)⁸⁹, uma cidade estagnada, (...) *dormente, paralytica, entorpecida e mórbida*⁹⁰, que não *acompanha as suas eguaes*⁹¹. A edilidade chega a (...) *desejar o efeito refundador de qualquer desastre natural, numa das muitas representações feitas ao governo para obter mais meios financeiros: «só um incendio pode ser o facho de civilização, só um terremoto pôde despertar do lethargo, e impellir o progresso*⁹².

⁸⁹ José Gregório da Rosa Araújo, presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre 1878 e 1886. Nasceu em Lisboa, e concluiu os estudos primários no Colégio de Santo Agostinho. Com apenas treze anos de idade, iniciou a sua vida profissional, no negócio de seu pai: uma confeitaria na Rua de São Nicolau. No final da década de 50 fazia parte de inúmeras associações ligadas à causa popular, e pertencia a diversas companhias comerciais: foi presidente na Companhia dos Tabacos, no Grémio Popular, na Associação Homeopática, e na Fraternidade de Socorros-Mútuos; foi Vice-presidente da Fidelidade, da Associação de empregados do Comércio e da Indústria, na Irmandade do Santíssimo e da Igreja de São Nicolau; foi Secretário na Bonança, Algodões de Xabregas, Lezírias do Tejo e Sado, e da Companhia do Gás. Foi ainda Director efectivo na Companhia de Crédito Comercial. Após várias recusas aceitou ser vereador municipal para o biénio de 1872-1873, distinguindo-se neste período pela resolução de questões relacionadas com as concessões dos carris de ferro. No biénio de 1876-1878 volta a figurar na lista de vereadores da Câmara Municipal. A sua obra mais notável foi a Avenida da Liberdade, apenas possível graças à sua persistência, lutando contra a oposição e inúmeras dificuldades que o projecto levantava. Participou ainda, de forma activa, na criação de asilos municipais com escolas, de creches, dos talhos municipais, entre tantos outros melhoramentos da cidade. Cooperou na criação do bairro Camões. Criou dois jornais políticos: *O Espectro da Granja*, e *A Gazeta Comercial*. Foi ainda deputado, par do Reino electivo e tinha a comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Ver Ver CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Toponímia. José Gregório da Rosa Araújo [em linha]. Lisboa: CML. [Consult. 13 Out. 2013] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>.

⁹⁰ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 3 de Junho e 1872, pp. 476-477.

⁹¹ É Severo de Carvalho, vereador da Câmara Municipal de Lisboa que o refere. *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 16 de Maio de 1864, pp. 1862-1863.

⁹² *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 11 de Outubro de 1866, p. 2862.

II.O PROJECTO URBANÍSTICO DO BAIRRO DE CAMPO DE OURIQUE (1878-1958)

*Hoje será um pouco menos sensível
a mancha de nudez saariana d'esse aro
ou cinta da cidade, desde que os novos bairros
esquadriam, pelas courelas e lombas cercanas,
os seus rectangulos de ruas, espaço fóra...*

Fialho de Almeida, *Barbear, Pentear: Jornal de um vagabundo*, 1910

II.1. A proposta da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a.

A 18 de Outubro de 1878, a firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a. apresentou à 3^a Repartição da Câmara Municipal de Lisboa, um projecto para edificação de um conjunto de oito prédios e um conjunto de casas abarracadas que pretendiam construir

numa propriedade que possuíam em Campo de Ourique⁹³. A *Planta de alinhamento às propriedades que desejam construir em Campo de Ourique*⁹⁴, assinada pelos quatro sócios da firma, que constituía a primeira intenção de edificação privada para o limite nascente de Campo de Ourique, era um projecto de extrema simplicidade, plenamente justificada no âmbito dos objectivos da firma: a valorização económica das suas propriedades, através da construção imobiliária. Não existia da parte da construtora qualquer intenção de desenvolver um bairro com as características daquele que foi construído posteriormente, mas apenas fornecer alinhamento às edificações que pretendiam construir, através do alinhamento e prolongamento de dois arruamentos pré-existentes: a Rua do Campo da Parada, e a Rua da Piedade.

Pouco se conhece acerca desta firma⁹⁵. Terá sido estabelecida durante o primeiro trimestre de 1878, provavelmente após a aquisição, em Fevereiro desse ano, de duas propriedades, na antiga parada do Quartel de Campo de Ourique: as Quintas da Pacheca Grande e Pacheca Pequena, adquiridas às famílias de Maldonado d'Eça e Bahuto, respectivamente, a 12 de Fevereiro de 1878⁹⁶. Por se localizar dentro do seu perímetro a parada do Quartel, esta propriedade adquiriu o nome comum de «Parada de Campo de Ourique».

Segundo António d'Avezedo, a firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a foi das companhias construtoras constituídas no âmbito do incentivo concedido pelo Estado⁹⁷. Álvaro Ferreira da Silva refere que foi a *única sociedade com importância destacada na promoção imobiliária*, desde a década de 70 do século XIX, ainda que concentrasse

⁹³ Esta propriedade correspondia às antigas Quintas da Pacheca Grande e Pacheca Pequena.

⁹⁴ *Planta de alinhamento que Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a pretendem dar às propriedades que desejam construir em Campo de Ourique*, Firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, 18 de Outubro de 1878, AML-AC, cx. 8/SGO – 5901. Esta planta, arquivada no Arquivo da Câmara Municipal, é uma cópia da original (não localizada) datada de 26 de Janeiro de 1887 e assinada pelo Engenheiro-Chefe da Repartição, Frederico Ressano Garcia, anexa ao ofício nº 5888. Anexo A, doc. 9.

⁹⁵ Não foi possível, durante o período que durou esta investigação, reunir quaisquer dados relativamente ao processo da criação desta firma, tal como dos seus estatutos. As únicas informações disponíveis são: a identificação dos seus quatro sócios, o nome dos proprietários dos terrenos que adquiriram em Campo de Ourique, e uma data aproximada da sua dissolução (a 10 de Dezembro de 1885 já estaria dissolvida).

⁹⁶ *Escritura de venda, quitação e obrigação*, Cartório Notarial de Lisboa, nº1 (actual nº 3) do Bacharel José Manuel de Barcellos Júnior, Livro 859, 12 de Fevereiro de 1878, fls. 47 a 50 v. A Quinta da Pacheca Grande foi adquirida por 3.950 mil réis, e a Quinta da Pacheca Pequena por 3.750 mil réis, totalizando o valor de 7.700 mil réis.

⁹⁷ Ver António d' AZEVEDO, «Habitações operárias em Portugal – Relatório apresentado ao 2º congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose», in *3º. Congresso contra a Tuberculose: actas e documentos do 3o. Congresso dos Núcleos da Liga Nacional contra a Tuberculose*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907, p. 18.

num só local - Campo de Ourique - toda a sua actividade⁹⁸. A par da construção, a firma detinha ainda como objectivo a exploração de materiais de construção, igualmente limitada a Campo de Ourique. As condições da escritura de aquisição da referida propriedade incluíam a possibilidade de arrendarem (a outrem) uma mina (...) *de areia, pedra e barro*, situada num terreno contíguo à sua propriedade, pertencente a Maldonado d'Eça e Bahuto⁹⁹. O interesse da firma neste tipo de actividade justificava-se em três vertentes. Por um lado, a actividade como construtora estava naturalmente dependente deste tipo de materiais. Por outro lado, um dos quatro sócios da firma - Firmino Benitez Lopes – dedicava-se à exploração e comércio de materiais de construção, estando presente ao longo da década de 80 em inúmeros concursos, promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa, para fornecimento de matéria-prima para utilização na infra-estruturação das novas ruas da capital¹⁰⁰. A exploração desta mina e a revenda da matéria-prima era ainda encarada pela firma como uma oportunidade de lucro, no âmbito do arranque da expansão urbanística da capital e da construção de novos bairros, em que a zona de Campo de Ourique também se enquadrava¹⁰¹.

⁹⁸ Ver Álvaro Ferreira da SILVA, «A construção residencial em Lisboa (1860-1930)», in *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 1996, p. 621.

⁹⁹ O arrendamento desta mina custaria aos sócios da firma 36 mil reis anuais, (...) *pelo tempo que convier aos compradores, e sem que estes fiquem com obrigação alguma de cobrir a mina quando a deixarem. (Escritura de venda, quitação e obrigação, L.º 859 do Cartório Notarial de Lisboa, n.º1 do Bacharel José Manuel de Barcellos Júnior, 12 de Fevereiro de 1878, fls.50 v.). Em Julho do mesmo ano a firma recebeu o valor do primeiro arrendamento da mina, entregue a João Maia dos Santos e Silva e seus três sócios, que deveria explorá-la até Outubro de 1879 (Recibo passado a JMESS e sócios pela renda de uma pedreira em Campo de Ourique, 27 de Julho de 1878, CEHBES, AH/JMESS/002, 26/cx. 001).*

¹⁰⁰ O seu nome surge com frequência na imprensa periódica anunciando o seu armazém de materiais de construção. Em 1890, juntamente com Ricardo Loureiro, Domingos Barbosa Centeno e Ernesto Coelho, estabelece uma sociedade para arrendamento e exploração de uma fábrica de curtumes, em Alcântara – a Fábrica de Curtumes Esperança (ver *Escritura para estabelecimento de Sociedade em nome colectivo*, Cartório Notarial n.º1 (actual n.º 3) de José Manuel de Barcellos Júnior, L.º 928, 25 de Abril de 1890, fls. 51 v. a 53). A acta municipal de 23 de Novembro de 1895 regista uma proposta efectuada pela firma Firmino Benitez Lopes e Aviz & Comp.^a para fornecimento de cal a utilizar na construção (p. 345). Há ainda referência, em escritura pública, ao estabelecimento de uma sociedade comercial com Guilherme Moreira da Silva, empregado de comércio, em Abril de 1896, para *exploração de um estabelecimento comercial de géneros alimentícios*, localizado na Rua Tomás da Anunciação, substituindo-se o antigo estabelecimento de cola e cabedais pertencente a Benitez Lopes, onde Moreira da Silva fora empregado. Ver *Escritura de estabelecimento de sociedade comercial*, Cartório Notarial de Lisboa n.º1 (actual 3º), 21 de Abril de 1896, L.º 962, fls. 42 v. a 45. Em 1901 constituiu nova firma – *Benitez, Dias & Comandita*, para exploração da fábrica de curtumes, que arrendava em Alcântara. Sobre esta firma ver Carlos Alberto DAMAS, «José Maria do Espírito Santo Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915», in *Análise Social*, vol. XXXVII (164), 2002, pp. 851 a 878.

¹⁰¹ Em 1880, a firma vende a Francisco Machado todo o barro que *puderem retirar das propriedades que possuem (...) pelo tempo de quatro anos*. Ver *Escritura de venda e obrigação*, L.º 870 do 1º Cartório Notarial de Lisboa (actual 3º) de José Manuel de Barcellos Júnior, fls. 20 a 21v.

José Maria Espírito Santo Silva (1850-1915) seria o sócio principal da empresa, a avaliar pela posição de destaque na designação da mesma, mas sobretudo pelas informações constantes no extenso conjunto de escrituras efectuadas em tabelião público¹⁰². As referências a empréstimos concedidos aos sócios¹⁰³, hipotecando os terrenos dos mesmos até ao pagamento total da dívida, ou ao financiamento concedido à sociedade construtora¹⁰⁴, são prova da sua destacada capacidade financeira¹⁰⁵, que o permitiu fundar, em 1911, a casa bancária que dará origem ao Banco Espírito Santo¹⁰⁶.

¹⁰² Escrituras registadas no 1º Cartório Notarial de Lisboa (actual 3º) de José Manuel de Barcellos Júnior, entre 1879 e 1898.

¹⁰³ Refira-se a título de exemplo a *Escritura de partilha parcial, venda, obrigação de fornecimento de capitaes* (...), L.º 859 do Cartório Notarial nº1 (actual nº 3) de José Manuel de Barcellos Júnior, 19 de Junho de 1879, fls. 47 a 50 v.

¹⁰⁴ José Maria Espírito Santo Silva financiou, entre 1879 e 1880, a construção do conjunto habitacional programado pela firma para a sua propriedade em Campo de Ourique. Ver L.º 876, Cartório Notarial nº1 (actual nº 3) de José Manuel de Barcellos Júnior, 6 de Outubro de 1881, fls. 84 v. a 85.

¹⁰⁵ Em 1883, dois dos sócios – Manuel Adrião Esteves e José Maria Nepomuceno, vendem a José Espírito Santo Silva, e a Firmino Benitez Lopes todos os terrenos que possuíam em Campo de Ourique, deixando transparecer nesta atitude a sua incapacidade para pagar as dívidas contraídas com os restantes sócios. Ver L.º 175 do Cartório Notarial nº1 (actual nº 3) de José Manuel de Barcellos Júnior, 16 e 29 de Março de 1883, fls. 71 a 73, e 95 v. a 97.

¹⁰⁶ José Maria do Espírito Santo Silva nasceu a 13 de Maio de 1850, em Lisboa, registado como filho de pais incógnitos. Carlos Alberto Damas avança com a possibilidade de Maria Angelina Saraiva e Simão Lima e Castro, Conde de Redunfe serem seus pais. Em 1869, apenas com 19 anos era proprietário de uma *caza de câmbio* na Calçada dos Paulistas. As principais operações deste negócio estavam relacionadas com a revenda da lotaria espanhola (sendo um dos principais redistribuidores em Portugal) e nacional, a aquisição e venda de obrigações, a transacção de títulos de crédito nacionais e estrangeiros, e empréstimos em dinheiro e câmbios. A natural aptidão para os negócios, e a *seriedade e rigor que punha em todos os seus actos*, constituíram as condições para a sua rápida ascensão, realçada por não pertencer à elite económica lisboeta, nem beneficiar de ligações de destaque no mundo financeiro e político. A partir de 1875, volta-se para outras áreas empresariais, nomeadamente o imobiliário. Carlos Damas sugere que *as perturbações conjunturais ocorridas no domínio do seu negócio tradicional, (...), a par de uma calculada diversificação do seu investimento*, estarão na base desta opção. Adquire um prédio na Rua do Sol ao Rato, a Campo de Ourique, arrendando-o por 90 mil réis anuais. Em 1878 constitui (como sócio principal) a sociedade construtora Silva, Esteves, Lopes e Comp.ª adquirindo, em Campo de Ourique, as Quintas da Pacheca Grande e Pequena, estreando-se assim no sector da construção e promoção imobiliária, e simultaneamente na exploração e revenda de materiais de construção. A partir da década de 80 adquire diversos lotes na Avenida da Liberdade e na sua transversal Rosa Araújo, construindo prédios, ao mesmo tempo que se desfazia de todos os seus terrenos e imóveis em Campo de Ourique (até 1889 terá vendido todas as suas propriedades que aí possuía). Ao mesmo tempo investia no mundo financeiro, abrindo em 1880, uma nova casa de câmbio, na Rua dos Capelistas. Entre 1889 e 1897 investe quase exclusivamente na actividade imobiliária adquirindo e construindo imóveis em diversas freguesias da capital. Em 1897 retoma a sua actividade bancária, a qual não voltará a abandonar, com constituindo a firma *Silva, Beirão, Pinto & Comp.ª*, dedicada a *compra e venda de papéis de crédito, fundos públicos nacionais e estrangeiros, operações de câmbio, arbitragens, descontos de letras, e em geral todas as operações de natureza bancária ou cambial* (...). Em 1911 funda a casa bancária *J.M. Espírito Santo Silva*, dissolvendo-se a antiga firma. Entre 1906 e a data da sua morte investiu ainda no mercado colonial africano, investindo da cultura do algodão e fabrico de açúcar, adquirindo novas propriedades e maquinaria especializada. Para mais aspectos sobre a biografia de José Espírito Santo Silva ver Carlos Alberto DAMAS, «José Maria do Espírito Santo Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915», in *Análise Social*, vol. XXXVII (164), 2002, pp. 851 a 878.

Dos dois restantes sócios da firma - Manuel Adrião Esteves¹⁰⁷ e José Maria Nepomuceno¹⁰⁸ - pouco se conhece, apenas que entre 1878 e 1883 são referenciados, nas escrituras de venda e terrenos em Campo de Ourique, como «proprietários».

A partir de Fevereiro de 1878 os sócios da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a passaram a ser um dos grandes proprietários em Campo de Ourique.

Vejamos o que era o campo de Ourique em vésperas do projecto do bairro.

II.1.1. O campo de Ourique: fisionomias e vocações

Campo de Ourique localiza-se no extremo ocidental do perímetro urbano lisboeta, sendo uma extensão planáltica marcada por ligeiros declives¹⁰⁹, situada numa colina com uma cota algo elevada relativamente às áreas a si adjacentes. Com início na zona das Amoreiras, esta colina estende-se para Campolide (a Norte de Campo de Ourique), revelando uma significativa quebra à medida que nos deslocamos para Este, em direcção à zona do Rato (dele separado pela Rua do Sol ao Rato), e sobretudo para Sudoeste, para a zona do Cemitério Ocidental, e para a margem esquerda do Vale de Alcântara (dele separado pela Rua Maria Pia)¹¹⁰, e para Sudeste, em direcção à Estrela. Numa elevação adjacente, também a Sudeste, encontramos o bairro da Lapa, e com franca proximidade, a serra de Monsanto, ponto mais elevado da capital¹¹¹. As características naturais do terreno acabaram por constituir os seus limites, sendo uma área bem definida, diferenciada das áreas circundantes, desde os anos 50 do século

¹⁰⁷ Manuel Adrião Esteves surge, em 1874, estabelecido na Calçada dos Paulistas como agente de máquinas de costura. Em 1878 associou-se a José Maria Espírito Santo Silva, a António Inácio da Fonseca e Carlos Correia da Silva formando a sociedade *Esteves e Comp.^a*, com sede na Rua do Arsenal, 158, ligada ao negócio de comissões. Ver Carlos Alberto DAMAS, *obra cit.*, p. 866.

¹⁰⁸ José Maria Nepomuceno teria pela ausência do seu nome na designação comercial da firma, uma participação de capital, e consequentemente uma capacidade decisória, inferior aos restantes.

¹⁰⁹ Das actuais Rua Silva Carvalho para a Rua Ferreira Borges; da Rua Maria Pia para a Rua Sampaio Bruno, e desta para a Rua Carlos da Maia e Praça São João Bosco (antiga Parada dos Prazeres) e desta última para a Rua Ferreira Borges, denotam-se quebras ou elevações no terreno, na sua maioria consequência das covas resultantes da exploração de pedreiras para enchimento de vazadouros (actividade crescente a partir de meados do século XVIII).

¹¹⁰ Apenas em 1901, (edital de 7 de Novembro) que o troço da Estrada da Circunvalação (entre o lado Sul da antiga Ponte de Alcântara e o início da Rua do Arco do Carvalhão) passa a ser designado de «Rua Maria Pia». Este troço fazia parte, desde 1852, da Estrada da Circunvalação que limitava todo o perímetro urbano da capital. Segundo Norberto de Araújo este arruamento já era designado com o topónimo actual desde a década de 90 do século XIX. Ver Norberto de ARAÚJO, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, Vega, 1992, vol. IX, p. 24.

¹¹¹ Anexo A, doc. 1.

XVIII¹¹² (reconhecido como *sítio*, pertencente à paróquia de Santa Isabel¹¹³), passando a fazer parte do perímetro urbano da capital desde inícios do século XIX¹¹⁴.

A sua posição suburbana permitiu a instalação de uma série de estruturas cujo funcionamento exigia essa mesma característica – o afastamento do centro urbano: o Quartel de Campo de Ourique, e o Cemitério Ocidental, ou dos Prazeres.

O Quartel de Campo de Ourique foi erigido, no extremo Noroeste da planície, entre os anos de 1762-1763, no âmbito das medidas de reorganização do exército português, levadas a cabo no reinado de D. José I. Nele foi aquartelamento da força armada - o Regimento de Minas, sob responsabilidade do Conde do Prado¹¹⁵, comandado pelo Marechal-General Wilhelm von Schaumburg-Lippe, o Conde de Lippe (1724-1777)¹¹⁶. O grande paralelogramo constituiu a primeira grande construção em Campo de Ourique, passando a limitá-lo a Noroeste.

¹¹² Em 1755, segundo o *Rol de confessados da paróquia de Santa Isabel*, Campo de Ourique é o local mais povoado da cidade, contabilizando-se 151 indivíduos. Sobre este assunto ver Gustavo de MATOS SEQUEIRA, *Depois do Terramoto – subsídios para a História dos bairros ocidentais de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1967, vol. I, p. 13 a 17.

¹¹³ Esta paróquia foi instituída a 14 de Maio de 1741, pelo Cardeal Patriarca, D. Tomaz de Almeida, tendo sido a sua sede a já desaparecida Ermida de Santo Ambrósio, localizada em terreno particular do Visconde de Santo Ambrósio, no ano de 1731, localizada na Rua de Santo Ambrósio (actual Rua de D. Dinis)

¹¹⁴ Segundo Augusto Vieira da SILVA, em inícios do século XIX (...) *o território do quartel e parada de Campo de Ourique até ao ramal do aqueduto das Águas Livres (...) ficavam interiores ao circuito da cidade*. Ver Augusto Vieira da SILVA, *Os limites de Lisboa*, Lisboa, CML, 1941, p. 12

¹¹⁵ Segundo Pereira SALLES, a 7 de Junho de 1763, mandou o Conde de Lippe marchar os regimentos que estavam acampados para os seus quartéis. Entre eles o do Conde do Prado, para Campo de Ourique Ver Ernesto Pereira de SALLES, *o Conde de Lippe em Portugal*, Vila Nova de Famalicão, Comissão de História Militar, 1936, p. 100.

¹¹⁶ O conde de Lippe, conde reinante de Schaumburg, um pequeno estado do Império alemão, fora chamado a Portugal, em 1762, pelo Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra (Marquês de Pombal) com a missão de reorganizar o Exército Português. O referido ano marcava o início de um conflito armado entre Portugal, Espanha e França, com a invasão de Trás-os-Montes e da Beira, situação latente desde a assinatura do Tratado de Utrecht (1713), vendo diminuídas as possibilidades de defesa face à ameaça crescente do vizinho espanhol. Perante a resposta ineficaz do exército português face às primeiras investidas estrangeiras, o Marquês de Pombal considera urgente uma reorganização do exército, procurando-se a sua consolidação, disciplina e preparação adequadas a esta e futuras ofensivas. Com apenas 38 anos de idade, Lippe, fora aconselhado ao Ministro de D. José I por Choiseul e fora enviado por Jorge II de Inglaterra. Desembarcou, de forma aparatosa, em Lisboa, no dia 3 de Julho de 1762, e por decreto do mesmo dia, foi-lhe entregue o mais elevado cargo do Exército Nacional. A acção do General foi surpreendente, tendo promovido a reorganização de diversos corpos militares, e elaboração de regulamentos respeitantes a armamentos e regimentos aquartelados, o desenvolvimento da Engenharia Militar, e ainda a consolidação de diversas praças-fortes, como o Forte de Nossa Senhora da Graça, ou Praça de Elvas A edificação do Quartel de Campo de Ourique, e do Quartel da Ajuda constituíram, no âmbito do programa de reformulação militar, um dos poucos estabelecimentos em Portugal a serem propositadamente construídos para aquartelamento da força armada. Para o quartel da Ajuda seguiu o regimento do próprio Conde de Lippe. Ver Susana Maia e SILVA, «O impacto urbanístico do quartel de Campo de Ourique (1762-1878)», in *Actas do XV Colóquio de História Militar (Portugal Militar nos séculos XVII e XVIII até às vésperas das invasões francesas*, Lisboa, 7 a 10 Nov. 2005, Comissão Portuguesa de História Militar, vol. II, pp. 649 a 659.

A construção de uma estrutura militar implicou a necessária alteração do espaço em redor, fundamental ao normal funcionamento das suas actividades, muitas vezes impulsionada pelas exigências de cada novo regimento aí aquartelado¹¹⁷. A abertura da grande Parada, por volta de 1812, a Este do edifício, fez recuar áreas agricultáveis, exigida pela necessidade de um espaço dedicado ao treino militar, alterando o quotidiano deste espaço, agitado pelos constantes exercícios militares aí efectuados¹¹⁸. Em 1878 a Parada de Campo de Ourique estava integrada na Quinta da Pacheca. A construção do Paiol influenciou também a transformação da fisionomia do planalto. Construído com alguma distância do aquartelamento, por questões de segurança, servia para guarnição de pólvora e outro tipo de armamento¹¹⁹. A grande linha de defesa, conhecida como as «Fortificações de Campo de Ourique» que limita o campo de Ourique a Oeste, terá sido erguida aquando da construção do Quartel. Ambas as estruturas constituíam pontos importantes na definição de uma estratégia de defesa militar do extremo Oeste da cidade.

O quartel transformou-se também num foco de atracção populacional. Em seu redor foram sendo construídos edifícios e definidos novos arruamentos. Os mais antigos serão a «Travessa atrás dos quartéis»¹²⁰, e «Abarracamentos Militares» que rodeiam o quartel, na sua parte superior e inferior, respectivamente¹²¹. A Rua de São João dos Bem Casados (troço da actual Rua Silva Carvalho), também terá sido aberta após a construção do quartel, já em plena década de 60 do século XIX, correndo paralelamente ao quartel, no seu lado Este¹²².

¹¹⁷ Para além do Regimento de Minas, aí estacionado aproximadamente entre 1762/1763 e posteriormente entre 1800-1801), aí estiveram aquartelados os Regimento de Infantaria 4 (1801-1840), e o de Infantaria 16 (1840-1912), que foi destacado para Campo de Ourique pelo decreto de 31 de Outubro de 1840, que alterou a residência das tropas, tendo o 4 de Infantaria sido transferido para Valença. Ver *Notícia Histórica do Regimento de Infantaria 16*, 1892, p. 14.

¹¹⁸ Anexo A, doc. 3.

¹¹⁹ O Paiol surge representado pela primeira vez no *Mapa da cidade de Lisboa e de Belém em 1812 conforme as observacoens feitas por hum oficial servindo no exército (...) do Marechal Duque de Wellington*, I. Tomkins, 1812, MC, GRA. 292 (col. Vieira da Silva). Anexo A, doc. 4.

¹²⁰ Topónimo de 1857, substituindo a anterior designação de «Detrás dos Quartéis».

¹²¹ Em 1812 (*Mapa da cidade de Lisboa e de Belém em 1812 conforme as observacoens feitas por hum oficial servindo no exército de (...) do Marechal Duque de Wellington*, I. Tomkins, 1812, MC, GRA. 292 (col. Vieira da Silva) estes arruamentos surgem bem definidos, contrariamente à definição ainda embrionária na *Planta da freguesia de Santa Isabel* de 1770. No mesmo *Mapa* de 1812 surgem ainda representados pela primeira vez o Largo da Páscoa que veio a fazer parte da Rua Silva Carvalho, a partir de 1920, descrito nas Décimas como um espaço bem aldeão, possuindo duas árvores e algumas casas téreas. As travessas de Jesus Maria José (pós-Terramoto) de Santo Aleixo e de São Caetano, as duas últimas ainda hoje com o mesmo nome, aparecem igualmente explícitas no desenho. Anexo A, doc. 2.

¹²² Por edital de 16 de Outubro de 1920 esta rua passou a designar-se Rua Silva Carvalho, passando a abarcar nesta designação o Largo da Páscoa.

A Rua da Piedade (actual Rua Infantaria 16) surge representada a partir de 1812, ligando o quartel à Rua de São João dos Bem Casados, e conseqüentemente, à parte habitada mais antiga de Santa Isabel. A Rua de Campo de Ourique¹²³ fora igualmente definida após a construção do Quartel, ligando o planalto ao Largo do Rato (através da actual Rua do Sol ao Rato), funcionando como o limite Norte do planalto. A Rua do Campo da Parada será em 1878 a rua mais recente, definida durante a década de 50 do século XIX, diagonalmente ao Quartel de Infantaria 16, e transversalmente à Rua de Campo de Ourique, cortando parte das Quintas do Farelo e Lobato.

O Cemitério Ocidental¹²⁴, ou dos Prazeres, limita o planalto a Sudoeste. Construído a partir de 1835, numa das secções da Quinta dos Prazeres¹²⁵, sobranceira ao Vale de Alcântara, veio inaugurar, simultaneamente com o Cemitério Oriental, aberto na Quinta do Varejão, no Alto de São João, junto a Xabregas, um novo modelo de cidade - a *cidade sanitária*, em detrimento da *cidade santuário*¹²⁶. As exigências inerentes a este modelo implicavam a implantação destas estruturas nos extremos do perímetro urbano, assegurando-se a questão da higiene, mas simultaneamente o afastamento da *evidência quotidiana da morte* de forma a libertar o centro urbano e social do constrangimento que esse fenómeno provoca. O cemitério passou a constituir um novo limite, mental e físico da capital, e possibilitando, em consequência, o alargamento da cidade, até aí mentalmente encarada através de um modelo coeso e unitário em si mesmo¹²⁷. Com efeito, a implantação do cemitério despertou novos interesses urbanos, acabou por convertê-lo num *motor desmultiplicador do centro da cidade* e um *potencial foco direccionado de crescimento urbano*¹²⁸, tal como o Quartel o fora em meados do século XVIII. Este crescimento foi em parte fomentado pelo próprio Município, através da abertura de vias de acesso ao mesmo, tal como a Estrada

¹²³ Por edital camarário de 1 de Setembro de 1859, a Rua de Campo de Ourique passou a reunir no seu topónimo a Rua dos Pousos, que se desenhava na sua continuidade.

¹²⁴ Sobre as características do Cemitério ver Paula Pinto VIEIRA, *Os Cemitérios de Lisboa no século XIX – Pensar e Construir o novo palco da Memória*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, FCSH, UNL, 1999, 2 vols.

¹²⁵ Após a morte de D. Francisco Luís Carneiro, sucessor do foreiro, o Conde da Ilha, Luís Carneiro, os herdeiros obtiveram permissão do Senado camarário para a divisão da propriedade. Uma das secções, propriedade do Conde de Lumiares (descendente de Luís Carneiro), em 1833, foi então adquirida pelo Governo, e só depois entregue à Câmara Municipal de Lisboa, depois desta ter reivindicado o foro da Quinta, e da Inspeção dos Cemitérios ter posto a seu encargo a construção do Cemitério. A secção adquirida compreendia a parte da cerca da Quinta, a ermida e «as casas nobres», encontrando-se estas arruinadas (já desde 1817), existindo junto delas «barracaria abundante», que já nos séculos XVII e XVIII era conhecida por Pátio dos Prazeres. Ver Gustavo de MATOS SEQUEIRA, *obra cit.*, vol. IV, p. 249. Anexo A, doc. 7.

¹²⁶ Paula Pinto VIEIRA, *obra cit.*, vol. I, p. 79.

¹²⁷ Paula Pinto VIEIRA, *obra cit.*, vol. I, p. 85.

¹²⁸ Idem.

do Cemitério Ocidental, aberta entre 1863 e 1869¹²⁹, que passou também a constituir-se como novo limite do campo de Ourique, fornecendo-lhe acesso.

Em vésperas do pedido da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, o quartel e o cemitério seriam os únicos edifícios a pontuar o campo de Ourique. O restante espaço dividia-se em cinco grandes propriedades: A Quinta da Pacheca Grande, a Quinta da Pacheca Pequena, a Quinta do Bahuto, a Quinta do Dourado, e a Quinta do Dourado de Baixo¹³⁰.

A Quinta da Pacheca Grande fora adquirida em Fevereiro de 1878 pela firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a à família Maldonado d'Eça. A *Planta dos terrenos da Pacheca Grande e Pacheca Pequena*, de Fevereiro de 1878¹³¹, e a já referida planta de 18 de Outubro de 1878, traçada pela referida firma, fornecem-nos a localização precisa desta propriedade, Situada entre a actual Rua Ferreira Borges e a Rua Tomás da Anunciação, era comumente denominada por «Parada de Campo de Ourique» por ocupar a área utilizada pelos regimentos militares para exercícios marciais. Estendia-se sensivelmente até às actuais ruas Rua Pereira e Sousa (a Este), e a Rua Infantaria 16 (a Oeste).

A Quinta da Pacheca Pequena era propriedade de Manuel Alves Bahuto e sua mulher Genoveva Rosa Bahuto, quando em Fevereiro de 1878, foi adquirida, juntamente com a Pacheca Grande, pela firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a. É identificada nos levantamentos cartográficos da área desde 1770¹³², colando com os limite Este da Quinta da Pacheca Grande. Estendia-se entre a actual Rua Ferreira Borges, ocupando o lado Este do actual bairro até à Rua Tenente Ferreira Durão.

Manuel Alves Bahuto seria também proprietário da grande Quinta do Bahuto, localizada no extremo Sul do campo de Ourique, referenciada desde os anos 50 do

¹²⁹ A proposta para abertura de uma «larga rua e estrada que facilitasse a serventia» ao Cemitério, aparece pela primeira vez em 1860, apresentada pelo vereador Rodrigues da Câmara (*Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 3 de Fevereiro de 1860). Sobre o processo de construção da referida Estrada vide *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 22 de Maio e 10 de Setembro de 1860, 21 de Abril de 1864, 1 de Fevereiro de 1864, 10 de Abril de 1866 e 14 de Outubro de 1869.

¹³⁰ A identificação dos limites das propriedades existentes em Campo de Ourique só foi possível através da análise de diversos levantamentos da cidade e da zona de Campo de Ourique, e de um conjunto extenso de documentos elaborados no âmbito da construção do bairro, nomeadamente plantas de expropriação e de lotes, requerimentos de moradores do bairro, e ainda escrituras de expropriação de terrenos e venda de terrenos.

¹³¹ *Planta dos Terrenos da Pacheca Grande e Pacheca Pequena em Campo de Ourique*, 1878, CEHBES, AH/JMESS/001.

¹³² Ver *Planta da freguesia de Santa Isabel*, Sargento-Mor José Monteiro de Carvalho, 1770. AML-AC PT/AMLSB/AC/CMLSB/UROB-PU/16

século XVIII¹³³. Esta propriedade seria limitada pela actual Rua Saraiva de Carvalho, a Sul, alargando-se em direcção ao actual Largo São João Bosco, a Poente. O actual topónimo «Travessa do Bahuto» perpetua nos dias de hoje a sua memória. A Norte estendia-se onde hoje encontramos a fileira de quarteirões entre as Ruas Coelho da Rocha e Almeida e Sousa, e a Este, tinha início um pouco acima da Rua Tomás da Anunciação.

A Quinta do Dourado seria a maior propriedade do campo de Ourique. Em 1878 era propriedade de António Dourado¹³⁴. Localizada através de duas plantas, datadas de 1884¹³⁵, ocupava toda a parte Oeste do actual bairro, até à Rua Maria Pia, limitada a Este pelas Quinta da Pacheca Grande e Pequena, e a Sudeste pela Quinta do Dourado de Baixo. O caminho da Quinta do Alto dos Prazeres (depois Rua dos Prazeres), que ligava a zona dos Prazeres a Campo de Ourique, limitava-a a Sudoeste.

A Quinta do Dourado de Baixo, propriedade de Francisco António Correia situava-se entre a Quinta do Bahuto, (a Sul) a Quinta da Pacheca Grande (a Norte), e a Quinta do Dourado (a Noroeste). A Este limitavam-na uma série de pequenas propriedades, pertencentes a João Alves, Carolina da Costa Peyl e Luís da Cunha Viegas.

Alberto Meyrelles menciona nos seus *Apontamentos* quatro outras quintas em Campo de Ourique: as Quintas do Farelo, Lobato, Marujinho, e do Fernandinho, que ocupavam a parte Sul da actual Rua Ferreira Borges¹³⁶, das quais não foi possível comprovar a sua localização através de plantas da época.

As maiorias das referidas propriedades eram explorações agrícolas, constituídas por olivais e campos de cultivo de cereal, observados em diversas plantas e desenhos que ilustram esta área a partir de meados do século XIX. A presença de moinhos na zona, como atestam alguns topónimos da zona, como os Sete Moinhos¹³⁷, comprovam a cultura do trigo no planalto, e a indústria da transformação local do produto para fabrico do pão.

¹³³ Segundo Gustavo de MATOS SEQUEIRA (*obra cit.*, vol. IV, pp. 467) a Quinta do Bahuto é identificada desde 1759, no âmbito de documentação elaborada para a edificação do Palácio Real no período de reconstrução pós-terramoto.

¹³⁴ Informação retirada da *Escritura de venda, quitação e obrigação*, Cartório Notarial de Lisboa, nº1 do Bacharel José Manuel de Barcellos Júnior, Livro 859, 12 de Fevereiro de 1878, fls. 47 a 50 v.

¹³⁵ *Planta indicando o estado do bairro de Campo de Ourique em 27 de Novembro de 1884*, CML, Rep. Técn., 1891. AML-AC, 9/P – 7336.

¹³⁶ Alberto MEYRELLES, *Lisboa Ocidental, apontamentos para a monografia do 4º bairro*, Lisboa, Poligráfica, 1939, p. 137.

¹³⁷ A actual Rua dos Sete Moinhos, representativa da memória da zona dos Sete Moinhos, situa-se entre a Rua Maria Pia e a Rua do Arco do Carvalhão, nas encostas do Vale de Alcântara.

As características do subsolo de Campo de Ourique proporcionavam a exploração de diversas matérias-primas utilizadas na construção, à semelhança do que acontecia em Campolide e Alcântara. São identificadas em Campo de Ourique pedreiras de calcário, barreiros e saibreiras¹³⁸, desde meados do século XVIII, e em plena actividade no ano de início de abertura do bairro¹³⁹. À medida que se intensificava o mercado da construção na capital, surgiram também em Campo de Ourique, e Alcântara, os fornos de cal, material essencial à construção¹⁴⁰.

O desenvolvimento deste tipo específico de trabalhos implicou a migração de operários para o planalto, trabalhando nas pedreiras, pequenas indústrias, e na agricultura, fixando-se junto do seu local de trabalho. A proximidade de um dos pólos fabris mais relevante da capital - a ribeira e vale de Alcântara¹⁴¹, se não influenciou a instalação de indústria em Campo de Ourique¹⁴², constituiu-se como um pólo de fixação populacional na área.

Apesar do crescimento urbanístico sentido a partir de meados do século XVIII, Campo de Ourique foi *chão rústico de quintas e olivais, terras de pão e oliveiras*, e sítio de *hortas e oliveirais tranquilos*¹⁴³. Estas características - um espaço amplo, não urbano, sem marcadas pré-existências, terão certamente influenciado a Câmara na sua decisão de planear a urbanização do campo de Ourique. As plantas do Eng^o Filipe Folque¹⁴⁴, de 1857 ilustram bem as singularidades do campo de Ourique alguns anos antes do início do projecto de urbanização, apresentando de forma pormenorizada as estruturas e arruamentos que o pontuavam. Entre a década de 50 e finais da década de 70 do século XIX as alterações neste espaço foram pouco significativas, registando-se apenas, como vimos, o aparecimento de alguns arruamentos.

¹³⁸ Gabriel de ALMEIDA, *et alli*, «Levantamento cartográfico das pedreiras do concelho de Lisboa», in *Lisboa – Urbanismo*, Boletim da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão urbanística, A 3, n^o 13, Set/Out. 2000, p. 17. Na zona de Campo de Ourique, contabilizam-se sete pedreiras de calcário, e ainda uma exploração de argila, precisamente no local onde em 1883 a Empresa Cerâmica de Lisboa instalou uma Fábrica de Telha e Tijolo, como veremos adiante.

¹³⁹ Nas Quintas da Pacheca Grande e Pequena, Maldonado e Bahuto exploram barro, areia e pedra, arrendando a exploração, a partir de 1878 à sociedade Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a.

¹⁴⁰ Ver Jorge CUSTÓDIO, «Alcântara», in *Dicionário da História de Lisboa*, 1994, p. 34. O autor acrescenta que o combustível destes fornos era (...) *oriundo das charnecas do Ribatejo*.

¹⁴¹ Sobre a topografia de Alcântara ver João Paulo FREIRE, *Alcântara – Apontamentos para uma monografia*, 1929, pp. 197 a 202.

¹⁴² A Rua Maria Pia, um dos troços da Estrada da Circunvalação, funcionava como separador entre a zona fabril de Alcântara e o planalto rural de Campo de Ourique, e como seu limite a Oeste e Noroeste, não deixando trespassar as influências do pólo fabril.

¹⁴³ Norberto ARAÚJO, *obra cit.*, p. 69 e 70; Carlos Pereira CALLIXTO, «Hortas e Oliveirais tranquilos no Campo de Ourique Setecentista», s.l., s.n., s.d..

¹⁴⁴ Ver *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, dir. Filipe Folque; lev. Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard*, 1857, plantas n^o 25, 32 e 33. AML-AC PT/CMLSB/URB/A/01. Anexo A, doc. 5 a 8.

II.2. A actuação da 3ª Repartição da Câmara Municipal de Lisboa – o projecto do novo bairro da capital

A 21 de Outubro a firma entrega na Câmara Municipal um requerimento solicitando a *fixação de alinhamento para os prédios que pretendiam construir na antiga parada de Campo de Ourique*. O referido ofício obteve resposta imediata, tendo sido agendada pela Câmara Municipal, para 23 de Outubro, uma vistoria para que pudesse ser fixado o requerido alinhamento¹⁴⁵. A deliberação dos vereadores enquadrava-se na nova mentalidade urbanística, empenhando-se no controlo de todas as iniciativas de foro privado, evitando-se, como até aí, uma edificação negligente, impeditiva de uma programação urbanística racional. A Câmara Municipal aplicava assim, numa das suas primeiras ocasiões, o recente enquadramento legislativo e metodológico respeitante à programação urbanística, e ao controlo e fiscalização de todas as actividades na via pública.

A vistoria aos terrenos da antiga parada de Campo de Ourique, realizada a 15 de Novembro de 1878, desperta a atenção da 3ª Repartição Técnica para o projecto da sociedade construtora, comprovada pela aprovação, nesse mesmo dia, de uma planta *invocando as novas ruas que devem ser abertas entre as ruas de Campo de Ourique e a do Cemitério Ocidental*¹⁴⁶. Esta peça representa, ainda que não o seja referido explicitamente, o projecto para o novo bairro de Campo de Ourique¹⁴⁷, que analisamos mais adiante. A Câmara Municipal apercebera-se das potencialidades de Campo de Ourique e dos benefícios que a sua urbanização traria em prol da capital, transformando uma simples intenção de edificação num projecto à escala de um bairro.

Deparemo-nos agora com a autoria do referido projecto.

¹⁴⁵ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 21 de Outubro de 1878, p. 614. Na Acta de 13 de Novembro de 1878 (53ª sessão, p. 649), acerca do ofício recebido pela firma requerendo a fixação de alinhamentos, mandou a Câmara proceder a uma vistoria dos terrenos para o dia 23 de Outubro, que não tendo sido efectuada foi reagendada para o dia 15 de Novembro do mesmo ano (*Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 13 de Novembro de 1878, p. 649).

¹⁴⁶ *Planta indicando as novas ruas que devem ser abertas entre as ruas de Campo de Ourique e do Cemitério Ocidental*», CML, Rep. Técnica, Augusto César dos Santos e Agnello José Moreira, 15 de Novembro de 1878, AML-AC, cx. 8/ SGO – 5902. À semelhança da planta de 18 de Outubro de 1878, também esta se conhece apenas por uma cópia, datada de 26 de Janeiro de 1887 e assinada por Frederico Ressano Garcia. Neste documento estão bem identificados os limites da propriedade da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a. Anexo A, doc. 10.

¹⁴⁷ O termo «bairro» apenas surge de forma explícita na documentação cartográfica relativa a esta urbanização em Janeiro de 1880 (*Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 12 Janeiro de 1880, p. 15), no âmbito da aprovação de orçamentos para troços de cano de esgoto.

II.2.1. A autoria do plano do bairro de Campo de Ourique

O autor do plano do novo bairro de Campo de Ourique é Augusto César dos Santos, então chefe da 2ª secção da 3ª Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, referente a *obras de calçadas, canalizações e trabalhos correlativos*.

Ainda que a planta que oficializa o início do projecto do bairro esteja incontestavelmente assinada por César dos Santos, a autoria do plano do novo bairro de Campo de Ourique tem sido incorrectamente atribuída ao Engenheiro-Chefe da Repartição Técnica, Frederico Ressano Garcia. Esta atribuição terá sido motivada pela assinatura do Engenheiro-Chefe numa cópia da planta traçada pela firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, de Janeiro de 1887. Por outro lado, a exigência na aprovação e fiscalização de todos os trabalhos urbanísticos projectados para a cidade, pelo principal responsável da Repartição Técnica, assinando, por isso, um conjunto extenso de documentos e peças gráficas, respeitantes ao novo bairro, levou também à referida atribuição. A assinatura do Eng^o Agnello José Moreira (?-1888)¹⁴⁸, Chefe da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Lisboa, órgão dependente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, na planta de Novembro de 1878, cujo aval era aliás obrigatório no âmbito do quadro legal respeitante ao planeamento urbanístico, contribuiu também para a atribuição, igualmente incorrecta, do projecto do bairro a este Engenheiro.

São escassas as informações acerca do curriculum de Augusto César dos Santos¹⁴⁹, sabendo que iniciou a sua formação como Condutor de Obras Públicas no Instituto Industrial de Lisboa. Em 1874 foi nomeado para chefe da 2ª secção da 3ª Repartição Técnica, não possuindo ainda o seu diploma de graduado¹⁵⁰. Esta nomeação,

¹⁴⁸ Agnello José Moreira já tinha categoria de Engenheiro subalterno de 1ª classe no corpo de Engenharia Civil em Outubro de 1868, sendo Director da Direcção de Obras Públicas do Distrito de Braga. A 9 de Junho de 1869 foi nomeado para chefe da Repartição Técnica da *Direcção dos telégrafos e pharoes do Reino* (portaria de 15 de Março de 1870). A 30 de Março o Ministério da Marinha nomeou-o 1º Director das Obras Públicas do Estado da Índia (Goa). Pela Portaria de 27 de Setembro de 1878 foi nomeado Director de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, e a 18 de Agosto de 1879 foi exonerado do cargo e nomeado Director interino da exploração de Caminhos-de-ferro do Minho e Douro. Entre 1879-1881 e de 1886-1888 pertenceu aos quadros do Conselho Geral de Obras Públicas e Minas, e à Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas. Em 1883 foi nomeado vogal da comissão encarregada de estudar melhoramentos a fazer no Porto de Lisboa. Em 1887 foi nomeado para proceder a um inquérito acerca das irregularidades praticadas pela Comp.^a de Caminhos-de-ferro da Beira Alta. Ver Processo Individual (AHMOP).

¹⁴⁹ Na pesquisa efectuada aos processos individuais dos funcionários da Câmara Municipal, não foi localizado o seu processo individual. Desconhecem-se, por isso, as datas de nascimento e morte.

¹⁵⁰ Ver *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 24 de Agosto de 1881, p. 2176.

usualmente atribuída a um Engenheiro, constituía o reconhecimento das suas capacidades, passando a trabalhar em colaboração com um Arquitecto de renome - Domingos Parente da Silva (1836-1901)¹⁵¹, então responsável pela 1ª secção da 3ª Repartição municipal, respeitante a «Construções urbanas e trabalhos correlativos».

A capacidade de César dos Santos estendeu-se a outros sectores de actividade, nomeadamente ao Mobiliário urbano. Pedro Bebiano Braga identifica inúmeros desenhos, de marcos, grades, chafarizes, bebedouros e até latrinas e urinóis, assinados pelo Condutor¹⁵². A qualidade da sua prestação nesta área levou inclusivamente Bebiano Braga a identificar Augusto César dos Santos como *Arquitecto da Municipalidade*, desconhecendo a sua formação de base. O mesmo autor destaca o carácter essencial do seu trabalho, tendo desenhado *incessantemente, já que (quase) tudo estava por fazer*¹⁵³. Bebiano Braga acaba por salientar um facto importante no percurso de Augusto César dos Santos, quando refere que *no mobiliário urbano se copiava decalcadamente, o modelo, na generalidade, parisiense*¹⁵⁴. Com efeito, tanto nesse âmbito, como no planeamento urbanístico, tentava-se uma aproximação ao gosto haussmaniano, encarado, como vimos anteriormente, como o principal exemplo para a projecção, organizada de uma cidade moderna. Vimos também como a administração central e municipal promovia, consciente da importância dos projectos de remodelação urbanística um pouco por toda a Europa, a Engenheiros e Arquitectos, a visita ou formação adicional, na Europa, de uma forma geral, em Paris, aproximando-os dos métodos e técnicas desenvolvidas nas recentes remodelações urbanísticas. César dos Santos foi um dos técnicos que visitou Paris e algumas cidades da Europa, em Junho de 1878. Ainda que tenha sido o próprio a requerer a sua deslocação *visitar a Exposição Universal de Paris e algumas cidades da Europa*, prova da sensibilidade que tinha

¹⁵¹ Domingos Parente da Silva iniciou o seu percurso como Pintor e Desenhador, tendo executado trabalhos em áreas distintas: ao serviço da Sé de Lisboa, onde executou algumas figuras no tecto da mesma, e trabalhos técnicos; para a Companhia Real dos Caminhos de Ferro, nas obras da Estação de Santa Apolónia. Em 1866 foi nomeado Arquitecto da Câmara Municipal de Lisboa tendo elaborado projectos como os Paços do Concelho (1865-1880), e outros mais ligados ao Urbanismo, como a rua de ligação do Largo das Cortes ao Aterro (1870), a rua marginal entre a Estação dos Caminhos de Ferro de Norte e Leste e o Cais de Santarém (1867), entre outras. No ano de 1885 o seu nome consta do quadro de efectivos do Ministério das Obras Públicas, tendo colaborado nas obras de restauro do Palácios da Ajuda e Necessidades, nas obras do Tribunal de Contas, do Farol do Cabo da Roca, do Hospital dos Alienados, dos pórticos do Cemitério dos Prazeres, do Mercado Geral de Gados, e ainda no restauro da Igreja dos Jerónimos e do Anexo da Casa Pia (para onde executara anteriormente, as camaratas e refeitório). Ver Maria Helena Barata-MOURA, *obra cit.*, pp. 85 a 86.

¹⁵² Ver Pedro Bebiano BRAGA, *Mobiliário urbano de Lisboa. 1838 – 1938.*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, apresentada na FCSH, UNL, 1995, p. 20.

¹⁵³ *Idem*, p. 21.

¹⁵⁴ *Idem*, *ibidem*.

perante a importância do que vinha a acontecer um pouco por toda a Europa, resolveu-se por unanimidade conceder-lhe a licença pretendida¹⁵⁵. O vereador Nunes evidenciou inclusivamente que *o serviço tecnico da camara aproveitaria com a excursão d'aquelle empregado, que iria assim adquirir um certo número de conhecimentos praticos d'assumptos da sua competência*¹⁵⁶.

A escolha de César dos Santos para a programação do mais recente bairro da capital poderia surpreender se estivesse apenas em causa a sua formação como Condutor de Obras Públicas. No entanto, em 1878, este Condutor já havia dado provas suficientes das suas capacidades técnicas e criatividade ao serviço das Obras Públicas. Por outro lado, a atribuição desta responsabilidade a César dos Santos pode ser explicada pelo momento de grande intensidade de trabalho Repartição Técnica municipal. Ressano Garcia estaria nessa fase, ocupado com os projectos considerados prioritários para o futuro da capital. Maria Helena Barata-Moura¹⁵⁷ refere ainda que neste contexto se tornara comum a atribuição a Conductores de Obras Públicas para a programação de várias intervenções no tecido da cidade. Esta situação acabava por gerar certa concorrência entre a classe de Engenheiros e Arquitectos e a dos Conductores de Obras Públicas, invertendo-se a tendência dos restantes países europeus¹⁵⁸. Os Conductores usufruíam de uma formação tão completa quanto a dos Engenheiros e Arquitectos, beneficiando também de uma experiência prática consolidada através do tirocínio obrigatório no Ministério das Obras Públicas¹⁵⁹. Os Conductores desenvolveram, durante as décadas de 70, 80 e 90, trabalhos de destaque no sector da Engenharia, nas Obras Públicas, mas também da Arquitectura, realidade comprovada pelo exemplo de César dos Santos, experiente na área do desenho de mobiliário urbano, função normalmente atribuída a Arquitectos. O bairro de Campo de Ourique foi, neste âmbito, um dos primeiros empreendimentos, onde um Condutor de Obras Públicas adquiriu grande responsabilidade, mas também grande destaque no trabalho que desenvolveu.

Após lhe ter sido atribuída a competência para elaborar o plano para o bairro de Campo de Ourique, as capacidades deste Condutor continuaram a ser reconhecidas pelo

¹⁵⁵ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 10 de Junho de 1878, pp. 331 a 332; e 22 Junho de 1878, p. 413. O vereador Nunes, perante a reticência de outros vereadores, evidenciou em defesa do Condutor que *este tinha dado sobejas provas da sua competência para o logar que exercia, e que (...) era incontestavelmente zeloso e inteligente.*

¹⁵⁶ *Idem.*

¹⁵⁷ Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, pp. 59 e ss.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 64

¹⁵⁹ *Idem*, p. 294.

Município. A proposta de nomeação para Encarregado das obras da Avenida da Liberdade, sugerida pelo vereador Dr. Alves, a 14 de Maio de 1879¹⁶⁰, é disso uma prova evidente. O ano de 1879 marca o início da abertura desta Avenida, considerado o mais importante projecto da capital, passando a dividir as atenções com as outras obras já em curso, tais como a Avenida 24 de Julho, a Avenida D. Carlos I, e a Avenida dos Anjos. Perante o acréscimo do volume de trabalho nas diversas secções da Repartição Técnica, a Câmara alertava no sentido da contratação de um outro Engenheiro, que se deveria ocupar, em exclusivo da abertura do *boulevard* lisboeta. César dos Santos foi porém preterido, tendo sido nomeado como Encarregado das Obras da Avenida da Liberdade o Eng.º António Maria de Avellar (1854-1912)¹⁶¹. Terá sido a pressão que o vereador Dr. Elias Garcia exerceu junto dos outros vereadores, que levou ao afastamento de César dos Santos para este cargo. Este afirmava *que o Sr. Santos é chefe da 2ª sessão da Repartição Técnica, que além disso está encarregado da superintendência de outros trabalhos que é sua opinião que este empregado não possui habilitação necessária para dirigir uma tão importante obra, que deve ser entregue a pessoa habilitada para que vá feita methodicamente e por isso vota contra a proposta do Sr. Dr. Alves*¹⁶². Em defesa de Augusto César dos Santos, afirmava o Dr. Alves *que os trabalhos de que este empregado se tem encarregado tem tido perfeita execução, enquanto que existem outras obras cheias de defeitos, talvez, de certo, devidos aos projectos*¹⁶³.

Augusto César dos Santos destaca-se pelo seu percurso, preenchido de intervenções de qualidade, sendo meritório dos cargos para os quais foi nomeado. A sua importância nos destinos urbanísticos da cidade vale-lhe uma merecida comparação a Engenheiros e Arquitectos.

II.3. Conceptualização urbanística

¹⁶⁰ *Actas das sessões da Comissão de Melhoramentos Municipais*, 14 de Maio de 1879, p. 234.

¹⁶¹ António Maria de Avellar ingressa nos quadros do Município, por decisão da Comissão de Obras a 3 de Outubro de 1879, ano em que finalizara a sua formação como Engenheiro Civil. Em 1886, encontram-no no Ministério das Obras Públicas, como efectivo, apesar de possuir uma licença ilimitada, já que não chega a abandonar o seu cargo na Câmara. Em 1889, substitui Ressano Garcia na Comissão para o estudo do Plano Geral de Esgotos da capital. Integrou a Comissão encarregue de elaborar o projecto para o edifício do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, no ano de 1898, onde foi depois Professor. Em 1903, integrou uma outra Comissão, a de Verificação de Pontes e Construções Metálicas. Para mais aspectos sobre o percurso profissional de António Maria Avellar ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 95.

¹⁶² *Actas das sessões da Comissão de Melhoramentos Municipais*, 22 de Agosto de 1879, Livro 2, fls. 34 a 34 v.

¹⁶³ *Idem.*

Augusto César dos Santos optou por redefinir a proposta da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a., aproveitando as suas linhas de orientação, mas traçou uma intervenção mais ambiciosa, à escala de um bairro. Planeava-se a abertura de 8 novas ruas, entre as pré-existentes Rua do Campo da Parada e a Rua do Cemitério Ocidental¹⁶⁴, de largura uniformizada, cujo entrecruzamento formava 25 quarteirões. Definia-se assim uma malha ortogonal, com orientação Norte/Nordeste, na qual se alternam vias de circulação e quarteirões, estes destinados à construção habitacional¹⁶⁵.

O aproveitamento da proposta anterior estabeleceu à partida o respeito pelos arruamentos e estruturas pré-existentes, nomeadamente à Rua do Campo da Parada e ao Quartel de Campo de Ourique (definidos como limite Nascente do novo bairro), à Rua de Campo de Ourique (limite Norte), à Rua do Cemitério Ocidental (limite Sul), e à Rua da Piedade. No entanto, a adaptação à envolvência foi desenvolvida de forma racional, não deixando que as referidas pré-existências inviabilizassem a construção de um bairro moderno e funcional, uma das directrizes da política de melhoramentos municipais. A regularização da Rua do Campo da Parada, e da Rua do Cemitério Ocidental, tal como o prolongamento da Rua da Piedade para dentro do novo bairro, enquadrando de forma racional essas pré-existências no novo bairro, é prova disso. Estruturas, como o Quartel de Infantaria 16, e o Cemitério Ocidental, que caracterizavam este espaço, acabavam, através desta conceptualização, por ser enquadrados no novo tecido urbanizado. No entanto, no caso do Quartel, a presença do bairro acabaria, ao longo do tempo, por encravá-lo, desvirtuando, pouco a pouco, as suas funções primitivas.

A Rua do Campo da Parada, transformada na Rua nº1 da Parada de Campo de Ourique¹⁶⁶ (hoje Rua Ferreira Borges), foi definida como o eixo principal do empreendimento, destacando-se das restantes pela sua métrica – 20 metros de largura¹⁶⁷,

¹⁶⁴ Projectavam-se três novas ruas paralelamente à Rua do Campo da Parada, projectadas a partir da Rua de Campo de Ourique e cinco outras, transversais ao referido arruamento.

¹⁶⁵ Anexo A, doc. 10.

¹⁶⁶ Esta rua surge também referida como Rua longitudinal nº1 no novo bairro de Campo de Ourique. Ver *Projecto para dar continuação da rua longitudinal nº1 (hoje Ferreira Borges) do novo bairro a Campo de Ourique*, Câmara Municipal de Lisboa, Repartição Técnica, O Chefe da secção Augusto César dos Santos, 1880 – AML-AC. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/899. Anexo A doc. 11.

¹⁶⁷ A faixa de circulação teria 10 metros de largura, e os dois passeios anexos, 5 metros de largura. Estas informações são fornecidas numa planta posterior, de Janeiro de 1880. Ver *Planta e perfil da Rua nº1 à parada de Campo de Ourique*, Rep. Técnica, Augusto César dos Santos, 7 de Janeiro de 1880, AML-AC. 17/P – 8090.

e pela sua arborização¹⁶⁸. Pela sua localização adquiria a função de acesso principal ao bairro, e de saída, em direcção à zona das Amoreiras e ao Largo do Rato, e consequentemente ao centro da cidade.

As restantes ruas do bairro teriam 15 metros de largura¹⁶⁹. Esta proporção resultou em quarteirões de larga amplitude - 90 metros de comprimento por 55 metros de largura - métricas que permitem uma ocupação intensiva da área urbanizada.

A Rua (agora Estrada) do Cemitério Ocidental foi também integrada no novo bairro. O seu realinhamento transformava-a num dos eixos principais do bairro, e num ponto de acesso privilegiado ao mesmo. Adopta-se a mesma métrica utilizada na Rua nº1, tal como um plano de arborização, bem visível na planta de Novembro de 1878¹⁷⁰. O respeito, no plano do novo bairro, pela referida Estrada, que se delineava diagonalmente à nova grelha de ruas, resultou no planeamento dos quarteirões junto à mesma, com métricas diferentes¹⁷¹. Esta solução evidencia a preocupação com a integração das pré-existências, que constitui aliás uma das principais linhas de orientação do plano de César dos Santos. O respeito pela envolvência não impediu a aplicação dos princípios ortogonais, nem um aproveitamento racional do terreno a urbanizar.

A utilização de uma grelha ortogonal de ruas lembra claramente a solução utilizada na reconstrução pós-terramoto da Baixa lisboeta e no programa urbanístico de Vila Real de Santo António. Segundo Nuno Portas¹⁷², *o traçado ordenador da rede viária como elemento fundamental da arrumação dos espaços construídos e dos próprios espaços públicos, presidiu na história do urbanismo do ocidente, (...) à grande maioria das expansões (...), e quase sempre tomou a forma de quadrículas, mais ou menos regulares. No entanto, a quadrícula não teve sempre o mesmo significado, sendo utilizada de forma distinta conforme a conjuntura, o espaço, e os objectivos. Com efeito,*

¹⁶⁸ O seu grau de importância relativamente aos restantes arruamentos projectados pode também ser medido pelo facto de ter sido a única rua arborizada, intenção programada no plano inicial. A plantação de árvores foi apenas efectuada em Junho de 1881, comprovada pelo *Mapa dos locais arborizados da cidade*, anexo às *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 27 de Junho de 1881, pp. 313 a 320. O Visconde de Carriche, (vereador encarregado do pelouro dos passeios, jardins e arvoredos), ordenou a plantação de 70 olaias na referida rua.

¹⁶⁹ Eixos com 9 m. de largura e dois passeios de 3 m. de largura. Estas informações são fornecidas numa planta posterior, de Julho de 1880. *Perfis das ruas transversais nº1, 2 e 3 do novo bairro de Campo de Ourique*, chefe da 2ª secção, Augusto César dos Santos, 8 Julho 1880, AML-AC, cx. 17/P – 8092.

¹⁷⁰ Anexo A, doc. 10.

¹⁷¹ O quarteirão entre a futura Rua Ferreira Borges e Rua Tomás da Anunciação, e a Estrada do Cemitério Ocidental e a futura Rua Coelho da Rocha apresentava proporções maiores que os restantes, resultando da supressão do último troço da Rua 4 de Infantaria. Anexo A, doc. 10.

¹⁷² Nuno PORTAS, «Cerdá e os traçados», in *Arquitectura, Planeamento, Design, Construção e equipamento*, Lisboa, nº 138, Setembro/Outubro, 1980, p. 20.

se no século XVIII, a aplicação da quadrícula partiu de *uma vontade política e de uma tradição militar*¹⁷³, procurando-se uma solução rápida e organizada para a reconstrução, em finais do século XIX, a utilização deste tipo de traçado satisfaz objectivos distintos. Em Paris, como em Lisboa opta-se pela adopção de traçados ortogonais, reguladores do espaço, mas se na capital francesa se procurava a renovação da parte antiga da cidade, em Lisboa pensa-se a expansão e melhoramentos infra-estruturais.

O planeamento das ruas e quarteirões baseia-se, como antes, em princípios matemáticos ou geométricos, garantindo-se a standardização das ruas, o planeamento de quarteirões de configurações e profundidades semelhantes, e se considerada, uma ampliação uniformizada¹⁷⁴. No entanto, no programa de César dos Santos, estes princípios são aplicados de forma inovadora, uma vez que, contrariamente ao que acontecia no plano da baixa, verifica-se a necessidade de modelar os elementos urbanísticos (rua, passeio e quarteirão) às características da área a urbanizar. Esta flexibilidade na aplicação dos referidos elementos prende-se também com os objectivos do projecto do novo bairro na capital, que em finais do século XIX, não revelava já uma subjugação da arquitectura ao planeamento urbanístico. A adaptação dos elementos às pré-existências permitia o aproveitamento racional de todo o espaço a urbanizar, oferecendo-se *um grande perímetro nos quatro lados dos quarteirões*¹⁷⁵, e também no seu interior, e em consequência, a disponibilização, de uma forma rápida e ordenada, de terrenos para edificação, garantindo-se o investimento privado na edificação, essencial numa conjuntura em que se vive uma separação entre a ordenação do solo e a edificação. Maria João Madeira Rodrigues refere inclusivamente que (...) *estamos perante o fenómeno não de crescimento da cidade, mas de urbanismo planeado de jacto*¹⁷⁶, querendo dizer com isto que o arranque do processo de expansão urbanística da capital fora mais o resultado da pressão de particulares do que um programa de actuação pré-definido com objectivos e estratégias específicas.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Também o gaveto surge neste projecto estruturado por preceitos geométricos, apresentando a medida uniforme de 1,5 m. de curvatura (Esta informação é-nos fornecida através do já referido *Projecto para continuação da rua longitudinal nº1, do novo bairro de Campo de Ourique* (1880), numa nota do próprio autor numa das margens da mesma). Esta opção acabava por valorizar o terreno edificável, quer em termos financeiros, quer no âmbito do seu aproveitamento racional.

¹⁷⁵ Nuno PORTAS, «Cerdá e os traçados», in *Arquitectura, Planeamento, Design, Construção e Equipamento*, Lisboa, nº 138, Set./Out. 1980, p. 19.

¹⁷⁶ Maria João Madeira RODRIGUES, *Transição, Tradição e Mudança – A produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, 1979, p. 19.

A geometrização do espaço urbano favorecia ainda a circulação de ar nas ruas e a exposição solar dos edifícios a construir, comprovando-se a importância do ordenamento do território no planeamento urbanístico, e proporcionava a introdução de requisitos considerados essenciais ao desenvolvimento de uma cidade moderna. A abertura de novas e amplas ruas que de *mediato significavam a existência de canalizações, e futuramente carris dos carros eléctricos*¹⁷⁷, e permitiam a instalação de candeeiros de iluminação pública, postes de electricidade¹⁷⁸, e ainda a plantação de árvores nos passeios. Promovia-se deste modo a comodidade, a salubridade e higiene dos habitantes (prioridades da política fontista), tudo em nome do progresso, comprovando-se a presença de novas preocupações, tal como a higiene de salubridade, na programação urbanística.

Por fim, a homogeneidade conferida por este traçado à área a urbanizar, conferia-lhe uma identidade singular, um carácter de «bairro», acabando por se distinguir das zonas circundantes.

Augusto César dos Santos foi capaz de entender as necessidades da capital, entrecruzando os ensinamentos adquiridos no Instituto Industrial, nomeadamente os da escola de urbanismo da época moderna, com a sua experiência, e com os modelos que observou no estrangeiro, criando um projecto inovador, racional e moderno.

O programa de César dos Santos previa uma intervenção urbanística que extravasa os limites dos terrenos firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a. No interior desta propriedade são apenas definidos parte das novas vias, estando previsto o seu prolongamento em direcção aos terrenos vizinhos: para a Quinta do Dourado, a Oeste; a Sul, para a Quinta do Dourado de Baixo, e para outras pequenas propriedades (a Este e a Sul), em direcção à Estrada do Cemitério Ocidental, ambicionando-se a ligação à Rua de Campo de Ourique¹⁷⁹.

O programa de César dos Santos para Campo de Ourique considerara, à partida, as características deste espaço, e a possibilidade de criar um novo bairro na capital, de dimensões consideráveis, tomando como ponto de partida uma iniciativa privada.

No âmbito da política urbanística da Câmara Municipal parece surpreendente a aprovação do projecto de um novo bairro para uma área situada fora do quadro de

¹⁷⁷ Raquel Henriques da SILVA, «Os últimos anos da monarquia. Desenvolvimento urbanístico. Os novos bairros.», in *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Mota, Lisboa, 1994, p. 412.

¹⁷⁸ Este assunto é abordado no sub-capítulo seguinte, dedicado à evolução dos trabalhos do bairro.

¹⁷⁹ Os limites destas propriedades privadas estão bem definidos na planta de Novembro de 1878. Anexo A, doc. 10.

estratégias desenhadas para a cidade de Lisboa. Como vimos o Município privilegiava a expansão urbanística da cidade, de Sul para Norte, através da abertura de grandes vias de circulação, privilegiando-se claramente os aspectos da mobilidade e comunicação, e através da valorização da zona ribeirinha.

Campo de Ourique não se enquadra nos destinos prioritários da política de expansão e melhoramentos da capital, encontrando a sua razão de ser na necessidade de se criarem bairros de vocação habitacional, equipados com as mais modernas infra-estruturas. No caso concreto deste empreendimento, a sua localização, próxima do limite do perímetro urbano, satisfazia outra das prioridades da Câmara Municipal: a extensão do conceito de cidade racional até ao limite do perímetro urbano.

A actuação do Município em Campo de Ourique explica-se também no âmbito da estratégia de controlo e fiscalização de iniciativas de foro privado, prevista no decreto-lei de Dezembro de 1864.

Deste modo, o bairro de Campo de Ourique, mas também o bairro da Estefânia, se aparentavam ser iniciativas desenquadradas da política urbanística, constituíam na realidade parte importante da estratégia de expansão e melhoramentos da capital.

O plano de 1878 não corresponde à estrutura e dimensão e que o bairro apresenta actualmente¹⁸⁰. Através da análise de um conjunto documental extremamente extenso, disperso nos diversos fundos e secções do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa (pólo Arco Cego)¹⁸¹, concluímos que o bairro beneficiou de diversas ampliações, programadas de forma faseada, até 1958, ano em que o projecto é finalmente concluído. Identificamos, para além da fase inicial de planeamento, mais 4 fases de ampliação distintas, que descrevemos em seguida, reconstituindo a evolução dos trabalhos projectados, e a metodologia programática utilizada, e esclarecendo simultaneamente acerca das razões que determinaram uma programação faseada.

II.4. Os planos de ampliação: evolução dos trabalhos e metodologia operativa

II.4.1. 1878-1884: o início dos trabalhos

¹⁸⁰ Anexo A, doc. 2.

¹⁸¹ Comissão de Melhoramentos Municipais, Serviço Geral de Obras, e Secretaria Geral serão os principais fundos do pólo do Arco Cego, cuja informação é completada pelas Actas das sessões (administrativa e executiva) da Câmara Municipal.

A abertura das primeiras ruas planeadas estava dependente da expropriação dos terrenos pertencentes à firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a., e de um conjunto de pequenas propriedades entre a Estrada do Cemitério Ocidental e a referida propriedade.

Em Abril de 1879, esta sociedade, consciente do interesse que a sua propriedade merecia ao Município, requere a aquisição dos seus terrenos¹⁸², relembrando que *o projecto approved para as edificações que os requerentes ali pretendem fazer, é destinado à viação pública*. A compra dos terrenos foi recusada a 2 de Maio do mesmo ano, esclarecendo-se que *o que poderia fazer a Camara seria mandar proceder ao calcetamento dessas ruas e ilumina-las e pondo-lhe cano de esgoto, com o que muito lucrariam os proprietários, porem nunca pagar os terrenos*¹⁸³. Se o Município aparentava algum desinteresse pelos terrenos em questão, na realidade, ele revelava-se financeiramente incapaz para adquiri-los. O interesse da Câmara por esta propriedade é evidenciada através da aprovação, a partir de Agosto de 1879¹⁸⁴, de uma série de orçamentos e projectos para abertura das ruas traçadas nessa mesma propriedade, oficializando-se, a partir dessa data, o início dos trabalhos do bairro de Campo de Ourique. Entre Maio de 1879 e Janeiro de 1880, a Câmara terá negociado com a firma a posse desses terrenos, pressupondo-se que a construtora lhe terá cedido a sua propriedade. Só dessa forma se justifica o arranque dos trabalhos, caso contrário, o Município nunca poderia realizar intervenções urbanísticas em terrenos privados. Qualquer intervenção programada em propriedades particulares estava dependente do processo de expropriações. A sua aquisição pela Câmara Municipal constituía o único meio de intervir nesses espaços, procedendo à abertura das ruas planeadas e à sua municipalização¹⁸⁵.

¹⁸² *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 7 de Abril de 1879 (17^a sessão), p. 184. O pedido foi analisado pela COMM, a 2 de Maio, deliberando-se que *fossem convidados a comparecer (...) afim de combinar sobre o pedido que fazem*. Ver *Actas da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais*, 2 de Maio de 1879, Livro 2, fls. 237.

¹⁸³ Ver *Actas da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais*, L.º 2, 2 de Maio de 1879, fls. 237.

¹⁸⁴ São aprovados os orçamentos para *aterro e construção de 270, 0 m² de cano* na Rua da Parada de Campo de Ourique, e Rua de Campo de Ourique. Ver *Actas das sessões da Comissão de Melhoramentos Municipais*, L.º 2, 20 Agosto de 1879, fls. 35.

¹⁸⁵ Este procedimento, obrigatório pelo artigo 42º do *Decreto-lei de 31 de Dezembro de 1864*, consistia na instalação de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento, à pavimentação das ruas, calcetamento de passeios, e à iluminação a arborização das ruas. Apenas após a finalização destes trabalhos, os arruamentos passavam a integrar a viação pública. Os restantes trabalhos, tais como os trabalhos de terraplanagem, a construção da faixa de rodagem e cordeamento dos passeios, poderiam ser entregues a empresas privadas.

Aguardando a conclusão das negociações com a firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a para posse dos seus terrenos, a Câmara Municipal inicia a expropriação de outras propriedades essenciais à abertura das ruas programadas no plano de 1878, e ao prolongamento das vias traçadas dentro dos limites da propriedade da construtora. A partir de Janeiro de 1880, a Comissão de Obras de Melhoramentos Municipais aprova diversos orçamentos para a expropriação de vários talhões da Horta do regimento de Infantaria 16¹⁸⁶, fundamental à conclusão da rua nº 2 paralela à Parada de Campo de Ourique¹⁸⁷, e para as expropriações das propriedades de Carolina da Costa Peyl, Luís da Cunha Viegas, João Alves, então proprietário da Quinta do Dourado, Genoveva Rosa Bahuto (viúva de Manuel Bahuto, proprietário da Quinta do Bahuto), José Gomes Hemetério Penna e José Maria Lima¹⁸⁸, necessárias à continuação da Rua longitudinal nº1 até à Estrada do Cemitério Ocidental.

A aprovação das referidas expropriações permitiu a fixação dos modelos das ruas planeadas nesses terrenos particulares, definindo-se o modelo estrutural do bairro, e o arranque dos trabalhos de abertura das mesmas. A partir de Janeiro de 1880, Augusto César dos Santos elabora as plantas gerais e perfis transversais e longitudinais das novas ruas projectadas. Estas consistiam em levantamentos topográficos das áreas a intervir, fundamentais para o trabalho de terraplanagens, para a definição do cordeamento de ruas e passeios, para a instalação dos esgotos, iluminação pública, e para os planos de arborização¹⁸⁹. No mesmo mês são aprovados, pela Comissão de Obras de Melhoramentos Municipais, diversos orçamentos¹⁹⁰ e projectos para aterro ou desaterro,

¹⁸⁶ A horta do regimento era constituída por diversos talhões e estendia-se ao longo da Rua de Campo de Ourique, situada na área posteriormente ocupada pelos quarteirões das Rua Ferreira Borges até à Rua Francisco Metrass (sentido Sul-Norte). Ver *Planta de expropriações para conclusão das Ruas Ferreira Borges, 4 de Infantaria e Tomás da Anunciação*, 12 de Outubro de 1882, AML-AC cx. 9/P – 6353. A sua localização obrigava à sua expropriação, devendo o Município efectuar o pagamento ao Ministério da Guerra.

¹⁸⁷ *Planta junto ao officio nº 1938 do Engenheiro Chefe da Repartição tecnica*, 5 de Agosto de 1881. AML-AC, SGO cx. 57. O officio destaca a importância do prolongamento do cano de esgoto da Rua 4 de Infantaria, ainda por concretizar, dada a necessidade de expropriação de alguns dos talhões da horta do Regimento de Infantaria 16.

¹⁸⁸ Na *Planta dos terrenos que é preciso expropriar para a conclusão da Rua Ferreira Borges*, CML, Rep. Técnica, Augusto César dos Santos 1 de Outubro de 1880, AML-AC 9/P – 7352, identificam-se todos os proprietários a expropriar.

¹⁸⁹ Estas plantas eram posteriormente anexadas aos orçamentos e projectos. A partir de 7 de Janeiro de 1880 são elaborados os primeiros planos de preparação e ordenamento do terreno: *Planta e perfil da Rua nº1 à Parada de Campo de Ourique, Perfis das ruas transversais nº 1, 2, 3 do novo bairro de Campo de Ourique, e, Projecto para construção de passeios e empedrado entre eles, nas três ruas transversais entre as ruas nº1 e nº2, do novo bairro (...)* (8 de Julho de 1880).

¹⁹⁰ Nestes orçamentos descreve-se o tipo e custo de trabalhos a concretizar, mas também os materiais a utilizar no empedramento das ruas, nos passeios e seus bordos, e inclusivamente nas canalizações.

construção de calçadas, e instalação de infra-estruturas básicas, sobretudo de saneamento básico¹⁹¹.

Há no processo de abertura do bairro de Campo de Ourique um cuidado óbvio na programação dos trabalhos a efectuar, evidenciado por uma metodologia operativa de parâmetros rigorosos. Se o modelo urbanístico do bairro deve muito à actuação de Augusto César dos Santos, a metodologia que serve de apoio à sua concretização, deve-se ao Eng.º Frederico Ressano Garcia. Responsável, a partir de 1874, pela Repartição Técnica municipal, Ressano Garcia desenvolveu um método, inovador, de programação urbanística. Baseada no princípio do *planear antes de agir*, esta metodologia garantia, através de uma condução programada dos trabalhos, as principais directrizes da política de intervenção e expansão urbanística: a coerência e continuidade nas áreas a urbanizar, tal como a manutenção dos princípios urbanísticos escolhidos.

A base de trabalho são as peças gráficas, que a partir de 1874, passam a ser obrigatórias para todos os novos projectos de intervenção urbanística, devendo esclarecer quanto à estrutura e objectivos de projecto. Estes planos destacam-se dos planos produzidos no período anterior a Ressano Garcia, pela qualidade das peças desenhadas que compreendem cada projecto urbanístico. É de destacar o rigor empregue no desenho das ruas e quarteirões, e a avaliação métrica para definição dos perfis das vias, e dos quarteirões, passeios, e inclusivamente das bordas dos mesmos. Deverá ser ainda salientada a tipologia destas peças, agora mais específicas nas questões que abordam, indiciando a preocupação por novas áreas de actuação, fundamentais no planeamento de uma cidade modernizada. A instalação de estruturas de saneamento básico, dos projectos de iluminação e mapas de arborização, evidenciam as novas áreas de actuação no âmbito da programação urbanística¹⁹². Neste âmbito revelaram-se fundamentais os técnicos que integravam a Repartição Técnica. A crescente

¹⁹¹ Nos livros de actas da COMM, vemos surgirem a aprovação de orçamentos *para construção de 305 metros de cano esgoto typo nº 4 na rua nº 2 do novo bairro de Campo de Ourique* (7 de Janeiro de 1880); para o *aterro e calçada empedrada na rua nova nº1 na antiga parada de Campo de Ourique* (23 de Janeiro de 1880); para a *construção de cano d'egoto typo nº4 nas três ruas transversais entre as novas ruas nº 1 e nº 2 na Parada de Campo de Ourique* (13 de Fevereiro de 1880), e para *aterro, desaterro e expropriação (...) na rua nº2 à Parada de Campo de Ourique* (26 de Fevereiro de 1880).

¹⁹² A opção por um novo tipo de pavimentação das ruas enquadrava-se também no cuidado com a salubridade, uma das questões mais preocupantes na capital, nesta conjuntura. A partir de finais do século XIX, o calcetamento das novas ruas passa a ser feito com pequenos paralelepípedos de basalto, abandonando-se a o revestimento com pedra britada, ou macadamização (introduzida na Grã-Bretanha, em 1812-1815, pelo engenheiro Mac-Adam). A opção pelo empedrado evitava as frequentes *espessas nuvens de pó*, ou os *leitões de barro e lama*, formados pela falta de manutenção dos locais de construção, ou pela rega de terrenos hortícolas. Ver Pedro Bebiano BRAGA, *Mobiliário urbano de Lisboa – 1838-1938*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, apresentada na FCSH, UNL, 1995, pp. 8 e 9).

especialização destes profissionais garantiu a execução dos projectos com o rigor exigido pelo Eng^o. Ressano Garcia.

A dependência do processo urbanístico ao processo de expropriação determinava, por outro lado, a apresentação de plantas de expropriação (de propriedades ou imóveis privados), imediatamente após a definição dos perfis das novas vias. Nestas localizavam-se os terrenos a integrar na viação pública, identificando-se os seus limites e proprietários. De acordo com a lei em vigor, as propriedades a urbanizar poderiam apenas ser adquiridas individualmente¹⁹³, um processo que, como vimos, se tornava extremamente lento, condicionando, em consequência, o ritmo dos trabalhos. Esta situação determinava a aprovação parcelada dos orçamentos e dos projectos dos trabalhos a executar, comprovada através da leitura das actas da Comissão de Obras de Melhoramentos Municipais. O parcelamento da aprovação dos trabalhos a executar resultou na elaboração de um extenso conjunto documental, composto por pareceres, ofícios e peças desenhadas, dispersas, hoje, pelos diversos fundos e secções do arquivo municipal (pólo Arco Cego).

O processo de expropriações abria caminho ao loteamento dos quarteirões – a última fase do processo urbanístico antes da edificação, ao qual dedicamos o último capítulo desta dissertação.

O processo de expropriações no bairro tem apenas início em Setembro de 1881. A sua concretização foi porém lenta¹⁹⁴, prolongada, como veremos, até 1895, quando decorre já a segunda fase de planeamento e ampliação do bairro, condicionando o avanço dos trabalhos planeados.

Na sequência da aprovação das referidas expropriações, Augusto César dos Santos aproveita para introduzir algumas inovações ao plano-base, elaborando, em Agosto de 1880, o *Projecto para dar continuação da rua longitudinal nº1 do novo*

¹⁹³ Verificamos anteriormente que com o Código Administrativo de 6 de Maio de 1878, a Câmara passa a ser responsável pela declaração de utilidade pública dos terrenos necessários para integração na viação pública. Era a Comissão de Melhoramentos Municipais que aconselhava o Município acerca da necessidade da expropriação de determinado terreno. A expropriação deveria ser aprovada pelo Município, na pessoa do Presidente da Câmara, e teria ainda de ser submetida à Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito, que aprovava a transferência de direitos do terreno e seu pagamento. Uma vez declarada a sua utilidade pública, a Repartição Técnica elaborava a planta de localização do terreno a executar, aprovada pelo seu Engenheiro Chefe. Uma Escritura de «*expropriação amigável, quitação e obrigação*» oficializava a transacção e a posse dos terrenos para o Município.

¹⁹⁴ Dos proprietários a expropriar apenas foram adquiridas as propriedades de Luís da Cunha Viegas (6 de Setembro de 1881), João Alves (22 de Setembro de 1881), José Gomes Hemeterio Penna (11 de Abril de 1882), e Genoveva Rosa Bahuto, mulher de Manuel Alves Bahuto (4 de Janeiro de 1884).

*bairro de Campo de Ourique*¹⁹⁵. A grande inovação deste plano será o planeamento de um jardim, corrigindo-se ainda uma série de alinhamentos ao plano de 1878¹⁹⁶. A abertura de um jardim valorizava o bairro em diversas vertentes. Definido com a estrutura de um quarteirão, não comprometendo deste modo nem o modelo urbanístico, nem o esquema de proporcionalidade numérica, surgia como o ponto de encontro de várias vias, dinamizando-se a circulação no seu interior. O planeamento de um novo espaço verde enquadrava-se também na política de melhoramentos da cidade, constituindo um elemento fundamental para a melhoria da qualidade de vida do bairro, e da própria cidade. Exemplo seguido no bairro da Estefânia, com o Jardim Constantino, iniciado em 1886.

O projecto de Agosto de 1880 tinha também como objectivo relembrar os objectivos do plano de Novembro de 1878, nomeadamente o prolongamento do troço projectado da Rua Ferreira Borges até à Estrada do Cemitério Ocidental, assinalando-se ainda os limites das seis propriedades a expropriar para concretização do trabalho projectado.

Ao mesmo tempo que se prepara o prolongamento das vias para os terrenos contíguos à antiga parada de Campo de Ourique, atribuem-se topónimos às ruas nas quais se iniciaram os trabalhos. Em finais de Agosto de 1880 atribuem-se topónimos às primeiras ruas abertas no sentido longitudinal¹⁹⁷, homenageando-se Ferreira Borges (1786-1838)¹⁹⁸ na Rua nº 1; o Regimento 4 de Infantaria¹⁹⁹ na Rua nº 2; Tomás da

¹⁹⁵ *Projecto para dar continuação da rua longitudinal nº1 do novo bairro de Campo de Ourique*, CML, Rep. Técnica, Augusto César dos Santos, 1880, AML-AC PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/899. A planta não está datada, supondo-se que tenha sido elaborada até meados de Agosto de 1880. Esta situação é comprovada pelo topónimo da rua em questão. A sua designação foi alterada a 30 de Agosto de 1880, tornando-se a Rua Ferreira Borges. Este documento terá sido corrigido em finais de 1882, momento em foram acrescentados os novos topónimos das ruas transversais concedidos pelo edital de Maio de 1882, e pela anulação dos limites da propriedade de Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, que assinara a cedência dos seus terrenos ao Município a 19 de Outubro de 1882. Anexo A, doc. 11.

¹⁹⁶ Correção do alinhamento da Rua nº1 no topo Norte (junto à Rua de Campo de Ourique).

¹⁹⁷ Os três topónimos foram atribuídos por deliberação camarária de 23 de Agosto de 1880 e edital de 30 de Agosto do mesmo ano.

¹⁹⁸ O topónimo da Rua Ferreira Borges foi atribuído por deliberação camarária a 9 de Agosto de 1880, em homenagem a José Ferreira Borges, juriconsulto e político, formado na Universidade de Coimbra, foi nomeado advogado da Relação do Porto (6 de Agosto de 1811) e secretário da Junta da Comp.^a dos Vinhos do Alto Douro (22 de Novembro de 1818). Com Fernandes Tomás, foi um dos fundadores do Sinédrio, que levaria à revolução vitoriosa de 24 de Agosto de 1820. Emigrado duas vezes em Inglaterra, onde continuou os seus trabalhos jurídicos, foi nomeado em Setembro de 1833, Presidente do Tribunal do Comércio de 2ª estância, tendo organizado a Praça do Comércio de Lisboa e Porto. Retirou-se para o Porto após a Revolução de Setembro de 1836. Ver CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Toponímia. José Ferreira Borges [em linha]. Lisboa: CML. [Consult. 13 Out. 2013] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>.

¹⁹⁹ O Regimento 4 de Infantaria esteve colocado no Quartel de Campo de Ourique entre 1801 e 1840. Apoiante do regime liberal foi um regimento polémico tendo estado envolvido em episódios como os

Anunciação (1818-1879)²⁰⁰ na Rua nº 3, e Francisco Metrass (1825-1861)²⁰¹ na Rua nº 4.

A partir de Maio de 1882, atribuem-se topónimos às vias transversais²⁰², homenageando-se individualidades, recentemente desaparecidas, ligadas ao regime liberal vintista, e à jurisconsultoria: (Joaquim José Caetano de) Pereira e Sousa (1756-1819) na Rua nº 1 transversal do bairro; (José Homem de) Correia Teles (1780-1849) na Rua nº 2 transversal; (Manuel de) Almeida e Sousa (1745-1815) na Rua nº 4 transversal, e (Manuel António) Coelho da Rocha (1793-1850) na Rua nº 5²⁰³. A Rua da Piedade vai

Motins de Campo de Ourique (1803) e os Fuzilados de Campo de Ourique (1831), episódios que marcam a história do campo de Ourique. Ver *Dicionário da História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena, 1994, pp. 206 a 207, e Rocha MARTINS, *Os fuzilados de Campo de Ourique, heroes, santos e martires da Pátria*, Lisboa, ed. Autor, s.d.

²⁰⁰ Tomás José da Anunciação é considerado um dos expoentes da pintura romântica portuguesa. Estudou na Academia de Belas-Artes, em Lisboa, a partir de 1836, tendo sido discípulo de António Manuel da Fonseca. Foi muito influenciado pelo Paisagismo de Roquemont, Dufourcq, Quillard e Pillement. Foi Desenhador do Museu de História Natural da Ajuda. Em 1852 foi Assistente na Academia de Belas-Artes e em 1857 já era professor de Pintura de Paisagem. Em 1878 foi nomeado director da referida Academia. Foi mestre dos grandes pintores Naturalistas portugueses, como Silva Porto e José Malhoa. Foi ainda Director da Real Galeria de Pintura do Palácio da Ajuda. Principais obras: *Vista de Amora* (1852); *Vista da Penha de França* (1857); *O Vitelo* (1871). Ver CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Toponímia. Tomás da Anunciação [em linha].Lisboa: CML. [Consult. 13 Out. 2013] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>.

²⁰¹ Francisco Augusto Metrass foi um dos principais artistas do Romantismo português. Nasceu no seio de uma família abastada de origem alemã, que construiu a sua fortuna através do comércio de importação. Realizou os seus estudos na Academia de Belas-Artes de Lisboa, a partir de 1836, estudando com os mestres Joaquim Rafael e António Manuel da Fonseca, seguindo para Roma, em 1844. Aí teve como professores Cornelius e Overbeck, do «Grupo dos Nazarenos». De regresso a Portugal dedica-se à pintura histórica. Desiludido com a ausência de críticas ao seu trabalho parte para Paris, onde estudou os principais artistas franceses e flamengos. Em 1853 regressa a Portugal, e no ano seguinte integra a Academia de Belas-Artes como docente de Pintura Histórica. As suas obras mais notórias são *Camões na gruta de Macau* (1853), *Só Deus* (1856), e *Camões lendo os Lusíadas* (1861). Ver CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Toponímia. Francisco Metrass [em linha].Lisboa: CML. [Consult. 13 Out. 2013] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>.

²⁰² Os quatro novos topónimos foram atribuídos por deliberação camarária de 17 de Maio de 1882, e edital de 23 de Maio do mesmo ano.

²⁰³ As individualidades referidas foram todos eles jurisconsultores e autores de manuais processuais de Direito. José Correia Teles, estudou Direito na Universidade de Coimbra, tendo seguido a profissão de advogado, com o seu pai. Ocupou o cargo de deputado na Assembleia Nacional entre 1820 e 1843, tendo participado na preparação do Código Civil português entre 1827 e 1828. Principais obras *Digesto português* (1835), *Manual do Tabelião*, *Manual do Processo Civil*, *Código Civil* e *O Direito Português*. Ver CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Toponímia. José Correia Teles [em linha].Lisboa: CML. [Consult. 13 Out. 2013] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>. Manuel de Almeida e Sousa frequentou a Universidade de Coimbra entre 1756 e 1762, tendo obtido o grau de Bacharel em Cânones. Ganhou fama como advogado, tendo iniciado a profissão no concelho de Tondela. Escreveu inúmeros textos relacionados com várias áreas da Jurisprudência, Direito Romano e Canónico. Ver CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Toponímia. Manuel de Almeida e Sousa [em linha].Lisboa: CML. [Consult. 13 Out. 2013] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>. Manuel Coelho da Rocha formou-se Bacharel em Leis e Cânones em 1816. Doutorou-se em 1818, e em 1820 foi ordenado sacerdote. Foi perseguido pelas suas ideias liberais, defendendo que o Direito Português deveria seguir preceitos dos recém-formados códigos europeus, nomeadamente o francês e prussiano. Em 1834 ministrou classes de História da Jurisprudência Romana e Pátria, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Principais obras: *Instituições de direito civil português* (1848), *Ensaio sobre a história do governo e da legislação em Portugal para servir de introdução ao estudo do direito pátrio* (1841), *A questão entre os*

manter este topónimo até 1911, ano em que passa a ser designada Rua de Infantaria 16²⁰⁴.

Apenas em Setembro de 1882, voltamos a encontrar documentação relativa à negociação para posse dos terrenos de Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, momento em que a Câmara *convida a empresa (...) para virem assignar termo de cedência do terreno das novas ruas de Campo de Ourique*²⁰⁵. Considerava-se *muito irregular o facto de se fazerem obras de terraplanagens, canalização e calçadas para abertura de novas ruas, sem se saber sequer se o solo d'essas ruas pertence ou não à Ex.ma Câmara*. O Município chega a ameaçar com a paragem dos trabalhos de canalização *enquanto a firma (...) não assinar o termo de cedência dos terrenos necessários para as ruas públicas*²⁰⁶. É evidente a pressão exercida sobre a firma no sentido da cedência gratuita dos seus terrenos, revelando bem o interesse do Município sobre os mesmos. Iniciava-se aqui um processo longo marcado por conflito de interesses entre a firma e o Município.

A 19 de Outubro de 1882, a construtora, como que cedendo à pressão do Município, apresenta uma *Declaração de cedência de terrenos à Câmara Municipal de Lisboa*²⁰⁷. Neste documento especificavam-se as obrigações de cada um dos interessados: a firma cedia os terrenos necessários para a abertura das Ruas Ferreira Borges, Quatro de Infantaria, Tomás da Anunciação e transversais correlativas, devendo a Câmara proceder ao seu encanamento, empedramento, calcetamento e iluminação. Era ainda concedida à firma a possibilidade de explorar barro nas ruas cedidas, *com a condição de ficar o terreno nivelado com as ruas*. O empréstimo dos seus terrenos ao Município constituía a solução encontrada pela firma de forma a garantir a continuação das obras no bairro, essenciais à valorização dos seus imóveis, entretanto edificados.

senhorios e os foreiros ou o espírito do decreto de 13 de Agosto de 1832 e resposta às observações do conselheiro João Pedro Ribeiro (1836), *Índice geral alfabético das instituições de direito civil portuguez* (1845). Ver CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Toponímia. Manuel Coelho da Rocha [em linha]. Lisboa: CML. [Consult. 13 Out. 2013] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>.

²⁰⁴ Edital de 7 de agosto de 1911. O Regimento de Infantaria 16 esteve aquartelado em Campo de Ourique entre 1840 e 1912. Foi um dos defensores mais activos na luta pela implantação de um regimento republicano, sendo protagonista do episódio-chave, na madrugada o 5 de Outubro de 1910, que levou à sua implantação.

²⁰⁵ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 21 de Setembro de 1882, 42ª sessão, p. 525.

²⁰⁶ *Ofício nº 2677 da Repartição Técnica*, Frederico Ressano Garcia, 20 de Setembro de 1882, AML- AC, SGO cx. 57. Este ofício veio proibir a execução de toda e qualquer obra de canalização até que a firma fosse assinar o termo de cedência, acabando por ficar prejudicados os trabalhos no bairro até que a mesma oficializasse a mesma.

²⁰⁷ *Declaração de cedência dos terrenos da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a à Câmara Municipal de Lisboa*, 19 de Outubro de 1882, AML-AC, cx. 8/SGO – 5902, doc. 65.

A 26 de Outubro de 1882, *queixando-se da forma como foram tratados pela Câmara*²⁰⁸, a firma construtora, apresenta um memorial à Comissão de Melhoramentos Municipais, referindo que nunca fora sua intenção *ceder gratuitamente à Câmara, os terrenos necessários para as ruas projectadas na antiga parada de Campo de Ourique, acabando porém por fazê-lo, em vista dos sacrifícios feitos pela Câmara, para o melhoramento e propriedade do novo Bairro*. A Câmara deveria no entanto *pagar-lhes todos os terrenos de que precisa para a construção de outras ruas longitudinais e para a conclusão das transversais*²⁰⁹.

A doação dos terrenos foi oficialmente aceite pela Câmara, a 4 de Janeiro de 1883, continuando porém exigir-lhes a oficialização do termo de cedência. Este nunca chegou porém a ser assinado, uma vez que a firma se dissolveu, no início de 1883²¹⁰. A 10 de Dezembro de 1885, foi arquivada, a pedido de Frederico Ressano Garcia, auxiliado pelo Advogado do Síndico da Câmara Municipal de Lisboa – Paulo Midosi, a declaração de cedência, oficializando-se a gratuidade da oferta feita pela firma²¹¹, e a transferência da posse dos terrenos para o Município. Encerrava-se, deste modo, a batalha jurídica para legalização da posse destes terrenos. Durante todo este processo é evidente o interesse da Câmara pelo novo bairro de Campo de Ourique, tentando a todo o custo viabilizá-lo, apesar das suas limitações financeiras. Quanto à firma, apesar de não ter beneficiado das desejadas expropriações, garantiu a valorização do seu conjunto habitacional através da municipalização das ruas.

A primeira fase de trabalhos teve uma evolução lenta, suscitada pelas dificuldades do processo de expropriações em vigor, e pelo processo negocial relativo à posse dos terrenos da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, e pela debilidade financeira do Município. De todas as vias planeadas apenas a Rua Francisco Metrass não foi iniciada, mas os trabalhos resumiram-se a terraplanagens, ao cordeamento de ruas e passeios, e à instalação de canalização e esgoto sob os arruamentos²¹². As ruas mais

²⁰⁸ A 27 de Julho de 1882, a Câmara Municipal proibiu a firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, de explorar uma pedreira no leito da Rua 4 de Infantaria, destacando os prejuízos resultantes da mesma.

²⁰⁹ *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, 26 de Outubro de 1882, p. 634.

²¹⁰ Não conseguimos apurar a data concreta de dissolução desta empresa. A partir de Março de 1883, de acordo com dados retirados de escrituras do Cartório Notarial nº1, os sócios José Maria Espírito Santo Silva e Firmino Benitez Lopes, compram e partilham os terrenos pertencentes aos restantes sócios, afiançando-se o fim da firma.

²¹¹ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 10 de Dezembro de 1885, p. 613.

²¹² *Planta junta ao ofício nº - do Engenheiro Chefe da Repartição Técnica (Planta de expropriações para conclusão das ruas Ferreira Borges, 4 de Infantaria e Tomás da Anunciação)*, CML, Rep. Técnica, 12 Outubro de 1882. AML-AC 9/P – 6353. Esta planta funciona como uma planta do estado do bairro,

avançadas seriam as Ruas Ferreira Borges, Tomás da Anunciação e 4 de Infantaria. O prolongamento da Rua Ferreira Borges a Sul, até à Estrada do Cemitério Ocidental, esteve porém comprometida até Junho de 1884, adiada que fora a expropriação a Carolina Costa Peyl²¹³. A conclusão do último troço da Rua 4 de Infantaria (e cano geral de esgoto), junto à Rua de Campo de Ourique, continua pendente até final desta primeira fase, dependente da aceitação da proposta para uma permuta de terrenos entre o Município e o Ministério da Guerra, proprietário da horta do quartel de Campo de Ourique, necessária à conclusão do referido arruamento. A Rua Tomás de Anunciação permanecia por concluir em Agosto de 1884, situação comprovada por um requerimento dos seus moradores, de Julho de 1884, solicitando a conclusão da mesma²¹⁴.

Apesar da lentidão na abertura das ruas, o processo de edificação no bairro de Campo de Ourique é iniciado logo a partir de Abril de 1879²¹⁵, com a construção de oito edifícios e um conjunto de casas abarracadas, no quarteirão formado pelo cruzamento da Rua Ferreira Borges, a Rua Infantaria 16, e a Rua Correia Teles, projecto da responsabilidade da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a.. Até final da primeira fase do bairro, em 1884, contabilizam-se cerca de 36 propostas de edificação aprovadas para o novo bairro²¹⁶. O processo de edificação no bairro de Campo de Ourique é tratado em pormenor no capítulo III desta dissertação. Uma das principais funções do novo bairro - a sua vocação habitacional - fora encetada logo a partir do arranque da intervenção no terreno.

O desenvolvimento, em simultâneo, dos trabalhos de abertura das ruas e da construção de edifícios originou inúmeros problemas aos recentes moradores, que, logo a partir de 1880 apresentam à Câmara Municipal um número avultado de requerimentos queixando-se do atraso nos trabalhos nas ruas e do incómodo causado por essa situação àqueles que habitavam o bairro.

A inexistência de calcetamento dos arruamentos, comprovada pelo requerimento dos moradores das Ruas 4 de Infantaria e Tomás da Anunciação, constituía um dos problemas mais recorrentes. Nestes casos solicitava-se que a Repartição Técnica

representando-se as ruas e canos de esgoto construídos e por construir, os candeeiros assentes e por assentar, e a evolução das edificações e dos empedramentos de vias e passeios.

²¹³ Ver *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 15 de Maio de 1884, p. 298.

²¹⁴ No *Ofício n.º 3882 da Repartição Técnica*, Frederico Ressano Garcia, 11 de Agosto de 1884. AML-AC, SGO cx. 58 (canalizações), em resposta ao requerimento de Julho anterior esclarece-se que a conclusão da Rua Tomás da Anunciação depende de expropriações.

²¹⁵ Ver *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 7 de Abril de 1879, p. 184.

²¹⁶ Informações retiradas das *Relações de projectos para edificações*, publicadas semestralmente nas *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*.

conclua os trabalhos, *a fim dos moradores poderem transitar para as suas casas*, sem que lhes seja impedido o acesso pelas águas e lama que aí se acumulam na estação invernos²¹⁷. A falta de iluminação das novas ruas do bairro também mereceu a atenção dos seus moradores²¹⁸.

A questão mais problemática seria a inexistência de infra-estruturas de saneamento básico. Os atrasos na sua instalação deixavam pendente, por vezes durante meses, a conclusão de diversos de troços de ruas. A *decomposição de imundíces* na canalização parcial das Ruas de Ferreira Borges, Piedade, 4 de Infantaria, e de Campo de Ourique *pode facilmente desenvolver uma epidemia capaz de asolar n'um momento aquela população*, e a existência de uma vala, a céu aberto, que atravessava diagonalmente o bairro, e que assegurava os despejos dos prédios já habitados, levou à elaboração de uma série de requerimentos, a partir de 26 de Janeiro de 1881²¹⁹, dos seus moradores e proprietários, e do próprio executivo municipal, nos quais se exige a conclusão das redes sanitárias de despejo de *imundíces*, e a supressão da referida vala²²⁰. Esta situação ameaçava a salubridade do bairro, e condicionava também o processo de edificação.

A existência de uma série pedreiras, activas, em Campo de Ourique, localizadas no terreno a urbanizar, causou graves problemas aos seus moradores. Durante a estação

²¹⁷ Para além de requererem a conclusão do empedramento da rua, os proprietários e moradores alegam ter feito *às suas próprias expensas os aterros próximos das suas propriedades, e nivelado a rua a ponto tal que muito facilmente e económico se tornará o trabalho a fazer*. A actuação morosa da Repartição, leva a que os próprios proprietários se encarreguem de alguns trabalhos de construção, no sentido de a facilitar. *Requerimento dos proprietários da rua 4 de Infantaria*, 5 de Setembro de 1882. AML-AC COMM, Parecer nº 1297 (8 de Setembro de 1882). Em Dezembro de 1883, os moradores da Rua Tomás da Anunciação apresenta um requerimento solicitando à Câmara que conclua o leito da referida rua. Ver *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 27 de Setembro de 1883, p. 619, e 6 de Dezembro de 1883, p. 739.

²¹⁸ *O sr. Theophilo Ferreira, informando acerca de um requerimento dos proprietários e moradores no novo bairro de Campo De Ourique, pedindo que as novas ruas sejam illuminadas, propoz que por enquanto só se procedesse à iluminação da Rua Ferreira Borges, visto que as demais estão em construção – que n'estas circunstancias fosse mudado o candieiro tambem de columna – A camara approvou esta proposta*. Ver *Actas das sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, 22 de Novembro de 1880, p. 636

²¹⁹ À data da apresentação do officio que denunciou este problema (26 de Janeiro de 1881), encontravam-se apenas abertos pequenos troços da Rua Ferreira Borges, 4 de Infantaria, Tomás da Anunciação, Pereira e Sousa, Correia Teles e Infantaria 16. A referida vala de despejos partia do cano geral de esgoto (incompleto) da Rua 4 de Infantaria, subindo em direcção à Rua Tomás da Anunciação e futura Francisco Metrass, no sentido da Rua de Campo de Ourique. Ver *Planta junta ao officio nº 1938 do Engenheiro Chefe da Repartição Technica*, Frederico Ressano Garcia, 5 de Agosto de 1881. AML-AC, SGO cx. 57 (obras de canalização).

²²⁰ A ligação do cano geral de esgoto da Rua Ferreira Borges com o da Rua de Campo de Ourique foi concluída em Outubro de 1882, pelo que a Repartição Técnica intimou (a 26 de Outubro do mesmo ano) a firma Silva, Esteves, Lopes e Companhia para aterrar a vala que recebia os despejos da primeira rua (*Officio nº 2727 da Repartição Técnica*, Frederico Ressano Garcia, 26 de Outubro de 1882, AML-AC, SGO cx. 57 (obras de canalização)).

das chuvas, estas explorações enchiam-se de água, originando focos de infecção. O processo de instalação de esgoto para drenagem destas águas foi um projecto constantemente adiado no bairro, tendo a permanência desta situação causado inclusivamente uma vítima²²¹. Repetem-se nas *Actas das sessões da Câmara Municipal*²²², os alertas dos vereadores para a urgência dos trabalhos, e também para o entulhar das poças, secagem da águas estagnadas²²³, cessão dos trabalhos de exploração de pedra e expropriação desses terrenos, alegando que a *formação de perigosos pântanos (punham em risco) a saúde pública*²²⁴.

Uma das principais causas do atraso dos trabalhos nas ruas foi o processo de legalização da cedência dos terrenos pertencentes à construtora Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a. Esta questão deu origem a diversas acusações, não apenas por parte do executivo municipal e da Repartição Técnica, mas inclusivamente dos proprietários e moradores do novo bairro, referindo que a indiferença perante o pedido de cedência requerido à firma provocava *grande transtorno (...) pela falta das obras municipaes (...) para ficar das devidas condições de ser habitado, e principalmente pela falta de canos d'esgoto*²²⁵.

Durante a fase inicial de trabalhos no bairro, entre 1880 e 1884, vemos surgir na Secretaria Geral outro tipo de queixas dos moradores do bairro, estas relacionadas com a inexistência de ligações entre o bairro e outras zonas da cidade.

A situação mais problemática durante a abertura do bairro terá sido a conclusão da principal via do bairro - a Rua Ferreira Borges, por concluir, vimos, até 1884. Logo a partir do início de 1880, surgem nas actas das sessões da Câmara Municipal, requerimentos de moradores e proprietários do bairro requerendo a abertura da via. Destaque-se o requerimento dos (...) *proprietários dos terrenos da antiga parada (...), que solicitavam a abertura da projectada rua que há de ligar o Largo do Monteiro*

²²¹ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 16 de Maio de 1881, p.234.

²²² *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 15 de Junho, p. 284; 20 de Junho, p. 297; 16 de Agosto de 1881, p. 447.

²²³ Refira-se neste âmbito um ofício (nº 1787) emitido pelo Engenheiro-Chefe da Repartição Técnica, Frederico Ressano Garcia, a 19 de Maio de 1881, no qual se faz requer o fornecimento de duas bombas aspirantes montadas em carros de quatro rodas para secagem das águas estagnadas nas pedreiras de Campo de Ourique. Ver *Ofício nº 1787*, 19 de Maio de 1881. AML-AC, SGO cx. 5 (110).

²²⁴ *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 16 de Agosto 1881, p. 447. Neste caso é a vereação municipal que requer à Repartição Técnica que execute os trabalhos pendentes.

²²⁵ *Parecer nº 1407 da COMM* (Documentos anexos): *Ofício nº 2757 da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa*, Frederico Ressano Garcia, 7 de Novembro de 1882, AML-AC, COMM.

com a dita parada²²⁶. Este pedido visava alertar para a necessidade de facilitar-se o acesso das zonas circundantes do bairro à Rua nº1, na qual estavam em construção inúmeros imóveis, estando outros já concluídos, como os de Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a. Esta solicitação não foi concretizada, nem sequer planeada pela Câmara, certamente condicionada pela sua incapacidade financeira. Este requerimento consciencializou a Câmara para o isolamento do bairro, e, conseqüentemente para a importância da sua abertura ao resto da cidade.

Em 1882 a Repartição Técnica ensaia a primeira ligação do bairro a zonas exteriores do bairro, designadamente, à Estrada da Circunvalação²²⁷. O plano previa o prolongamento da Rua Ferreira Borges até à referida Estrada, através de uma avenida arborizada que atravessaria a Rua de Campo de Ourique, a Estrada do Arco de Carvalhão e a Rua da Amoreiras, culminando na referida Estrada. O projecto não foi concretizado, inviabilizado pelas características intrínsecas do local para o qual fora planeado (o declive acentuado do terreno e a presença de uma série de eixos pré-existentes, que caracterizam a envolvência do lado Norte do bairro), e, certamente, pelo custo que a superação das mesmas acarretaria.

Em 1883, moradores e proprietários do novo bairro, voltam a apresentar um abaixo-assinado, no qual se exigia que, com urgência, fosse aberta, na sua totalidade, a Rua Ferreira Borges, *uma das mais belas (ruas) da cidade*, evitando que o acesso ao bairro se fizesse através de uma *enorme volta* pelo seu interior²²⁸. Perante a pressão exercida por moradores e proprietários, a Repartição Técnica, justifica o atraso dos trabalhos pela sua dependência à execução das expropriações, e pela lentidão do processo de legalização da posse dos terrenos nos quais se iniciara o bairro, refutando, deste modo, negligência na condução dos trabalhos²²⁹. Apesar de parecer negligente, a Repartição Técnica estava, sim, condicionada pela déficit financeiro, por uma lei de expropriação lenta e ineficaz.

²²⁶ *Actas das sessões da Comissão de Melhoramentos Municipais*, L.º 2, 30 Janeiro de 1880, fls. 74v. O Largo do Monteiro situava-se na zona da Estrela. Anexo A, doc. 4.

²²⁷ *Projecto para dar continuação da Rua Ferreira Borges para norte até à Estrada da Circunvalação*, CML, Rep. Técnica, 1882, AML-AC 9/P - 7330. A Estrada da Circunvalação limitava o perímetro urbano a cidade. Um dos seus troços era a Rua Maria Pia, limite Norte do planalto de Campo de Ourique.

²²⁸ *Parecer nº 1169 da COMM* (Documentos anexos): *Requerimento dos moradores no novo bairro de Campo d' Ourique* (pedido para que seja aberta completamente a rua Ferreira Borges), 26 Março 1883, AML-AC, COMM.

²²⁹ Ver *Ofício nº 3882 da Repartição Técnica*, Frederico Ressano Garcia, 11 de Agosto de 1884, AML-AC, SGO cx. 58 (obras de canalização).

As expropriações constituíam, de facto, a principal dificuldade na concretização de um projecto urbanístico. No caso do projecto de Campo de Ourique, o tipo de propriedade, na sua maioria pequenas parcelas de terra, dificultava mais ainda o processo de expropriação, que como vimos, se baseava na aquisição individual de cada parcela. Tornava-se urgente a modificação do enquadramento legislativo, respeitante a expropriações. Apenas através de uma legislação adequada no âmbito do uso do solo se poderia concretizar uma intervenção urbanística rápida e racional, e com isso lucrar, e isso não estava a acontecer nem em Campo de Ourique, nem na Avenida da Liberdade, inaugurada em 1879.

Conscientes de que o enquadramento legislativo os faria submeter, de forma parcelada à aprovação de orçamentos e projectos respeitantes à abertura e conclusão de cada um dos troços de rua projectados, o executivo camarário parecia não compreender a necessidade de uma maior antecedência na aprovação de cada expropriação, evitando-se desse modo, a morosidade dos trabalhos no terreno. Tendo sido um dos primeiros projectos no âmbito da recente política de melhoramentos da capital, faltava aos técnicos que orientavam os trabalhos alguma experiência prática.

No entanto, as expropriações não constituíam o único problema no âmbito do cumprimento dos trabalhos planeados em Campo de Ourique. Nesta altura na capital, inauguravam-se a Avenida da Liberdade, traçada por Ressano Garcia em 1879, considerada, desde meados da década de 60, *uma das mais grandiosas e civilisadoras obras da capital*²³⁰, abrindo a cidade a Norte. Ladeando-a, do lado Este, o novo bairro Camões²³¹, patrocinado por Henry Burnay (1830-1909)²³², e do lado Oeste, o bairro

²³⁰ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 7 de Junho de 1864, pp. 1867 a 1868.

²³¹ O Sindicato dos Terrenos de Santa Marta, constituído após a compra dos terrenos pertencentes à quinta anexa ao palácio dos Condes de Redondo, localizados em Santa Marta, propôs, à Câmara Municipal de Lisboa, a abertura de um bairro, de acordo com um projecto da sua autoria (ver *Actas da Comissão de Obras da Câmara Municipal de Lisboa de 14 de Maio de 1880*). O projecto terá sido apresentado em 1878. A concretização deste empreendimento ficou marcada por um procedimento inédito no âmbito da legislação em vigor: o Sindicato forneceria à Câmara, para além dos terrenos necessários à abertura da infra-estrutura, os meios financeiros para a concretização do empreendimento, devendo esta pagá-lo à empresa, como juros de 5%, num prazo de dez anos. O Município reservava-se porém ao direito de alterar o projecto se considerado necessário abrir mais ruas no bairro. O acordo entre Município e o Sindicato, aproveitando foi assinado a 8 de Junho de 1880. A nove de Junho, aproveitando as comemorações do 3º Centenário de Camões, foi inaugurado o bairro, tomando o nome do poeta (ver *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 28 de Junho de 1880, p. 377). Os trabalhos na rua terão tido início nesse mesmo ano.

²³² Henry Burnay nasce em Lisboa em 1830, no seio de uma família de origem belga (o pai exercia Medicina na capital). Após o final dos estudos, no Colégio Luso-Britânico, iniciou a sua vida profissional na casa bancária de seu avô no Porto. Em 1865 associa-se a um estrangeiro com quem arrendou o recém-inaugurado Palácio de Cristal, onde montou um grande armazém, um parque de diversões, imitando o que se vinha a fazer na Europa., e fundou em Lisboa a casa bancária Henry Burnay & Comp.^a. Trabalhou com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A partir de 1880 investiu, tornando-se accionista, da linha de

Barata Salgueiro²³³, traçado em terrenos pertencentes a Adriano Antão Barata Salgueiro (1814-1895)²³⁴, ambos inaugurados em 1880. Mais a Norte, no mesmo ano, começa a ser aberto o bairro D. Estefânia²³⁵. A inauguração do Canal do Alviela, a 3 de Outubro de 1880, solucionava finalmente o problema do abastecimento de água a Lisboa²³⁶.

Ocupado com uma série de novos projectos em simultâneo, o Município acaba por canalizar para eles todos os seus recursos técnicos e financeiros. O projecto de Campo de Ourique, deslocado do âmbito geográfico da desejada expansão urbanística acaba por ser secundarizado, comprovado pelo faseamento da sua programação, pelo apertado controlo de despesas utilizadas nos trabalhos a realizar nas ruas e nas expropriações, e pelos projectos adiados de ligação do bairro a outras zonas²³⁷.

Apesar das dificuldades, e da secundarização do projecto de Campo de Ourique, reconhece-se um esforço da 3ª Repartição Técnica no sentido de garantir a sua concretização, conveniente às necessidades da população.

Aliás, a conceptualização desenvolvida no projecto de Campo de Ourique, revelou-se única nesta conjuntura. É certo que os elementos urbanísticos, como a rua e o quarteirão não poderão ser comparados com os que foram utilizados nos projectos das grandes avenidas, através das quais se procurava a expansão urbanística da capital. No entanto, a comparação entre os programas de Campo de Ourique e os restantes bairros entretanto inaugurados, revela que o modelo urbanístico utilizado em Campo de Ourique não voltou a ser aplicado. A utilização da grelha ortogonal de ruas

Caminho-de-ferro que ligava Porto a Salamanca, em companhias de navegação, na viação eléctrica da capital, na imprensa, adquirindo periódicos, e ainda em produções coloniais. Adquiriu a Companhia de Tabacos. Em 1886 casou com a filha do banqueiro Carlos Krus, ano em que recebeu do Rei D. Luís o título de Conde. Foi deputado por Tomar e Setúbal e reuniu valiosas colecções de arte no seu palácio, na Junqueira.

²³³ O bairro Barata Salgueiro foi planeado entre São Mamede e a Avenida da Liberdade em terrenos, uns expropriados, outros cedidos, por Adriano Barata Salgueiro. Datam de 1882 os topónimos atribuídos às novas ruas do bairro: Alexandre Herculano, Rosa Araújo, Barata Salgueiro (no sentido Poente-Nascente), e Castilho, Mouzinho da Silveira e Duque de Palmela (actual Braancamp) (estas com orientação Norte-Sul).

²³⁴ Adriano Antão Barata Salgueiro nasceu em Oleiros (Castelo Branco). Formou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, passando a exercer a profissão de advogado em Lisboa, que o notabilizou. Aí adquiriu uma fortuna avultada, tendo investido sobretudo em propriedades urbanas.

²³⁵ O novo bairro da Estefânia localiza-se a Oeste da actual Avenida Almirante Reis, entre o Hospital D. Estefânia, o Largo de Santa Bárbara, junto a Arroios, e a zona do Arco Cego. Traçado pelo engenheiro municipal Polycarpo José da Costa Lima, o projecto de 7 novas ruas (destacando-se a Rua de D. Estefânia, a Rua Pascoal de Melo, Passos Manuel, José Estevão, e Joaquim Bonifácio) foi aprovado a 29 de Setembro de 1877 (Ver *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, 29 de Julho de 1878, p. 416), mas o início dos trabalhos de abertura terão sido adiados até meados de 1878. (ver *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, 8 de Abril de 1878, p. 187). Anexo A, doc. 17.

²³⁶ Sobre este assunto ver BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 185.

²³⁷ Anexo A, doc. 16. É nítida a linha de orientação da maioria dos projectos municipais iniciados a partir da década de 80.

caracterizou-se, em Campo de Ourique, por determinações muito específicas, como a sua configuração de acordo com a topografia da área. Terão sido estas as razões pelas quais estes princípios não voltaram a ser utilizados nos projectos que subsequentemente transformaram o tecido urbano da capital. Com efeito, em poucos projectos urbanísticos na mesma conjuntura se permitiu a aplicação deste padrão, ou voltamos a observar o rigor geométrico que pauta a grelha de ruas e quarteirões de Campo de Ourique²³⁸, ou uma adequação tão qualificada de um conjunto de pré-existências a uma malha reticulada²³⁹.

Lenta, mas progressivamente, desaparece, conquistados pela malha de ruas e quarteirões, o *mapa infindável das amarellidões da terra ardida do sol*²⁴⁰, as pedreiras, e as pequenas indústrias, dando lugar a uma malha moderna e funcional de ruas, e a zonas de habitação bem aproveitadas e organizadas.

II.4.2. 1884-1906: consolidação e ampliação da malha de ruas

Entre Fevereiro e Outubro de 1884, a Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais aprova um novo conjunto de expropriações, que denunciam a intenção de prolongar-se a malha inicial de ruas projectadas (e parcialmente abertas), ampliando-se o bairro de Campo de Ourique. A aquisição de novos terrenos permitia a abertura do bairro a Nascente da Rua Ferreira Borges, tendo-se traçado o projecto de prolongamento da Rua Coelho da Rocha até à pré-existente Rua de São Luiz (hoje Rua Silva Carvalho)²⁴¹.

²³⁸ No estudo levado a cabo em *Lisboa, Morfologias urbanas, 1850-1950, obra cit.*, s/ pp., apresentam-se as métricas das ruas e dos quarteirões dos bairros de Barata Salgueiro (ruas com largura de 25 metros e quarteirões de comprimento variável e largura de 90 metros), Camões (em que as ruas variam entre 15 e 20 metros e os 8 quarteirões apresentam comprimentos entre 100 e 110 metros e largura de 60 metros), e Estefânia (variam entre os 15 e 20 metros de largura), comprovando-se que a largura das ruas e as métricas e configurações dos quarteirões apresentam em cada um dos bairros variações internas.

²³⁹ Anexo A, doc. 16.

²⁴⁰ Fialho de ALMEIDA, «Lisboa Monumental», in *Barbear, Pentear (jornal d' um vagabundo)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1910, p. 115.

²⁴¹ *Planta do terreno que deve ser expropriado a José Rodrigues da Costa para continuação da rua Coelho da Rocha para o lado da rua S. Luiz (...)*, CML, Rep. Técn., Fevereiro de 1884. AML-AC, 9/P – 7347. Nesta peça identificam-se os restantes proprietários a expropriar: Vasconcellos Nunes Cerqueira, João Mamede Calisto, e João Esteves, proprietários de prédios junto à Rua de São Luiz, no enfiamento do prolongamento projectado da Rua Coelho da Rocha.

O projecto era extremamente simples, resumindo-se à extensão de uma das ruas do novo bairro, que conhecia agora um novo limite. Esta ampliação evidenciava no entanto o interesse da Câmara Municipal por este bairro, comprovado pela elaboração de um novo plano de ampliação. Na *Planta indicando o estado do bairro de Campo de Ourique em 27 de Novembro de 1884*²⁴², Augusto César dos Santos planifica o prolongamento do bairro em direcção a Oeste. Ambas as iniciativas inauguram a segunda fase do bairro de Campo de Ourique. A Câmara Municipal apostava, ainda que faseadamente, no bairro de Campo de Ourique, assumindo a sua importância para a cidade.

O prolongamento consistia na abertura de duas novas ruas: as futuras Ruas Tenente Ferreira Durão e Azedo Gneco²⁴³, no lado Oeste do bairro, paralelas às já programadas Rua Ferreira Borges, Rua Tomás da Anunciação e Rua Francisco Metrass, traçadas nas antigas Quinta do Dourado, Quinta do Dourado de Baixo e Quinta do Bahuto. Os novos eixos não beneficiavam porém de uma ligação à Rua de Campo de Ourique, ligando-se, ao invés, à Rua Pereira e Sousa. Esta alteração no traçado determinou a formação de um quarteirão de dimensões menores, com forma triangular, a Norte da malha²⁴⁴.

César dos Santos não se cingiu à ampliação dos limites do bairro, tendo introduzido significativas alterações ao nível da malha urbana relativamente ao projecto de 1878. Estas alterações impunham-se pela necessidade de integrar na malha do bairro

²⁴² *Planta indicando o estado do bairro de Campo de Ourique em 27 de Novembro de 1884*, CML, Rep. Técnica, 27 Novembro de 1884, AML-AC, 9/P – 7336/6216. Anexo A, doc. 13.

²⁴³ Ambos topónimos só seriam atribuídos em 1925, por deliberação camarária de 30 de Dezembro e edital de 11 de Janeiro de 1926. A Rua Tenente Ferreira Durão foi originalmente denominada de Rua do General Taborda, topónimo proposto pelo Presidente da Comissão Administrativa, a 8 de Julho de 1891. Joaquim Ferreira Durão (1876-1914) foi um militar morto em combate em Cuangar, no Sudoeste Africano, numa investida dos alemães durante a I Guerra Mundial. Eudócio César Azedo Gneco (1849-1911) foi gravador, medalhista e escultor, mas distinguiu-se pela sua acção como activista político, tendo sido um dos primeiros dirigentes do Partido Socialista Português. De ascendência italiana, começou por trabalhar como operário gravador na Casa da Moeda de Lisboa. Dedicou-se ao longo da sua carreira a outras áreas como a estampagem de tecidos e a galvanoplastia. Iniciou a sua actividade política e sindical no Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas. Por volta de 1870 tornou-se membro da Maçonaria, abandonando em 1873. Integrou, a partir de 1871 a Associação (Revolucionária) Internacional de Trabalhadores. Colaborou no jornal *O Pensamento Social*, da Fraternidade Operária, liderada por José Fontana. Em 1873 foi eleito secretário-geral da Associação Socialista e foi um dos fundadores do Centro Republicano Federal, considerando que um regime republicano poderia abrir caminho ao Socialismo em Portugal. Em 1875, com José Fontana, Nobre França, José Caetano da Silva, José Tedeschi e António Joaquim de Oliveira, fundou o Partido Socialista Português, mantendo-se na liderança em 1878. Em 1893 organizou o Congresso Nacional Operário, e em 1895 o Congresso AntiCatólico. Foi colaborador assíduo n' *A Vanguarda*, *O País*, *O Século*, fundador d' *O Protesto* e *O Protesto Operário*, e dirigiu *A Folha do Povo*.

²⁴⁴ Anexo A, doc. 13.

a fábrica de telha de marseille e tijolo de barro vermelho, pertencente à Empresa Cerâmica de Lisboa, instalada em 1883, nos terrenos da antiga Quinta do Bahuto²⁴⁵.

A construção desta fábrica durante o processo de abertura do bairro de Campo de Ourique evidenciava a posição suburbana de Campo de Ourique, factor que permitia a preservação da vocação industrial, mas também rural, deste planalto. No entanto, a sua presença não podia ser negligenciada no âmbito da procura de uma integração qualificada das estruturas pré-existentes no novo bairro.

No novo programa, procurando essa mesma integração qualificada da fábrica na grelha já definida, César dos Santos opta por redesenhar os quarteirões a Oeste da Rua Coelho da Rocha, adequando-os à orientação da Estrada do Cemitério Ocidental, e aos terrenos da Empresa Cerâmica. A Rua Coelho da Rocha passa a funcionar como o eixo de comunicação entre a primitiva malha e a nova, formada por uma nova rua, paralela, e um novo conjunto de quarteirões de configuração diferente e maior profundidade. O reajustamento do traçado inicial permitia uma melhor adequação, e articulação, de um eixo pré-existente - a Estrada do Cemitério Ocidental²⁴⁶, e da fábrica de cerâmica, ao tecido do bairro, mantendo-se a coerência do projecto, a funcionalidade do bairro, e simultaneamente um melhor aproveitamento do espaço²⁴⁷.

Tornara-se uma prática recorrente neste projecto, o respeito pelas pré-existências, adaptando-as ao tecido recém-urbanizado, procurando-se uma continuidade entre zonas distintas. Augusto César dos Santos insiste na mesma conceptualização urbanística, mas trabalha-a em função da adequação das novas estruturas, assegurando a coerência interna do projecto.

Novas expropriações, em finais de 1884, a José Alves, então proprietário da Quinta do Dourado de Baixo, e em Junho de 1886, de uma fracção da propriedade

²⁴⁵ Os terrenos pertencentes à Empresa Cerâmica de Lisboa (sociedade formada em 1879, por Ricardo Loureiro, Eduardo Lupi, e seu primo Carlos Bandeira de Mello), correspondiam a parte da antiga Quinta do Bahuto (da qual haviam adquirido 13 mil m²), estendendo-se entre a Estrada do Cemitério Ocidental, a Rua Coelho da Rocha e a Rua Tomás da Anunciação. Em 1883, foi submetido à Secretaria Geral da Câmara Municipal um projecto para construção de uma fábrica (edifício das máquinas e forno). Anexo A, doc. 13.

²⁴⁶ Em 1885, por edital de 16 de Novembro, a Estrada do Cemitério Ocidental passa a designar-se Rua Saraiva de Carvalho, consolidando-se o cunho liberal e progressista, a par do artístico e intelectual, da toponímia do bairro. Augusto Saraiva de Carvalho (1839-1882) foi jurista, político, e activo defensor do Liberalismo. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu a sua actividade em Lisboa. A sua actividade política foi iniciada quando proferiu, em 1868 (23 de Maio), no Grémio Literário, uma conferência intitulada «A População», versando questões de Economia Política. Foi um dos obreiros da *Janeirinha* (1868), tendo depois sobraçado a pasta da Fazenda, Justiça (1870) e Obras Públicas (1875). Foi ainda Deputado, tendo-se destacado na questão do Caminho de Ferro de Salamanca. O seu nome ficou ainda ligado a diversas Empresas comerciais, nomeadamente a Companhia de Minhas de Huelva.

²⁴⁷ Anexo A, doc. 13.

pertencente a dois antigos sócios da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a. – José Maria Espírito Santo Silva e Firmino Benitez Lopes²⁴⁸, possibilitaram a continuação das ruas 4 de Infantaria, Piedade e Tomás da Anunciação, e o início da plantação do jardim do bairro, projectado em 1884. O Jardim da Parada²⁴⁹, que toma o nome da área na qual estava inserido, só foi porém concluído na década de 90, adiado pela venda efectuada por José Maria Espírito Santo Silva e Firmino Benitez Lopes a Joaquim Francisco Sabido²⁵⁰, dos terrenos necessários ao jardim. Esta alienação obrigou a nova expropriação pela Câmara Municipal²⁵¹.

Em 1896 o jardim do bairro destacava-se como um dos principais da cidade, figurando nos lugares cimeiros do *Mappa das diferentes superficies dos jardins (...)* da cidade²⁵².

Em 1890 foi concretizada nova expropriação a Joaquim Francisco Sabido, agora associado a seu filho Casimiro José Sabido, tendo o Município adquirido uma pequena

²⁴⁸ *Escritura de expropriação de terreno aos srs. José Maria do Espírito Santo Silva e Firmino Benitez Lopes, para o jardim projectado entre as ruas 4 d'Infantaria, da Piedade, Thomaz d'Annunciação, etc.* (L.º 13 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa, 5 Junho de 1886, pp. 71 a 73). A expropriação de uma pequena parte dos terrenos pertencentes à antiga firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, fora inevitável, já que, à data, não fora assinado ainda o termo de cedência dessa propriedade. Por outro lado, a dimensão da mesma não impedia o seu pagamento.

²⁴⁹ Em data que não conseguimos apurar, o Jardim de Campo de Ourique, ou da Parada, passou a designar-se oficialmente Jardim Teófilo Braga, encetando-se através dele uma homenagem ao republicanismo, conservando-se o cariz oitocentista e liberal dos topónimos já elegido. Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924) foi Presidente do I Governo Provisório da República (1910) e o 2.º Presidente da República (1915). Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra (1867), em 1868 concorreu para o cargo de professor da cadeira de Direito Comercial na Academia Politécnica no Porto, em 1871 a lente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e no ano seguinte, para lente da cadeira de Literaturas Modernas de Curso Superior de Letras. Neste Curso dedica-se ao estudo da Literatura europeia, nomeadamente de autores positivistas. Em 1878 fundou, com Júlio de Matos a revista *O Positivismo*, e concorreu a deputado às Cortes, integrado nas listas do Partido Republicano Português. Em 1880 colabora na *Era Nova*, e a partir de 1884 passa a dirigir a *Revista de Estudos Livres*. Em 1890 foi eleito membro do Partido Republicano Português, e em 1910 é eleito deputado republicano por Lisboa. Em 1915 substituiu Manuel de Arriaga na Presidência da República, mas apenas durante alguns meses, tendo sido substituído por Bernardino Machado.

²⁵⁰ Joaquim Francisco Sabido adquire, a partir de 1882, as primeiras propriedades em Campo de Ourique: seis lotes de terreno aos sócios da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, onde constrói, na esquina entre a Rua Tomás da Anunciação com a Rua Correia Teles, dois prédios de habitação, morada familiar a partir de 1889. Estas informações foram cedidas por António Sabido Costa, descendente de Joaquim Francisco, mas são comprovadas através de um conjunto de escrituras de venda de terrenos, registadas no Cartório notarial n.º1 (actual n.º3) de José Manuel Barcellos Júnior, entre Abril e Julho de 1882 (L.º 166 a 168).

²⁵¹ Ver *Actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, 14 de Agosto de 1890, pp. 26 a 27, e pp. 304 a 371. O vereador incumbido da expropriação foi o vereador Mendia, que fixa o preço de mil réis o m² para os terrenos necessários a jardim, e 300 réis o m² para os terrenos necessários à abertura de arruamentos. Ver *Planta de lotes do bairro de Campo de Ourique* (Terrenos adquiridos pelo Município à Quinta do Dourado para abertura de ruas e jardim), CML, 1890, AML-AC, DSU cx. 90 – pasta n.º 20.

²⁵² *Mappa das diferentes superficies dos jardins em 1896*, CML, Rep. Técnica, 3.ª secção, 28 Março 1906, AML-AC, SGO, cx. 27 (1.ª). Anexo A, doc. 15.

porção das «Terras do Sabido»²⁵³. Esta propriedade reunia as parcelas adquiridas por Joaquim Sabido, a partir de 1882 aos sócios da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a., e de duas quintas, adquiridas em parceria com o seu filho: a Quinta do Dourado de Baixo, comprada entre 1886 e 1890 a Teodoro de Aviz²⁵⁴, e a Quinta do Dourado de Baixo, por óbito de João Alves, em 1889. Ocupando toda a parte Norte de Campo de Ourique, desde a Rua Tomás da Anunciação até à Rua Maria Pia, as Terras do Sabido constituíam, na viragem do século, a maior propriedade de Campo de Ourique, ocupando toda a parte Norte do mesmo.

Quem eram então os mais importantes proprietários de Campo de Ourique em finais do século XIX? Joaquim Francisco Sabido (1843-1929) estava ligado ao fornecimento de materiais de construção, tendo continuado a actividade de seu pai, José Francisco Sabido, construtor civil. A partir de 1880 Joaquim Sabido tem uma oficina de cantaria na Rua 24 de Julho, através da qual fornece à Câmara Municipal, de forma muito regular, diversos materiais a utilizar na infra-estruturação das recentes vias públicas²⁵⁵. Nos concursos públicos de fornecimento de matérias-primas (inscritos nas actas da Câmara Municipal), compete frequentemente com Firmino Benitez Lopes, sócio da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a. O sucesso obtido nesta área, um mercado em expansão numa conjuntura de crescimento urbanístico e da construção, permitiu-lhe o investimento no mercado imobiliário, tendo adquirido diversas propriedades a partir de 1882. Alcântara (Fonte Santa), Monsanto (Casal do Penedo), Areeiro (Casal Vistoso) e Campo de Ourique foram áreas nas quais investiu. A opção por estes locais estava relacionada com a presença de pedreiras e minas, essenciais à sua área de actividade. A aquisição de terrenos em Campo de Ourique explica-se também pela posição de destaque que assumia como um dos principais canteiros do Cemitério dos Prazeres. A partir de 1894, surge associado ao filho mais velho, Casimiro José Sabido (1867-

²⁵³ A 20 de Setembro de 1890, A Câmara adquire uma propriedade a Joaquim Francisco Sabido e Casimiro José Sabido, *para abertura da Rua Almeida e Sousa* (Ver L^o. 21 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa, 20 Setembro 1890, fls. 6v. a 10).

²⁵⁴ Desconhece-se a data concreta de aquisição desta propriedade. Em 1886, a Quinta do Dourado ainda pertencia a Teodoro de Aviz, que aí explorava uma mina de barro situada *por baixo do caminho publico que vae da Quinta do Dourado à Fonte Santa* (ver *Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa*, 10 de Maio de 1886, p. 86. A acta municipal de 14 de Agosto de 1890 refere que a Quinta do Dourado é propriedade de Joaquim Francisco e Casimiro José Sabido (ver *Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa*, 21 de Junho de 1890, p. 304).

²⁵⁵ Estas informações foram fornecidas por um descendente de Joaquim Francisco Sabido, António Sabido Costa. Refira-se a título de curiosidade que partes das faixas de cantaria dos passeios da Avenida da Liberdade foram fornecidas por Joaquim Sabido.

1935)²⁵⁶, passando a oficina de cantaria a designar-se «Sabido & Filho». Esta associação estendeu-se também à aquisição de propriedades, nomeadamente em Campo de Ourique.

A expropriação aos Sabido visava o planeamento da extensão da Rua Almeida e Sousa até à Rua de São Luíz, ainda sem projecto aprovado. No ano seguinte, em 1891, os Sabido apresentam um requerimento à Câmara Municipal solicitando que se fixassem os alinhamentos para uma rua particular que pretendiam abrir, entre a Rua Ferreira Borges e a Rua de São Luiz, no seio da sua propriedade²⁵⁷. A família Sabido procurava, talvez antecipando uma actuação lenta da Câmara Municipal, valorizar, de uma forma rápida, a sua propriedade, construindo acessos a terreno edificável. Não tendo obtido resposta à sua solicitação, os Sabido acabam por ceder, a título gratuito, em Maio de 1900, alguns dos terrenos necessários ao prolongamento da Rua Almeida e Sousa.²⁵⁸ A Câmara Municipal vai adiar até Dezembro de 1905²⁵⁹ a elaboração deste projecto, entregue ao Engenheiro Civil e de Minas, António Luz, da 1ª secção da 3ª Repartição Técnica Municipal.

O plano consistia na ampliação, a Sul, de uma rua já existente, a Rua Almeida e Sousa, seguindo paralela à Rua Coelho da Rocha, cujo prolongamento fora fixado em 1884. Procurava-se com este projecto uniformizar a grelha de ruas, facilitando a

²⁵⁶ Casimiro José Sabido nasceu em Talaíde, na casa de família em 1867. Desde cedo mostrou aptidão para os negócios, tornando-se parceiro de seu pai, Joaquim Francisco Sabido. Com 18 anos já participava no fornecimento de materiais para a Câmara Municipal. O seu casamento com Joaquina Adelaide Paulo, em 1886, permitiu-lhe expandir este negócio, uma vez que a sua mulher provinha de uma família ligada a este ramo de actividade. Em 1891 surge associado a um dos seus irmãos, José Freire Sabido, na firma «Casimiro José Sabido e Comp^a (Irmão)», que, após 1929, terá absorvido a empresa de materiais de construção de seu pai. Em 1906 adquire na Rua de São Bento um conjunto de imóveis onde instalará a sede da sua empresa, e ainda uma oficina de cantaria e escultura, um armazém de materiais de construção, e a sua própria morada. Nesta época fornecia uma enorme variedade de materiais, tais como ladrilhos de mosaico, cimento de Portland, *pozzolana* dos Açores, tubos de grés e cantarias para obras e jazigos, rivalizando com uma das maiores firmas do mesmo ramo, a «António Moreira Rato & Filhos». O sucesso obtido no comércio de materiais de construção permitiu-lhe, à semelhança de seu pai, investir no imobiliário. Adquiriu propriedades em Campolide, procurando expandir, através das pedreiras aí existentes, a base do seu negócio. Aí chega inclusivamente, associado a seu irmão, a recuperar uma fábrica de cerâmica (Cerâmica de Campolide). Investiu também na exploração agrícola, tendo comprado grandes propriedades em Oeiras, Seixal, (Torrão) Alto Alentejo, Alcobaça, entre outras localidades. Todas estas informações foram cedidas por António Sabido Costa, descendente de Casimiro José Sabido, com base em documentação de arquivo familiar.

²⁵⁷ Augusto César dos Santos elabora uma planta localizando a referida propriedade. Ver *Planta junta à informação n.º 1046*, CML, Rep. Técnica, 3ª Repartição, Augusto César dos Santos, 30 de Outubro de 1891, AML-AC cx. 16/DIV – 12561 a 12568.

²⁵⁸ Ver L.º 37 de Escrituras e Troca de terrenos da Câmara Municipal de Lisboa, 11 de Maio de 1900, fls. 13 a 14v.

²⁵⁹ *Projecto de prolongamento da Rua Almeida e Sousa na parte compreendida entre as Ruas Ferreira Borges e de São Luíz*, CML, Rep. Técnica, António Luz (?), Eng.º. Civil e de Minas, 27 de Dezembro de 1905. AML-AC, cx. 16/DIV – 12580 a 12585.

circulação no seio e para o exterior do bairro, através da ligação de todas as ruas transversais, a partir da Rua da Piedade, até à Rua de São Luiz.

A ausência de Augusto César dos Santos neste projecto, explica-se no âmbito de uma reforma dos serviços municipais, em 1889. A partir desse ano todos os serviços até aí adjudicados à Repartição Técnica passam a integrar-se na recém-criada Direcção-Geral do Serviço Geral de Obras Públicas²⁶⁰. Augusto César dos Santos é nomeado chefe do novo serviço 3ª Repartição - Serviço Geral (Viação Pública), passando a ser responsável, por exemplo, pelo Relatório estatístico anual da actividade da Repartição de Via Pública. A nova nomeação implicou o seu afastamento no projecto de Campo de Ourique, continuando porém a assinar peças relativas ao bairro. Apesar da actuação de outro técnico, este projecto conservava a conceptualização fixada em 1878, sendo, como em nenhum outro projecto na mesma cronologia, explorada com enorme coerência.

O prolongamento da Rua Almeida e Sousa até à Rua de São Luiz foi aprovado em Setembro de 1906, mas, surpreendentemente, o projecto a concretizar, tal como a sua execução fora entregue a Casimiro José Sabido, e não ao técnico camarário, António Luz. Na escritura que oficializa esta atribuição²⁶¹ refere-se que *a construção da rua obedecerá ao projecto apresentado pelo 2º outorgante (Casimiro José Sabido), depois de devidamente aprovado pela Camara.*

A aprovação do projecto de Casimiro José Sabido significava a concretização de diversos objectivos em simultâneo para a Câmara Municipal. Garantia, por um lado, a extensão coerente da malha contínua de quarteirões, como forma de consolidação da identidade conceptual do bairro, e a manutenção do perfil-tipo de rua. Por outro lado, significava a execução de um projecto sem custos adicionais, excepto a sua municipalização²⁶², uma vez que havia sido excluído deste processo a expropriação e os trabalhos de terraplanagem e cordeamento da rua. Aos proprietários²⁶³ era-lhes

²⁶⁰ Maria Helena BARATA-MOURA analisa em pormenor a evolução dos serviços camarários e Repartição Técnica (*obra cit.*, pp. 93 a 100).

²⁶¹ A entrega oficial do projecto a Casimiro José Sabido foi efectuada através de escritura lavrada a 14 de Novembro de 1906 (L.º 57 de Escrituras da Câmara Municipal, fls. 18). Entre outras obrigações determinava-se que Casimiro José Sabido deveria finalizar o dito arruamento até Novembro de 1907, conservando uma serventia provisória até à Rua de São Luiz até estar concluído o projecto. Sabido estaria apenas dispensado de completar um pequeno troço junto à Rua de São Luiz, por se enquadrar num terreno que não lhe pertence, sendo a sua execução responsabilidade da Câmara Municipal.

²⁶² Ao Município competia ainda completar um pequeno troço de rua, por se situar fora dos limites daquela propriedade privada, a fiscalização da obra particular, e, após a municipalização, o seu bom estado de conservação e limpeza.

²⁶³ A escritura de concessão do arruamento é também assinada pelo co-proprietário, José Freire Sabido, irmão de Casimiro José Sabido. José Francisco Freire Sabido (1869-1947) nasce, como o irmão na casa de Talaíde. Surge desde cedo associado ao seu irmão mais velho na actividade ligada ao comércio de

garantida a valorização da sua propriedade, no seio um bairro em pleno desenvolvimento.

Esta concessão abria também a possibilidade de futuras parcerias entre a Câmara e os irmãos Sabido, uma vez que a Câmara planeava, desde 1905, o prolongamento do bairro de Campo de Ourique no seio da sua propriedade, projecto que decerto se enquadrava nos objectivos dos seus proprietários no âmbito da valorização urbanística e consequentemente financeira, da sua propriedade.

Por outro lado, uma parceria público-privada desenvolvida nestes moldes constituía a forma de contornar as imposições do novo Código Administrativo, aprovado em 1895. Celebrizado como o Código de João Franco, e aprovado num contexto de crise financeira, nele limitava-se a autonomia (financeira) municipal, ao retirar-lhe a liberdade para *realizar contractos de execução de obras ou serviços* sem prévia aprovação do Estado²⁶⁴. Face a estas imposições, a Câmara Municipal encontra neste tipo de concessão a entidades particulares o meio de concretizar, sem custos avultados, os seus projectos para a cidade.

Nesta fase desenvolve-se também a intenção de prolongar o bairro a Norte da última rua projectada (a futura Rua Azedo Gneco), comprovada pela elaboração, em Dezembro de 1905, de um plano para continuação da Rua Correia Teles, em direcção ao extremo Norte do planalto²⁶⁵. Este projecto pressupunha a expropriação das «Terras do Sabido», pertencente a Joaquim Francisco Sabido e seu filho Casimiro José Sabido, e a expropriação da propriedade de Maria José e Maria Adelaide Prado Rodrigues²⁶⁶. O plano não obteve aprovação imediata, tendo sido adiada até Novembro de 1906, já na terceira fase de ampliação do bairro, como veremos adiante.

A mentalidade urbanística subjacente neste empreendimento gerou, por outro lado, não tanto pelo modelo imposto, mas no sentido do desenvolvimento de uma extensão racionalizada da capital, baseada em traçados rigorosos e geométricos, ao realinhamento urbanístico da zona em redor do bairro. Com efeito, assiste-se, a partir de

materiais de construção, adquirindo no entanto um papel secundário na gestão e capitalização das empresas. Apenas após a morte do irmão se estabelece por conta própria, fundando uma empresa de cantarias especializada na construção de jazigos. Estas informações foram cedidas por António Sabido Costa.

²⁶⁴ Ver *Código administrativo. Decreto de 2 de Março de 1894*, Porto, Livraria Portuense editora, 1895, p. 44 (Título IV, secção IV)

²⁶⁵ Este plano, que não localizado nos Arquivos Municipais, foi aprovado a 22 de Dezembro de 1905, segundo a *Informação n.º 4617*, CML, 3ª Rep., SGO, 1ª sec., Francisco Heitor de Macedo (chefe da 1ª sec.), AML-AC cx. 27 (2ª) (167).

²⁶⁶ O primeiro requerimento conhecido para complemento da Rua Correia Teles até à Rua Tenente Ferreira Durão, data de 5 de Outubro de 1906.

meados da década de 80 do século XIX à intervenção da Câmara Municipal na Rua e Travessa de Campo de Ourique, no Beco do Fogueteiro, na Rua do Patrocínio, na Rua do Jardim (à Estrela), na Travessa de Cima dos Quartéis, e inclusivamente na Estrada do Cemitério Ocidental, projectando-se sistemáticos alinhamentos. A presença de um novo bairro na área passou claramente a influenciá-la. O desenvolvimento de um modelo urbanístico baseado na ortogonalidade e proporcionalidade parecia exigir a rectificação da zona envolvente, já urbanizada, tal como das vias-fronteira do bairro, facilitando o seu acesso. A regularização das artérias em redor do bairro foi inclusivamente incluída nos *melhoramentos da cidade*²⁶⁷, atitude que reflecte a importância da presença do bairro na zona na qual se inseria.

Esta fase não é apenas caracterizada pela ampliação da malha urbana dentro de um mesmo corpo de teorias urbanísticas, ou pela ligação do bairro à zona envolvente. É em finais da década de 80 que se concretiza a ligação do bairro com o exterior, procurando minimizar-se o seu isolamento relativamente ao resto da cidade e áreas vizinhas. Apesar de terem sido traçados dois projectos (a ligação das ruas Ferreira Borges, Saraiva de Carvalho e do Patrocínio ao Largo do Convento Novo do Coração de Jesus²⁶⁸, em Fevereiro de 1887, e a ligação entre o Largo de Santa Isabel com a Rua da Piedade²⁶⁹, em finais do século XIX), foi apenas concretizada a primeira, em direcção a Sudoeste, através da abertura de uma extensa rua, arborizada, a futura Rua Domingos Sequeira²⁷⁰. Efectivava-se a ligação do bairro a uma zona, mais antiga, já

²⁶⁷ *Actas da Comissão de Melhoramentos Municipais*, 24 de Janeiro de 1884, e 26 de Março de 1884.

²⁶⁸ *Projecto (cópia) de abertura da rua entre o Largo do Convento Novo do Coração de Jesus e a concordância da Rua do Patrocínio com as de Saraiva de Carvalho e Ferreira Borges*, CML, 3ª Repartição, Eng.º Chefe da Repartição António Maria de Avellar, 16 Novembro de 1887 (AML-AC). A primeira proposta para abertura desta rua data de 13 de Abril de 1882 (ver *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, p. 200), na qual os requerentes evidenciavam que existia *n' aquella área terreno em bellas condições não só para a abertura d'essa rua, mas também para edificações*.

²⁶⁹ *Projecto de ligação directa entre o Largo de Santa Isabel com a Rua da Piedade*, CML, SGOP, 2ª sec., s.d., AML-AC, CML, SGOP, cx. 14/DIV – 12497. A peça não está datada, mas indicam-se, em nota manuscrita, as sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, de Setembro de 1890, depreendendo-se que o projecto tenha sido elaborado nesse período.

²⁷⁰ O topónimo atribuído a esta rua (deliberação de 4 de Novembro de 1887) acabava por ligá-lo ao bairro ao qual concedia serventia, ao integrar-se no grupo de ruas que distinguiam vultos da Pintura nacional, como Tomás da Anunciação ou Francisco Metrass. Domingos António Sequeira (1786-1837), frequentou o curso de Desenho e Figura da Aula Régia. Partiu para Itália em 1788, com uma bolsa de estudo concedida pela Rainha D. Maria I, onde frequentou as aulas do Mestre Antonio Cavalluci. Foi Professor na Academia di San Luca, onde pintou *A degolação de São João Baptista*, a *Alegoria à Casa Pia* e a *Aparição de Cristo a D. Afonso Henriques*. Em 1802, já em Portugal foi nomeado pintor da Corte e co-responsável pela decoração do Palácio da Ajuda. No ano seguinte leccionava Desenho e Pintura às herdeiras da coroa, e em 1806 foi Director da aula de Desenho da Academia do Porto. Durante esta fase pintou grande parte dos retratos e as alegorias históricas que o tornaram conhecido (*Príncipe regente D. João* (1806), *D. Carlota Joaquina* (1806), *Junot protegendo a cidade de Lisboa* (1808), *O Conde de Farrobo* (1813)). Em 1826 fixou-se em Roma, não mais regressando a Portugal. Aí dedicou-se à pintura

urbanizada, hoje o Largo da Estrela. A sua concretização obrigou a um difícil processo de expropriações, mas, contrariamente aos restantes projectos de ligação do bairro, o tipo e número de propriedades a adquirir não condicionou a sua realização.

É evidente a preocupação da Câmara Municipal no sentido da ligação entre Campo de Ourique e o resto da cidade, apostando-se no conceito desenvolvido em 1864: a valorização da circulação entre toda a cidade. No entanto, a questão das pré-existências, associada à secundarização do bairro relativamente aos projectos das grandes avenidas que rasgavam Lisboa a Norte, que absorviam todos os recursos municipais, goraram quase todas as tentativas de ligação do novo bairro.

Os moradores e proprietários do bairro sentiam-se prejudicados pelo isolamento a que o bairro estava votado, continuando a requer a execução de ligações com o resto da cidade. Em 1888, solicitam à Câmara a *demolição de um muro (...) que separa a Rua de Campo de Ourique da Estrada da Circunvalação*²⁷¹, e em 1891 condenam a construção do Reservatório de Água²⁷², num terreno que se abria a Nordeste do bairro, alegando que prejudicava *totalmente (...) o prolongamento da Rua 4 de Infância nesse sentido*²⁷³, e consequentemente a ligação do bairro ao centro da cidade.

As características do planalto de Campo de Ourique, um espaço amplo e afastado do centro da cidade, revelavam-se ideais para a construção de grandes estruturas, como o Quartel, em meados do século XVIII, o Cemitério, em 1833, complexos fabris, como a Empresa Cerâmica, em 1883, e o Reservatório de Água, em 1891, cuja funcionalidade exigia precisamente um espaço amplo, livre de edificações. A implantação de um bairro nas franjas da cidade, numa zona com estruturas e vivências típicas de um espaço não urbanizado, dificultou em muito a sua integração no círculo da metrópole, acabando por isolá-lo em si mesmo. A abertura de uma nova rua - a Travessa de Cima dos Quartéis, a partir de 1900²⁷⁴, situada entre as ruas Ferreira Borges, Piedade, Campo de Ourique, e

religiosa. Ver CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Toponímia. Domingos António Sequeira [em linha]. Lisboa: CML. [Consult. 13 Out. 2013] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>.

²⁷¹ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 14 de Abril de 1888, p. 126.

²⁷² O reservatório, da responsabilidade da Companhia das Águas de Lisboa, tinha como intuito vir a *acumular uma importante reserva de água, originária do Canal do Alviela, que pusesse termo às repercussões da estiagem no consumo*. Ver Luís Leite PINTO, *História do Abastecimento de Água à Região de Lisboa*, Lisboa, 1989, p. 157.

²⁷³ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 27 de Maio de 1891, p. 224.

²⁷⁴ O edital camarário de 31 de Outubro de 1900 atribuiu a designação do novo arruamento, mas também a alteração da já existente Travessa Atrás dos Quartéis, persistindo ambas na actualidade, envoltas num ambiente aldeão.

Travessa Atrás dos Quartéis, comprova esta realidade²⁷⁵. Numa tentativa de atenuar o isolamento do bairro, ao tentar-se uma interacção entre a zona do Quartel e a nova malha urbanística, a nova rua acabaria por fomentar, porém, contrariamente aquilo que era verdadeiramente necessário ao bairro, a circulação no seu interior, ao ligar o bairro a um conjunto de ruas setecentistas, estreitas e labirínticas, apartando-o mais ainda da vida citadina da capital.

A Rua Domingos Sequeira e a Rua de Campo de Ourique, acabaram por tornar-se o único eixo que, na viragem para o século XX, abria o bairro à cidade, uma vez que, através delas, se projectou a extensão das linhas eléctricas do *tramway*, transporte que passou a servir o bairro, através da Rua Ferreira Borges²⁷⁶.

A segunda fase do bairro de Campo de Ourique é sobretudo marcada pela conquista de novos terrenos, a Sul e a Oeste, permitida pela aquisição de grandes propriedades, como parte da antiga Quinta do Bahuto²⁷⁷, na fracção pertencente à firma Machado & Irmão (desde 1879). As expropriações a João de Deus Lobato, João Alves, e ainda a Joaquim e Casimiro Sabido, para conclusão das Ruas Ferreira Borges, 4 de Infantaria e Tomás da Anunciação, e dos troços compreendidos entre elas, e para prolongamento da Rua Coelho da Rocha e Rua Almeida e Sousa, consolidam a vontade cada vez mais evidente de ocupar todo o campo de Ourique. O projecto está definitivamente lançado.

Nesta fase é também notória uma maior preocupação pela instalação de infra-estruturas de serventia pública, destacando-se a colocação de candeeiros de iluminação em quatro das ruas do bairro²⁷⁸, a colocação de latrinas, chafariz e lavadouro na Rua Ferreira Borges, em 1889²⁷⁹, de um urinol, de tipo francês, no jardim da Parada, em 1898²⁸⁰, desenhados por Augusto César dos Santos, que nesta fase, como vimos

²⁷⁵ *Planta junto da informação n.º 5356 (...) da abertura de uma rua situada entre as ruas Ferreira Borges, Piedade, Campo de Ourique e Travessa Atrás dos Quartéis*, CML, 3ª Rep., SGOP, Augusto César dos Santos, 1900, AML-AC, 21/SGO

²⁷⁶ *Projecto da variante do traçado do tramway eléctrico entre os Lagos da Estrela e do Rato, apresentado pela Comp.ª de Carris de Ferro de Lisboa (...)*, CML, 4ª secção, 3ª Repartição, 14 Fevereiro de 1905. AML-AC, cx. 13/DIV – 12420. Em Junho do mesmo ano, segundo um ofício da Câmara Municipal de Lisboa, o *tramway* já estaria em pleno funcionamento.

²⁷⁷ Expropriação em duas partes: Janeiro de 1889 e Novembro de 1891.

²⁷⁸ *Foram apresentadas as seguintes propostas...* (do Sr. António Júlio Correa Guedes) *para que sejam collocados de 16 a 20 candieiros de gaz, nas quatro ruas novas do bairro de Campo de Ourique*, in *Actas das sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, 8 de Novembro de 1900, pp. 497.

²⁷⁹ *Projecto para construção de latrinas, chafariz, lavadouro no terreno municipal na Rua Ferreira Borges*, CML, 3ª Rep., SGOP, Augusto César dos Santos, 2 Julho de 1889, AML-AC, UROB-C/06/0526. Anexo A, doc. 14.

²⁸⁰ *Desenho junto ao offício n.º 4989 da 3ª Repartição (...)*, CML, Rep. Técnica, Augusto César dos Santos, 2 de Setembro de 1898. AML-AC, SGOP.

anteriormente, desenvolve, ao serviço da Câmara, durante a década de 80, um trabalho exemplar nesta área.

Os trabalhos projectados mantiveram um ritmo lento, evidente através da comparação entre as *Plantas de estado do bairro* de 1884, 1892 e 1894²⁸¹, e os relatórios elaborados pela Câmara Municipal. Em 1900 a Câmara Municipal dá conta do estado do bairro, referindo que apenas *quatro novas ruas do novo bairro de Campo de Ourique (...) estão concluídas, há mais de 8 anos, encontrando-se na data presente totalmente iluminado*²⁸². As referidas ruas seriam a Rua Ferreira Borges, Rua 4 de Infantaria, Rua Tomás da Anunciação e a Rua da Piedade²⁸³, concluídas, de acordo com a Câmara, em 1892. Na realidade, todas elas mantinham por concluir pequenos troços: a Rua Ferreira Borges permanecia reduzida a um pequeno troço entre as ruas da Piedade e de Campo de Ourique, e a conclusão da Rua 4 de Infantaria (a Sul), esteve pendente até 1895. A sua conclusão foi permitida pelo fim das negociações entre a Câmara Municipal e o Ministério da Guerra para aquisição de alguns talhões da horta do Quartel²⁸⁴. A Rua Tomás da Anunciação estava por finalizar em 1905, entre a Rua Coelho da Rocha e a Estrada do Cemitério Ocidental; as ruas Pereira e Sousa, Correia Teles e da Piedade, abertas apenas até a Rua Tomás da Anunciação; as futuras Rua Francisco Metrass e Rua Azedo Gneco, tal como o prolongamento da Rua Almeida e Sousa mantinham-se por iniciar, traçadas na antiga Quinta do Dourado, pertencente desde 1890 à família Sabido. A Rua Coelho da Rocha ainda não estaria ligada ainda à Rua de São Luiz, dependente da expropriação a José Rodrigues Costa.

A evolução dos trabalhos continuava dependente das expropriações individuais, obrigando, em consequência, ao faseamento da planificação. Será interessante verificar a necessidade de proceder a plantas de estado para verificação da evolução dos trabalhos planeados. Mesmo após a aprovação de uma nova lei de expropriações, em Agosto de 1888 – A Lei de Expropriações por Zonas, as dificuldades relacionadas com este processo permaneceram no projecto do bairro de Campo de Ourique. O tipo de propriedade do planalto não era compatível com as determinações da nova lei, não

²⁸¹ *Planta de Estado do bairro de Campo de Ourique em Outubro de 1892*, CML, Rep. Técnica, Out. 1892. AML-AC, 9/P – 6215; *Planta do estado actual do bairro de Campo de Ourique em Novembro de 1894*, CML, Rep. Técnica, Novembro de 1894. AML.AC, cx. 13/DIV – 12394.

²⁸² *Actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, 8 de Novembro de 1900, p. 497.

²⁸³ Por edital de 7 de Agosto de 1911, esta rua passa a ser denominada Rua de Infantaria 16.

²⁸⁴ Ver *Ofício n.º 2897 da 1.ª secção da Secretaria do serviço central e Planta de permuta de terrenos entre a Câmara Municipal e o Ministério da Guerra para prolongamento da Rua 4 de Infantaria*, 1895, AML-AC, DSU/2 – 1460/1463 (00028).

tendo por isso sido aplicada para execução das expropriações necessárias ao avanço do bairro.

O objectivo principal da nova lei era facilitar a concretização do plano do Eng.º Ressano Garcia, apresentado em 1888 *para as Avenidas da Liberdade e das Picôas e ruas adjacentes, paralelas ou incidentes*, também conhecido por Projectos de Zonas²⁸⁵. No entanto, a sua aprovação acabou por simplificar a programação urbanística em geral, uma vez que as novas disposições permitiam, ao alterar o conceito de utilidade pública das expropriações necessárias, adquirir de uma vez só os terrenos necessários, evitando-se, em consequência a morosidade dos trabalhos, problemática presente na maioria dos projectos da cidade. A nova lei foi fortemente criticada, no entanto, defendia-se que a sua aprovação permitiria as *obras inevitáveis porque absolutamente necessárias para a expansão, engrandecimento e melhoria da situação das classes pobres (...)*²⁸⁶. Relembra-se inclusivamente a importância desta medida no âmbito do programa de transformação da cidade de Paris, sem as quais (...) *não poderia ter atingido o brilhante desenvolvimento material com que deslumbra quantos a visitam*²⁸⁷.

A aprovação da nova lei foi decisiva para a consolidação do projecto de expansão da cidade a Norte, facilitando a concretização de projectos já iniciados, como a Avenida da Liberdade, *boulevard* da cidade, inaugurada em 1886, tendo levando apenas 7 anos a ser concluída, ou a concretização do já referido plano de Zonas, ou das Avenidas Novas, iniciado em 1897²⁸⁸, apresentando em 1902 os primeiros resultados com a inauguração da Avenida Ressano Garcia (entre a Avenida Duque de Ávila e o Campo Grande), e o arranque de outros projectos. Destaquem-se neste âmbito a Avenida dos Anjos (Avenida Almirante Reis), iniciada em 1893, e concluída em 1903, a rotunda da Picoas (Duque de Saldanha), em 1901, e o início da abertura das Avenidas António Maria de Avellar (5 de Outubro) e Pinto Coelho (Defensores de Chaves) (1903).

²⁸⁵ O projecto é aprovado em sessão municipal, a 13 de Abril de 1889 (pp. 49 a 57). O projecto surge também designado por *Projecto de Zonas* ou *Projecto das novas ruas a abrir nas imediações do futuro parque da Liberdade e da avenida das Picoas ao Campo Grande*. Este projecto consistia na construção das chamadas 1ª e 2ª zonas a norte da Avenida da Liberdade, através da abertura de uma rotunda ao cimo da Avenida da Liberdade, funcionando como eixo de distribuição para as futuras Avenidas Fontes Pereira de Melo, e Avenida Ressano Garcia (Avenida da República), António Augusto Aguiar e Parque Eduardo VII, que por sua vez se ligam as vias adjacentes (paralelas e transversais).

²⁸⁶ «Boletim Parlamentar», in *O Século*, 29 de Junho de 1888, p. 2 (citado por Ana BARATA, *obra cit.*, p. 37). Ana BARATA estudou a fundo a discussão em torno da nova lei de Expropriações (*obra cit.*, pp. 37 a 43).

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Em 1897 inicia-se a abertura da Avenida Ressano Garcia (Avenida da República), Fontes Pereira de Melo e António Augusto Aguiar.

A década de 1890 e inícios de 1900 são anos de grande extensão da área «urbanizada» da cidade²⁸⁹, sendo um período particularmente activo da Repartição Técnica. Lisboa transformava-se, ao mesmo tempo que se modernizava. Em 1895, inicia-se a instalação da linha férrea entre o Cais do Sodré e Belém. Em 1897, com a aprovação do Plano Geral de Esgotos da Capital, elaborado pelo Eng.º Ressano Garcia, fica finalmente resolvido o problema de esgotos na capital. A partir de 1900 o sistema de carros eléctricos generaliza-se na capital, através da instalação da rede eléctrica aérea e da uniformização do sistema de *rails* da Carris. Apesar das dificuldades inerentes à eclosão de uma crise financeira em 1891²⁹⁰, a Câmara Municipal conseguiu concretizar até meados da primeira década do novo século a expansão da capital, consolidando os conceitos de circulação, comunicação e de modernização estética e infra-estrutural na capital²⁹¹.

O arranque de novos projectos na cidade teve influência determinante no ritmo dos trabalhos em Campo de Ourique, e na sua sectorialização. A canalização dos recursos técnicos e financeiros para os projectos de expansão a Norte da capital e da modernização das infra-estruturas da capital, colocou em segundo plano os objectivos traçados para Campo de Ourique, sobretudo quanto à superação das pré-existências no sentido de se concretizarem planos de ligação do bairro com outros pontos da cidade. Em inícios do século XX Campo de Ourique, permanecia um bairro isolado e fechado em si mesmo.

Em 1904 Ressano Garcia apresenta o seu derradeiro projecto - Plano Geral de Melhoramentos da Capital, em 1904²⁹². Este apresentava como prioridade o planeamento urbanístico da zona Norte da capital, uma vez que já se achavam em *via de*

²⁸⁹ Manuel Morais Villaverde CABRAL, *A evolução de Lisboa e a rua das Portas de Santo Antão (1879-1926)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH, UNL, 1997, p. 122

²⁹⁰ Sobre este assunto ver Luís Aguiar SANTOS «A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação», in *Análise Social*, vol. XXXVI, 2001, pp. 185 a 207.

²⁹¹ A partir de finais da década de 90 do século XIX, a Câmara Municipal experiencia um recuo nas suas iniciativas, forçado pela diminuição dos seus recursos financeiros. Maria João Madeira Rodrigues refere inclusivamente que a partir desses anos *a iniciativa privada será o único agente «programador» (obra cit., p. 66)*. Os bairros Andrade (1890), da responsabilidade de Manuel Pereira de Andrade, nas traseiras da Igreja dos Anjos; Brandão, da autoria de Manuel Francisco de Almeida Brandão (1893), e Castelinhos, a poente da Avenida dos Anjos (1897), são alguns dos exemplos de iniciativa privada deste período.

²⁹² O Decreto de 2 de Setembro de 1901 atribuiu à 3ª Repartição de Obras Públicas a competência para elaborar um Plano Geral de Melhoramentos da Capital, que deveria ser remetido ao Governo Central e, posteriormente, ao Conselho Técnico de Obras Públicas para aprovação. A 29 de Dezembro de 1903, O Engenheiro-Director da Repartição Técnica Municipal, Frederico Ressano Garcia, submete uma Memória Justificativa e Descritiva do referido Plano, mais de três décadas depois da formação da primeira comissão para sua elaboração. O processo de elaboração do Plano Geral de Melhoramentos Municipais foi analisado em diversos estudos, nomeadamente por Maria Helena Lisboa BARATA-MOURA (*obra cit.*, pp. 118 a 124, e Ana Martins BARATA, *obra cit.*, pp. 195 a 207).

*execução os grandiosos melhoramentos ultimamente aprovados*²⁹³. Procurava garantir-se o ordenamento urbanístico em toda a cidade, evitando que a realização de planos particulares impedissem *a sua realização, o que, inevitavelmente traria enormes prejuízos para o município*²⁹⁴. Pretendia reunir-se num só plano um conjunto de 12 projectos sectoriais aprovados ou já em desenvolvimento na cidade²⁹⁵. Um plano ambicioso, ainda que *demasiado ousado e grandioso atendendo às limitações estruturais e mentais da época*²⁹⁶, mas que consolidava a marca indelével de Ressano Garcia nos comandos da transformação urbanística da capital. Campo de Ourique não seria porém contemplado na primeira abordagem desta visão de conjunto, senão, em 1906, como veremos mais adiante.

Apesar da lentidão na conclusão das ruas de Campo de Ourique, é notória, através das plantas de estado do bairro, a crescente edificação no interior dos quarteirões²⁹⁷. O conseqüente aumento de habitantes no bairro não se coadunava porém com o tipo de actividade que aí se praticava – a exploração do subsolo para materiais de construção²⁹⁸ - permitida pela posição suburbana do bairro face ao centro da cidade, gerando-se, em consequência, inúmeros problemas aos novos moradores do bairro.

II.4.3 1906-1914: o primeiro plano oficial de ampliação

²⁹³ *Memoria justificativa e descritiva do Plano Geral de Melhoramentos da Capital*, 29 de Dezembro de 1903, 3ª Rep., 1ª sec., Frederico Ressano Garcia, AML-AC, DSU, cx. 79.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Sobre os 12 planos sectoriais ver Maria de Lurdes RIBEIRO, «Abordagem a um percurso: do espaço aos documentos», in *Do Saldanha ao Campo Grande – os originais do Arquivo Municipal de Lisboa*, Lisboa, CML, 1999, pp. 39 a 43.

²⁹⁶ Ver Raquel Henriques da SILVA, «», in *Lisboa de Frederico Ressano Garcia*, Lisboa, CML, 1989, p. 18.

²⁹⁷ No capítulo III desta dissertação debruçamo-nos em pormenor acerca do processo de edificação no bairro de Campo de Ourique (1879-1885).

²⁹⁸ De 1879 até meados do século XX, as actas da Câmara Municipal dão notícia da exploração de uma saibreira, nos terrenos da antiga Quinta do Bahuto, pela firma Machado & irmão (sua proprietária). Marina Tavares DIAS refere que a exploração atingira grande profundidade (cerca de 30 metros abaixo do nível do solo), constituída por duas galerias, sob aquilo que será hoje em dia a Rua Tomás da Anunciação (*Lisboa Desaparecida*, Lisboa, Quimera, 2001, vol. VII, p. 105). Em 1886, Teodoro de Avis, proprietário da Quinta do Dourado, é obrigado a cessar a exploração de uma mina de barro (*Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 10 Maio de 1886, p. 86), e André Domingos Gonçalves é, em 1892, obrigado a cessar a exploração de uma pedreira que mantinha junto aos Prazeres (*Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 22 Março 1892, p. 89).

O *Estudo de ampliação do bairro de Campo de Ourique*, o primeiro projecto oficial de extensão do bairro, aprovado em 1906²⁹⁹, inaugura a terceira fase do bairro de Campo de Ourique, e consolida a intenção de prolongar-se a Norte a malha de ruas já existente. O plano é assinado por Francisco Heitor de Macedo³⁰⁰, chefe da 1ª secção da Repartição Técnica municipal. Augusto César dos Santos já estaria aposentado nesta data.

O projecto, traçado sobre a grande propriedade dos Sabido, assentava na abertura de uma nova rua paralela, rua nº 3 do novo plano (a futura Rua Carlos da Maia), e no prolongamento de quatro ruas transversais, entre a rua nº 2 (futura Rua Azedo Gneco, planeada em 1884) e a Rua Maria Pia (troço da Estrada da Circunvalação). Esta passava a definir-se como limite Norte do bairro e via de acesso ao mesmo, não sendo possível, dada as características do terreno, qualquer extensão para lá da mesma.

As características físicas do terreno a urbanizar, junto à Rua Maria Pia, pontuado por acentuados declives no terreno, dada a aproximação do Vale de Alcântara, e pelas antigas fortificações de Campo de Ourique impuseram uma revisão dos conceitos urbanísticos até aí aplicados. O engenheiro optou assim pela formação de uma «meia-laranja», onde culminariam todas as ruas transversais, excepto a Rua Coelho da Rocha, prolongada apenas até à Rua longitudinal nº 5 (futura Rua Tenente Ferreira Durão). Da mesma meia-laranja partia uma única rua, com 20 metros de largura, através da qual se faria a ligação com a Rua Maria Pia, satisfeita também através de uma escadaria que partia da Rua Pereira e Sousa.

Segundo o autor do projecto esta opção garantiria a ligação à Rua Maria Pia, e, através dela, a comunicação com o *sul da cidade moderna*, projecto até aí por concretizar e que muito prejudicava o bairro de Campo de Ourique. O planeamento do prolongamento da Rua Tomás da Anunciação até à Rua Maria Pia enquadrava-se também no mesmo objectivo, superando-se a impossibilidade de ligação do bairro nesse sentido dada a *instalação do grande reservatório (...) da Companhia da Águas*³⁰¹. Com esta ligação em particular, abandonava-se o projecto de prolongamento das ruas

²⁹⁹ *Estudo de ampliação do bairro de Campo de Ourique – Planta Geral*, CML, SGOP, 3ª Rep., 1ª sec., SGOP, Francisco Heitor de Macedo, 10 de Novembro de 1906, AML-AC PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01202. Anexo A, doc. 18.

³⁰⁰ Francisco Heitor de Macedo concluiu, segundo indicação do *Livro nº 3 de Registo de Diplomas* (AML-AC., fls. 30) a sua formação como Conductor de Obras Públicas em 1882. Em 1906 já era chefe da 1ª secção da 3ª Repartição da Câmara Municipal de Lisboa, e em 1909 Chefe interno da 3ª Repartição.

³⁰¹ *Memória descritiva e justificativa do Estudo de ampliação do bairro de Campo de Ourique*, CML, SGOP, 3ª Repartição, 1ª secção, Francisco Heitor de Macedo, 10 de Novembro de 1906, fls. 4. AML-AC cx. 74 DSU (pasta nº 20).

transversais à Rua de Campo de Ourique, cuja ligação estava pendente desde o início da abertura do bairro, dificultada pela necessidade da expropriação de uma multiplicidade de pequenas propriedades que pontuavam o limite Norte do bairro.

Do lado Sul, a construção, pela Empresa Cerâmica, de uma nova fábrica, de tijolos silico-calcários, em 1885³⁰², numa propriedade contígua, recentemente adquirida, suscitou também uma alteração ao traçado de César dos Santos. Heitor de Macedo opta por prolongar a Rua Francisco Metrass e futura Rua Tenente Ferreira Durão, ligando-as directamente à Estrada do Cemitério Ocidental, abandonando-se a abertura de uma rua, projectada em 1884, que ladeava, a Norte, a fábrica da Empresa Cerâmica.

A adopção do novo plano implicava o abandono da estrutura planeada em 1884, efectuada sem problemas, uma vez que os trabalhos planeados nessa data não tinham ainda sido iniciados³⁰³.

Um dos pontos de destaque deste plano de ampliação será a sua inclusão no *Plano geral da cidade*, aprovado, como vimos, em 1904. A integração do bairro no Plano Geral de Melhoramentos implicou que todos os projectos sectoriais apresentados no ano anterior, tais como o prolongamento da Rua Almeida e Sousa, e o projecto de ampliação da Rua Correia Teles, fossem englobados no novo plano de ampliação. Promovia-se desta forma o enquadramento global de projectos dispersos traçados para uma mesma área, racionalizando e optimizando a intervenção urbanística, conforme desejado no plano geral de 1904.

Terá sido esta determinação que levou ao adiamento da activação do projecto de ampliação da Rua Correia Teles, aprovado a 22 de Novembro de 1906, dias após a apresentação do *Estudo de ampliação do bairro de Campo de Ourique*. Segundo Francisco Heitor de Macedo este procedimento permitia que não fosse *prejudicado o traçado de outras ruas que com ela ligassem e eu de futuro se quisessem abrir nos terrenos adjacentes ao actual bairro de Campo de Ourique*³⁰⁴.

As palavras do Heitor de Macedo vão ao encontro dos ideais de Ressano Garcia, que desfere duras críticas à iniciativa privada, responsabilizando-a pelos prejuízos causados pela abertura de ruas, que não passavam de *bocados de xadrez, labirintos*,

³⁰² «Fábrica de tijolos silico-calcários da Empresa Cerâmica de Lisboa», in *O Occidente*, Lisboa, 1905, vol. 28, n.º 957, pp. 163 a 165.

³⁰³ A planta do projecto de 1906 funciona como uma planta de estado do bairro em inícios do século XX, assinalando as ruas abertas e por abrir. Anexo A, doc. 18.

³⁰⁴ *Memoria descritiva e justificativa do Estudo de ampliação do bairro de Campo de Ourique*, CML, SGOP, 3.ª Repartição, 1.ª secção, Francisco Heitor de Macedo, 10 de Novembro de 1906, fls. 3. AML-AC cx. 74 DSU (pasta n.º 20).

(...) feitos para poupar o maior terreno possível (...) ³⁰⁵, que serviam apenas interesses pessoais, tendo *enchido a burra a muitos* (...) ³⁰⁶.

É também aplicada pela primeira vez no projecto do bairro a Lei de Expropriações por Zonas, só agora justificada pela dimensão da área a expropriar. Segundo o autor do projecto *são insignificantes as expropriações urbanas a fazer para se levar a efeito a ampliação do bairro* ³⁰⁷.

Dependente de novos condicionalismos: a mudança de autoria, as características da nova área a urbanizar, e um projecto coordenado por particulares, o novo projecto de ampliação não desvirtuou porém os princípios urbanísticos que César dos Santos estabelecera em 1878. Heitor de Macedo preserva a estrutura conceptual radicada no módulo da grelha rectangular, mantendo-se a métrica das ruas e quarteirões, baseados, numa ordem de proporcionalidade interna. A continuidade dos princípios urbanísticos aponta para uma formação teórica e um corpo de princípios urbanísticos comuns aos dois autores, mas também para a procura dos mesmos objectivos: a preparação ordenada do terreno, disponibilizando-o para a construção imobiliária.

O plano de ampliação do bairro demonstra o interesse da Câmara Municipal pelo bairro de Campo de Ourique, atestado pelas palavras do conselheiro municipal Carvalho Pessoa, que, na apresentação do projecto, *felicita-se e à Câmara pela apresentação d'este projecto (...), pois era um melhoramento importante e indispensável n'aquelle populoso bairro* ³⁰⁸. A forma como se contorna um código administrativo muito restritivo da actuação municipal comprova, de igual forma, a importância do bairro para a cidade.

Em 1907 Casimiro José e José Freire Sabido submetem a aprovação municipal, um projecto de abertura de um arruamento, em forma de dois pátios, a construir no seu terreno, entre as Ruas Ferreira Borges e de São Luiz, para serventia do outro arruamento, que estavam construindo (o prolongamento da Rua Almeida e Sousa).

³⁰⁵ «O palácio de exposições: um grande projecto. Interview com o conselheiro Ressano Garcia. – A coroação da Avenida. – O jardim Zoológico. – Lisboa maior que Paris. – Os 30 bairros particulares. – Um projecto de lei», in *O Dia*, 14 de Fev. de 1903, pp. 1-2.

³⁰⁶ «O novo parque de Lisboa: Interview com o conselheiro Ressano Garcia. Grandioso projecto – Um parque de 360 hectares – Projecto de lei – A cidade pombalina e a de Ressano Garcia – De Lisboa ao Paço do Lumiar – O bairro Europa votado ao ostracismo...», in *O Dia*, 27 de Janeiro de 1903, p.2. Ressano Garcia referia-se a casos como os bairros Barata Salgueiro, Andrade, Brandão e dos Castelinhos.

³⁰⁷ *Memoria descriptiva e justificativa do Estudo de ampliação do bairro de Campo de Ourique*, CML, SGOP, 3ª Repartição, 1ª secção, Francisco Heitor de Macedo, 10 de Novembro de 1906, fls.4. AML-AC cx. 74 DSU (pasta nº 20).

³⁰⁸ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 44ª sessão, 22 de Novembro de 1906, pp. 468.

Tratava-se da futura Rua Luís Derouet³⁰⁹, um pequeno eixo que ligava a Rua da Piedade à Rua Coelho da Rocha, sendo seccionada a meio pela Rua Almeida e Sousa³¹⁰.

A 3ª Repartição fixou imediatamente o perfil da rua³¹¹, acabando por definir-se uma nova rua no bairro, entregando-se a sua execução aos irmãos Sabido. À semelhança do procedimento adoptado para a abertura do prolongamento da Rua Almeida e Sousa, o Município reserva o direito à fiscalização dos trabalhos particulares, garantindo desta forma a realização dos trabalhos de acordo com o plano previamente aprovado. Uma vez concluído, os particulares deviam ceder ao Município o novo arruamento, já que a Câmara se obrigava a instalar a canalização de esgoto e iluminação. Apesar da posição reservada da Repartição Técnica e do seu principal responsável quanto à participação de particulares no planeamento da cidade, as dificuldades financeiras do Município, empurravam-no para o desenvolvimento de parcerias público-privadas. Apenas desta forma se garantia a criação ou continuação de projectos de interesse para o crescimento da capital. O interesse mútuo, da Câmara Municipal e dos Sabido pelo bairro de Campo de Ourique, voltava a produzir resultados positivos.

Em data que não conseguimos apurar, a futura Rua Luís Derouet foi entregue à Câmara Municipal³¹², seguindo-se, a 17 de Novembro de 1909³¹³, a entrega de apenas um troço do prolongamento da Rua Almeida e Sousa.

³⁰⁹ Topónimo concedido por edital de 19 de Abril de 1928, substituindo-se a designação de Rua particular à Rua Almeida e Sousa, repetindo-se uma homenagem ao republicanismo e a uma intelectualidade recentemente desaparecida. Luís Carlos Guedes Derouet (1880-1927) foi jornalista e director da Imprensa Nacional. Nasceu em Lisboa, e frequentou a Escola Politécnica e os primeiros anos da Escola Médica, não chegando a formar-se. Fundou o quinzenário *Actualidades*, e trabalhou n' *A Cabra*, *Jornal de Abrantes*, *Barricada*, *Vanguarda*, *Mundo*, *Diário da Tarde*, *Diário de Lisboa*. Foi deputado por Vila Franca de Xira até 1917, tendo estado filiado no Partido Republicano Português. Fundou a Agência de Publicações, em 1920, e a editoral *A Peninsular*. Foi director da Imprensa Nacional.

³¹⁰ Tratava-se de uma segunda proposta, uma vez que em 1906 (20 de Setembro) os irmãos Sabido haviam apresentado pela primeira vez o mesmo projecto (*Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 20 de Setembro de 1906, p. 385). A Câmara terá optado por não aprovar o projecto, uma vez que estava a ser preparado o Estudo de ampliação do bairro, e sua integração no Plano Geral de Melhoramentos.

³¹¹ A Repartição Técnica municipal opta por traçar o novo arruamento com uma métrica diferente (12 metros de largura) das restantes ruas do bairro (15 metros). Não foram localizados nos arquivos municipais, o referido requerimento, ou o projecto municipal, apenas um plano de alteração apresentado pelos irmãos Sabido, em Maio de 1907 (*Requerimento de Casimiro José Sabido para alterar o projecto de dois pátios de serventia a construir no seu terreno, nas Ruas Ferreira Borges e São Luíz, para que possam ficar com condições para uma futura ligação com a Ruas da Piedade e Coelho da Rocha (...)*, CML, 3ª Rep. Técn., Francisco Heitor de Macedo, 11 Maio 1907, AML-AC, cx. 16/DIV – 12561 a 12568).

³¹² Esta entrega terá sido efectuada entre 1907 e 1909, pelo que em 1907 a Câmara Municipal elaborava três *Plantas com os arruamentos que Casimiro José Sabido está construindo na sua propriedade* (23 de Agosto de 1907, AML-AC, cx. 13/DIV- 12418).

³¹³ *Entrega à Câmara por Casimiro José Sabido e José Freire Sabido de um troço de rua que no prolongamento da Rua Almeida e Sousa construíram em terreno seu, entre a Rua Ferreira Borges e as*

Em meados de 1913, Casimiro José Sabido então associado a outro particular, apresenta em nome da Empresa de Terrenos de Campo de Ourique Lda., um *Ante-projecto* para ampliação do bairro³¹⁴. A referida sociedade fora estabelecida a 6 de Setembro de 1912, sendo Casimiro José Sabido e Carlos Alfredo da Silva³¹⁵, os únicos sócios, que à data partilhavam a antiga Quinta do Dourado de Baixo³¹⁶, na qual se traçava o novo plano.

Nos objectivos da firma: (...) *valorização dêstes (terrenos) por qualquer forma, e designadamente pela abertura de ruas e edificação de casas, e a venda e locação destas edificações*, e ainda pela exploração de pedra, barro, ou outros materiais³¹⁷, assume-se claramente a vontade de continuar a valorização imobiliária dos seus terrenos em Campo de Ourique, quer através da intervenção urbanística, quer pela venda de terrenos edificáveis, loteados por si, quer ainda pela exploração de riquezas naturais.

O projecto seguia com rigor os conceitos urbanísticos de César dos Santos, garantindo uma extensão uniforme da grelha ortogonal de ruas até ao limite possível – a Rua Maria Pia. Programavam-se três novas ruas paralelas à Rua Ferreira Borges, substituindo-se a meia-laranja definida em 1906, três transversais, e uma diagonal a estas. A dificuldade em programar esta extensão em terrenos acidentados, que, como vimos anteriormente, caracterizavam toda esta propriedade, em especial na faixa a Norte da Rua Coelho da Rocha, obrigou à fixação de métricas e formatos diferentes para os novos quarteirões.

Este projecto foi indeferido pela Câmara a 10 de Julho de 1913³¹⁸, alegando o vereador Rodrigues Simões *que a Câmara Municipal não deve ceder a licença pedida, por isso que foi sempre sua opinião que as ruas devem ser construídas e exploradas*

trazeiras dos prédios da Rua de São Luiz, cópia do Livro nº 68 de Escripturas da CML, fls. 88, AML-AC, cx. 16/DIV – 12561 a 12568.

³¹⁴ *Ante-projecto de ampliação*, Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda., 1913, GEO CDR 23 – 64579. Deste plano apenas se conhece uma cópia arquivada no Gabinete de Estudos Olissiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, não se tendo encontrado o original nos arquivos municipais.

³¹⁵ Não foi possível reunir quaisquer informações acerca de Carlos Alfredo da Silva, nem a data que terá adquirido ou partilhado parte da propriedade dos Sabido.

³¹⁶ Excluía-se desta propriedade uma faixa de terreno, de 15 m., em frente à Rua Correia Teles, cedida gratuitamente à Câmara Municipal, em 1909, para complemento da Rua Correia Teles e construção do Asilo-Escola António Feliciano de Castilho.

³¹⁷ *Diário do Governo*, 6 de Setembro de 1912, nº 210, p. 2308 (Escritura da Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda.). A 6 de Dezembro de 1921 (*Diário do Governo*, nº 278, III Série, pp. 3399 a 3400), a empresa alterou alguns dos seus estatutos, oficializando-se a entrada de novos sócios e um consequente reforço de capital. Seriam eles: Manuel Pereira de Oliveira (casado, industrial, morador na Rua Correia Teles, nº 25), que antes prestara funções como gerente da empresa; José Freire Sabido, irmão do primeiro referido, e Casimiro José Sabido & Comp.^a. Irmão, Limitada, mantendo-se a sede na Rua Tomás da Anunciação, nº 72.

³¹⁸ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 10 de Julho de 1913, pp. 446-447.

pelo Município e não por empresas particulares que apenas têm na mira os seus interesses. Rodrigues Simões era apoiado pelo vereador Apolinário Pereira, que acrescentava que *tanto mais que as empresas ou indivíduos que teem feito contractos com a Câmara Municipal para construção de bairros teem-se esquivado depois ao cumprimento das condições desses contractos*. As críticas apontadas à intervenção particular são em tudo semelhantes à posição de Ressano Garcia em inícios do século, quando este referia que (...) *permitir a abertura de bairros particulares era um erro palmar censurável, e que nenhuma vereação deverá commetter de animo leve*³¹⁹.

Rodrigues Simões acrescenta ainda que os *terrenos de Campo de Ourique, junto à Rua Maria Pia, possuem todas as condições necessárias para a construção de um grande bairro de casas com rendas modicas*. A construção de casas com rendas económicas continuava a ser um dos grandes problemas para a edilidade e para a cidade, permanecendo por resolver a questão do alojamento, em condições, das classes menos abastadas. Neste âmbito propôs o vereador que se mandasse proceder *com a máxima urgência ao estudo de adaptação a um grande bairro de casas económicas, nos terrenos de Campo de Ourique, á Rua Maria Pia*.

Na sequência desta proposta é apresentado, a 20 de Outubro de 1913, um *Ante-projecto de um bairro para Campo de Ourique*³²⁰, da responsabilidade do Eng.º Diogo Peres³²¹, Chefe da 3ª Repartição Municipal³²². Este ante-projecto tinha como objectivo *estudar a viabilidade economica e financeira da transformação dos terrenos de Campo de Ourique*, avaliando a possibilidade de aí se construir um bairro de casas económicas.

O projecto é todo ele baseado numa lógica económico-financeira, facto que indicia a permanência do déficite financeiro da Câmara Municipal, procurando-se acima de tudo uma redução de custos na concretização da ampliação do bairro. Esta exigência,

³¹⁹ «Lisboa de amanhã: O grande parque projectado – o nosso futuro *Bois*, in *Novidades*, 5 de Fevereiro de 1903, p.2. Citado por Ana BARATA, *obra cit.*, p. 199.

³²⁰ *Ante-projecto de um bairro para Campo de Ourique*, CML, 3ª Rep., Eng.º Diogo Peres, 20 de Outubro de 1913, AML-AC, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00081. Anexo A, doc. 23.

³²¹ São contraditórios os dados apresentados em diversas monografias sobre Diogo Peres. Os dados apresentados no seu processo individual não foram suficientes para reconstituir o seu percurso profissional. Diogo Domingues Peres terá sido nomeado Chefe da 3ª Repartição da Câmara Municipal de Lisboa a 3 de Março de 1910 (*Diploma de nomeação de Diogo Domingues Peres*, 29 de Setembro de 1915, ACML-AC, Livro nº 4 de Registo de Diplomas, fls. 127). Em 1917 elabora uma *Memoria descritiva e justificativa* de um projecto de alargamento da zona oriental da cidade (AML-AC, cx. 52/DSU, doc.1). Terá falecido por volta de 1925.

³²² Em 1912 a Repartição Técnica sofre uma reestruturação, sendo que a Engenharia e a Arquitectura passam a ser integradas em duas Repartições independentes, a 3ª e a 4ª, chefiadas, a primeira por um Engenheiro-Chefe, e a segunda por um Architecto-Chefe – José Alexandre Soares, responsável pelo *estudo, execução e conservação de monumentos, fontes, marcos, abrigos, postes, bancos, urinoes, etc.* (Decreto de 5 de Julho de 1912).

aliada às características da área, acabou por determinar a programação de uma intervenção cuja teoria urbanística divergia totalmente do modelo urbanístico até aí desenvolvido.

Diogo Peres exclui à partida a programação da extensão da malha ortogonal de ruas já programada, apostando na definição de um *novo bairro* a partir da Rua Tomás da Anunciação até à Rua Maria Pia. O conjunto de 14 novas ruas apresentava um novo perfil-tipo³²³, o que permitia, ao reduzir o eixo das ruas, a projecção de talhões menos profundos (em média 25 a 30 metros), mais adequados às características deste terreno. Esta opção previa, acima de tudo, um menor número de terraplanagens, um processo bastante encarecedor do processo construtivo, minimizando-se, desta forma, o custo financeiro do projecto. A opção pelo ensaibramento simples de passeios faria também descer o custo das ruas.

O projecto de Peres não foi aprovado, parecendo inclusivamente condenado à partida pelo próprio autor, quando na memória descritiva do projecto, assume a dificuldade deste projecto, dado *o relevo e as covas existentes no terreno*. Ao optar por uma malha labiríntica de ruas, comprometendo a continuidade do modelo urbanístico funcional e moderno que caracterizava o bairro de Campo de Ourique, este projecto não chegava sequer a desenvolver condições para a edificação, uma vez que se tornava muito dispendioso construir nas *grandes covas existentes no terreno (...) resultantes de antigas e actuais explorações de pedreiras*. Estas seriam, ao invés destinadas a *jardins*³²⁴.

Por outro lado, apesar de procurar um projecto com custo reduzido, a sua concretização implicava a expropriação de uma propriedade muito extensa – a Quinta dos Sabido, tornando-se, por isso, um projecto muito dispendioso.

Até 1914 estava prevista a urbanização da quase totalidade do planalto de campo de Ourique, à excepção de uma parcela das Terras do Sabido. Esta, um terreno vago a Oeste da Rua Coelho da Rocha, entre a última rua planeada – a Rua Carlos da Maia e a Rua Maria Pia, constituía aliás, na primeira década do século XX, o último indício da origem campestre do campo de Ourique. As intervenções planeadas em 1906 pelo Município, e em 1907, pelos Sabido, acabaram por definir os últimos limites do bairro: a Este, a Rua Maria Pia, e a Oeste, a Rua de São Luiz. Segundo a Repartição Técnica, a

³²³ As novas ruas apresentavam uma faixa de rodagem e passeios de 5 metros, divergindo da métrica das ruas já abertas, com 9 metros, e passeios de 5 metros de largura. Anexo A, doc. 23.

³²⁴ *Ante-projecto de um bairro para Campo de Ourique*, CML, 3ª Rep., Eng.º municipal Diogo Perez, 20 de Outubro de 1913, fls. 2.

Poente não poderiam ser abertos mais arruamentos, dada a *grande elevação dos terrenos (...) onde existiam as fortificações de Campo de Ourique*³²⁵. O mesmo sucedeu a Nascente, onde as ruas Luís Derouet e Coelho da Rocha encontram a Rua de São Luiz, *visto que nenhuma outra rua d'este bairro pode ser prolongada por esse lado*³²⁶. Desenvolvera-se, ao longo do processo construtivo, a consciência clara de que o traçado programado para Campo de Ourique, estaria sempre subjugado a estruturas pré-existentes. Estas não impediram porém um aproveitamento hábil dos terrenos do campo de Ourique, no sentido de se desenvolver aí um projecto rigoroso em termos urbanísticos, mas condicionaram, no entanto, a ligação do bairro ao exterior,

A terceira fase de extensão do bairro de Campo de Ourique foi, marcada, tal como as anteriores, por uma programação faseada dos objectivos traçados para o empreendimento. Apesar da aplicação da Lei de Expropriações por Zonas no plano de ampliação de 1906, este enquadramento não voltou a ser aplicado no projecto de Campo de Ourique.

O método de expropriação por zonas não era aplicável no âmbito da divisão de propriedade do planalto, obrigando a recorrer-se a expropriações individuais, e em consequência, a uma programação faseada dos projectos para o bairro. O *Projecto do troço da Rua Correia Teles entre a Rua Tomás da Anunciação e o novo edifício do Asylo Escola António Feliciano de Castilho* é disso um bom exemplo. Apesar de ter sido aprovado logo após a activação do plano de ampliação de Novembro de 1906, o prolongamento da referida rua estava dependente de expropriações de pequenas propriedades, impossibilitando a aplicação da Lei de Expropriação por Zonas³²⁷, e consequentemente o atraso da sua concretização³²⁸.

A partir de 1912 passou a ser aplicada a uma nova lei de Expropriações - a *Lei de 26 de Julho de 1912*, que recuperava algumas das disposições da lei de 1888³²⁹, mas inovava no sentido da reformulação dos critérios da utilidade pública das expropriações.

³²⁵ *Estudo de ampliação do bairro de Campo de Ourique* (Memória Descritiva), CML, 3ª Rep., 1ª sec., SGOP, Francisco Heitor de Macedo, 10 de Novembro de 1906, fls. 4.

³²⁶ *Idem*, fls. 2.

³²⁷ O terreno necessário à construção do edifício do *Asylo Escola António Feliciano de Castilho*, e do prolongamento do troço da Rua Correia Teles acabou por ser cedido pelos seus proprietários, Maria José e Maia Adelaide Prado Rodrigues, e Manoel Marques, em Outubro de 1909.

³²⁸ O projecto apenas foi aprovado em 25 de Dezembro de 1911. *Projecto do troço da Rua Correia Teles entre a Rua Tomás da Anunciação e o novo edifício do Asylo Escola António Feliciano de Castilho*, CML, 3ª Rep., o Condutor de Obras Públicas de 3ª, Alberto de Sá Correia, 25 de Dezembro de 1911, AML-AC, cx. 13/DIV – 12425-12427.

³²⁹ A mais importante seria a possibilidade de expropriar, para abertura e regularização de vias públicas, uma faixa anexa e exterior de largura não superior a 50 m.

As expropriações seriam validadas se necessárias para a viação pública, expansão urbana, salvaguarda do património artístico, e ainda, defesa militar, segurança e salubridade pública, fomento da riqueza nacional, instrução, assistência pública e indústrias³³⁰.

Também o Plano Geral de Melhoramentos da Capital foi aplicado, excepcionalmente no plano de ampliação de 1906, não tendo voltado a integrar-se as intervenções no bairro neste programa. O bairro de Campo de Ourique crescia, mas de forma isolada na cidade.

Entre 1906 e 1914 não foi concretizada nenhuma ligação promovendo a circulação entre o bairro e outras zonas da cidade³³¹. Durante esta fase foi apenas aprovada a abertura da Avenida Pedro Álvares Cabral (1910), cumprindo-se através dela a ligação da Estrela ao Rato. Não fornecendo ligação directa ao bairro de Campo de Ourique, a abertura deste eixo, acabava por garantir, pela proximidade a Campo de Ourique, a ligação ao Largo do Rato e à Avenida da Liberdade, encurtando-se a distância com o centro da cidade.

Falhava em Campo de Ourique um dos objectivos mais importantes do Plano de Melhoramentos para a capital: a ligação entre as várias zonas e bairros da capital, acabando por transformar-se num projecto sectorial³³². O bairro de Campo de Ourique afirmava-se então, não tanto por promover a expansão urbanizada da cidade, mas sim por se constituir como um foco de urbanização, disponibilizando terrenos edificáveis e promovendo a habitação. Campo de Ourique não seria caso único. A capital era vista em 1906, não como uma *cidade unida, mas (como) um grupo de povoações, muitas das quais, não estavam directamente ligadas entre si, sendo difíceis e dispendiosos os meios de se comunicarem*³³³.

Campo de Ourique permanecia um projecto secundário relativamente às prioridades da Câmara Municipal e isso reflectia-se, quer na ausência de ligações com o resto da cidade, quer no avanço dos trabalhos planeados. Até inícios de 1914, o plano de

³³⁰ Sobre este assunto ver Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 126.

³³¹ Em 1907, o oficial do exército Francisco de Paula Botelho (1841-1940) elaborou um conjunto de propostas para a capital (J.A. Rodrigues & C.^a, 1907), nas quais planeava, entre inúmeros projectos, uma nova avenida, *a magnífica Avenida de Santa Isabel a Alcantara*, cujas transversais ligariam o centro (Rato) com o bairro de Campo de Ourique, que ficaria assim *desentalado e muito outro de desafogo, de beleza e esthetica* de que tanto carecia. O seu projecto nunca foi aprovado, apontando-se as dificuldades financeiras da Câmara como principal impedimento. Sobre as propostas de Francisco P. Botelho ver Ana BARATA, *obra cit.*, pp. 213 a 220.

³³² Maria João Madeira RODRIGUES, *obra cit.*, p. 67.

³³³ «A expansão de Lisboa», in *Diário de Notícias*, 17 de Julho de 1906, p. 1.

ampliação de 1906 apenas tinha sido iniciado no respeitante aos troços das ruas Almeida e Sousa e Correia Teles. A Rua Tomás da Anunciação ainda não estava terminada em 1907, tendo sido requerida, pela Empresa Cerâmica de Lisboa³³⁴, a sua conclusão. Em 1910 ainda se elaboravam plantas para a conclusão da Rua Almeida e Sousa³³⁵, e em 1912 para a Rua Coelho da Rocha. O avanço lento dos trabalhos projectados para o bairro está bem patente nas plantas do Eng.º Júlio Silva Pinto, de 1911³³⁶. No quotidiano do novo bairro, se pouco a pouco se enraízam hábitos mais citadinos, ele permanecia porém dominado pela presença do quartel³³⁷, da fábrica de cerâmica, e das explorações de pedreiras, areeiros e saibreiras, em funcionamento a Oeste e Sul da urbanização.

II.4.4. 1914-1932: A actuação da Empresa de Terrenos de Campo de Ourique Lda.

Em Março de 1914, a Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda. volta a submeter à aprovação da edilidade, um novo projecto de ampliação para o bairro³³⁸. Este projecto inaugurava a penúltima fase do bairro de Campo de Ourique, sendo,

³³⁴ *Requerimento da Empresa Cerâmica de Lisboa para que se conclua a Rua Tomaz da Anunciação*, 3 de Julho de 1907, AML-AC, SGO, cx. 27 – A (107). Este documento ilustra bem a lentidão dos trabalhos no bairro, quando referem que a dita rua possuía apenas meia largura, mas também os incómodos por que passam os proprietários face a esta situação. Os directores da fábrica alegam que o estado da rua, os impede de fazer construções para alargamento dos seus logradouros. Neste caso, a elaboração de novas e repetidas plantas de alinhamento para conclusão da rua, surge no âmbito de um requerimento particular, e não como uma iniciativa municipal, como tantas vezes se observou.

³³⁵ *Planta junta ao parecer nº --. Obras de acabamento da Rua Coelho da Rocha (...)*, CML, 4ª Rep. Arqtº. H. Baltar da Silva, 12 de Abril de 1912, AML-AC, cx. 13/DIV – 12399 a 12403; *Planta de alinhamentos e terrenos e expropriar para conclusão da Rua Almeida e Sousa*, CML, 3ª sub-sec. da 4ª sec., 27 Janeiro de 1910, AML-AC, cx. 13/DIV – 12413. O atraso na conclusão de ambos os troços originou a necessidade da elaboração de novas plantas de alinhamento, recordando-se, para orientação dos técnicos, os alinhamentos anteriormente traçados.

³³⁶ *Levantamento de Lisboa de 1911 levantado e desenhado sob a direcção de Júlio António Vieira da Silva Pinto*, CML, 8-G (área entre o Largo dos Prazeres e a Rua de São Luiz), 8-H (área entre a Rua do Arco de Carvalhão e Rua de São João dos Bem-Casados), 1911. AML-AC, Gav. 18, 18152. Anexo A, doc. 19 e 20.

³³⁷ A partir de 1912, e até 1979, fica aquartelado no Quartel a 3ª Comp.ª da Saúde, aí permanecendo até 1917. A partir dessa data, e até 1979, permanece o Batalhão de Sapadores dos Caminhos-de-Ferro. Esta Unidade de Engenharia Militar conhecida pelo «Sempre Fixe», foi muito activo durante a I Guerra Mundial, a I República, durante todo o Estado Novo, e inclusivamente durante a Revolução de 25 de Abril de 1974.

³³⁸ Deste projecto foram apenas encontradas as peças referentes aos perfis tipo das ruas, canos de esgotos e sargetas, uma *Planta das canalizações* (CML, Joaquim Kopke e Manuel Pereira de Oliveira, 12 de Março de 1914. AML-AC, 17/PA - 890), e uma *Planta de pavimentos e arvoredo* (esta arquivada no Gabinete de Estudos Olisiponenses (CML, Joaquim Kopke e Manuel Pereira de Oliveira, s.d.), não tendo sido localizada a Planta geral do projecto, nem uma memória descritiva.

contrariamente às fases anteriores, da inteira responsabilidade de uma entidade particular, e não da 3ª Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa.

O projecto mantinha, grosso modo, o traçado proposto em 1913, corrigindo-se porém alguns dos troços. A base consistia no prolongamento da malha rectangular já existente, partindo do programa definido em 1906. Planeavam-se duas novas ruas paralelas à Rua Ferreira Borges - as futuras Ruas Carlos da Maia e Sampaio Bruno, abandonando-se a ideia da construção de uma meia-laranja de acesso à Rua Maria Pia. Os novos arruamentos ligar-se-iam directamente à Rua Maria Pia e à Rua Almeida e Sousa, também esta prolongada até à referida rua. Programava-se ainda a extensão da Rua Tenente Ferreira Durão até à Rua Saraiva de Carvalho. A empresa ficaria responsável pela conclusão dos troços de ruas já planeados, e ainda por terminar, e pela ligação dos novos arruamentos aos mais antigos.

A Empresa planeava também a urbanização de terrenos que não lhe pertenciam - uma área entre a Rua Azedo Gneco, a Rua Maria Pia e a Estrada dos Prazeres. A intervenção programada baseava-se porém numa conceptualização muito distinta daquela que orientara todo o projecto do bairro. A área em questão apresentava um declive muito acentuado, não permitindo por isso uma adequação a uma malha ortogonal de ruas, obrigando ao desenvolvimento de dois talhões triangulares e três poligonais, com métricas diferentes entre si³³⁹. Esta proposta era claramente mais qualificada e funcional que a do Eng.º Diogo Peres, uma vez que potencializava uma área cujas características naturais dificultavam a sua urbanização. Com este projecto atingem-se os limites da vasta área cuja urbanização se iniciara em 1878.

A alteração da métrica talhões foi também utilizada na zona Norte do bairro, nos quarteirões dispostos ao longo da Rua de Campo de Ourique. Esta área conservava, desde 1878, um aspecto desordenado, pontuado por uma multiplicidade de pequenas propriedades, que dificultava a sua urbanização. A firma construtora optou assim por desviar o leito da Rua Pereira e Sousa, alguns metros para o interior do bairro, por altura da Rua Francisco Metrass, diminuindo o comprimento dos quarteirões de 90 m. para 55 m., formando quarteirões mais proporcionais mas mais estreitos. Esta solução permitia uma conclusão mais rápida deste troço, até à Rua Maria Pia, um aproveitamento

³³⁹ Os talhões triangulares foram analisados em *Lisboa. Morfologias urbanas. 1850-1950* (CML, Direcção do Projecto de Planeamento estratégico, 1993), no qual se apresentam as medidas-base dos mesmos: 140 m. x 115 m. x 70 m.

qualificado do interior de cada quarteirão, e uma harmonização do novo desenho da rua e dos quarteirões com a parte já construída do bairro.

A grande novidade do projecto era a construção de um *grupo de casas de rendas económicas*³⁴⁰, e de duas escolas³⁴¹.

O plano foi aprovado a 27 de Março de 1914³⁴². O projecto da Empresa de Terrenos de Campo de Ourique apresentava-se em diversas vertentes como a solução mais viável para a ampliação do bairro de Campo de Ourique. Por um lado, a Empresa garantia a construção de uma série de equipamentos sociais, acima referidos. O Município estava, como vimos, interessado em equipar o bairro com este tipo de serviços, em especial de habitações destinadas a populações desfavorecidas, não tendo conseguido até aí concretizá-lo.

Por outro lado, o projecto de ampliação conservava o modelo urbanístico já desenvolvido, não desvirtuando a herança de César dos Santos e salvaguardando uma continuidade coesa do bairro e a sua funcionalidade. Este programa destacava-se aliás pela forma como se planeava o aproveitamento de uma área difícil de urbanizar, acabando inclusivamente por substituir-se o *antigo ante-projecto municipal de arruamentos de Campo de Ourique (...) aprovado a vinte e dois de Dezembro de 1906*³⁴³, sendo esta uma condição essencial para a sua execução. Por fim, a iniciativa desta sociedade, significava a ampliação do bairro a custo muito reduzido, uma vez que a execução dos trabalhos não é da responsabilidade da Câmara, e não seriam necessárias quaisquer expropriações, tendo sido cedidos todos os terrenos para os quais se

³⁴⁰ Este grupo de casas ocuparia o talhão compreendido entre a Rua Correia Teles, a futura Rua Pereira e Sousa (paralela a Norte desta última), e as Ruas nº 4 e 5 (futuras Azedo Gneco e Carlos da Maia, respectivamente).

³⁴¹ A escritura que autorizava a Empresa de Terrenos de Campo de Ourique a construir em Campo de Ourique especificava as obrigações da mesma quanto à construção dos edifícios pertencentes à escola. A empresa ficaria obrigada a construir um *edifício para duas escolas e moradia dos respectivos professores regentes, (...) com todas as condições de solidez e segurança, (...) devendo cada escola ter quatro salas de aula, (...) uma sala para museu, um gabinete para o professorado, outro para o regente, vestiário, balneário, refeitório e cantina, retretes (...)*.

³⁴² *Autorisação à Empresa dos Terrenos de Campo de Ourique para construir um bairro no Campo de Ourique, nos termos e com as condições e cláusulas constantes desta escritura*, L.º 83 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa, 27 de Março de 1914, fls. 101 a 107. A versão final do projecto foi apresentada a 18 de Julho de 1914, na sequência da exigência, pela Câmara Municipal, do reajustamento do plano assegurando que os interesses municipais fossem salvaguardados no âmbito de um projecto de autoria particular. *Planta geral com as alterações requeridas*, Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda., 18 Julho 1914, AML-AC, PT/AMLSB/CMLLSB/UROB-PU/09-0123). Anexo A, doc. 24.

³⁴³ *Autorisação à Empresa dos Terrenos de Campo de Ourique para construir um bairro de Campo de Ourique, nos termos e com as condições e cláusulas constantes desta escritura*, 27 Março de 1914, L.º 83 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa, fls. 101 a 107.

projectaram novas ruas ou benfeitorias. Numa conjuntura de grandes dificuldades financeiras esta iniciativa era extremamente aliciante à Câmara Municipal.

O facto de o projecto ser da responsabilidade de Casimiro José Sabido, com quem a Câmara já encetara parcerias no âmbito de projectos para Campo de Ourique, facilitou o acordo com a Câmara.

As recentes alterações no enquadramento legislativo respeitante à construção facilitaram também a aprovação deste e de projectos similares. O poder central apercebera-se das dificuldades com que a Câmara Municipal se debatia, quando se obrigava a aprovar projectos particulares, muitas vezes, desajustados dos seus objectivos para a cidade, uma vez que ela própria não reunia condições para concretizar os melhoramentos na cidade. A aprovação do *Decreto-Lei n.º 902*, de 26 de Fevereiro de 1914, simplificava a aprovação de projectos de bairros elaborados por entidades particulares, desde que os mesmos *não prejudicassem o plano de melhoramentos da capital, quer projectados, quer em estudo, a Câmara fosse compensada dos encargos que assumia, e que fossem respeitados os princípios de estética e as condições geraes a que todos os projectos de construção urbana estavam sujeitos*³⁴⁴. A aprovação do referido decreto-lei atesta o desfasamento da opinião dos vereadores Rodrigues Simões e Apolinário Pereira, críticos da intervenção particular na programação urbanística da cidade, relativamente às verdadeiras necessidades do Município.

A nova legislação permitia que a Câmara desenvolvesse, através da intervenção particular, os seus objectivos para a cidade, mas exigia-se o cumprimento de determinadas obrigações, tais como prazos de conclusão de obras a executar³⁴⁵, cujo incumprimento seria penalizado através do pagamento de multas. Em contrapartida, a Câmara responsabilizava-se pela fiscalização dos trabalhos a executar, mantendo desta forma o controlo da intervenção da empresa particular, e pela municipalização dos novos troços, única atribuição da sua exclusiva responsabilidade.

³⁴⁴ O referido decreto é da responsabilidade da Direcção-Geral da Administração Política e Civil (Ministério do Interior). Na acta municipal de 28 de Janeiro de 1914, o presidente da Câmara Levy Marques da Costa propôs um aperfeiçoamento do decreto, uma vez que continuavam a existir dificuldades técnicas e financeiras no âmbito da aprovação da construção de ruas por particulares. A proposta foi deferida em sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de 26 de Fevereiro do mesmo ano.

³⁴⁵ *Autorização à Empresa dos Terrenos de Campo de Ourique para construir um bairro de Campo de Ourique, nos termos e com as condições e cláusulas constantes desta escritura*, 27 Março de 1914, L.º 83 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa, fls. 101 a 107. Ficaram estipuladas na escritura de autorização do projecto, as datas para entrega dos edifícios da escola (30 de Setembro de 1915) e do grupo de casas de rendas económicas (1920).

A sociedade beneficiava muitíssimo com a aprovação deste projecto, valorizando a sua propriedade através da abertura de ruas e quarteirões que constituíam a base para a definição de lotes edificáveis, da sua responsabilidade, lucrando através da sua venda, ou com a posterior construção de edifícios.

Em 1915, a construtora terminara o núcleo escolar, entregando-o à Câmara dentro do prazo estipulado³⁴⁶, tendo sido inaugurado ainda nesse ano.

Em Junho de 1919, algumas das obrigações estipuladas no contrato assinado entre a Empresa de Terrenos de Campo de Ourique e o Município foram alvo de modificações, requeridas pela firma, no âmbito das dificuldades vividas durante o período da I Guerra Mundial³⁴⁷. A empresa ficou desobrigada da construção do grupo de casas de rendas económicas, *pelo tempo equivalente ao da duração da guerra, e até seis meses depois de assinado o tratado de paz*³⁴⁸. A importância da concretização deste conjunto habitacional, evidenciando-se que era *exclusivamente destinado a funcionários municipais*, levou a Câmara a solicitar ajuda ao Governo para sua conclusão.

A alteração da cláusula relativa à construção do grupo de casas de rendas económicas implicou a cedência gratuita dos terrenos estipulados para esse fim, tal como os *trabalhos já executados*, concordando a Câmara a não exigir indemnização por incumprimento contractual.

Em 1925 alguns dos arruamentos projectados encontravam-se já concluídos, tendo sido entregues à Câmara Municipal de Lisboa³⁴⁹: a Rua Correia Teles até à Rua Maria Pia; a Rua Infantaria 16 até à Rua nº 5 (futura Rua Sampaio Bruno); e as transversais, Francisco Metrass (até à Rua Almeida e Sousa), Tenente Ferreira Durão, e a Rua nº 3 (futura Rua Azedo Gneco), as mais atrasadas (apenas até à Rua Infantaria 16), e a Rua nº 4 (futura Carlos da Maia), a mais avançada (até à Rua Almeida e Sousa). Os trabalhos avançaram a bom ritmo, e dentro do prazo estipulado pelo Município, ao contrário das obras da responsabilidade da Repartição Técnica, constantemente dependentes de expropriações de propriedades privadas.

³⁴⁶ *Auto de posse*, 5 de Outubro de 1915, L.º 26 de Contractos diversos da Câmara Municipal de Lisboa, fls. 13 v.

³⁴⁷ A 10 de Novembro de 1917 a empresa envia à Secretaria Municipal um requerimento (n.º 7017) solicitando a revogação de algumas das cláusulas estipuladas pelo contrato assinado em Março de 1914.

³⁴⁸ *Cedência gratuita de terrenos e das benfeitorias nelas existentes, no bairro Campo d'Ourique feita pela Empresa de Terrenos de Campo d'Ourique Lda. e revogação de diversas cláusulas da escritura lavrada a fls. 101 do L.º 83 de Escrituras desta Câmara*. L.º 105 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa, fls. 8v. a 14v.

³⁴⁹ *Auto de posse dos troços de arruamentos construídos no novo bairro de Campo d'Ourique até 22 de Maio de 1925*, CML, Rep. Técnica, Eng.º Auxiliar Alberto de Sá Correia, 26 Maio de 1925, AML-AC, cx. 17/PA – 865.

O grupo de casas de rendas económicas nunca foi porém construído, uma vez que em 1927, a Câmara Municipal de Lisboa desobriga a sociedade desta cláusula, na sequência de uma troca de terrenos no bairro. A sociedade possuía, junto à Rua Maria Pia, uma série de pedreiras e fornos de cal que representavam, dado o grande volume de trabalho do Município, *grande vantagem, para a construção de bairros e outras obras, a aquisição (...) de pedreiras e fornos de cal (...) uma das formas desta conseguir esse objectivo*. A Câmara propõe, neste âmbito, trocar esses terrenos por aqueles nos quais fora programado o conjunto habitacional de rendas económicas³⁵⁰. A construtora acabou por reaver uma propriedade, ao mesmo tempo que ficava definitivamente desobrigada da sua construção.

A troca de terrenos determinou a alteração do plano de urbanização de 1914, uma vez que na propriedade que agora cedia ao Município, situada entre as Ruas Correia Teles e Almeida e Sousa e a Rua Maria Pia, haviam sido projectados duas novas ruas do bairro – as Ruas nº 6 e 7. Em 1931 a firma ficou desobrigada da abertura dos referidos arruamentos, tendo sido *reconhecida a sua desnecessidade*³⁵¹. A Rua nº 5, a futura Rua Sampaio Bruno, ditava agora o limite do empreendimento, sendo o último arruamento a Oeste do bairro, imediatamente antes da Rua Maria Pia. A comunicação do bairro com Rua Maria Pia, não ficou porém prejudicada, uma vez que as ruas transversais estabeleciam a ligação entre o bairro e a referida via.

Durante a década de 30, novas parcerias foram encetadas entre a Empresa de Terrenos de Campo de Ourique e a Câmara Municipal. A cedência de parte de uma propriedade pertencente à Empresa de Terrenos de Campo de Ourique³⁵² à Câmara

³⁵⁰ L.º 146 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa (troca de terrenos), 25 de Agosto de 1927, fls. 100v., e *Planta indicando a troca de terrenos efectuada entre a Ex.ma Câmara e a Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda.*, CML, 3ª Rep., 3ª sec., Eng.º António Emídio Abrantes, 24 Agosto de 1927, AML-AC, cx. 17/PA – 892.

³⁵¹ *Escritura com a firma Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda., para desobrigação da obrigação, assinada pela referida empresa, por escritura (...) de construção de dois troços de ruas* L.º 5 de Notas da Câmara Municipal de Lisboa, 17 de Dezembro de 1931, fls. 66v.a 68.

³⁵² Em data que não conseguimos apurar, entre 1927 e 1930, a E.T.C.O. terá cedido, ou vendido, ao Município, uma secção da referida propriedade A 24 de Novembro de 1930, a Câmara aprova a cedência gratuita de um terreno de Casimiro José Sabido e Comp^a. Irmão Lda. – uma parcela situada entre as ruas Almeida e Sousa, Azedo Gneco, Coelho da Rocha e Sampaio Bruno. Em troca o Município cedia outras parcelas de terreno, em Lisboa (*Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 24 de Novembro de 1930). A propriedade em questão fora incluída, em 1921, no património da empresa, por alteração dos estatutos da mesma. A revisão dos estatutos da firma não se prendia com a alteração do seu objecto, mas sim com a entrada de novos sócios e património imobiliário: Manuel Pereira de Oliveira, antigo gerente sem capital aplicado, José Freire Sabido, e a firma Casimiro José Sabido & C.ª Irmão Lda, segunda maior accionista, e proprietária de um dos últimos terrenos no planalto que permanecia por urbanizar. Ver *Escritura de modificação dos estatutos da Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda.*, in *Diário do Governo*, 6 de Dezembro de 1921, p. 3399.

Municipal, em 1930³⁵³, permitiu a extensão da malha de ruas a Sudoeste, e a criação de novos talhões, estes um pouco maiores que os restantes. A Rua Sampaio Bruno foi prolongada até ao Largo dos Prazeres, a Rua Carlos da Maia, até um dos novos talhões, e Rua Azedo Gneco até à Travessa do Bahuto³⁵⁴, um pequeno arruamento pré-existente ao bairro, que atravessava o último talhão formado pelo entrecruzamento do Largo dos Prazeres e a Rua Saraiva de Carvalho, desembocando nesta última.

A 25 de Fevereiro de 1932 é deliberada a atribuição de um novo conjunto de topónimos: a Rua Carlos da Maia e a Rua Sampaio Bruno³⁵⁵. A atribuição destes topónimos reitera, depois da colocação, em 1920, no Jardim da Parada da estátua de *Maria da Fonte*, da autoria de António da Costa Motta (Tio) (1962-1930)³⁵⁶, e da atribuição, no mesmo ano, do topónimo «Silva Carvalho», às antigas ruas de São Luís e de São João dos Bem-Casados³⁵⁷, o espírito republicano, liberal e intelectual da toponímia do bairro.

³⁵³ *Planta junta ao ofício nº - da 3ª Rep. Requerimento de Casimiro José Sabido e Comp.ª Irmão Lda.. Proc. 1747/30. Diário 51354, CML, 3ª Rep., António Emídio Abrantes, Eng.º Civil, 25 Fevereiro de 1930, AML-AC 17/PA 871.*

³⁵⁴ O topónimo foi atribuído pelo edital camarário de 8 de Fevereiro de 1918, mas o arruamento já seria conhecido por esta designação antes da referida deliberação.

³⁵⁵ Ambos topónimos foram atribuídos pela deliberação camarária de 25 de Fevereiro de 1932, e edital de 12 de Março do mesmo ano. José Carlos da Maia (1878 – 1921): Oficial da Armada e Político e activo conspirador no tempo da Monarquia. Desempenhou um papel preponderante no recrutamento de oficiais da Armada e na revolta de 5 de Outubro de 1910. Foi deputado às constituintes e à Câmara dos Deputados e Governador de Macau (1914-1916). Ocupou a pasta da Marinha, em 1918, no regime sidonista. Em 23.1.1919 participou na repressão da revolta monárquica de Monsanto, tornando-se, na sequência deste episódio Ministro das Colónias. Foi assassinado em 19.10.1921 por elementos da extrema-esquerda. CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Toponímia. José Carlos da Maia [em linha]. Lisboa: CML. [Consult. 13 Out. 2013] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>; José Pereira de Sampaio Bruno (1857-1915), Ensaísta e jornalista português, exerceu notável influência em poetas como Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoais e Fernando Pessoa. Abandonou a Academia Politécnica do Porto, após o 1º ano, para se dedicar ao Jornalismo. Participou na revolução do 31 de Janeiro de 1891, exilando depois em Paris até 1893. Membro do Directório do Partido Republicano Português aos 21 anos, afastou-se da disciplina partidária em 1902 e da vida política em 1911. Deixou vasta obra de índole política, religiosa e filosófica, tendo publicado o seu primeiro livro aos 17 anos. Ver CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Toponímia. José Pereira de Sampaio Bruno [em linha]. Lisboa: CML. [Consult. 13 Out. 2013] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>.

³⁵⁶ António Augusto da Costa Motta, escultor, frequentou aulas de Desenho e Escultura Decorativa na Associação dos Artistas e na Escola Livre de Desenho. Tirou o curso de Escultura na Sociedade de Belas-Artes, em Lisboa, expondo aí regularmente ao longo da sua carreira. Foi um dos primeiros escultores a viver exclusivamente da sua arte. Principais obras: *Afonso de Albuquerque* (Praça Afonso de Albuquerque, Lisboa, 1902); *Sousa Martins* (Campo Mártires da Pátria, Lisboa, 1904); *Pinheiro Chagas* (Avenida da Liberdade, Lisboa, 1908); *O cavador* (Jardim da Estrela, Lisboa, 1913); *Maria da Fonte* (Jardim Teófilo Braga, Lisboa, 1920); *Poeta Chiado* (António Ribeiro) (Largo do Chiado, 1925). Tornou-se conhecido por Costa Mota (tio) distinguindo-se desta forma do seu sobrinho, dedicado à mesma arte. Ver CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Arte Pública. António Augusto da Costa Motta [em linha] Lisboa: CML [Consult 14 Out 2013] Disponível em <http://www.lisboapatrimoniocultural.pt>.

³⁵⁷ A Rua Silva Carvalho, foi atribuída a 16 de Outubro de 1920, homenageando José da Silva Carvalho (Vila Dianteira, Sta. Comba Dão, 1782-1856), Político, e ávido defensor dos ideais liberais. Fundou, co outros, o Sinédrio, que forjou a revolução na cidade do Porto, na qual era Magistrado. O triunfo do Miguelismo fê-lo emigrar para Inglaterra. Após a vitória das campanhas liberais foi nomeado Ministro,

A 25 de Maio de 1932, a Câmara Municipal toma posse dos últimos troços de rua abertos pela Empresa de Terrenos de Campo de Ourique para o bairro de Campo de Ourique, tal como dos prolongamentos dos mais antigos³⁵⁸: a Rua Pereira e Sousa até à Rua Carlos da Maia; a Rua Correia Teles até à Rua Sampaio Bruno; a Rua Infanteria 16 e a Rua Almeida e Sousa até à Rua Sampaio Bruno; a Rua Sampaio Bruno até à Rua Correia Teles; a Rua Carlos da Maia, Rua Azedo Gneco, Rua Tenente Ferreira Durão até à Rua Almeida e Sousa e Rua Francisco Metrass.

O *Auto de Posse* de Maio de 1932 oficializa o fim da actuação da sociedade construtora no bairro de Campo de Ourique, ficando concluída a grelha de ruas projectada em 1914. Graças às parcerias com esta empresa a Câmara concretizou a urbanização de todo o planalto, finalizando o projecto iniciado em 1878, e o equipamento do bairro com serviços como uma escola, sem necessitar de um grande investimento financeiro. A construtora concretizou através deste projecto uma ampliação mais rápida do bairro do que a Câmara Municipal. No mesmo ano de 1932 estão também praticamente finalizadas as duas ruas abertas a Norte da Rua Coelho da Rocha, perpendicularmente à Estrada dos Prazeres: futuras ruas André Brun e Gervásio Lobato³⁵⁹. A abertura destes arruamentos era da responsabilidade da Câmara Municipal, na sequência da alteração do contrato assinado com a firma. O projecto municipal baseou-se no traçado projectado pela empresa particular, mas simplifica-o, acabando por suprimir dois dos cinco talhões programados. O novo alinhamento das ruas, tal como o desenho dos quarteirões, que conservaram a forma de polígonos, divergia da conceptualização do resto do bairro, mas justificava-se, como antes, por causa do declive acentuado do terreno a urbanizar. Por se situarem numa área mais apartada do restante bairro, mais próximas da zona dos Prazeres e da Rua Maria Pia, são

mas o Setembrismo (1836) levou-a a abandonar a vida política, sendo pouco depois designado Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Ver CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Toponímia. José da Silva Carvalho [em linha]. Lisboa: CML. [Consult. 13 Out. 2013] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>.

³⁵⁸ *Escritura entre esta Câmara e a Empresa de Terrenos de Campo de Ourique para a municipalização de vários troços de rua no bairro de Campo de Ourique*, Livro nº1 de Expropriações e troca de terreno da Câmara Municipal de Lisboa, 25 de Maio de 1932, fls. 53 a 56. AML-AC

³⁵⁹ Ambos os topónimos são atribuídos em 1932, por edital municipal de 12 de Março, substituindo-se os topónimos Rua Particular nº 1 e nº 2 aos Prazeres. Gervásio Jorge Gonçalves Lobato (1850-1895). Escritor, dedicado sobretudo à literatura dramática, tendo porém escrito comédias, novelas (*A Primeira confessada* (1881)) e operetas (*O Burro do Senhor Alcaide* (1890?); *O Solar dos Barrigas* (1890?). Do teatro destacam-se as peças *A Burguesa*, *O Comissário da Polícia* (1890). Notável será *Lisboa em camisa* (1890), novela de costumes. Foi ainda segundo oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e exerceu o cargo de professor de declamação na escola dramática do Conservatório de Lisboa. André Francisco Brun (1881-1926). Humorista português, nascido em Lisboa, com ascendência francesa. Combateu na I Guerra Mundial, atingindo posto de major, conquistando a Cruz de Guerra. Dedicou-se à literatura, cultivando o Drama, o Conto e as Crónicas. Escreveu para o Teatro um grande número de revistas e comédias destacando-se *A Vizinha do Lado* (1913) e *A Maluquinha de Arroios* (1916).

frequentemente desconsideradas no conjunto do bairro de Campo de Ourique. Elas pertencem no entanto ao conjunto urbanístico.

O aspecto rural e fabril do planalto resumia-se agora a uma faixa de terreno entre a Rua Saraiva de Carvalho, o Largo dos Prazeres, e a Rua Coelho da Rocha, partilhada entre a Empresa Cerâmica de Lisboa e José Dionísio Nobre³⁶⁰. Havia porém a intenção de prolongar para aí a malha de ruas, desde 1930, comprovada por uma planta³⁶¹, na qual se vê programada a Rua Coelho da Rocha até ao limite Oeste do bairro.

O bairro permanecia porém isolado do resto da cidade, apesar de novas tentativas de interligação do bairro com o centro da capital, em 1920, da responsabilidade da Sociedade Comercial Financeira Limitada³⁶².

III.4.5. 1932-1958: novos equipamentos e conclusão dos trabalhos

A última fase do bairro de Campo de Ourique é marcada pela conclusão de pequenos troços de ruas³⁶³, pelo realinhamento de troços já planeados³⁶⁴, e pela construção de novos equipamentos sociais, nada sendo alterado em termos estruturais.

A década de 30 é marcada pela inauguração de um grande mercado de produtos alimentares, proposto em 1926 por José Dionísio Nobre, proprietário de uma faixa de terreno que, nessa data, era limitada pelas ruas Francisco Metrass, Tenente Ferreira Durão, e sua perpendicular, Coelho da Rocha³⁶⁵.

Em meados da década de 20, o bairro de Campo de Ourique beneficiava já de várias infra-estruturas essenciais ao quotidiano do bairro: uma escola, a corporação de

³⁶⁰ Ver *Planta topográfica de parte do novo bairro de Campo de Ourique*, CML, 3ª Rep., 2ª zona, 3 de Março 1926 (AML-AC, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01207). Anexo A, doc. 25.

³⁶¹ *Planta junto ao officio nº -- da 3ª Rep. Requerimento de Casimiro José Sabido e Comp.ª Irmão Lda. Proc. 1747/30. Diário 51354, C.M.L., 3ª Rep., Eng.º Emídio Abrantes, 25 de Fevereiro de 1930, AML-AC 17/PA 871.*

³⁶² O plano apresentado em acta municipal em Fevereiro de 1920 (p. 71) baseava-se no prolongamento da Avenida Joaquim António de Aguiar até Campolide e Campo de Ourique, enquadrado num projecto mais alargado de melhoramentos na capital, a executar em colaboração com o Município. O projecto nunca foi concretizado. Sobre este assunto ver Ana BARATA, *obra cit.*, pp. 237 a 241.

³⁶³ O *Diário de Notícias* de 25 de Janeiro de 1934 apresenta um extenso artigo sobre o estado do bairro de Campo de Ourique, tal como dos principais serviços e comércio. Nesta data eram várias as ruas que ainda não estavam completamente concluídas, sobretudo no tocante à sua pavimentação: a Rua Correia Teles *fora esquecida*, a Rua Azedo Gneco *patenteia um aspecto lastimoso por não estar toda pavimentada*; a Rua Sampaio Bruno *está pessimamente cuidada, carecendo arranjo com a maior urgência* (pp. 10 a 12)

³⁶⁴ Refira-se neste âmbito o realinhamento da Rua Pereira e Sousa (ver *Planta junto ao officio nº -- da 3ª Rep. Officio nº 556 da 6ª Rep.. Proc. 1244/32, Diário 4172, CML, 1ª Div., 2ª Sec., 3ª zona, 10 de Setembro de 1932, AML-AC, 17/PA – 867.*

³⁶⁵ José Dionísio Nobre terá adquirido esta propriedade, situada entre os terrenos da Empresa de Terrenos de Campo de Ourique e da Empresa Cerâmica de Lisboa, entre 1914 e 1926, à Empresa Cerâmica de Lisboa, que então aliena metade da sua propriedade.

bombeiros, com quartel na Rua Correia Teles³⁶⁶, e o cinema – O Cine Paris³⁶⁷. Evidenciava-se porém a falta de um mercado de produtos alimentares, salientada desde finais da década anterior, pela Câmara Municipal, considerando-o de *instante necessidade*, uma vez que *os bairros de Campo de Ourique e da Lapa se acham muito afastados dos locais onde estão estabelecidos mercados públicos, e que torna (...) incómodo e dispendioso à sua numerosa população, o abastecer-se de géneros de 1ª necessidade*³⁶⁸. A Câmara referia que a necessidade do mercado não se prendia apenas pelo número elevado de habitantes em Campo de Ourique, mas também o seu carácter isolado, factor que evidenciava mais ainda a necessidade deste tipo de infra-estrutura.

A proposta de Dionísio Nobre para construção, por sua conta, de um mercado de produtos alimentares³⁶⁹, para substituição de um edifício que funcionava provisoriamente no interior da sua propriedade, foi imediatamente deferida, considerando a Câmara que *é da maior utilidade para a cidade, espalhar nos pontos mais populosos tais mercados*³⁷⁰. O mercado é inaugurado em Abril de 1934, ocupando a totalidade de um quarteirão, propositadamente delineado para o efeito, situado entre as Ruas Francisco Metrass, Tenente Ferreira Durão, Coelho a Rocha. A programação deste talhão, e de um outro, um pouco maior, a Oeste deste, foi efectuada na sequência de

³⁶⁶ A Associação Humanitária de Bombeiros de Campo de Ourique fora fundada a 13 de Novembro de 1916, instalando o seu posto de socorro na Rua Ferreira Borges, e quartel na Rua Correia Teles.

³⁶⁷ O Cine-Paris inaugurara em 1915 na Rua Ferreira Borges, propriedade de uma família de empresários cinematográficos Victor Alves da Cunha Rosa e seu filho Jaime. Em 1930, após uma vistoria fechou as suas portas, reabrindo, no ano seguinte, na Rua Domingos Sequeira, num edifício moderno, traçado pelo Arquitecto Victor Manuel Carvalho Piloto, hoje em ruínas. O cinema Europa, construído na confluência das ruas Almeida e Sousa e Francisco Metrass, seria apenas inaugurado em 1930, com plano do ano anterior da autoria do Arquitecto Raúl Martins. Sobre este assunto ver Margarida Acciaiuoli de BRITO, *Os cinemas de Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX*, Bizâncio, Lisboa, 2012.

³⁶⁸ A 27 de Novembro de 1919, em acta da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa (pp. 464 a 465), os vereadores Joaquim Maria Lopes Domingues e Ribeiro da Silva, propuseram *o estabelecimento de um pequeno mercado de carácter provisório, (...) a construir num quadrado de terreno, com frentes para as ruas Correia Teles e Francisco Metrass, que embora destinado a jardim, apropriada para ali se estabelecer o mercado com economia apreciável*. O novo edifício substituiria o mercado provisório, existente na Rua Coelho da Rocha, que, a partir de 1928, os mercadores que se reuniam na parada do Prazeres, em frente ao Cemitério.

³⁶⁹ A proposta foi aprovada em sessões da Comissão Administrativa da Câmara em 23 de Setembro de 1926 e 6 de Janeiro de 1927. O projecto do edifício foi aprovado em sessão de Câmara de 20 de Janeiro de 1927, e as condições do funcionamento em sessão de 24 de Fevereiro de 1927. A construção do mercado esteve pendente até 28 de Junho de 1928, em virtude do atraso na entrega de documentos exigidos ao proponente José Dionísio Nobre, data na qual se fixam as condições para a escritura a efectuar entre este e a Câmara. Uma das condições mais relevantes era o prazo de concessão do mercado – 40 anos, a favor de Dionísio Nobre. Findo o prazo, *o mercado, bem como o terreno, (...) ficarão sendo propriedade da Câmara Municipal (Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, 28 de Junho de 1928, pp. 19 a 21)*. A escritura foi assinada a 15 de Agosto de 1928 (L.º 4 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa, fls. 134 v.)

³⁷⁰ *Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, 23 de Setembro de 1926, 13ª sessão, p. 611.*

uma cedência de terrenos que Dionísio Nobre entrega à Câmara, em troca da concessão para construção e exploração do mercado³⁷¹. Deste modo, as Ruas Francisco Metrass e Tenente Ferreira Durão são prolongadas até aos limites da propriedade da Empresa Cerâmica de Lisboa. A Rua Coelho da Rocha é prolongada até à Rua Sampaio Bruno. Nos terrenos a Sul da Rua Coelho da Rocha funcionava ainda a fábrica de tijolo e telha, pertencente à referida Empresa Cerâmica. Esta só terá sido desmantelada entre 1938 e 1943³⁷².

Segundo Augusto Vieira da Silva, em 1943 a Câmara já se encontrava na posse desses terrenos, adquiridos para a construção de uma nova igreja³⁷³, sede da paróquia de Santo Condestável, criada em 1934³⁷⁴.

A igreja foi planeada para a área anteriormente ocupada pelas fábricas de tijolo e telha, obrigando a um repensamento deste espaço de forma a albergar o novo edifício. Foi planeado um enorme talhão, limitado pelas Ruas Saraiva de Carvalho, Francisco Metrass, e Azedo Gneco, e por uma nova rua – A Rua Padre Francisco³⁷⁵, aberta a partir da Rua Sampaio Bruno até à Rua Francisco Metrass, e que separará a nova igreja do quarteirão onde estava instalado o mercado³⁷⁶. Aí desembocará a Rua Tenente Ferreira Durão, não sendo prolongada, como as anteriores, até à Rua Saraiva de Carvalho.

A Rua Padre Francisco é delineada paralelamente à Rua Saraiva de Carvalho, apresentando uma ligeira inflexão relativamente à Rua Coelho da Rocha, o que influenciou as métricas dos novos quarteirões situados entre estas últimas. Estes são consideravelmente maiores, quer no comprimento (130 metros), quer na largura (variando entre os 90 e 70 metros), comparativamente aos mais antigos. O novo

³⁷¹ Ver *Fotografia aérea de Campo de Ourique*, Mário Oliveira, 1950-1959 (AMF-AC, A 24565), na qual identifica a frente Norte do mercado, na Rua Coelho da Rocha. Anexo A, doc. 27.

³⁷² Norberto de Araújo, nas suas *Peregrinações em Lisboa* (vol. XI, 1938, P. 61), refere ainda a existência da fábrica em 1938.

³⁷³ A nova paróquia de Santo Condestável é criada em 1934, pelo Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira. O bairro de Campo de Ourique passa a ser servido por duas paróquias: Santa Isabel e Santo Condestável, e, a partir de 1959, é dividido entre duas freguesias, que tomam o nome das referidas paróquias.

³⁷⁴ Segundo Augusto Vieira da SILVA (in *As Freguesias de Lisboa: Estudo Histórico*, 1943, p. 68), o decreto de criação da nova paróquia, datado de 21 de Maio de 1934, determinava que *enquanto não se construísse a nova igreja matriz, num terreno já adquirido para esse fim (...), a sede provisória da freguesia fôsse a capela do Amor da Virgem Nossa Senhora das Dôres, construída já depois do terramoto de 1755, e sita perto do começo interior da Rua do Patrocínio, e eventualmente a ermida do Senhor Jesus dos Terramotos, sita na Rua do Arco do Carvalhão, entre os nº 116 e 118, mesmo em frente às Escadinhas dos Terramotos*.

³⁷⁵ O topónimo fora atribuído através do edital de 6 de Novembro de 1951, apenas meses após a inauguração da nova Igreja, a 14 de Agosto de 1951, e pretendia homenagear o Padre Francisco, o primeiro pároco da nova freguesia de Santo Condestável. Francisco Maria da Silva (1882-1946) nasceu em Freiria, Torres Vedras e ordenou-se padre em 1907.

³⁷⁶ Ver *Fotografia aérea da Igreja de Santo Condestável*, Mário Oliveira, 1950-1959 (AMF-AC, A 24526). Anexo A, doc. 26.

quarteirão defronte da Igreja, na Rua Francisco Metrass segue também a nova conceptualização.

A aquisição desta área pela Câmara Municipal permitiu ainda a extensão das ruas já projectadas – Azedo Gneco e Francisco Metrass - até à Rua Saraiva de Carvalho³⁷⁷, completando desta forma a malha de ruas até este limite, uniformizando-se o modelo urbanístico no lado Sul do bairro. Nesta operação opta-se também por manter a pré-existente Travessa do Bahuto, um dos últimos redutos da memória passada do Campo de Ourique. Partindo do Largo dos Prazeres³⁷⁸, era agora transformada numa rua sem saída, para acesso ao interior de um quarteirão com habitação operária.

Da autoria do arquitecto Vasco Regaleira (1897-1968)³⁷⁹, a igreja de Santo Condestável, iniciada em 1946, foi inaugurada a 14 de Agosto de 1951, passando a impor-se sobre o bairro de Campo de Ourique, de forma algo desproporcionada, pela sua dimensão.

A década de 50 marca o término das intervenções no bairro, finalizando-se os últimos trabalhos nas ruas, nomeadamente na Rua Freitas Gazul³⁸⁰, que em 1958³⁸¹, vem substituir a antiga designação da «Rua projectada à Rua Gervásio Lobato». A Rua Freitas Gazul consistia no prolongamento da Rua Almeida e Sousa a seguir à Rua Sampaio Bruno, fechando a Norte, as Ruas André Brun e Gervásio Lobato, os últimos arruamentos a Oeste do bairro. Em 1932 esta rua não surge ainda definida com o alinhamento definitivo, sendo traçada como um prolongamento, em linha recta, da Rua Almeida e Sousa.

Até finais da década de 50 o bairro de Campo de Ourique manteve-se isolado do resto da cidade, mantendo as mesmas saídas: a Rua de Campo de Ourique, em direcção

³⁷⁷ Não foi localizado no arquivo municipal qualquer projecto respeitante a esta intervenção.

³⁷⁸ Em 1982 o Largo dos Prazeres passa a ser designado por Praça São João Bosco. São João Melchior Bosco (Itália, Piemonte, 16 Agosto de 1815 – Turim, 31 Janeiro de 1835), foi declarado «Venerável», por Pio X, em 1906, tendo-se destacado pela fundação do Oratório, um grupo que seguia o exemplo de São Filipe Neri.

³⁷⁹ Vasco de Moraes Palmeiro, mais conhecido por Vasco Regaleira, Arquitecto, formou-se na Society of Architects de Londres em 1926. Destacou-se sobretudo pelos edifícios religiosos (Igreja de Santo Condestável (1951); Igreja de São João de Brito (1955), estas em Lisboa, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, nas Caldas da Rainha (1955); Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Lobito, Angola; Catedral de Huambo, Angola. Desdobrou-se ainda entre a arquitectura privada e equipamentos socio-culturais: o Colégio S. Vicente de Paulo, em Lisboa; o Hospital Pulido Valente, em Lisboa (1947), e a sede do Banco de Angola, em Luanda (1956); o Hotel da Guarda, e os Sanatórios de D. Manuel II, e de D. Carlos (1947), em Lisboa. Colaborou na Exposição do Mundo Português (1940).

³⁸⁰ Francisco de Freitas Gazul (1842-1925). Músico (violoncelista, contrabaixista), compositor, maestro e musicólogo português. Foi ainda professor no Conservatório Nacional de Lisboa. Dedicou-se sobretudo à composição de música teatral, destacando-se a ópera *Frei Luís de Sousa*, adaptada do original de Almeida Garrett.

³⁸¹ Edital camarário de 2 de Junho de 1958.

ao Rato e à parte mais antiga de Santa Isabel, a Rua Domingos Sequeira, em direcção à Estrela e bairro da Lapa, a Rua Saraiva de Carvalho, em direcção aos Prazeres, e a Rua Maria Pia, para a cintura industrial de Alcântara. Apenas em 1964 foi aberta a Rua Ferreira Borges no seu lado Norte, efectivando-se a ligação ao Viaduto Eng^o Duarte Pacheco (concluído em 1944), e à Auto-Estrada Lisboa-Cascais. Na sequência desta intervenção, o bairro de Campo de Ourique passou a estar ligado à zona das Amoreiras. Continuavam porém a faltar as grandes vias de ligação, de e para o bairro.

III. O PROCESSO DE EDIFICAÇÃO NO BAIRRO DE CAMPO DE OURIQUE (1879-1885)

Lisboa divide-se em três partes distintas: a zona arcaica, meandrica, pitoresca, fidalga; a zona burguesa, utilitária, monótona ainda que espaçosa, e a zona cosmopolita, pretensiosa, cheia de Paris, de reminiscências dos grandes centros progressivos.

Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal, 1908 (artigo anónimo)

III.1. O novo modo de «fazer cidade»: o papel da Câmara Municipal e dos particulares

O crescimento físico da cidade de Lisboa, a partir da década de 80 do século XIX, resultou do binómio formado pelos interesses municipais e privados. Enquanto a política municipal está centrada na expansão física da cidade, nos melhoramentos da circulação e das infra-estruturas, e no ordenamento territorial, os particulares procuram a valorização do seu património imobiliário.

Há muito que o poder central e municipal, limitados por um constante défice financeiro, entregara a edificação aos particulares³⁸². Segundo Solà-Morales, *a partir de meio do século (está-se) perante um novo processo de fazer cidade (...) e que esse processo consiste na separação das fases de ordenação do solo e da edificação*³⁸³.

A entrega da edificação à iniciativa privada garantia, sem um agravamento nos cofres do Estado, a conclusão do processo urbanístico, mas resultou no desenvolvimento de um mercado habitacional quase exclusivamente dominado pelos interesses de uma burguesia recentemente enriquecida. Ávida em investimentos

³⁸² Segundo Maria Helena BARATA-MOURA (*obra cit.*, p. 74) a *municipalidade ou o Estado não empreenderam (entre 1850 e 1930) a construção de prédios de habitação (...)*.

³⁸³ Nuno PORTAS, *obra cit.*, p. 21.

financeiros, este grupo consciencializou-se que o investimento no sector imobiliário³⁸⁴, significava uma fonte de lucro, e simultaneamente a oportunidade de demonstrar socialmente o seu poder financeiro.

Os objectivos economicistas desta classe acabavam no entanto por gerar o desenvolvimento de uma oferta qualitativa e quantitativa de alojamentos ajustada às necessidades da capital, e, em consequência, o planeamento de uma cidade moderna, organizada e funcional. Perante a «ineficácia» do Estado e Município, multiplicaram-se em Lisboa, a partir de meados da centúria, os edifícios erguidos (...) *com mesquinhez e ao acaso*³⁸⁵, que cuidavam apenas do interesse particular de cada proprietário, em detrimento da sua forma, posicionamento no terreno, ou seu aproveitamento, provocando graves problemas na circulação.

Perante a imagem de uma capital desordenada e irregular, o desejo de transformação e melhoramento da capital³⁸⁶, e a impossibilidade de empreender por si mesmos um parque habitacional, Governo e edilidade compreendem, a partir da década de 50³⁸⁷, a necessidade da fiscalização do processo de construção, e de uma política de

³⁸⁴ Existiam duas formas de investimento no sector imobiliário: a edificação ou aquisição de imóveis para sua venda, ou a edificação ou aquisição de imóveis para posterior arrendamento (ver GARDEN, M., e LEQUIN, Y., *Construire la ville, XVIII^e – XX^e siècles*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1983, pp. 154-155)

³⁸⁵ Estas palavras fazem parte de uma caracterização da morfologia lisboeta elaborada por um grupo de indivíduos: Marqueses de Ficalho e de Sousa Holstein, Visconde dos Olivais, Barão de Magalhães, Adriano Antão Barata Salgueiro, António Alves de Sousa, Kruz e Comp.^a, e Silem Cohen, entre outros, que reunidos com o intuito de constituir a Companhia Geral de Edificações, apresentam, no ano de 1865, uma proposta ao Ministério das Obras Públicas. A Companhia Geral de Edificações traduzia de um modo geral as ambições dos particulares: *Abertura de novas ruas e praças. Melhoramento das ruas e praças actuais. Construção de edifícios para estabelecimentos públicos, e para habitações particulares, com muita especialidade para operários e classes pobres, Confecção de parques e jardins de aclimação. Canalizações e limpeza da cidade*, evitando o desenvolvimento do desordenamento urbanístico que pautava a capital. Sobre este assunto ver Ana BARATA, *obra cit.*, pp. 54 a 55.

³⁸⁶ Nunca, até então, se abraçara, na capital, um projecto de uma transformação urbanística desta envergadura, nem sequer a necessidade de estimular a edificação. Nem mesmo no âmbito da reconstrução pós-terramoto da Baixa Pombalina, houve necessidade de desenvolver uma política de ordenação do solo, uma vez que a intervenção fora concretizada em propriedades privadas, nunca expropriadas.

³⁸⁷ Joana da Cunha LEAL (*obra cit.*, pp. 119 a 135) refere porém que os problemas resultantes de uma construção desordenada estão presentes na capital muito antes desta vontade de investimento por parte dos capitalistas particulares no sector imobiliário, concretizada a partir da década de cinquenta do século XIX. A necessidade de controlar as consequências, quer de uma construção desordenada, quer do desaproveitamento de terrenos edificáveis é comprovado pela promulgação do edital de 4 de Março de 1836. Esta legislação constituía o primeiro ensaio de uma política de ordenamento urbano (as obrigações do edital de 20 de Fevereiro, publicado no *Diário do Governo*, obrigava (...) *os proprietários dos terrenos que estiverem por edificar, e bem assim os donos daqueles prédios que carecem de ser reedificados, deverão dentro de uma ano, contando da data deste dar princípio à dita edificação ou reedificação, quanto à parte que diz respeito ao prospecto da Cidade, sob pena de serem os terrenos ou os prédios vendidos em Hasta Pública a quem se obrigue a assim o executar. – Exceptuam-se os prédios que ameaçam ruína, os quais serão demolidos. Acrescenta-se ainda que Ninguém poderá de ora em diante dar começo à edificação ou reedificação, sem primeiro apresentar o risco à Câmara Municipal e obter desta a necessária aprovação (...)* (*Diário do Governo*, nº 55, 4 Março de 1836, art. 1º e 2º), e

ordenamento do território³⁸⁸. Apenas através de um planeamento prévio das áreas a urbanizar, e do controlo das actividades privadas em solo urbano, se garantiria a organização do espaço, ao mesmo tempo que se evitava a construção desorganizada. Esta política deveria porém, face à dependência do Estado à iniciativa privada no âmbito da construção combinar a necessidade de controlar a actuação privada no tecido urbano, com o necessário incentivo à sua actividade.

O Estado encontrou na promulgação do *Decreto-Lei de 31 de Dezembro de 1864*, a forma de equilibrar este complexo jogo de tensões, apostando na criação de novos instrumentos operativos: o Loteamento.

Através da alienação a outros particulares, através de hasta pública, de lotes de terreno, exclusivamente destinados à edificação, que eram previamente organizados pela divisão proporcionada dos quarteirões, a administração central garantia o controlo da intervenção dos particulares no espaço público. Regulavam-se simultaneamente todas as condições para a edificação, nomeadamente os aspectos da higiene e segurança, tal como os métodos de aprovação e fiscalização dos projectos de edificação, por parte dos Governos central e municipal.

O loteamento consistia num inovador instrumento legislativo de intervenção urbanística, permitindo ao Governo e ao Município, através de uma racionalização dos terrenos edificáveis, garantir o ordenamento das edificações na via pública, e, conseqüentemente a concretização de planos urbanísticos racionais e coerentes. Este instrumento permitia ao Município controlar a derradeira etapa do processo urbanístico e simultaneamente, ao disponibilizar terrenos, estimulando-se a edificação.

A preparação racionalizada das áreas urbanas recentemente urbanizadas garantia ainda uma rentabilização organizada de todo o espaço disponível para a edificação, exigências essenciais no âmbito do aumento populacional que assolava a capital sensivelmente desde 1864.

simultaneamente, a recuperação das atribuições municipais nesta área, que desde 1755 se encontrava dominada pelo Governo. Os problemas que o edital de 1836 revelava não cessaram de forma imediata, tendo-se inclusivamente agravado. Novas legislações foram sendo consecutivamente aprovadas, cerceando-se cada vez mais as conveniências individuais dos proprietários, ao mesmo tempo que se fortalecia o controlo estatal sobre a edificação. Exemplo disso será a decisão camarária de 4 de Outubro de 1845.

³⁸⁸ Até aí, a intervenção municipal relativamente à construção baseava-se apenas na venda de terrenos a particulares, destinados à construção.

A alienação dos lotes de terreno constituía ainda uma importante fonte de lucro para o Município, funcionando em seu benefício no âmbito da situação financeira débil. O solo é utilizado como *base de especulação económica*³⁸⁹.

O Decreto-Lei não estabelecia, no entanto, regras concretas para a configuração dos lotes deixando à responsabilidade do Município, ou dos seus proprietários, o seu planeamento.

Sendo um reflexo da conjuntura, impulsionado pelas dificuldades financeiras e legais no controlo das iniciativas particulares, e pela exigência de terrenos edificáveis, o loteamento era, sem dúvida, uma marca de modernidade, que traduzia bem os objectivos da política urbanística para a capital na procura de um ordenamento territorial.

III.2. O loteamento – o caso de Campo de Ourique

A Câmara Municipal não coordenou porém todos os processos de loteamento na capital. O loteamento de terrenos edificáveis depreendia a aquisição, pelo Município, das propriedades a urbanizar. No entanto, são vários os projectos urbanísticos traçados, não pela Repartição Técnica municipal, mas por entidades privadas. Noutras situações, os terrenos nos quais haviam sido planeadas intervenções eram emprestados ao Município, nunca passando a ser propriedade municipal. Em qualquer dos casos, o loteamento desses terrenos privados era da responsabilidade dos seus proprietários, e não do Município. Os bairros de Campo de Ourique, Camões, e Andrade são, neste contexto, alguns dos exemplos mais significativos desta realidade.

Em Campo de Ourique, o início do processo de loteamento e alienação de parcelas para edificação foi da responsabilidade de firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a., em cuja propriedade, nunca expropriada pela Câmara Municipal, foram traçados os primeiros troços de ruas do novo bairro, em 1878. A partir de finais de 1879, e até 1890, os sócios da referida firma iniciam a venda de lotes traçados por si, a outros particulares. O processo de transacção dos lotes era concretizado de forma privada, sem qualquer intervenção dos poderes central e local, através de escritura entre

³⁸⁹ Maria João Madeira RODRIGUES, *obra cit.*, p. 30.

vendedor e comprador, registada em notário público³⁹⁰. Desligada deste processo, a Câmara Municipal deixava de obter lucro nesta fase da intervenção no tecido urbano.

Em Campo de Ourique, o Município só inicia a venda de lotes planeados por si, a partir de 1882, fazendo-o em simultâneo com a firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a. Procede porém, quase exclusivamente, à alienação, em hasta pública, de terrenos que sobejam de expropriações³⁹¹.

A partir de 1890 deixam de encontrar-se registos relativos à venda, pelos antigos sócios da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, de lotes de terreno. Supomos, que a partir desta data o loteamento em Campo de Ourique tenha sido feito por Joaquim Francisco Sabido e Casimiro José Sabido, então proprietários da maior propriedade do planalto, e posteriormente pela Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda., na parte compreendida entre a Rua Francisco Metrass e a Rua Sampaio Bruno, e a Rua Pereira e Sousa e a Rua Coelho da Rocha³⁹².

Perante a inexistência de regras específicas para configuração de lotes, que lógica utilizaram os sócios da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a nesse processo?

As escrituras de venda de lotes pelos sócios da referida firma, tal como algumas das peças desenhadas no âmbito da programação do bairro, fornecem dados importantes para a compreensão do processo de loteamento no bairro de Campo de Ourique.

Entre os anos de 1879 e 1890, são alienados pelos associados da construtora, lotes de terrenos que variam entre 100 m² e os 500 m² (com frentes de lote variando

³⁹⁰ Ver L.º 146 (actual 859) a 228 (actual 936) do Cartório Notarial de Lisboa n.º 1 (actual n.º 3), do Bacharel José Manuel de Barcellos Júnior (1879-1890).

³⁹¹ Em Campo de Ourique a Câmara Municipal possuía apenas os terrenos, que depois de expropriados, não haviam sido incluídos na viação pública. A Lei de 23 de Junho de 1850 previa que se determinado terreno expropriado pela Câmara Municipal não fosse integrado, na sua totalidade, para abertura de um novo arruamento, a parte que sobejara da mesma expropriação poderia ser readquirida pelo proprietário expropriado (artigo 27.º, § 10.º e 11.º), ou perante o desinteresse do mesmo, colocá-lo em hasta pública, lucrando, deste modo, com a sua venda. Exemplos destes casos previstos por lei, encontramos-os no âmbito da edificação do bairro de Campo de Ourique, na sequência da expropriação de um terreno a Luiz da Cunha Viegas para prolongamento da Rua Ferreira Borges. Neste caso, não tendo o terreno expropriado sido utilizado na sua totalidade na obra camarária, o referido proprietário alerta a Câmara para o direito de preferência que detém sobre o mesmo (*Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 26 de Dezembro de 1881, 54.ª sessão, p. 666). No entanto, não tendo reclamado dentro do prazo estipulado, o terreno acabou por ser colocado em praça a 4 de Abril de 1882 (Documentos relativos ao processo de venda em hasta pública de um terreno expropriado a Luís da Cunha Viegas, 4 de Abril a 3 de Agosto de 1882, AML-AC, SGO, cx. 5.), e vendido em 17 de Julho e 23 de Setembro do mesmo ano (*Escritura de venda, quitação e obrigação de um terreno aos srs. João de Deus Lobato e André Domingos Gonçalves na Rua Ferreira Borges*, 17 Julho 1882, L.º 8 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa (E.T.T.), fls. 36 a 40; *Escritura de venda, quitação e obrigação de um terreno ao sr. João de Deus Lobato na Rua Ferreira Borges*, 23 Setembro 1882, L.º 8 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa (E.T.T.), fls. 71v. a 75).

³⁹²³⁹² O loteamento de parcelas edificáveis era aliás um dos objectos da Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda. (ver *Diário do Governo*, 6 de Setembro de 1912, n.º 210, p. 2308 (Escritura da Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda.).

entre os 27 metros e os 12 e os 6 metros³⁹³), sendo cada metro quadrado vendido entre 1.500 e os 2.500 réis. Os lotes traçados e vendidos pela Câmara Municipal apresentam configurações e valores semelhantes³⁹⁴.

Noutros locais da cidade, nomeadamente nos bairros da Estefânia³⁹⁵ e Santo Amaro, a Câmara planeia, para a mesma conjuntura, lotes de dimensão e valores semelhantes aos de Campo de Ourique, sendo sensivelmente mais económicos. No bairro do Casal do Rolão, os lotes são cotados com os valores mais baixos do mercado, sendo vendidos a 1.000 réis por m²³⁹⁶. Em contrapartida, nas avenidas Fontes Pereira de Melo ou Ressano Garcia (actual República), na Avenida Almirante Reis, e ainda no bairro Barata Salgueiro, a oferta de lotes baseava-se em parcelas de maior dimensão, entre os 400 e os 900 m², alienados a preços-base que oscilam entre os 3.000 e 8.000 réis por m²³⁹⁷. A Avenida da Liberdade apresentava valores de arrematação dos lotes superiores aos restantes, ascendendo acima dos 10.000 réis por m²³⁹⁸.

De um modo geral, quer nos loteamentos de índole privada, quer municipal, assiste-se ao planeamento de lotes de terrenos ortogonais que se adaptavam bem às malhas urbanas recentemente criadas na capital. Apesar de não existirem regras definidas para o planeamento das quadrículas, estamos perante a adopção de uma espécie de padrão a partir da qual se desenham os lotes. Segundo Margarida Souza Lobo, no planeamento de lotes ortogonais eram utilizados os mesmos princípios matemáticos empregues no traçado dos novos quarteirões da cidade: *o parcelamento é feito segundo a mediana e as bissectrizes do polígono correspondente ao perímetro do quarteirão, com frentes de lotes de dimensão regular*³⁹⁹. A opção pela ortogonalidade no planeamento dos lotes permitia a ocupação total da quadrícula⁴⁰⁰, através de uma

³⁹³ Uma vez que os quarteirões não são regulares, nas frentes com 90 m. os lotes apresentam frentes mais reduzidas (entre os 9 m. e 15 m.) e nas frentes de 50 m., frentes mais largas (entre os 14 e 27 m.).

³⁹⁴ L.º 7 a 40 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa (1882-1901).

³⁹⁵ Anexo A, doc. 17.

³⁹⁶ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 4 de Setembro de 1893, p. 267.

³⁹⁷ Esta informação foi-nos fornecida através das tabelas inscritas na *Planta de lotes vendidos e por vender entre a Avenida Fontes Pereira e Melo e a Avenida Ressano Garcia até à Praça Mouzinho de Albuquerque*, Repartição Técnica, 1902, AML-AC, DSU, cx. 96-6227, e através dos Livros de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa.

³⁹⁸ L.º 7 a 40 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa (1882-1901).

³⁹⁹ Margarida Souza LOBO, *obra cit.*, p. 13.

⁴⁰⁰ Ver *Planta de alinhamento das Ruas Ferreira Borges e da Piedade*, CML, Rep. Técnica, 188-, AML-AC, 9/P – 7356 (Anexo A, doc.12), e *Planta junta ao officio n.º - do Eng.º Chefe da Repartição Técnica (Planta de expropriações para conclusão das ruas Ferreira Borges, 4 de Infantaria e Tomás da Anunciação)*, CML, Repartição Técnica, 12 Outubro de 1882, AML-AC cx. 9/P-6353; *Planta de lotes vendidos e por vender entre a Avenida Fontes Pereira de Melo e a Avenida Ressano Garcia até à Praça Mouzinho de Albuquerque*, CML, Rep. Técn., 1902, AML-AC., DSU, cx. 96 – 6227.

construção intensiva, em profundidade⁴⁰¹, essencial quando um dos principais objectivos a atingir era a rentabilização máxima da mesma.

A dependência do planeamento dos lotes de terreno à configuração de quadrículas ortogonais acabava por garantir, nos casos em que o Município não controlava o modo como os particulares disponibilizavam terrenos edificáveis, um ordenamento urbano. A ortogonalidade da malha contínua de quarteirões determinava um ordenamento das edificações no sentido do alinhamento das suas fachadas face ao eixo das ruas, obrigatoriamente juntas aos passeios, mantendo-se uma mesma distância em relação à via pública, o que acabava por beneficiar o espaço público, através do ordenamento urbano, mas também os cidadãos, através de uma aparente igualdade.

As novas políticas urbanísticas baseadas nos princípios da circulação e funcionalidade, dava os primeiros frutos logo na década de 80 do século XIX. Neste contexto, o bairro de Campo de Ourique fora pioneiro, experimentando-se a partir de finais da década de 70 do século XIX, as vantagens da adaptação da construção a um traçado ortogonal, quer no âmbito do ordenamento urbano, quer no âmbito do máximo aproveitamento do solo edificável.

A observação comparada dos dados apresentados mostra diferenças consideráveis no método de parcelamento dos quarteirões. Parecia apostar-se em dois tipos de loteamento, variando conforme a morfologia da quadrícula nas quais eram planeados, e simultaneamente, conforme a proximidade ou afastamento dos terrenos a lotear em relação ao centro da cidade.

A diversidade de oferta de lotes decorria assim, por um lado, da adaptação à malha urbana em que se insere, sendo tão rica quanto a variedade de morfologias existentes na capital⁴⁰². A tentativa de um aproveitamento racionalizado dos terrenos edificáveis influenciou, quer as formas de intervenção municipal no solo urbano, quer o modo como, a partir de então, se passa a construir e a habitar a Lisboa de finais do século XIX.

Por outro lado, quer o Município, quer os promotores particulares, têm consciência do valor financeiro dos terrenos onde actuam. Este era proporcional à proximidade ou afastamento do centro da cidade: a baixa pombalina.

⁴⁰¹ *Lisboa, Morfologias urbanas. 1850-1950*, Lisboa, CML, Direcção do Projecto de Planeamento estratégico, 1993, s.p.. Nesta prática era óbvia a influência de interesses particulares. A construção em profundidade permitia a ocupação total do espaço e, conseqüentemente, uma maior rentabilização.

⁴⁰² Margarida Souza LOBO, *Dois décadas de planos de urbanização (1934-1954)*, Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1993, p. 13.

Paralelamente está presente o reconhecimento das diferentes necessidades, objectivos e poder económico da clientela que, a partir de meados do século XIX, surge interessada na aquisição de terrenos edificáveis: a alta e baixa burguesia, o *encomendador capitalista*, o construtor civil, o funcionário público, ou mesmo o operariado⁴⁰³. De uma forma geral a todos interessava o investimento imobiliário (excluindo o operariado por incapacidade económica), alcançado, como vimos, através da edificação e posterior venda ou arrendamento dos imóveis ou suas parcelas. No entanto, a capacidade económica e a necessidade de afirmação social de uma burguesia endinheirada não era comparável aos objectivos de extractos inferiores, como a pequena e média burguesia.

De acordo com esta lógica de cariz sócio-económico, a alta e média burguesia tendia a apostar em áreas socialmente, e consequentemente financeiramente mais valorizadas, tais como as recentes avenidas rasgadas no prolongamento directo do centro da cidade, como avenidas da Liberdade, Ressano Garcia (depois da República), Fontes Pereira de Melo, António Maria de Avellar (5 de Outubro), Duque de Ávila, e Casal Ribeiro⁴⁰⁴. Em contrapartida, os terrenos periféricos ao centro urbano são tendencialmente ocupados por extractos sócio-económico inferiores, encontrando aí terrenos cujo valor melhor se ajustava às suas capacidades económicas.

Atentos às diferentes necessidades e capacidade económica da clientela lisboeta, Município e promotores particulares acabam por diversificar a oferta de lotes, disponibilizando parcelas edificáveis de diferentes dimensões com preços de aquisição variáveis, abrindo a todos os interessados, de acordo com a sua capacidade financeira, a possibilidade de adquirirem terrenos na capital, e a construção das estruturas que mais lhes conviessem.

Deste modo, nas zonas que gozavam de maior prestígio social - na Avenida da Liberdade, Avenidas Novas, ou no bairro Barata Salgueiro, onde encontramos quarteirões de grandes dimensões, definiam-se lotes de maior frente e profundidade, sendo, pela sua localização e dimensão, financeiramente muito valorizados. A alta burguesia encontrava aí lotes cuja dimensão permitiam a construção de grandes prédios de rendimento ou moradias, estruturas que espelhavam de forma mais evidente a sua posição económico-social na capital.

⁴⁰³ Jorge MANGORRINHA, «Cenários da cidade nova», in *Do Saldanha ao Campo Grande*, Lisboa, CML, 1999, p. 67.

⁴⁰⁴ De acordo com a mesma lógica de aquisição, os lotes planeados nos gavetos dos quarteirões, dadas as suas dimensões, são sistematicamente adquiridos por particulares enriquecidos.

Paralelamente, nas áreas marginais a este círculo de influência sócio-económica, como Campo de Ourique, Estefânia, ou o Alto de Santo Amaro, planeavam-se parcelas de dimensões mais reduzidas, consideravelmente mais económicas, adaptadas a quadrículas de menores dimensões. Nestes bairros a pequena e média burguesia cingia-se à edificação de modestos prédios de rendimento, sendo raros os exemplos de moradias.

A imposição de uma lógica sócio-económica no método de parcelamento dos quarteirões acabou por determinar uma divisão mais marcada das quadrículas nos bairros e eixos socialmente menos valorizados, comparativamente às zonas com lote de maior frente e profundidade, nas quais o reparcelamento do quarteirão é menos acentuado.

A possibilidade de expansão de determinados eixos urbanísticos, e consequentemente a sua contínua valorização, influenciou indiscutivelmente o custo dos lotes em praça, muitíssimo mais valorizados que aqueles situados em bairros cuja perspectiva de expansão para zonas adjacentes era diminuto ou nulo. Neste caso, as Avenidas Novas apresentavam a possibilidade de um crescimento, em direcção a Norte, que o bairro de Campo de Ourique não detinha, retido, como vimos, por marcas pré-existentcias.

O bairro de Campo de Ourique, mas também o da Estefânia e Santo Amaro, a Alcântara, situado nas franjas do perímetro urbano, tornou-se num bairro dedicado à pequena e média burguesia. De 1879 a 1885, os lotes colocados à venda, quer pelos sócios da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, quer pelo Município, são adquiridos por comerciantes e empregados do comércio, funcionários públicos, oficiais subalternos do exército, trabalhadores da construção civil como mestres de obra, carpinteiros ou pedreiros, mas também proprietários. Em contrapartida, nas grandes avenidas, são os proprietários, industriais, ou altas patentes do exército que adquirem os lotes em oferta.

A privatização de lotes no bairro de Campo de Ourique destaca-se pela rapidez do início do processo, chegando a anteceder em alguns anos a privatização de terrenos noutros recentes bairros e avenidas da capital. Na Avenida da Liberdade, iniciada em 1879, a venda de lotes só tem início em 1882. No bairro D. Estefânia, iniciado em 1880, o mesmo processo teve início apenas em 1882, e no bairro Barata Salgueiro, iniciado no mesmo ano, apenas em 1883. No bairro Camões, iniciado em 1880, a Companhia do

bairro Camões responsável só recebe autorização da Câmara para edificação em 1899⁴⁰⁵.

A explicação para a rapidez da venda de terrenos em Campo de Ourique prende-se com uma diversidade de factos. Segundo Álvaro Ferreira da Silva, as zonas periféricas, onde Campo de Ourique se integra, eram focos de atracção para os investidores, atraídos, por exemplo, pelo preço não muito elevado dos lotes em venda⁴⁰⁶. Aliás o maior reparcelamento das quadrículas, se à partida poderia tornar-se um factor de dissuasão ao investimento, funcionava, ao invés, como um atractivo⁴⁰⁷, proporcionando preços acessíveis à pequena e média burguesia. O forte interesse de particulares nestas zonas, como no novo bairro de Campo de Ourique, comprova-se, por exemplo, pelo número de requerimentos enviados à Câmara Municipal, a partir de 1882, pressionando-a para que disponibilizasse terrenos para construção⁴⁰⁸, ou fixe alinhamentos de ruas para que possam construir. Apenas a partir de 1883, a Câmara coloca, publicando nas *Actas das Sessões da Câmara Municipal*, avisos de venda pública de terrenos do bairro de Campo de Ourique.

A rapidez com que se inicia o loteamento e venda de parcelas em Campo de Ourique está, por outro lado, relacionada com a iniciativa da sociedade proprietária dos terrenos nos quais foi traçado o primeiro núcleo do novo bairro. Fundamentalmente interessada na rentabilização da sua propriedade, a firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, inicia de forma extremamente rápida o processo de alienação de terreno

⁴⁰⁵ Ver L.º 35 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa, 26 de Julho de 1899, fls. 47 v. a 49.

⁴⁰⁶ Ver Álvaro Ferreira da SILVA, «A construção residencial em Lisboa (1860-1930)», in *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXI (136-137), 1996, p. 626.

⁴⁰⁷ Prova desta situação será, por exemplo, a venda de dois lotes de terreno em 1882, resultantes da parte de um terreno expropriado, mas não utilizado, na sua totalidade nas obras do bairro de Campo de Ourique. A extensão do mesmo impôs a necessidade de reparti-lo em dois lotes de terreno, que assim mesmo, continuavam a apresentar uma dimensão, e conseqüentemente valor, muito acima da média daquilo que era usualmente procurada pela clientela interessada em investir nesta parte da capital. A inexistência de licitações ao longo das três ocasiões que foi colocado em praça, levou a Câmara a ponderar uma redução da habitual base de licitação de 600 para 420 réis. Ver *Ofício n.º 2607 da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa*, 3 de Agosto de 1882, AML-AC, SGO, cx. 5. As escrituras de venda destes lotes não referem, porém, esta redução na base de licitação.

⁴⁰⁸ A pressão exercida junto da Câmara Municipal para que esta colocasse à venda parcelas edificáveis, era relativa a terrenos remanescentes de expropriações, os únicos, que no bairro de Campo de Ourique eram propriedade da mesma. Ver *Planta junta à informação n.º 3408 do Eng.º Chefe da Repartição Técnica*, Repartição Técnica, 1882, AML-AC, Secretaria Geral, cx. 3 – 15652. No requerimento anexo a esta planta, Jorge Jesus Neto, pede à Câmara Municipal que ponha em praça um terreno municipal pois deseja comprá-lo para aí construir um prédio; *Planta junta à informação n.º 3946 do Eng.º Chefe da Repartição*, 4 de Janeiro de 1883, AML-AC, Secretaria Geral, cx. 4 – 15722, na qual se indica um terreno que José Rodrigues da Costa pretende comprar, na Rua Ferreira Borges); Requerimento de Manuel José Alves, pedindo que a Câmara Municipal venda em praça uns terrenos que lhe sobejaram da rua Ferreira Borges a Campo de Ourique (*Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 12 de Abril de 1883, p. 262).

edificável de lotes de terreno, apenas alguns meses após o início dos trabalhos para a abertura das ruas do bairro. A intenção de edificar na sua propriedade fora precisamente o motor para o planeamento de um novo bairro na cidade. O processo de dissolução da firma, a partir de 1882, e a partilha da propriedade entre os sócios da firma (até 1891), terá acelerado a alienação da mesma, então na forma de lotes.

Ainda que o loteamento tenha sido de responsabilidade particular, o bairro de Campo de Ourique acabava por ser pioneiro, tendo sido um dos primeiros empreendimentos nos quais se experimenta o novo modelo de intervenção urbanística: o loteamento e venda das parcelas edificáveis.

A celeridade do início do processo de privatização de terrenos em Campo de Ourique não foi acompanhada nas restantes zonas da cidade, exceptuando-se no bairro da Estefânia, onde se praticavam preços em tudo semelhantes. Em termos gerais o processo de compra de lotes edificáveis na capital foi lento, adquirindo especial resistência nas novas avenidas e bairros da cidade que se localizavam junto do centro, tais como a Avenida da Liberdade, Avenida Fontes Pereira de Melo e Ressano Garcia, e o bairro Barata Salgueiro. Por um lado, o valor que os lotes nesta zona da cidade atingiam, muito elevado dada a sua dimensão e localização, parecia ser motivo dissuasor para a sua aquisição. A capacidade financeira dos investidores parecia não se adequar ao valor dos lotes em venda, agravada aliás pela crise de 1890. Perante o valor dos lotes a adquirir e o investimento a fazer na edificação propriamente dita, os promotores refreiam a sua actividade nas zonas mais caras da cidade, optando por adquirir lotes mais económicos em zonas mais afastadas do centro. O anúncio feito pela Câmara Municipal em 1893, para *nova praça para a venda de terrenos municipais (visto não ter havido concorrentes à praça ultimamente realizada) com redução de 10% nos preços-base da licitação e sem ónus para os arrematantes*, denuncia as dificuldades na venda de terrenos⁴⁰⁹. Até à primeira década do século XX, na Avenida Ressano Garcia, uma das principais avenidas da parte nova da cidade, grande parte dos lotes de terreno permaneciam por alienar⁴¹⁰.

⁴⁰⁹ *Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 4 de Setembro de 1893, p. 267.

⁴¹⁰ Ver *Planta de lotes vendidos e a vender entre a Avenida Fontes Pereira de Melo e a Avenida Ressano Garcia até à Praça Mouzinho de Albuquerque*, 1902, AML-AC, DSU, cx. 96 – 6227. Nesta planta, tal como no *Levantamento topográfico de Lisboa levantado e desenhado sob a direcção de Júlio da Silva Pinto*, CML, 10 M (área entre a Rua Marquês Sá da Bandeira e a Rua Arco do cego); 10 N (área entre a Av. António Maria de Avellar e a Estrada de Entrecampos), 1911 (AML-AC) (Anexo A, doc. 21 e 22) é notória a diferença entre o número de lotes adquiridos e aqueles que permaneciam por alienar.

III.2. O início do processo de edificação (1880-1885)

O processo de edificação no bairro de Campo de Ourique tem um início extremamente rápido, logo em 1879, acabando por fazer-se em simultâneo com os trabalhos de abertura das ruas.

A precocidade com que se inicia este processo está relacionada com os objectivos da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a., que desencadeara, como vimos, em Outubro de 1878, através de um pedido de alinhamento para construção de um conjunto habitacional, a actuação da Repartição Técnica nos terrenos que possuía em Campo de Ourique. A aprovação do projecto de construção da firma⁴¹¹ pela Câmara Municipal, no primeiro semestre de 1879⁴¹², aparenta ser algo prematura, uma vez que decorriam trabalhos de alinhamento, terraplanagem e de infra-estruturação, e parecia satisfazer apenas os objectivos de uma firma privada com a qual a Câmara encetou uma parceria. Na realidade, esta aprovação foi apenas a primeira de um conjunto de várias outras, encetadas no mesmo ano⁴¹³. Nos anos seguintes, até 1885, verifica-se inclusivamente um aumento no número de concessões atribuídas para Campo de Ourique, denunciando o interesse no investimento no bairro, estimulado decerto pelo preço-base dos lotes em venda.

Segundo Álvaro Ferreira da Silva, o período entre 1878 e 1896 corresponde a um momento de aumento da concessão de licenças de construção na capital. O início da venda de lotes em Campo de Ourique promovido pela firma Silva, Esteves, Lopes e

⁴¹¹ De acordo com o *Decreto-Lei de 31 de Dezembro de 1864* todos os proprietários deveriam submeter, à Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa (órgão dependente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e à Câmara Municipal, para aprovação, os projectos das edificações que desejassem construir nas suas propriedades. As autorizações concedidas aos projectos eram lançadas na *Relação dos projectos para edificações*, registadas em acta municipal. Nestas descrevem-se em pormenor o número, localização, características estruturais, proprietários e construtores dos projectos. Após a apresentação obrigatória do projecto, a edificação deveria ficar concluída no prazo de um ano. Esta medida visava estimular a edificação, evitar o desenvolvimento de baldios e o desaproveitamento de terrenos urbanos, e ao mesmo tempo, o controlo das intervenções de particulares em solo urbano.

⁴¹² Ainda que a *Relação dos projectos para edificações* não nos permita apurar uma data precisa para a aprovação destas construções, sabemos, através de acta municipal, que a 7 de Abril de 1879, estes projectos já haviam sido aprovados pela Câmara Municipal, apenas 5 meses após o início da abertura da primeira rua do bairro – Rua Ferreira Borges.

⁴¹³ Na *Relação dos projectos para edificações* relativa ao primeiro e segundo semestre de 1879 são aprovados um total de 16 edifícios. O conjunto de 8 edifícios e uma pequena vila (operária) são da responsabilidade da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a.

Comp^{a.}, a partir de 1879, terá tido algum peso nesta estatística. Coincidentemente, o final deste período, corresponde ao momento em que a firma deixa de vender terrenos⁴¹⁴.

A rapidez na aprovação de projectos de edificação para Campo de Ourique revela que a edificação é prioritária no âmbito da política urbanística, quer municipal, quer estatal, para a capital, comprovado pelo curto espaço de tempo que medeia a apresentação dos projectos e a sua aprovação municipal. No entanto, a celeridade com que o processo é iniciado em Campo de Ourique não é acompanhado noutras zonas da capital. De acordo com Álvaro Ferreira da Silva, contrariamente àquilo que acontecia em Campo de Ourique, na maior parte dos casos, o tempo decorrido entre a apresentação dos projectos, a concessão da licença de construção, os trabalhos de urbanização da zona e a concretização da edificação é sempre muito longo⁴¹⁵. Esta realidade acabava por desencorajar os proprietários para a edificação. Por outro lado, e como vimos anteriormente, nas áreas recentemente abertas no prolongamento da baixa pombalina, os lotes eram adquiridos de forma lenta, atrasando a edificação nestes locais.

Os primeiros edifícios construídos no novo bairro⁴¹⁶, na Rua Ferreira Borges e Rua 4 de Infantaria, edificados pela firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^{a.}, já estariam concluídos em Julho de 1880⁴¹⁷, inaugurando-se desta forma a habitação do bairro de Campo de Ourique.

A precocidade do processo de edificação gerou uma simultaneidade entre a construção de edifícios particulares, o início da ocupação humana do bairro, e os trabalhos de abertura das primeiras ruas do novo bairro, a construção de passeios, e a sua municipalização⁴¹⁸. Esta situação provocou uma série de problemas aos novos

⁴¹⁴ Álvaro Ferreira da SILVA analisou a evolução da concessão de licenças de construção na capital entre 1878 e 1924 (ver Álvaro Ferreira da SILVA, «A construção residencial em Lisboa (1860-1930)», in *Análise Social*, vol. XXXI, (136-137), Lisboa, 1996, pp. 599 a 629).

⁴¹⁵ Ver Álvaro Ferreira da SILVA, «A construção residencial em Lisboa (1860-1930)», in *Análise Social*, vol. XXXI, (136-137), Lisboa, 1996, p. 610.

⁴¹⁶ Um conjunto de 8 prédios, de 3 andares cada (e águas-furtadas), destinados a 2 inquilinos por piso, e uma pequena vila constituída por 2 alas de pavimento térreo, destinada a 30 inquilinos (com lavadouro). As referidas edificações ainda existem, constituindo as edificações mais antigas de todo o bairro. Ainda que a *Relação dos projectos para edificações*, acima referida não nos permita apurar uma data precisa para a aprovação destas construções, sabemos, através de acta municipal, que a 7 de Abril de 1879, estes projectos já haviam sido aprovados pela Câmara Municipal, apenas 5 meses após o início da abertura da primeira rua do bairro – Rua Ferreira Borges.

⁴¹⁷ Nesta data a firma requer à Câmara Municipal que atribua numeração aos prédios já concluídos (*Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, 5 de Julho de 1880, p.387).

⁴¹⁸ Segundo o cruzamento dos dados apresentados nos mapas semestrais das licenças de edificação e nos orçamentos municipais para projectos de terraplanagens e infra-estruturação das novas vias, enquanto a construção dos primeiros edifícios é aprovada, como vimos, a partir de Julho de 1879, a aprovação dos orçamentos para terraplanagens e instalação de equipamentos básicos, como a canalização de esgotos

moradores, dos quais demos conta em capítulo anterior. São frequentes as queixas ao Município relativas à inexistência de empedramentos nos passeios, à lentidão na conclusão de ruas, essenciais ao acesso às suas próprias propriedades ou moradas, ou, em especial na época de chuvas, ao lamaçal provocado pela inexistência de pavimentos nas ruas já concluídas⁴¹⁹. A metodologia utilizada pela Câmara Municipal não foi seguramente a mais adequada de forma a coordenar a simultaneidade entre a construção de edifícios e a abertura de ruas no bairro.

A experiência de Campo de Ourique terá constituído, neste âmbito, uma referência no sentido do aperfeiçoamento da metodologia operativa municipal nos projectos subsequentes. Veja-se, por exemplo, o exemplo do bairro Camões, em que a concessão de licenças para edificação foi apenas atribuída em 1899, momento em que já se encontravam concluídos e municipalizados os arruamentos⁴²⁰. Na Avenida da República, representada no levantamento topográfico dirigido pelo Eng^o. Júlio da Silva Pinto (1911) o aperfeiçoamento na coordenação dos trabalhos de abertura de ruas e edificação está bem patente, especialmente se compararmos esta peça com a da zona de Campo de Ourique. Na referida avenida, a venda de lotes e posterior edificação de imóveis só terá sido iniciada após a conclusão de todos os trabalhos nas vias, contrariamente a Campo de Ourique⁴²¹.

Independentemente dos problemas gerados pela coincidência dos ambos os processos, Campo de Ourique encetou, desde muito cedo a sua função de «bairro», alojando a população, destacando-se aliás, entre 1878 e 1885 das outras áreas recentemente criadas na capital.

Mas quem são os responsáveis pelo arranque do processo de edificação neste bairro? Quem constrói em Campo de Ourique?

Do cruzamento dos dados retirados das escrituras de venda de lotes de terreno (da primeira fase de abertura do bairro), e das listagens de aprovações de projectos de edificação concluímos que em Campo de Ourique, quem constrói é quem adquire o lote, recorrendo, na grande maioria das vezes a um construtor⁴²².

(Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais) tem início apenas entre meados de 1879 e inícios de 1880.

⁴¹⁹ Ver capítulo II.1. desta dissertação.

⁴²⁰ L^o 35 de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa, 26 de Julho de 1899, fls.47 v. a 49.

⁴²¹ Anexo A, doc. 21 a 22.

⁴²² Estes são na sua maioria construtores individuais, e não firmas de construção. Ocasionalmente são os próprios proprietários os construtores do imóvel.

Através do cruzamento destes dados com uma série de outras fontes, verificamos que cada proprietário constrói para habitação própria, ou para membros da sua família, optando por arrendar as restantes fracções como forma de lucro adicional⁴²³.

Não estão presentes em Campo de Ourique, sociedades imobiliárias de promoção de habitação. A iniciativa das duas únicas firmas a actuar em Campo de Ourique: Silva, Esteves, Lopes e Comp^a. e Félix & Fernandes é excepcional no quadro de iniciativas para edificação, quer no bairro, quer no resto da capital⁴²⁴. Com efeito, o estímulo concedido pelo Estado através do Decreto-Lei de 1864 para criação de empresas que empreendessem projectos de edificação na cidade, não surtiu o efeito desejado. Foram poucas as sociedades estabelecidas nesse âmbito e algumas delas não chegaram sequer a concretizar projectos de construção, tal como a Companhia Geral de Edificações⁴²⁵, estabelecida em 1865, logo após a aprovação do referido Decreto. Nem mesmo a Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa, a mais activa sociedade de construção entre 1880 e 1909⁴²⁶, não pode ser considerada uma verdadeira promotora, uma vez que os projectos que concretiza são encomendas de outrém. Sociedades como a Silva, Esteves, Lopes e Comp^a., e o Sindicato dos Terrenos de Santa Marta, destacam-se neste âmbito, ainda que a sua actividade se restrinja a uma área específica de actuação.

De uma forma geral, os proprietários regem a sua actividade de acordo com as suas conveniências pessoais, e não de acordo com leis de mercado, nem com as necessidades da população. (...) *a promoção imobiliária em Lisboa durante o período que decorre entre 1860 e 1909 é uma iniciativa individual, dispersa e com pouca continuidade no tempo*⁴²⁷. Prova disso será a atribuição de licenças de construção que,

⁴²³ Cruzando os signatários dos diversos requerimentos enviados à Câmara Municipal respeitantes a assuntos relacionados com o novo bairro de Campo de Ourique, a partir de 1879, com as informações retiradas dos mapas de concessão de licenças para edificação em Campo de Ourique, verificamos que muitos dos moradores do bairro são, eles próprios, proprietários em Campo de Ourique, responsáveis pela construção do edifício no qual vão posteriormente habitar.

⁴²⁴ Álvaro Ferreira da SILVA refere que entre 1860 e 1930 se verifica uma ausência de sociedades imobiliárias em Portugal, nomeadamente na capital, destacando-se, neste contexto alguns indivíduos, como os sócios da firma que inaugura o processo de edificação em Campo de Ourique, Henry Burnay, ou Adriano Barata Salgueiro. Sobre o modo de operar das sociedades de construção ver Álvaro Ferreira da SILVA, «A construção residencial em Lisboa (1860-1930)», in *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXI (136-137), 1996, pp. 616 a 619.

⁴²⁵ Esta sociedade reunia nomes sonantes ligados ao mundo das finanças e da administração, como Adriano Antão Barata Salgueiro, Marquês de Ficalho, Viscondes de Olivais, Barão de Magalhães, António Alves de Sousa, António Manuel da Fonseca, Silem José Cohen, os banqueiros Krus e C.^a e Warburg & Datti e The International Society of Londres. Ver Álvaro Ferreira da Silva, *obra cit.*, p. 618.

⁴²⁶ Segundo Álvaro Ferreira da SILVA o nome desta Companhia surge citado cerca de 50 vezes nos registos de licenças de edificação entre 1880 e 1909 (Álvaro Ferreira da SILVA, «A construção residencial em Lisboa (1860-1930)», in *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXI (136-137), 1996, p. 617).

⁴²⁷ *Idem*, p. 619.

quer no âmbito do bairro de Campo de Ourique⁴²⁸, quer e na cidade em geral⁴²⁹, incluem apenas um prédio por proprietário. Este panorama sugere que, de uma forma geral, o investimento feito no imobiliário não tenha intenções especulativas, constituindo acima de tudo, uma (...) *colocação segura de capitais amealhados* (...) ⁴³⁰, edificando-se essencialmente para usufruto próprio ou familiar, arrendando as restantes fracções.

A cada um dos proprietários é deixada a possibilidade de aproveitar, conforme a sua necessidade ou vontade, a capacidade do lote, desenvolvendo diferentes tipologias habitacionais, edificadas conforme o gosto e possibilidades de cada um. A privatização dos quarteirões estabeleceu um precedente relativamente ao tipo de construção a edificar.

Numa conjuntura em que se torna prementório disponibilizar terreno para edificar, a dominante artística é secundarizada, não se impondo quaisquer regras estéticas⁴³¹. O processo de ocupação de cada quadrícula acaba por torna-se uma inovação no âmbito da programação urbanística de Lisboa ultrapassando-se a ideia pombalina do quarteirão, encarado como um bloco destinado a uma *ocupação máxima na periferia por bandas de edifícios justapostos e colados*⁴³². Permitia-se, a partir de meados do século XIX uma intervenção, mais ou menos, livre de cada lote. A periferia continua a ser ocupada, mas o seu interior é construído ou ocupado conforme as necessidades de cada proprietário.

Cada proprietário era apenas obrigado, no âmbito de um projecto de edificação, a submete-lo à aprovação apresentando-o, como vimos, ao Estado e ao Município, e a cumprir as determinações impostas pela legislação em vigor: o decreto-lei de 1867⁴³³.

⁴²⁸ Esta realidade foi confirmada através da análise dos mapas semestrais de licenças de edificação, publicadas nas actas municipais.

⁴²⁹ Segundo Álvaro Ferreira da SILVA, (...) *entre 1878 e 1917, em vinte e seis anos*, cada licença era concedida para apenas um prédio, sendo que *existem referências a licenças para mais do que um prédio, mas que nunca ultrapassam as sete por ano, quedando-se, em média, por duas.* (obra cit., p. 611).

⁴³⁰ Idem, p. 616.

⁴³¹ Esta realidade gerou estilos arquitectos muito criticáveis pelos arquitectos, que exigem, a partir da década de 70, um serviço municipal de arquitectura integrante e actuante de forma global, então inexistente. Sobre este assunto ver Ana BARATA, *obra cit.*, pp. 187 a 195.

⁴³² José Ressano Garcia LAMAS, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa, FCG, FCT, MCT, 2000, p. 259.

⁴³³ Na construção dos edifícios deveriam observar-se as directrizes relativas à proporcionalidade entre a largura das ruas e a altura dos edifícios: em ruas apresentando larguras inferiores a 5 m., os edifícios não deveriam ultrapassar os 12 m. de altura; para ruas entre os 5 e os 7 m. de largura, os edifícios poderiam atingir os 15 m. de altura, e para ruas com mais de 7 m., os prédios podiam apresentar até 20 m. de altura. Este corpo legislativo respeitante à edificação manteve-se em vigor até final da década de 30 do século XX, momento em que foi revista esta legislação.

Estas determinações constituíam o único entrave à liberdade total, sendo o elo de ligação entre a urbanística e a arquitectura, uma vez que se impunha o alinhamento dos edifícios em relação ao traçado viário. A geometria imposta no ordenamento territorial promovia o ordenamento urbano, acabando por interligar a pluralidade de propostas estéticas ao traçado viário, unificando-os, mas não regulava a arquitectura.

Lisboa torna-se uma mescla de tipologias onde se observam (...) *modestos prédios ao lado de outros de maiores dimensões e aparato, uns e outros constantemente interrompidos por cenográficas casas unifamiliares, ladeadas por amplos jardins*⁴³⁴.

Esta variedade tipológica prende-se, no entanto, mais com a capacidade económica de cada proprietário, do que com o seu gosto particular. Com efeito, se a dimensão dos lotes e o seu valor económico reflectia a condição social dos seus proprietários, esta acabava também, em consequência, por influenciar a escolha das tipologias arquitectónicas. Deste modo, em Campo de Ourique, mas também na Estefânia, Camões e Santo Amaro, nos lotes adquiridos por proprietários da pequena e média burguesia, erguem-se, na sua maioria, modestos prédios de rendimento⁴³⁵, uma opção mais adequada à capacidade económica dos seus encomendadores. Paralelamente, nas grandes avenidas da cidade, nas grandes parcelas de terreno adquiridas pela alta burguesia, constroem-se sumptuosos prédios de rendimento, ou grandes moradias unifamiliares, condizentes com a sua condição sócio-económica.

*Se é o ordenamento do solo, e não a arquitectura, que rege a construção*⁴³⁶, a hierarquização da cidade é determinada, ao invés, pelas tipologias arquitectónicas, e não pelo ordenamento urbano, dividida entre as tipologias mais ricas nas zonas consideradas nobres, mais modestas nos bairros mais periféricos, havendo ainda lugar para a habitação operária, junto das zonas fabris, pouco apelativas à clientela lisboeta. *A cidade burguesa em construção é uma cidade segregada*⁴³⁷.

A vivência económico-social de cada proprietário não determinou apenas a escolha da tipologia arquitectónica, mas também a forma como faz a ocupação do lote,

⁴³⁴ Raquel Henriques da SILVA, *Lisboa. Conhecer, Pensar, Fazer Cidade*, Lisboa, CIUL, p. 61

⁴³⁵ O cruzamento entre os dados acima referidos, e os *Processos de obra* respeitantes à Rua Ferreira Borges (na impossibilidade de analisar todos os processos de obra para o bairro de Campo de Ourique elegemos a Rua Ferreira Borges, o eixo mais antigo do bairro e o principal, para analisar/proceder ao levantamento das tipologias habitacionais mais comuns aí edificadas.), permitiu-nos concluir que a tipologia mais comum é o prédio de rendimento. Existem obviamente exemplos de outro tipo de tipologias em Campo de Ourique, como as moradias, uma das quais tendo sido galardoadada com um Prémio Valmor (1931), situada na Rua Infantaria 16. Não é porém objecto desta dissertação analisarem-se as tipologias arquitectónicas, quer estética, quer estruturalmente.

⁴³⁶ Carlos AYNONIMO, *O significado das cidades*, Lisboa, Editorial Presença, 1984, p. 73.

⁴³⁷ Ver Teresa Barata SALGUEIRO, *Periferia e Centralidades*, Lisboa, Celta, p. 45.

sendo esta mais ou menos intensiva, consoante a necessidade de rentabilização do mesmo. No bairro de Campo de Ourique, e de forma idêntica em bairros mais afastados do centro da cidade, dedicados à pequena e média burguesia, dá-se primazia a uma construção intensiva do lote. De uma forma geral os edifícios ocupam a totalidade do lote, forçada pela necessidade da máxima rentabilização de todo o espaço⁴³⁸. Paralelamente, nos bairros mais centrais da cidade, como na Avenida da Liberdade, e vias adjacentes, as práticas sócio-económicas da alta burguesia não justificavam uma ocupação total dos lotes. A construção no lote é menos intensiva, e adoptam-se inclusivamente novas estruturas arquitectónicas tais como os *espaços intersticiais de penetração entre duas empenas*, realidade que exprime bem o tipo de vivência social das camadas altas da burguesia⁴³⁹.

A privatização do lote e a entrega da construção nas mãos de particulares, associado à inoperância dos serviços de inspecção de obras e de inspecção e vigilância para a segurança dos operários da construção civil⁴⁴⁰ abriu caminho ao aparecimento dos «gaioleiros», construtores civis na sua maioria sem formação especializada⁴⁴¹. Atravessando um momento particularmente estimulante para a construção, os «gaioleiros», procurando acima de tudo o lucro, optavam pela utilização de materiais de construção de qualidade inferior, ao mesmo tempo que negligenciavam as condições de segurança dos operários da construção. Uma das consequências desta realidade eram as constantes derrocadas de edifícios em construção. O *desastre de Campo de Ourique*, a queda de um prédio em construção na Rua Correia Teles, em 1921, foi um dos casos mais relatados⁴⁴², tendo originado inclusivamente uma série de manifestações que alertaram para a necessidade de uma maior fiscalização das condições de trabalho dos operários da construção civil.

⁴³⁸ Anexo A, doc. 12, 19 e 20.

⁴³⁹ A criação de penetrações entre as empenas de cada edifício permitia a existência de uma entrada nobre, destinada ao núcleo familiar, e uma entrada de serviço, destinada aos empregados e abastecimento. José Ressano LAMAS, *obra cit.*, pp. 259 e 260.

⁴⁴⁰ *O Regulamento para o serviço de Inspeção e Vigilância para a segurança dos Operários da Construção Civil, estabelecido no Decreto de 6 de Junho de 1895, define que as obras só podem ser dirigidas por Engenheiros, Arquitectos ou Condutores dos quadros do Ministério das Obras Públicas, por indivíduos diplomados nos cursos respectivos de instituições reconhecidas, ou ainda por Mestres-de-obras que sejam aprovados em exame perante um júri especial.* Maria Helena BARATA-MOURA, *obra cit.*, p. 64.

⁴⁴¹ Sobre este assunto ver José Augusto FRANÇA, «A cidade possível», in *Os anos 20 em Portugal*, Lisboa, Presença, 1992; Filius POPULI, *Os construtores civis tomarenses e o desenvolvimento da construção urbana*, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, 1946.

⁴⁴² *O Século* (15 a 18 de Outubro de 1921); *O Diário de Notícias* (15 a 19 de Outubro de 1921), e o *ABC* («O Crime dos Gananciosos», 22 Outubro de 1921), foram alguns dos jornais que relatam o desabamento do edifício em construção.

O bairro de Campo de Ourique destaca-se ainda noutro aspecto, pela existência, na Rua Infantaria 16, de uma vila operária, conhecida como «Pátio das Barracas». Este conjunto habitacional fora construído em 1879 pela firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a. para albergar os operários que trabalharam na construção dos imóveis planeados por si para o bairro. Como vimos anteriormente, a habitação operária era, particularmente, a partir de meados do século XIX, uma questão preocupante na capital. A incapacidade do operariado para aquisição de terrenos para construção provocou a proliferação de habitações improvisadas sem quaisquer condições, estruturais e higiénicas. Excluída que estava, dadas as dificuldades financeiras, a participação do Estado ou do Município, o operariado dependia, exclusivamente, da boa vontade, ou interesse, de promotores privados para a edificação de alojamentos⁴⁴³. A iniciativa da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a. enquadra-se neste âmbito, constituindo uma das primeiras estruturas erguidas para alojamento exclusivo da classe operária. O Pátio das Barracas destaca-se ainda por ser o único exemplo da preocupação com o operariado no bairro, mas não constitui o único exemplo de habitação operária no seio de um bairro «burguês». Nos bairros da Estefânia, Santo Amaro, e ao longo das vias transversais à Avenida Almirante Reis encontramos, ainda hoje, vilas operárias edificadas, por particulares, a partir da década de 80 do século XIX.

O bairro de Campo de Ourique encerrava dentro dos seus limites uma multiplicidade de vivências sociais, económicas e até culturais. A pequena e média burguesia dominava o bairro, e a sua ligação aos serviços e comércio influenciou o estabelecimento de pequenos negócios, ligados à sua actividade profissional, essenciais aliás ao quotidiano do bairro, votado, desde o início da sua construção, ao isolamento. O bairro de Campo de Ourique é conhecido até aos dias de hoje como uma «aldeia dentro da cidade»

Surgem, no mesmo âmbito as sociedades sócio-culturais, as cooperativas, ligadas à alimentação, ao ensino, e à ajuda humanitária⁴⁴⁴. Estas constituem também o resultado do afastamento do bairro do resto da cidade, criadas sob a necessidade de auto-

⁴⁴³ Sobre este assunto ver, António d' AZEVEDO, «Habitações operárias em Portugal – Relatório apresentado ao 2º congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose», in *3º Congresso contra a Tuberculose: actas e documentos do 3o. Congresso dos Núcleos da Liga Nacional contra a Tuberculose*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907; Manuel C. TEIXEIRA, «As estratégias de habitação em Portugal», in *Análise Social*, Lisboa, vol. XXVII (115), 1992, pp. 65 a 89.

⁴⁴⁴ Destas destacamos a Padaria do Povo (1903), na Rua Luís Derouet (sociedade cooperativa para abastecimento de pão; o Centro Escolar de Santa Isabel (1906), na Rua de Campo de Ourique; a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique (1916), na Rua Francisco Metrass; e as Oficinas de São José (actual Colégio Salesiano) (1905), na Praça São João Bosco;

subsistência num espírito de cooperativismo, mas simultaneamente o espelho da mescla de grupos sociais que vive Campo de Ourique: a pequena e média burguesia partilha a vivência do bairro com o operariado que trabalha, na construção do bairro, ou nas pedreiras, em funcionamento até finais da década de 20 do século XX.

A identidade (económico-social) do bairro de Campo de Ourique começou a definir-se desde cedo, determinada pelo seu isolamento, pela população que o vai habitar, e pelas influências das suas pré-existências, como o quartel, e ainda pelas actividades económicas, como as pequenas indústrias ligadas ao sector primário e secundário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projecto urbanístico do bairro de Campo de Ourique surge, em finais da década de 70 do século XIX, como uma das primeiras iniciativas após quase duas décadas de projectos gorados no âmbito de uma política de expansão e melhoramentos para a capital.

A génese da ideia para uma intervenção urbanística em Campo de Ourique não pode ser atribuída à Câmara Municipal, tendo sido impulsionada pelos objectivos da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a. No entanto, o aproveitamento da intenção da firma pela Câmara Municipal à escala de um bairro constitui, nesta conjuntura, como uma iniciativa inédita e um ponto de viragem no modo de actuação do Município.

Procurava-se, por um lado, eleger a Câmara Municipal de Lisboa como o grande agente impulsionador de espaços urbanos na cidade. Neste âmbito, e perante um histórico de intervenções dominadas por interesses específicos de agentes privados, e a inexistência de um plano geral de melhoramentos, a Câmara compreendeu a importância do controlo de todas as iniciativas privadas no tecido urbano. Por outro lado, a edilidade reconhecera as potencialidades do campo de Ourique, em prol das necessidades da cidade, e dos objectivos do seu programa urbanístico. O planeamento de um novo bairro na cidade ia ao encontro do desejo de extensão conceito de cidade racional, e da sua modernização, quer no âmbito das infra-estruturas, quer da circulação. Simultaneamente, e uma vez desligada da programação da habitação, Campo de Ourique surgia como uma oportunidade para a promoção, organizada, de terrenos para edificação, desenvolvendo-se assim uma nova área de vocação habitacional.

O autor do projecto, Augusto César dos Santos, Conductor de Obras Públicas, aposta no planeamento de uma estrutura racional e funcional baseada numa malha reticulada de ruas e quarteirões, facilmente plasmada às pré-existências de Campo de Ourique, garantindo a materialização das modernas directrizes instauradas pelo Fontismo. O traçado era herdeiro da escola portuguesa de urbanismo da época moderna, mas é explorado em Campo de Ourique de forma inédita e inovadora, através da

adaptação dos elementos urbanísticos às singularidades da área a urbanizar. César dos Santos apercebera-se da importância deste esquema no âmbito do aproveitamento racional da área a urbanizar, e da abertura rápida de novas ruas, exigida sobretudo por promotores privados. Esta conceptualização garantia ainda a instalação das mais modernas infra-estruturas urbanas, e a disponibilização racional de parcelas edificáveis, através da aplicação da mesma lógica geométrica à redivisão fundiária.

César dos Santos desenvolveu um dos bairros mais bem estruturados da capital, no entanto a sua localização, no extremo ocidental do perímetro da cidade, transformou-o num projecto secundário relativamente às prioridades da política urbanística municipal. Orientando todos os seus recursos, técnicos e financeiros, para as grandes avenidas a Norte da Baixa, a Câmara Municipal, inviabilizou a transposição das pré-existências do bairro, e por isso a interligação do bairro a outras zonas da capital, e a sua valorização no conjunto da mesma. Isolado do resto da cidade, e fechado sobre si mesmo, Campo de Ourique transformou-se num bairro sectorial. A dispersão das iniciativas no tecido urbano é aliás uma das características do processo de expansão da capital na viragem para o século XX. As pré-existências do planalto não condicionaram porém a programação de um empreendimento bem estruturado e moderno, nem o aproveitamento racional do terreno disponível, uma vez que foram bem enquadradas na nova função do espaço.

O afastamento do centro da cidade não afectou apenas na forma como o bairro se integra e relaciona com a cidade, mas também na sua identidade social. A sua localização determinou uma desvalorização do preço-base dos terrenos, relativamente aos novos bairros erguidos no eixo Norte/Noroeste da Baixa Pombalina. No novo bairro encontraram oportunidade de investimento a pequena e média burguesia, vedada que estava a hipótese de investir em áreas financeiramente mais valorizadas, tais como a Avenida da Liberdade, ou nas Avenidas Novas.

O valor dos terrenos em Campo de Ourique influenciou, por sua vez, na forma como foi planeado o loteamento de parcelas para construção, baseado numa divisão muito marcada das quadriculas, imposta pela necessidade dos seus proprietários rentabilizarem ao máximo a sua propriedade. A opção pela edificação, quase maioritária, de modestos prédios de rendimento será também um reflexo da influência da localização geográfica do bairro, e do tipo de proprietários que investem em Campo de Ourique. O isolamento a que ficou votado influenciou ainda os seus hábitos vivenciais e sociais, desenvolvidos, sobretudo, sob uma necessidade de auto-suficiência.

Sendo um dos primeiros projectos no âmbito da recente política de expansão e melhoramentos, a Câmara Municipal e a sua Repartição Técnica aplicavam pela primeira vez uma nova metodologia operativa. Este *modus operadi* permitia um controlo de todo o processo de intervenção urbanística através do planeamento de cada uma das suas fases. Sendo muito recente, desenvolvida apenas a partir de 1874, esta revelava porém várias deficiências. As equipas de trabalho apresentavam-se também algo inexperientes na sua aplicação e gestão, surgindo dificuldades no planeamento e coordenação dos trabalhos a efectuar nas vias. Simultaneamente, os corpos legislativos de apoio à intervenção urbanística revelavam-se, há muito, ambíguos, dificultando a actuação do Município em solo urbano.

Associada a estas questões, a debilidade financeira do Município, que determinou a concretização muito demorada dos trabalhos a executar nas vias, mas sobretudo num planeamento muito faseado do bairro. Esta é aliás uma das características mais marcantes do programa do bairro de Campo de Ourique, distinguindo-o dos restantes planos sectoriais – a ampliação do bairro até aos limites possíveis, contrariamente a um planeamento global e único. Os próprios trabalhos na via, são faseados à medida que o processo de expropriações, as verbas municipais, e os recursos técnicos da Câmara o permitem.

A Câmara Municipal soube porém lidar, no âmbito deste projecto, de uma forma excepcional com um quadro legal que não salvaguardava o problema da propriedade do solo, nem a sua actuação no tecido urbano, e ainda com sua realidade financeira. Através de parcerias continuadas com os proprietários interessados em investir em Campo de Ourique, como a firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a., a família Sabido, ou a Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda., o Município coordena de forma mais ou menos equilibrada e articulada os seus interesses e a coerência do projecto em si, com a pressão e objectivos de particulares.

As dificuldades encontradas durante o planeamento e abertura do bairro de Campo de Ourique transformaram-no um laboratório de ensaio, um campo de experiências para os projectos e actuações seguintes. Com efeito, a sua influência não se baseou tanto na continuidade dos princípios urbanísticos do bairro, que aliás não voltaram a ser utilizados nos mesmos moldes em nenhum outro projecto da capital da mesma conjuntura. Efectivou-se sobretudo pelo alerta que concedeu à Repartição Técnica e ao Município no sentido do aperfeiçoamento da prática urbanística através da resolução de problemáticas constantes na metodologia de trabalho respeitante ao

planeamento urbanístico. Será esta uma das lições mais importantes que a Câmara Municipal de Lisboa retira da experiência resultante do planeamento do bairro de Campo de Ourique.

As contrariedades vividas durante a execução do projecto serviram também de mote para o progresso dos quadros legais de apoio à coordenação da intervenção urbanística e construção. A influência que o processo de expropriações em Campo de Ourique foi importante para o aperfeiçoamento desta questão, nomeadamente para a aprovação da Lei de Expropriações de 1888, ou para a revisão da lei da segurança dos operários da construção civil, esta já em plena década de 20 do século XX. O projecto de Campo de Ourique contribuiu ainda para consolidação da prática dos técnicos camarários no terreno.

O bairro de Campo de Ourique é um projecto ímpar, sendo o resultado da conjugação de diversos factores: a sua localização, a formação e capacidades do seu autor, a conceptualização-base, as circunstâncias de ordem técnica e legislativa, e as formas de associação entre a Câmara Municipal e empresas particulares no seu planeamento.

As dificuldades encontradas durante a sua abertura, e a sua secundarização, não impediram porém que Campo de Ourique se tivesse transformado num bairro moderno, em termos urbanísticos e infra-estruturais, através do qual se concretizaram alguns dos principais objectivos da política urbanística municipal: o planeamento organizado de novas áreas habitacionais, e a disponibilização racional dos terrenos para edificação. Neste âmbito destaque-se a coerência interna do projecto. Ao longo dos 80 anos que durou a concretização deste projecto, a Repartição Técnica garantiu a aplicação dos conceitos e ideologia constantes no plano inicial, inclusivamente nos projectos de ampliação planeados por entidades particulares.

Estudar o bairro de Campo de Ourique, seus projectos e actuações, é contribuir para o entendimento da forma foi pensada e traçada a capital, entre finais do século XIX e inícios do século XX, mas também quais as dificuldades com que os agentes responsáveis pelo planeamento urbano lidaram durante o mesmo período. A diversidade de temas analisados ao longo da preparação desta dissertação abre caminho a outras abordagens, tais como a análise das tipologias arquitectónicas do bairro, ou das suas práticas e vivências culturais e sociais.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ALVES, João, 37, 53, 66, 73

ANUNCIACÃO, Tomás da, 54.

ARAÚJO, José Gregório da Rosa, 6, 28.

AVELLAR, António Maria, 43.

BAHUTO, Manuel Alves, 37.

BORGES, José Ferreira, 54.

BURNAY, Henry, 61.

BRUN, André, 94.

BRUNO, José Pereira Sampaio, 93.

CARVALHO, Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, 15.

CARVALHO, Nuno Severo de, 17, 28.

CERDÁ, Ildfonso, 10.

DAUN, José Carlos Saldanha de Oliveira e (Duque de Saldanha), 17.

DEROUET, Luís, 81.

DURÃO, Joaquim Ferreira, 64.

Empresa Cerâmica de Lisboa, 64, 72, 78, 87, 89.

Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda., 82, 87, 89, 91-93, 94, 103.

ESTEVES, Manuel Adrião, 32, 33.

Firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, 2, 6, 20, 29, 30, 32, 36, 37, 40, 44, 46, 49, 50, 55-57, 59, 60, 65, 66, 103, 104, 108, 109, 112, 113, 114, 117, 119.

FÖRSTER, Ludwing, 10.

GAMOND, Thomé, 22, 26.

GARCIA, Frederico Ressano, 22-24, 26, 40, 56, 61, 74, 75, 76.

GAZUL, Francisco de Freitas, 98.

GNECO, Eudóximo César Azedo, 64.

HAUSSMANN, George Eugéne, 10, 15.

LIPPE, Wilhelm Schaumburg, 33.

LOPES, Firmino Benitez, 30, 65, 66, 67.

LOBATO, Gervásio, 94.

LUZ, António, 68, 69

MACEDO, Francisco Heitor de, 77, 79, 80.

MAIA, Carlos da, 93.

MELO, António Fontes Pereira de, 8, 18.

METRASS, Francisco, 54.

MOREIRA, Agnello José, 40.

MOTA, António Costa (tio), 93.

NEPOMUCENO, José Maria, 31, 32.

NOBRE, José Dionísio, 95, 96.

PERES, Diogo, 83, 84, 88.

PÉZERAT, Pierre Joseph, 9, 15, 20, 26

PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira, 16, 26.

REGALEIRA, Vasco, 98.

ROCHA, Manuel António Coelho da, 54.

SABIDO, Casimiro José, 66, 67, 70, 73, 80, 82, 90.

SABIDO, Joaquim Francisco, 66, 67, 70, 75, 103

SABIDO, José Freire, 67, 69, 80, 82, 92.

SALGUEIRO, Adriano Antão Barata, 62.

SANTOS, Augusto César dos, 40-44, 46-48, 53, 63-65, 68, 73, 78, 80.

SEQUEIRA, Domingos, 71.

SILVA, Domingos Parente da, 41.

SILVA, Carlos Alfredo da, 82.

SILVA, Francisco Maria (Padre), 97.

SILVA, José Maria do Espírito Santo, 31, 65, 66

SORIA, Arturo, 10.

SOUSA, Joaquim Pereira e Sousa, 54.

SOUSA, Manuel Almeida e, 54.

TELES, José Correia, 54.

TEDESCHI, José, 17.

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES MANUSCRITAS, MATERIAL CARTOGRÁFICO, DESENHOS E IMAGÉTICA

1.1. Arquivo Histórico Militar

Arquivo do Conde de Lippe (4^a divisão/1^a secção)

Arranjos no Quartel de Campo de Ourique onde se encontra aquartelado o Regimento de Infantaria 4, 29 Novembro 1826.

Hortas do Regimento de Infantaria 4, 7 Junho 1817.

Obras no quartel do Regimento de Infantaria 4, 5 Outubro 1821.

Pareceres sobre o pedido do comandante do Regimento de Infantaria 4 para arrendar um terreno em Campo de Ourique para a horta do regimento, 23 Julho 1830.

Plantas e perfis das fortificações localizadas em Campo de Ourique, Prazeres, Ponte de Alcântara, Livramento e Baluarte de Alfarrobeira. Da época das lutas liberais, s.d.

1.2. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Processos individuais de Engenheiros.

1.3. Arquivo Municipal de Lisboa

Núcleo Arco do Cego

.Notariado

Livros de Escrituras da Câmara Municipal de Lisboa (L.º 7 (1881) a L.º 40 (1901)).

.Recursos Humanos

Processos Individuais dos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa.

.Secretaria Geral

Processos de Secretaria (cx. 2 a 6: 1880-1885).

.Urbanismo

-Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais (COMM)

a) Livro de Actas da Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais (Lv. 2 e 3: 1879-1881).

b) Pareceres e documentos anexos (1881-1885).

-Comissão de Obras Públicas (COP)

(Foram consultadas as 6 caixas que compõem este fundo (cx. 10 a 16) (1886-1888))

-Repartição Técnica

Auto de posse dos troços de arruamentos construídos no novo bairro de Campo d'Ourique até 22 de Maio de 1925, CML, Rep. Técnica, Eng.º Auxiliar Alberto de Sá Correia, José da Silva Moura, Casimiro José Sabido, 26 Maio de 1925 (AML-AC, cx. 17/PA – 865).

Auto de vistoria do troço da rua nº 4, que fez parte dos novos arruamentos, construídos no Bairro de Campo de Ourique, 1 Setembro 1931.

Escritura da troca de terrenos, em Campo de Ourique, entre esta Câmara e a Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda., CML, 3ª Repartição, 25 de Agosto de 1927.

Requerimento de Casimiro José Sabido para alterar o projecto de dois pátios de serventia a construir no seu terreno, nas Ruas Ferreira Borges e São Luíz, para que possam ficar com condições para uma futura ligação com a Ruas da Piedade e Coelho

da Rocha (...), CML, 3ª Rep. Técn., Francisco Heitor de Macedo, 11 Maio 1907 (AML-AC, cx. 16/DIV – 12561 a 12568).

-Serviço Geral de Obras (SGO/SGOP)

(Foram consultados os documentos dos fundos de Expropriações e demolições; Passeios e Arvoredos; Obras de canalização e Vistorias, entre os anos de 1876 e 1913)

Declaração de cedência dos terrenos da firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a à Câmara Municipal de Lisboa, 19 de Outubro de 1882 (AML-AC, cx. 8/SGO – 5902, doc. 65).

Desenho junto ao offício nº 4989 da 3ª Repartição (...), CML, Rep. Técnica, Augusto César dos Santos, 2 de Setembro de 1898 (AML-AC, SGOP).

Documento de cedência de Terrenos à Câmara Municipal de Lisboa, CML, 18 Outubro 1882.

Estudo de ampliação do bairro de Campo de Ourique, CML, SGOP, 3ª Rep., 1ª sec., SGOP, Francisco Heitor de Macedo, 10 de Novembro de 1906 (AML-AC PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01202).

Mappa das diferentes superficies dos jardins em 1896, CML, Rep. Técnica, 3ª secção, 28 Março 1906 (AML-AC, SGO, cx. 27 (1ª)).

Ofício nº 1787, 19 de Maio de 1881 (AML-AC, SGO cx. 5 (110)).

Ofício nº 2727 da Repartição Técnica, Frederico Ressano Garcia, 26 de Outubro de 1882 (AML-AC, SGO cx. 57 (obras de canalização)).

Ofício nº 3882 da Repartição Técnica, Frederico Ressano Garcia, 11 de Agosto de 1884 (AML-AC, SGO cx. 58 (canalizações)).

Projecto para construção de latrinas, chafariz, lavadouro no terreno municipal na Rua Ferreira Borges, CML, 3ª Rep., SGOP, Augusto César dos Santos, 2 Setembro de 1889 (AML-AC, UROB-C/06/0526).

Requerimento da Empresa Cerâmica de Lisboa para que se conclua a Rua Tomaz da Anunciação, 3 de Julho de 1907, AML-AC, SGO, cx. 27 – A (107).

-Direcção dos Serviços de Urbanismo (DSU)

Memoria descritiva e justificativa do Estudo de ampliação do bairro de Campo de Ourique, CML, SGOP, 3ª Repartição, 1ª secção, Francisco Heitor de Macedo, 10 de Novembro de 1906 (AML-AC cx. 74 DSU (pasta nº 20)).

Memoria justificativa e descritiva do Plano Geral de Melhoramentos da Capital, 29 de Dezembro de 1903, 3ª Rep., 1ª sec., Frederico Ressano Garcia (AML-AC, DSU, cx. 79).

Ofício nº 2897 da 1ª secção da Secretaria do serviço central e Planta de permuta de terrenos entre a Câmara Municipal e o Ministério da Guerra para prolongamento da Rua 4 de Infantaria, 1895 (AML-AC, DSU/2 – 1460/1463 (00028)).

-Acervo Iconográfico (Plantas de alinhamento, Plantas de localização, Projectos e Planos Gerais)

Ante-projecto de um bairro para Campo de Ourique, CML, 3ª Rep., Eng.º Diogo Peres, 20 de Outubro de 1913 (AML-AC, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00081).

Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, dir. Filipe Folque; lev. Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard, 1857, plantas nº 25, 32 e 33 (AML-AC PT/CMLSB/URB/A/01).

Estado actual do quarteirão situado entre as ruas Joaquim Bonifácio, José Estevão, D. Estefânia e Pascoal de Melo, CML, 3ª Rep., SGO, Janeiro de 1904.

Levantamento topográfico de Lisboa de 1911 levantado e desenhado sob a direcção de Júlio António Vieira da Silva Pinto, CML, 1911.

Perfis das ruas transversais nº1, 2 e 3 do novo bairro de Campo de Ourique, chefe da 2ª secção, Augusto César dos Santos, 8 Julho 1880 (AML-AC, cx. 17/P – 8092).

Plantas com os arruamentos que Casimiro José Sabido está construindo na sua propriedade, Rep. Técnica, 23 de Agosto de 1907 (AML-AC, cx. 13/DIV- 12418).

Planta da freguesia de Santa Isabel, Sargento-Mor José Monteiro de Carvalho, 1770 (AML-AC PT/AMLSB/AC/CMLSB/UROB-PU/16).

Planta das canalizações, CML, Joaquim Kopke e Manuel Pereira de Oliveira, 12 de Março de 1914 (AML-AC, 17/PA - 890).

Planta de alinhamento às propriedades que desejam construir em Campo de Ourique, firma Silva, Esteves, Lopes e Comp.^a, 18 de Outubro de 1878 (AML-AC, cx. 8/SGO – 5901).

Planta de alinhamento das Ruas Ferreira Borges e da Piedade, CML. Rep. Técn., 188- (AML-AC, 9/P – 7356).

Planta de alinhamentos e terrenos a expropriar para conclusão da Rua Almeida e Sousa, CML, 3^a Sub-secção da 4^a Secção, 27 de Janeiro de 1910.

Planta de expropriações para conclusão das Ruas Ferreira Borges, 4 de Infantaria e Tomás da Anunciação, 12 de Outubro de 1882 (AML-AC cx. 9/P – 6353).

Planta de lotes do bairro de Campo de Ourique (Terrenos adquiridos pelo Município à Quinta do Dourado para abertura de ruas e jardim), CML, 1890 (AML-AC, DSU cx. 90 – pasta nº 20).

Planta de lotes vendidos e por vender entre a Avenida Fontes Pereira e Melo e a Avenida Ressano Garcia até à Praça Mouzinho de Albuquerque, Repartição Técnica, 1902 (AML-AC, DSU, cx. 96-6227).

Planta do estado actual do bairro de Campo de Ourique em Novembro de 1894, CML, Rep. Técnica, Novembro de 1894 (AML-AC, cx. 13/DIV – 12394).

Planta do terreno que deve ser expropriado a José Rodrigues da Costa para continuação da rua Coelho da Rocha para o lado da rua S. Luiz (...), CML, Rep. Técn., Fevereiro de 1884 (AML-AC, 9/P – 7347).

Planta dos terrenos que é preciso expropriar para a conclusão da Rua Ferreira Borges, CML, Rep. Técnica, Augusto César dos Santos 1 de Outubro de 1880 (AML-AC 9/P – 7352).

Planta de alinhamentos e terrenos e expropriar para conclusão da Rua Almeida e Sousa, CML, 3^a sub-sec. da 4^a sec., 27 Janeiro de 1910 (AML-AC, cx. 13/DIV – 12413).

Planta de estado do bairro de Campo de Ourique em Outubro de 1892, CML, Rep. Técnica, Out. 1892 (AML-AC, 9/P – 6215).

Planta e perfil da Rua nº1 à parada de Campo de Ourique, Rep. Técnica, Augusto César dos Santos, 7 de Janeiro de 1880 (AML-AC. 17/P – 8090).

Planta geral com as alterações requeridas, Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda., 18 de Julho de 1914 (AML-AC, PT/AMLSB/CMLLSB/UROB-PU/09-0123).

Planta indicando o estado do bairro de Campo de Ourique em 27 de Novembro de 1884, CML, Rep. Técn., 1891 (AML-AC, 9/P – 7336/6216).

Planta indicando a troca de terrenos efectuada entre a Ex.ma Câmara e a Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda., CML, 3ª Rep., 3ª sec., Eng.º António Emídio Abrantes, 24 Agosto de 1927 (AML-AC, cx. 17/PA – 892).

Planta indicando as novas ruas que devem ser abertas entre as ruas de Campo de Ourique e do Cemitério Ocidental», CML, Rep. Técn., Augusto César dos Santos e Agnello José Moreira, 15 de Novembro de 1878 (AML-AC, cx. 8/ SGO – 5902).

Planta junta ao officio nº- do Eng.º Chefe da Repartição Técnica (Planta de expropriações para conclusão das ruas Ferreira Borges, 4 de Infantaria e Tomás da Anunciação), CML, Repartição Técnica, 12 Outubro de 1882 (AML-AC cx. 9/P-6353).

Planta junta ao officio nº - da 3ª Rep. Requerimento de Casimiro José Sabido e Comp.ª Irmão Lda.. Proc. 1747/30. Diário 51354, CML, 3ª Rep., António Emídio Abrantes, Eng.º Civil, 25 Fevereiro de 1930 (AML-AC 17/PA 871).

Planta junto ao officio nº 1938 do Engenheiro Chefe da Repartição tecnica, 5 de Agosto de 1881 (AML-AC, SGO cx. 57).

Planta junta ao parecer nº-. Obras de acabamento da Rua Coelho da Rocha (...), CML, 4ª Rep. Arqtº. H. Baltar da Silva, 12 de Abril de 1912 (AML-AC, cx. 13/DIV – 12399 a 12403).

Planta junta ao parecer nº-, Melhoramentos aprovados (...), CML, Secretaria da Direcção Geral de Obras Públicas da CML, Setembro de 1892.

Planta junto da informação nº 5356 (...) da abertura de uma rua situada entre as ruas Ferreira Borges, Piedade, Campo de Ourique e Travessa Atrás dos Quartéis, CML, 3ª Rep., SGOP, Augusto César dos Santos, 1900 (AML-AC, SGO/21).

Planta de Lisboa limitada pela linha de cintura e melhoramentos projectados incluindo as zonas em que a Câmara Municipal projecta as novas avenidas, ruas e parques da capital, Lisboa, 1891.

Planta topográfica de parte do novo bairro de Campo de Ourique, CML, 3ª Rep., 2ª zona., 3 de Março 1926 (AML-AC, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01207).

Planta Geral da cidade de Lisboa por Frederico Ressano Garcia, CML, 3ª Rep. Técnica, 1ª secção, 29 de Dezembro 1903.

Projecto da variante do traçado do tramway eléctrico entre os Lagos da Estrella e do Rato, apresentado pela Comp.^a de Carris de Ferro de Lisboa (...), CML, 4ª secção, 3ª Repartição, 14 Fevereiro de 1905 (AML-AC, cx. 13/DIV – 12420).

Projecto de ligação directa entre o Largo de Santa Isabel com a Rua da Piedade, CML, SGOP, 2ª sec., s.d. (AML-AC, CML, SGOP, cx. 14/DIV – 12497).

Projecto de prolongamento da Rua Almeida e Sousa na parte compreendida entre as Ruas Ferreira Borges e de São Luíz, CML, Rep. Técnica, António Luz (?), Eng.º Civil e de Minas, 27 de Dezembro de 1905 (AML-AC, cx. 16/DIV – 12580 a 12585).

Projecto do troço da Rua Correia Teles entre a Rua Tomás da Anunciação e o novo edifício do Asylo Escola António Feliciano de Castilho, CML, 3ª Rep., o Conductor de Obras Públicas de 3ª, Alberto de Sá Correia, 25 de Dezembro de 1911 (AML-AC, cx. 13/DIV – 12425-12427).

Projecto para continuação da Rua Ferreira Borges para norte até à Estrada da Circunvalação, CML, Rep. Técnica, 1882 (AML-AC 9/P – 7330).

Projecto para dar continuação da Rua longitudinal nº1 (hoje Ferreira Borges) do novo bairro de Campo de Ourique, CML, Repartição Técnica, O Chefe da Secção Augusto César dos Santos, 1880 (AML-AC. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/899).

Projecto para construção de passeios e empedrado entre eles, nas três ruas transversais entre as ruas nº1 e nº2, do novo bairro (...), CML, o chefe da 2ª sec. Augusto César dos Santos, 8 de Julho de 1880 (AML-AC 17/P 8092).

Núcleo Intermédio

(Foram consultados os Processos de Obra das ruas Ferreira Borges, Tomás da Anunciação e 4 de Infantaria, do bairro de Campo de Ourique)

Núcleo Fotográfico

Fotografia aérea de Campo de Ourique e Igreja de Santo Condestável, Mário de Oliveira, 1950-1959 (AML-AF, A24526).

Fotografia aérea de Campo de Ourique, Mário de Oliveira, 1950-1959 (AML-AF, A24525).

Site de Internet Geográfico

Ortofotomapa da cidade de Lisboa (imagem satélite), CML, SIG, 2013 (esc. 1: 15000).

Ortofotomapa do bairro de Campo de Ourique, CML, SIG, 2013 (esc. 1: 19545).

1.4. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Inventário de plantas e desenhos do Ministério do Reino, vol. IV.

1.5. Centro de Estudos da História do Banco Espírito Santo

(Foram consultados documentos manuscritos e plantas no acervo iconográfico e notarial relativos a José Maria Espírito Santo Silva)

Planta dos Terrenos da Pacheca Grande e Pacheca Pequena em Campo de Ourique, 1878 (CEHBES, AH/JMESS/001).

Recibo passado a JMESS e sócios pela renda de uma pedreira em Campo de Ourique, 27 de Julho de 1878 (CEHBES, AH/JMESS/002, 26/cx. 001).

1.6. Direcção dos Serviços de Engenharia do Exército

(Foram consultadas plantas relacionadas com o Quartel de Campo de Ourique (actual Escola do Serviço de Saúde Militar): plantas de localização, do edifício, alçados e localização da horta)

1.7. Gabinete de Estudos Olisiponenses

Ante-projecto de ampliação, Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda., 1913, (GEO CDR 23 – 64579).

Bica de Campo de Ourique, Lisboa, s.d. (foto).

Chafariz de Campo de Ourique, Lisboa, Col. Vieira da Silva, 1939 (foto).

Planta da rua interior do quarteirão limitado pelas ruas Sampaio Bruno, Azedo Gneco, Coelho da Rocha e Almeida e Sousa, Lisboa, Rodrigues Martins, s.d.

Planta do Cemitério dos Prazeres e dos terrenos adjacentes (cópia de uma planta de Dezembro de 1856), Diogo Reis, Lisboa, 1896.

Jardim de Campo de Ourique e estátua de Maria da Fonte, Lisboa, Carlos Vasques, Foto Vasques, s.d. (foto).

1.8. Museu da Cidade

Campo de Ourique (desenho aguarelado), séc. XIX.

Mapa da cidade de Lisboa e de Belém em 1812 conforme as observações feitas por um oficial servindo no exército de (...) do Marechal Duque de Wellington, I. Tomkins, 1812, (MC, GRA. 292 (col. Vieira da Silva)).

Plano Geral da cidade de Lisboa em 1785, Francisco D. Milicent, 1785 (MC. GRA. 489).

Planta da zona compreendida entre o Largo do Rato e o Arco do Carvalhão, 1756

Planta Topographica da Cidade de Lisboa compreendendo na sua extensão a beira Mar da Ponte d'Alcantara até ao convento das Commendadeiras de Santos e a sua largura da Real Praça do Commercio até ao Collégio dos Religiosos Agostinhos

descalços na Rua de São Sebastião da Pedreira (finais do Consulado Pombalino, Litografia colorida, séc. XX, réplica do desenho aguarelado da segunda metade do século XVIII) (MC).

1.9. Torre do Tombo

L.º 859 (1878) a L.º 925 (1890) do Cartório Notarial de Lisboa, nº1 (actual nº 3) do Bacharel José Manuel de Barcellos Júnior

2. FONTES IMPRESSAS

2.1. Actas

Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa (1876–1958).

Actas das sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa (1876–1958).

Actas das sessões da Comissão Municipal da Câmara Municipal de Lisboa (1876–1958).

Actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa (1876–1958).

2.2. Material cartográfico impresso

Carta Topográfica da Cidade de Lisboa e seus arredores, referida ao ano de 1879 redigida e gravada na Direcção Geral dos trabalhos geodésicos, Lisboa, Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, 1884.

Planta geral da cidade com todos os estudos que dizem respeito a este anteprojecto (Plano Geral de Melhoramentos), CML, Rep. Técnica, Frederico Ressano Garcia, Lit. C. N. Editora, 1903.

Planta de Lisboa, seu porto, novas avenidas, etc., Caldeira Pires, Lisboa, Antiga Casa Frederico Burnay, 1905.

Planta da cidade de Lisboa com os diferentes melhoramentos introduzidos e projectados, grav. M. Grina, Lith. Matta, 1888 (col. Vieira da Silva).

Plano Geral dos Melhoramentos da Capital, folha nº 9, Henrique Craveiro da Silva (copiado na Repartição de Obras Públicas a 7 Julho de 1881), Lisboa, DMPGU, 21 de Junho de 1881.

Planta da cidade de Lisboa com os diferentes melhoramentos introduzidos e projectados, Lisboa, Lith. Matta e Comp.^a, 1888.

Planta geral da cidade de Lisboa, London, Mclure e Macdonald, Lith, nº 2 e 4, 187-.

2.3. Legislação

Código administrativo. Decreto de 2 de Março de 1894, Porto, Livraria Portuense editora, 1895.

Collecção oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Maximo de Castro Neto Leite de Vasconcellos, anno de 1864, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

Regulamento da Repartição Técnica, Lisboa, Imprensa Democrática, 1879.

2.4. Monografias

AÇA, Zacharias, *Lisboa Moderna*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 190(--).

ALMEIDA, A J. Simões de, *A situação dos serviços municipaes em 5 de Novembro de 1890 – Relatório*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.

ALMEIDA, Fialho de, *A Cidade do Vício*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1922 (2ª edição).

ALMEIDA, Fialho de, *Barbear, Pentear: Jornal de um vagabundo*, Lisboa, A M. Teixeira, 1910.

ALMEIDA, Fialho de, *Lisboa Galante: episódios e aspectos da cidade*, Porto, Livraria Chardrón, 1927 (4ª edição).

ALMEIDA, Fialho de, *Vida Irónica: jornal de um vagabundo*, Lisboa, Liv. Clássica, 1924.

BARREIRA, João – A Habitação em Portugal», in *Notas sobre Portugal, Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, vol. II.

BELLEM, A M da Cunha, *Estudo sobre os quartéis da guarnição de Lisboa - Questões Médico-Militares*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

BERMUDES, Arnaldo Redondo Adães, *Projecto para a organização de uma sociedade promotora de habitação económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas*, Lisboa, 1897.

MATA, José Caeiro da, *O direito de propriedade e a utilidade pública das expropriações*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907.

Notícia Histórica do Regimento de Infantaria 16, Lisboa, Typographia do «Recreio», 1892.

OLIVEIRA, Eduardo Arantes de, *Desenvolvimento urbanístico da região de Lisboa*, Lisboa, MOP, 1860.

OLIVEIRA, Eduardo Freire, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, CML, 1882 a 1911, vols. I a XVII.

ORTIGÃO, Ramalho, *Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, Lisboa, A Capital/Livraria Clássica, 1943, vol. VII e XI.

PEREIRA, Augusto Xavier Lima, *Guia Parochial da cidade de Lisboa para o ano civil de 1880 baseada em documentos officiaes*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1880.

PINHEIRO, Joaquim Gil, «Descrição de Lisboa, 4º Passeio», in *Roteiro de Lisboa: Histórico, hydrográfico, chorográfico, archeológico e estatístico*, São Paulo, 1905, pp. 173 a 204.

2.5. Artigos em publicações periódicas e em actas de colóquios

AZEVEDO, António d', «Habitacões operárias em Portugal – Relatório apresentado ao 2º congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose», in *3º. Congresso contra a Tuberculose: actas e documentos do 3o. Congresso dos Núcleos da Liga Nacional contra a Tuberculose*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907.

CALLIXTO, Carlos Pereira, «Hortas e Oliveiras tranquilos no Campo de Ourique setecentista», s.l., s.n., s.d. (GEO)

CHAGAS, Pinheiro, «Casas insalubres e baratas», in *A Ilustração Portuguesa*, ano 5, 27 de Agosto de 1888, pp. 3 e 4.

«Fábrica de tijolos silico-calcários da empreza ceramica de Lisboa», in *O Ocidente*, Lisboa, vol. 28, nº 957, 1905, pp. 163 a 165.

FARINHA, Santos, «A Igreja de Santa Isabel» (O litúgio canónico para a criação da nova paróquia), in *Brasil – Portugal*, Lisboa, nº 373, 1 de Agosto de 1914.

«Em Campo de Ourique foi inaugurada a Igreja de Santo Condestável: projecto do architecto Vasco Morais Palmeiro Regaleira», in *Revista Municipal*, Lisboa, nº 50, 1951, p. 38.

«Empreza Cerâmica de Lisboa», in *O Ocidente*, Lisboa, A.8, vol. 8, nº 248, 1885, pp. 251 a 253.

«Mercado de Campo de Ourique» in *O Século*, nº 18709/18707, 13 e 15 de Abril de 1934, pp. 2 e 4.

«O Bairro de Campo de Ourique», in *Notícias Ilustrado*, Lisboa, A 5; S 2, nº 210, 19 Jun. 1932, p. 16.

«O crime dos gananciosos», in *ABC: Revista portuguesa*, Lisboa, S 2, nº 67, 20 de Outubro de 1921, p. 1.

«O desastre de Campo de Ourique», in *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, S 2, vol. 32, nº 818, 22 de Outubro de 1921, p. 284.

«Os Bairros e as Juntas de Freguesia de Lisboa: Bairro de Campo de Ourique», in *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 24101, 9 de Março 1933.

«O Grémio liberal de Campo de Ourique», in *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, S 2, vol. 18, nº 437, 6 de Junho de 1914, pp. 6 e 7.

«O Mercado de Campo de Ourique», in *O Século*, nº 18706, 12 de Abril de 1934, p. 2, 1ª col.

«O Mercado de Campo de Ourique», in *O Século*, nº 18710, 16 de Abril de 1934, p. 7.

«Progressos do Bairro de Campo de Ourique – Freguesia de Santa Isabel, sua benemérita expansão» in *Diário de Notícias*, nº 24418, 25 de Janeiro de 1934, pp. 10 a 12.

2.5.Periódicos

Boletim do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 1858

Collecção de Legislação, Lisboa, 1864

Diário de Lisboa, Lisboa

Diário de Notícias, Lisboa

Diário do Governo, 1859

Ilustração Portuguesa (A), Lisboa, 1903-1924

Jornal do Commercio, 1867

Ocidente (O), Lisboa, 1878-1914

O Dia, 1903

Século (O), Lisboa

3. BIBLIOGRAFIA CRÍTICA

3.1. Obras de referência

Dicionário da História de Lisboa, dir. de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, 1994.

História da Arte Portuguesa, dir. Paulo Pereira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, vols. 2 e 3.

História de Portugal, dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vols. 6 e 7.

História dos Municípios e do Poder Local, dir. César de Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

Maria Filomena MÓNICA, *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, Lisboa, Assembleia da República, 2005, vol. II.

RAGON, Michel, *Histoire Mondiale de l'architecture et de l'urbanisme modernes*, Paris, Casterman, 1986, 2 vols.

3.2. Monografias

ARAÚJO, Norberto de, *Inventário de Lisboa*, Lisboa, CML, 1944-1955.

ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, Vega, 1992, vol. I, IX, XI.

- AYMONINO, Carlo, *Lo studio dei fenomeni urbani*, Roma, Officina Edizioni, 1977.
- AYMONINO, Carlo, *O significado das cidades*, Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- BENEVOLO, Leonardo, *As origens da Urbanística Moderna*, Lisboa, Presença, 1981.
- BENEVOLO, Leonardo, *A Cidade e o Arquitecto*, Lisboa, Ed. 70, 1984.
- BENEVOLO, Leonardo, *Diseno de la ciudad*, Barcelona, Gustavo Gilli, 1982.
- BENEVOLO, Leonardo, *Histoire de l'Architecture Moderne*, Paris, Bordas, 1987, vol. I.
- BENEVOLO, Leonardo, *História da Cidade*, São Paulo, Perspectiva, 1983.
- BRITO, Margarida Acciaiuoli de, *Os cinemas de Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX*, Lisboa, Bizâncio, 2012.
- BORDIEU Pierre, «Espace Social et g nese des classes » in *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, pp. 133 a 161.
- CHOAY, Françoise, *L'urbanisme: utopies et realit s. Une anthologie*, Paris, Du Seuil, 1965.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, A Regra do Jogo, 1976.
- CALADO, Maria, *Atlas de Lisboa: A Cidade no espaço e no tempo*, Lisboa, CML/Gab. Estudos Olissiponenses/ Min. do Planeamento e da Administra o do Território/Centro Nacional de Informa o Geográfica, Contexto, 1993.
- CHAVES, Miguel, *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico*, Lisboa, Estudos e Investiga es, ICS, 1999.

CHOAY, Françoise, *La règle et le modèle: sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*, Paris, Seuil, 1980.

CONSIGLIERI, Carlos; RIBEIRO, Filomena; VARGAS, José Manuel; ABEL, Marília (org.), *Pelas Freguesias de Lisboa: De Campo de Ourique à Avenida*, Lisboa, Biblioteca da Educação/CML/Pelouro da Educação, nº 3, 1995.

DIAS, Marina Tavares, *Lisboa Desaparecida*, vol. 7, Lisboa, Quimera, 2001.

FERREIRA, Vítor Matias, *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Dom Quixote, 1986.

FILIUS POPULI, *Os Construtores civis tomarenses e o desenvolvimento da construção urbana em Lisboa*, Lisboa, Imprensa Portugal – Brasil, 1946.

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte e a Sociedade no século XX (1910-1990)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, Lisboa, Bertrand, 1991, 2 vols.

FRANÇA, José-Augusto, «De Pombal ao Fontismo: O urbanismo e a sociedade», in *Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 263-388.

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1991.

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa, Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

FRANÇA, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal – estudo de factos sócio-culturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993.

FRANÇA, José-Augusto, *Os anos 20 em Portugal – estudo de factos sócio-culturais*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

FREIRE, José Paulo Mário, *Alcântara. Apontamentos para uma Monografia*, Coimbra, 1929.

GARDEN, M., e LEQUIN, Y., *Construire la ville, XVIII^e – XX^e siècles*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1983.

GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Presença, 1982.

GONÇALVES, Fernando, *Legislação urbanística portuguesa, 1926 – 1974*, Lisboa, LNEC, 1975.

GRAVAGNVOLO, Benedetto, *História del urbanismo en Europa 1750–1960*, Madrid, Akal, 1998.

GASPAR, Jorge, *A Dinâmica funcional do centro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

LAMAS, Ressano Garcia, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa, FCG, FCT, MCT, 2000.

LEITE, Ana Cristina, *Pátios de Lisboa – Aldeias entre Muros*, Lisboa, 1991.

LIMA, Durval Pires de, *O Terramoto de 1755 e a freguesia de Santa Isabel de Lisboa*, Lisboa, s.d., Col. Vieira da Silva, pp. 3 a 15.

LINCH, Kevin, *A Imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70, 1982.

MACEDO, Luís Pastor de, *Lisboa de Lés a Lés. Subsídios para a História das vias públicas da cidade*, Lisboa, 1940-1943, 5 vols.

MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: Espaço e Quotidiano – Lisboa 1740-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

Rocha MARTINS, *Os fuzilados de Campo de Ourique, heroes, santos e martires da Pátria*, Lisboa, ed. Autor, s.d.

MEYRELLES, Alberto, *Lisboa Ocidental. Apontamentos para uma Monografia do 4º Bairro*, Lisboa, Poligráfica, 1939.

MESQUITA, Alfredo, *Lisboa, compilação, estudo, perspectivas e realidades*, s.l., s.d.

Monumentos e Edifícios notáveis do Distrito de Lisboa, Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 1988, 3º Tomo, pp. 77 a 80.

NARCISO, Maria Armada de Sousa, *Evolução da cidade de Lisboa e Desenvolvimento da sua população de 1890 a 1940*, Lisboa, 1947.

NASCIMENTO, Joaquim Lopes, *Viagem pelo passado do Quartel de Campo de Ourique*, Lisboa, Estado Maior General das Forças Armadas – Escola do Serviço de Saúde Militar, 1986.

O Livro de Lisboa, coord. Irisalva Mota, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

PEREIRA, Nuno Teotónio, *A evolução das formas de habitação plurifamiliares na cidade de Lisboa*, Lisboa, FCG, 1979.

PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene, *Prédios e vilas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1995.

PINTO, Luís Leite, *História do Abastecimento de Água à Região de Lisboa*, Lisboa, 1989.

PORTUGAL, Fernando; MATOS, Alfredo, *Lisboa em 1758 – Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, 1974.

RIBEIRO, Félix, *Os mais antigos cinemas de Lisboa: 1896–1939*, Lisboa, Instituto Português de Cinema, 1978.

RODRIGUES, Fernando de Matos, *A Tradição do Azulejo no Quartel de Campo de Ourique*, Lisboa, Escola Superior de Saúde Militar, 1992.

RODRIGUES CAVALHEIRO, António, *Os motins de Campo de Ourique em 1803*, Lisboa, Tip. José Fernandes Júnior, 1931.

ROSSA, Walter, *Além da Baixa – indício do Planeamento urbano na Lisboa Setecentista*, Lisboa, MC/IPPAR, 1998.

SABIDO COSTA, Teresa, *Levantamento de Dados para a História Local do Bairro de Campo de Ourique da cidade de Lisboa*, Lisboa, Ed. Junta de Freguesia de Santo Condestável, s.d. (policopiado).

SALGUEIRO, Teresa Barata, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia urbana*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992.

SALGUEIRO, Teresa Barata, *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Lisboa, Celta, 2002.

SALLES, Ernesto Pereira de, *O Conde de Lippe em Portugal*, Vila Nova de Famalicão, Comissão da História Militar, 1936.

Santa Isabel ao correr da pena, Lisboa, Junta de Freguesia de Santa Isabel, 1985.

SANTANA, Francisco, *Lisboa na segunda metade do século XVIII – Plantas e Descrição das suas freguesias (recolha e índices)*, Lisboa, s.d.

SEQUEIRA, Gustavo de, *A Fisionomia de Lisboa*, Lisboa, CML, 1939.

SEQUEIRA, Gustavo de, *Depois do Terramoto – Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências, 1916-34/1967, 4 vols.

SILVA, Augusto Vieira da, *As Freguesias de Lisboa – Estudo Histórico*, Lisboa, CML, 1943.

SILVA, Augusto Vieira da, *Plantas topográficas de Lisboa*, Lisboa, CML, 1950.

SILVA, Augusto Vieira da, *Os Limites de Lisboa*, Lisboa, Separata da Revista Municipal 5 e 6, Minerva, 1941.

SILVA, Augusto Vieira da, *O Termo de Lisboa*, Lisboa, Publicações Culturais da CML, 1940.

SILVA, Carlos Pereira da, *Atlas de Lisboa e Vale do Tejo*, Lisboa, Dep. de Geografia e Planeamento Regional da UNL, 1998.

SILVA, Manuel Ferreira da, *Freguesia de Santa Isabel – Monografia Histórica da Paróquia*, Lisboa, 1994.

SOARES, Joaquim Filgueiras, *Santo Condestável, História de uma freguesia de Lisboa*, Lisboa, Ed. da Junta de Freguesia de Santo Condestável/Pelouro da Cultura, 1991.

VELASCO, Maria Emília, *O Mercado de Campo de Ourique*, Lisboa, CML/DMAC, 1995.

X Recenseamento geral da população no continente e ilha adjacentes, Lisboa, INA, Tomo I, Vol. I, 1960.

3.3. Artigos em publicações periódicas e em actas de Colóquios

ALMEIDA, Gabriel de; PINTO, Maria João; ALMEIDA, Isabel Moitinho, «Levantamento cartográfico das pedreiras do concelho de Lisboa», in *Lisboa Urbanismo*, Boletim da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística, Lisboa, CML, A.3, nº 13, Set./Out. 2000, pp. 17 a 19.

DAMAS, Carlos Alberto, «José Maria do Espírito Santo Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915», in *Análise Social*, vol. XXXVII (164), 2002, pp. 851 a 878.

«Campo de Ourique: há 50 anos o comércio era inexpressivo, mas já havia um cinema...», in *Jornal Época*, 23 de Agosto de 1971, pp. 38.

CUSTÓDIO, Jorge, «Reflexos da industrialização na fisionomia de Lisboa», in *Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 435 a 492.

«Espírito de Aldeia na cidade», in *A Capital*, Lisboa, 26 de Novembro de 1999, pp. 8.

FERNANDES, José Manuel, «Alguns apontamentos sobre o Urbanismo Alfacinha (da Baixa ao Campo Grande), do século dezoito ao século vinte», in *Arquitectura*, nº 138, 4ª série, Outubro, 1980.

FERREIRA, Vítor Matias, «A cidade de Lisboa, 1850 – 1890 – Para uma abordagem histórica e sócio urbanística da capital do país», in *Povos e Culturas*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, U.C.P, Nº 2, 1987, pp. 217 a 241.

GONÇALVES, Fernando, «A evolução histórica do urbanismo em Portugal», in *O direito do urbanismo*, Oeiras, INA, 1998, pp. 225-268.

LEAL, Joana da Cunha, «A sanitização do Imaginário urbano e o crescimento de Lisboa na segunda metade do século XIX», in *Arte e Poder*, Lisboa, IHA, 2008, pp. 116 a 135.

MONTEIRO, Honorato Carlos Nunes (Padre), «Nova divisão territorial das freguesias de Lisboa», in *Lisboa: história, descrições, crónicas e projectos*, org. Augusto Vieira da Silva, Lisboa, 19, vol. 6, pp. 103 e 104.

PINTO, Ciro de Oliveira, «Planeamento urbano: aspectos urbanísticos da cidade de Lisboa», in *Revista Municipal*, Lisboa, CML, nº 122/123, 1969, pp. 57 a 71.

- POPULI, Filius, *Os construtores civis tomarenses e o desenvolvimento da construção urbana*, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, 1946.
- PORTAS, Nuno, «Cerdá e os Traçados», in *Arquitectura, Planeamento, Design, Construção e Equipamento*, Lisboa, nº 138, Setembro/Outubro 1980, pp. 18 a 26.
- RODRIGUES, Isabel Maria, «As Avenidas de Ressano Garcia», in *Lisboa Urbanismo*, Lisboa, CML, boletim Nº 14, 2000, pp. 1 a 6.
- RODRIGUES, Maria João Madeira, «O plano de extensão de Lisboa no último quartel do séc. XIX», in *Arquitectura, Planeamento, Design, Construção e Equipamento*, Lisboa, nº 138, Set.- Out. 1980. pp. 28 a 39.
- RODRIGUES, Maria João Madeira, «Tradição, Transição e Mudança – A Produção de Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista» in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa, S.3, nº 84, 1979, pp. 5 a 96.
- SANTOS, Luís Aguiar «A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação», in *Análise Social*, vol. XXXVI, 2001, pp. 185 a 207.
- SILVA, Álvaro Ferreira da, «A construção residencial em Lisboa (1860-1930)», in *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXI (136-137), 1996, pp. 599 a 629.
- SILVA, Álvaro Ferreira da, «Modos de regulação da cidade: a mão visível na expansão urbana», in *Penélope*, Lisboa, nº13, 1994, pp.123 a 124.
- SILVA, Álvaro Ferreira da; MATOS, Ana Cardoso de, «Urbanismo e Modernização das cidades: o “Embellazamento” como ideal, Lisboa, 1858, 1891», in *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, Universidade de Barcelona, nº 69, 1 de Agosto de 2000, pp. 1 a 23.
- SILVA, Susana Maia e, «O impacto urbanístico do quartel de Campo de Ourique (1762-1878)», in *Actas do XV Colóquio de História Militar (Portugal Militar nos séculos XVII*

e XVIII até às vésperas das invasões francesas, Lisboa, 7 a 10 Nov. 2005, Comissão Portuguesa de História Militar, vol. II, pp. 649 a 659.

SOTOMAYOR, Apio, «Campo de Ourique, um bairro geométrico que foi latino e boémio», in *Jornal da região: Lisboa Oriental*, Lisboa, A1, nº 11, Maio de 1999, pp. 4.

SOUSA, J. Fernando de, «Urbanização e Urbanismo», in *Revista Municipal*, Lisboa, nº 7, 1941, CML, pp. 3 a 4.

SOUSA, R. Machado de, «O Quartel de Campo de Ourique: breves notas para a sua história», in *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, Lisboa, A 6, nº 24 (1943), pp. 201 a 209.

TEIXEIRA, Manuel C., «Estratégias de habitação em Portugal», in *Análise Social* vol. XXVII, 1992, pp. 65 a 89.

TOPALOV, Christian, «De la “question sociale” aux “problèmes urbains”: les reformateurs et le peuple des métropoles au tournant du XX siècle», in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 125, Août 1990, pp. 359 a 376.

3.4. Catálogos

Cartografia de Lisboa – séculos XVII a XX, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

Do Saldanha ao Campo Grande. Os Originais do Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa, CML/DPC/AML, 1999.

Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909, Lisboa, CML/FCG, 1989.

Lisboa em Movimento (1850-1920), Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

3.5. Dissertações académicas

BARATA, Ana Martins, *Lisboa: Projectos urbanísticos e ficções científicas literárias: 1860-1932*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada na FCSH, UNL, 2000, 2 vols. (versão publicada, editada pelas Edições Colibri, Colecção Teses, 2010).

BARATA-MOURA, Maria Helena Lisboa, *Os Engenheiros em Lisboa, Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada na FCSH, UNL, 1996, 2 vols.

BRAGA, Pedro Bebiano, *Mobiliário urbano em Lisboa 1838-1938*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada na FCSH, UNL, 1995, 2 vols.

CABRAL, Manuel Villaverde, *A Rua das Portas de Santo Antão entre 1879 e 1926 e a evolução de Lisboa*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à FCSH, UNL, 1997.

GUARDA, Israel, *Formas urbanas. A construção da cidade de Lisboa entre 1888 e 1958*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, FCSH, 2006.

LEAL, Joana da Cunha, *Arquitectura privada. Política e factos urbanos em Lisboa. Da cidade pombalina à cidade liberal*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à FCSH, UNL, 2006.

LEITÃO, José António, *Lisboa, o ser e o sonho: sobre o imaginário da cidade no primeiro quarto do século XX*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à FCSH, UNL, 3 vols., 1989.

LOBO, Margarida Sousa, *Duas Décadas de planos de urbanização (1934-1954)*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico apresentada à Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 1993.

Maria da Conceição Oliveira MARQUES, *Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa: 1879-1938*, Dissertação de Mestrado em História apresentada à FL, UL, Lisboa, 1967.

SANTOS, António Maria dos Anjos, *Para o estudo da Arquitectura Industrial na região de Lisboa 1846-1918*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada na FCSH, UNL, 1998.

SILVA, Raquel Henriques da, *Avenidas Novas de Lisboa, 1900-1930*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada na FCSH, UNL, 1984.

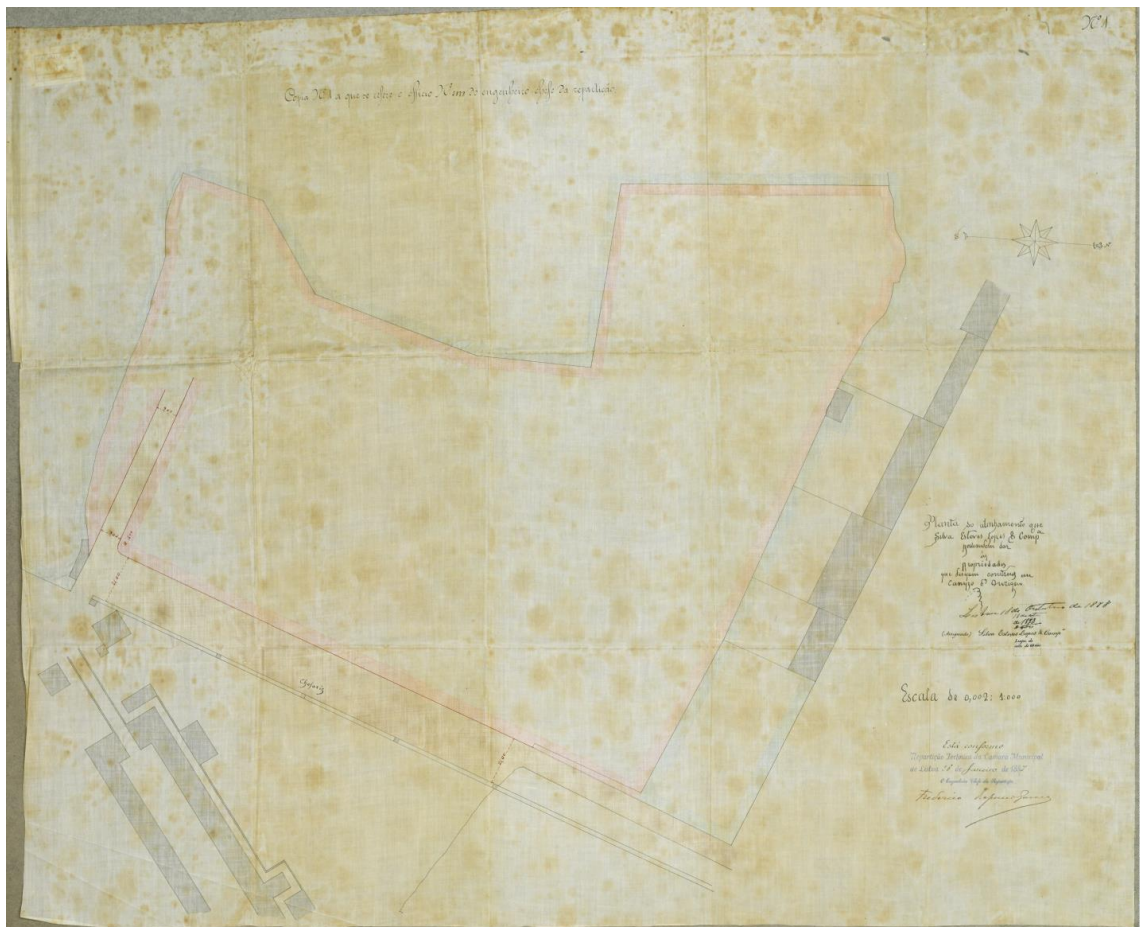
SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada na FCSH, UNL, 1997, 2 vols.

VIEIRA, Paula Pinto, *Os Cemitérios de Lisboa no século XIX. Pensar e construir o novo palco da memória*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada na FCSH, UNL, 2000, 3 vols.

ANEXO



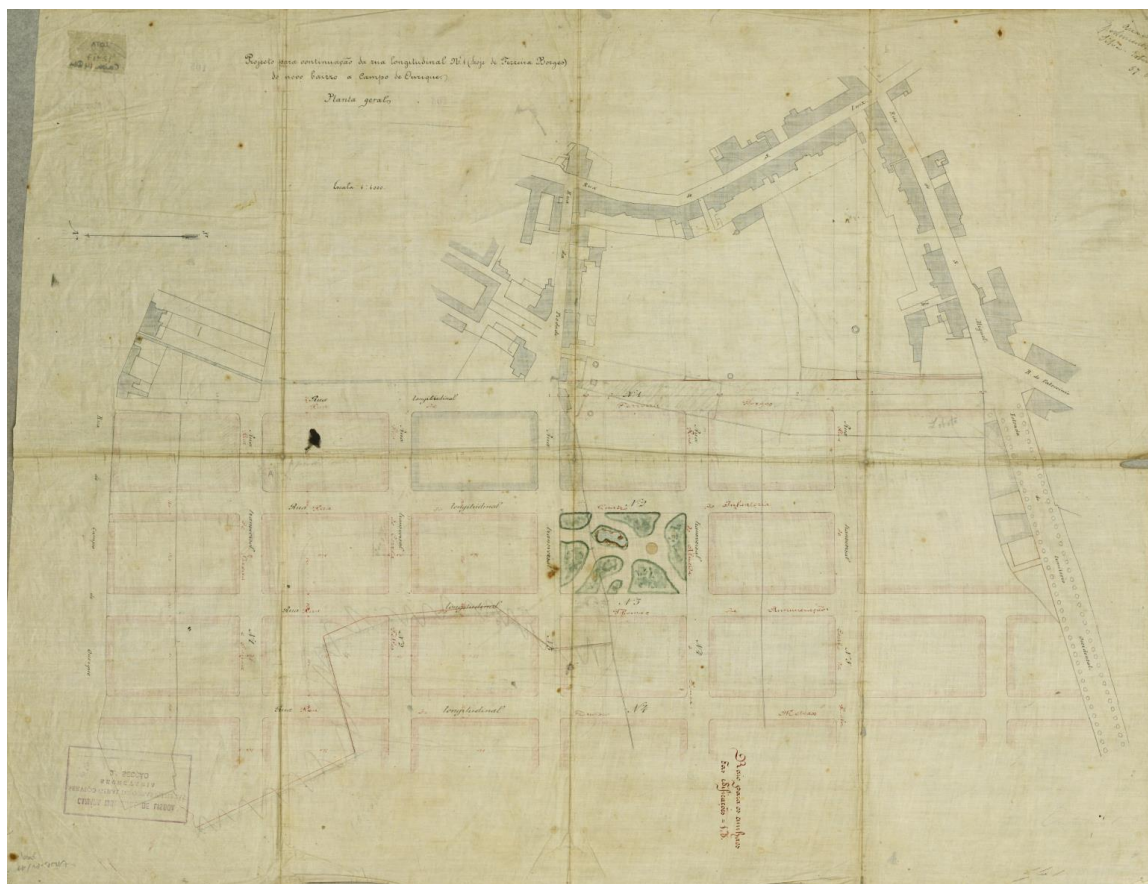
5, 6, 7, 8. *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, dir. Filipe Folque, lev. Carlos Pézerat, Francisco Goullard e César Goullard, Plantas nº 24 (3), 25 (4), 32 (5) e 33 (6), 1857 (AML-AC, CMLSB/URB/A/01)*



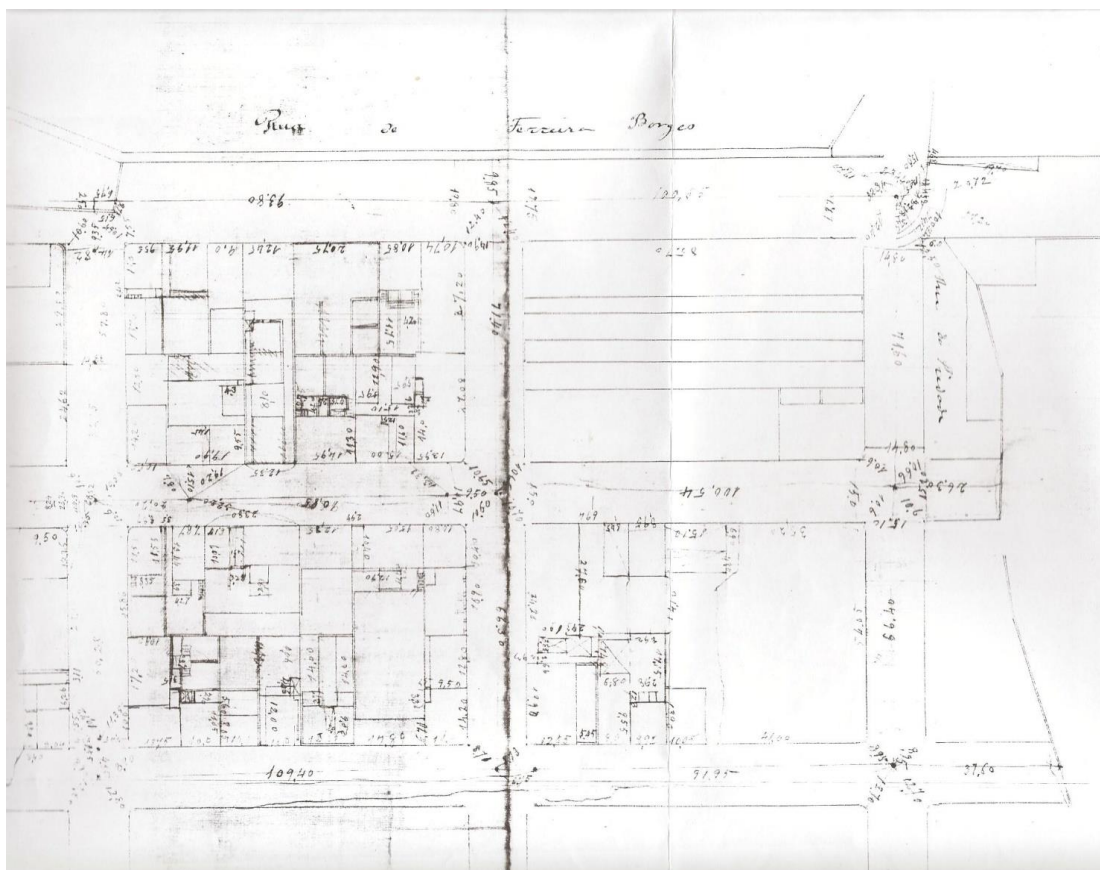
9. *Planta de Alinhamento que Silva, Esteves, Lopes e Comp^a. pretendem dar às propriedades que desejam construir em Campo de Ourique, Firma Silva, Esteves, Lopes e Comp^a., 18 de Outubro de 1878. (AML-AC, cx. 8/SGO – 5901, anexo ao doc. 65)*



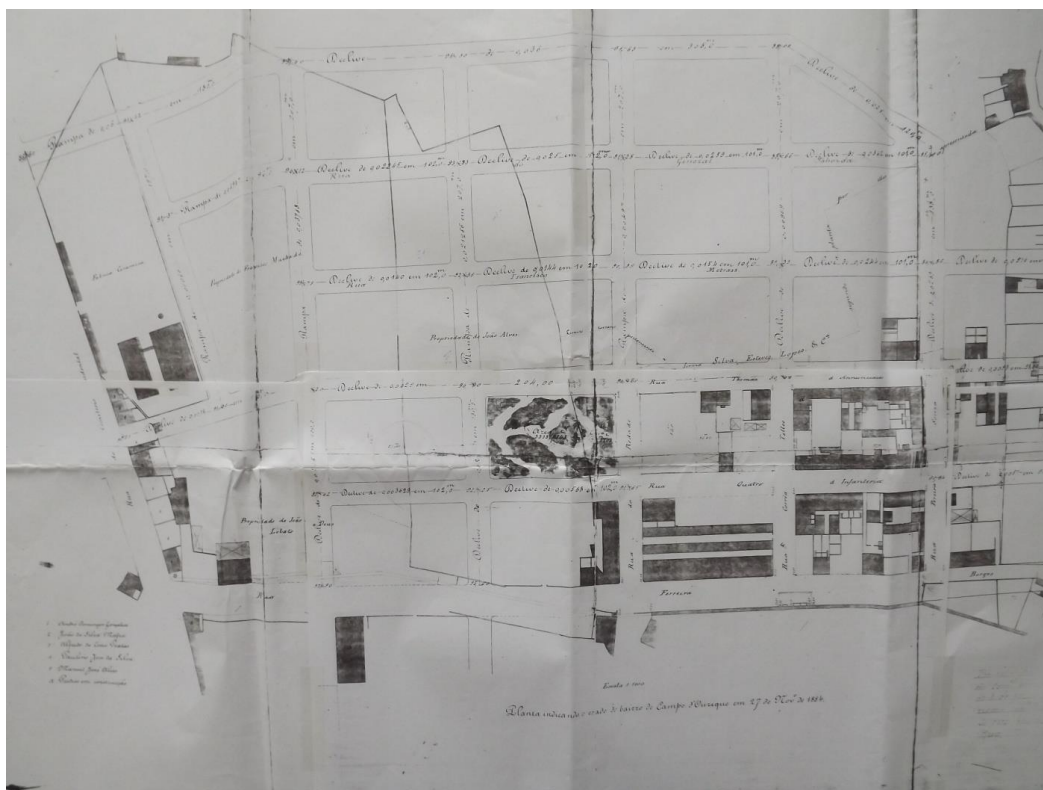
10. *Planta indicando as novas ruas que devem ser abertas entre as ruas de Campo de Ourique e a do Cemitério Ocidental, CML, Rep. Técnica, Augusto César dos Santos e Agnello José Moreira, 15 de Novembro de 1878 (AML-AC PT/AMLSB/CMLLSB/UROB-E/23-0031)*



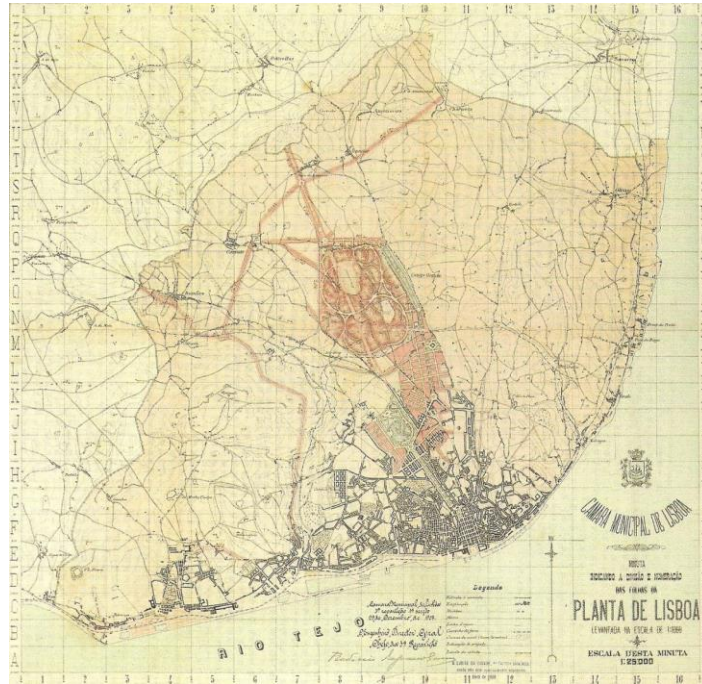
11. *Projecto para dar continuação da rua longitudinal n.º 1 (hoje Ferreira Borges) do novo bairro a Campo de Ourique, CML, Rep. Técnica, Augusto César dos Santos, chefe de secção, 1880. (AML-AC, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/899)*



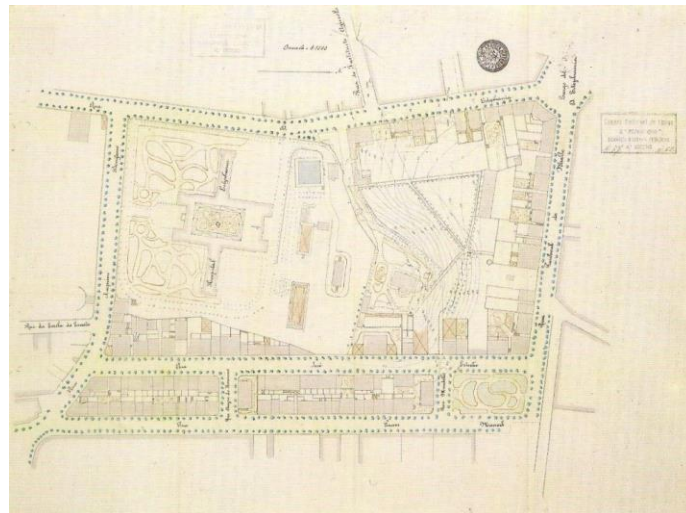
12. Planta de alinhamento das Ruas Ferreira Borges e da Piedade, CML, Rep. Técnica, 188- . (AML-AC, 9/P-7356)



13. *Planta indicando o estado do bairro de Campo de Ourique em 27 de Novembro de 1884, CML, Rep. Técnica, 27 de Novembro de 1884. (AML-AC. 9-P – 7336/6216)*



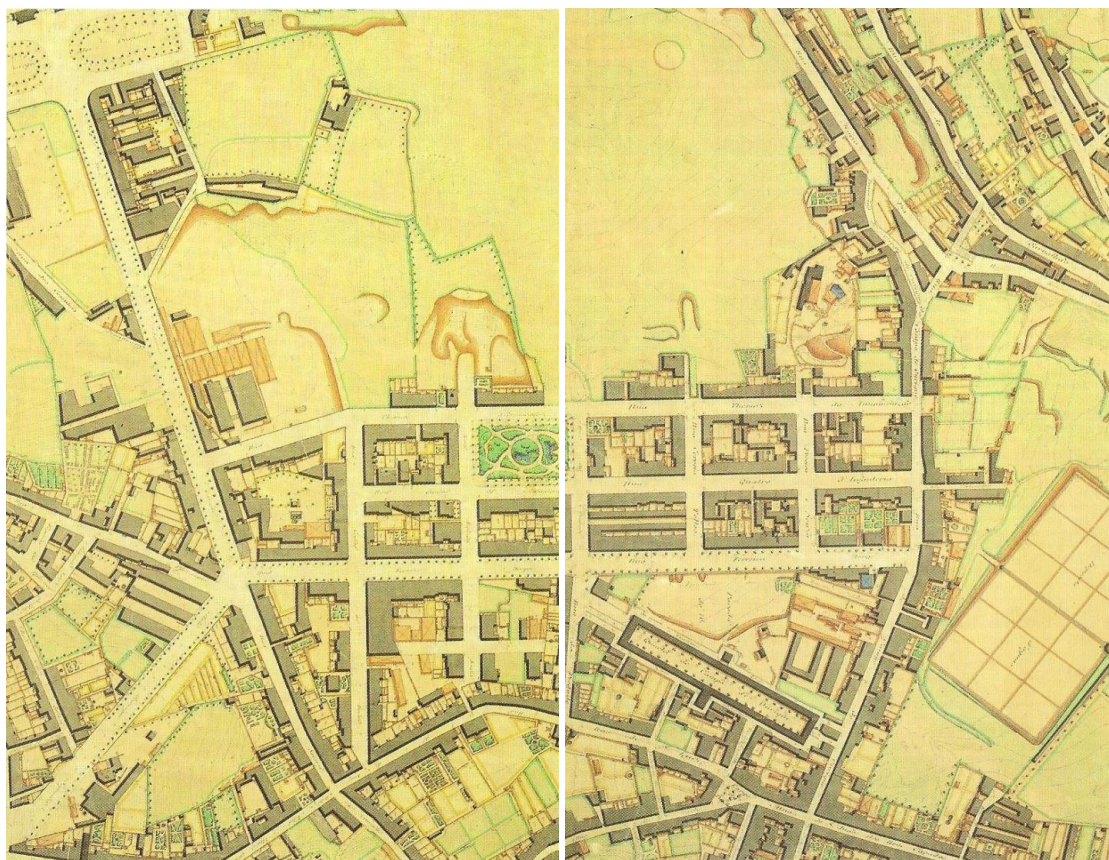
16. *Planta Geral da cidade com todos os estudos que dizem respeito a este anteprojecto (Plano Geral de Melhoramentos)*, CML, Rep. Técnica, Frederico Ressano Garcia, 1903 (Lit. C.N. Editora (AML-AC))



17. *Estado actual do quarteirão situado entre as ruas Joaquim Bonifácio, José Estevão, D. Estefânia e Pascoal de Melo*, CML, 3ª Rep., SGO, Janeiro de 1904 (AML-AC)



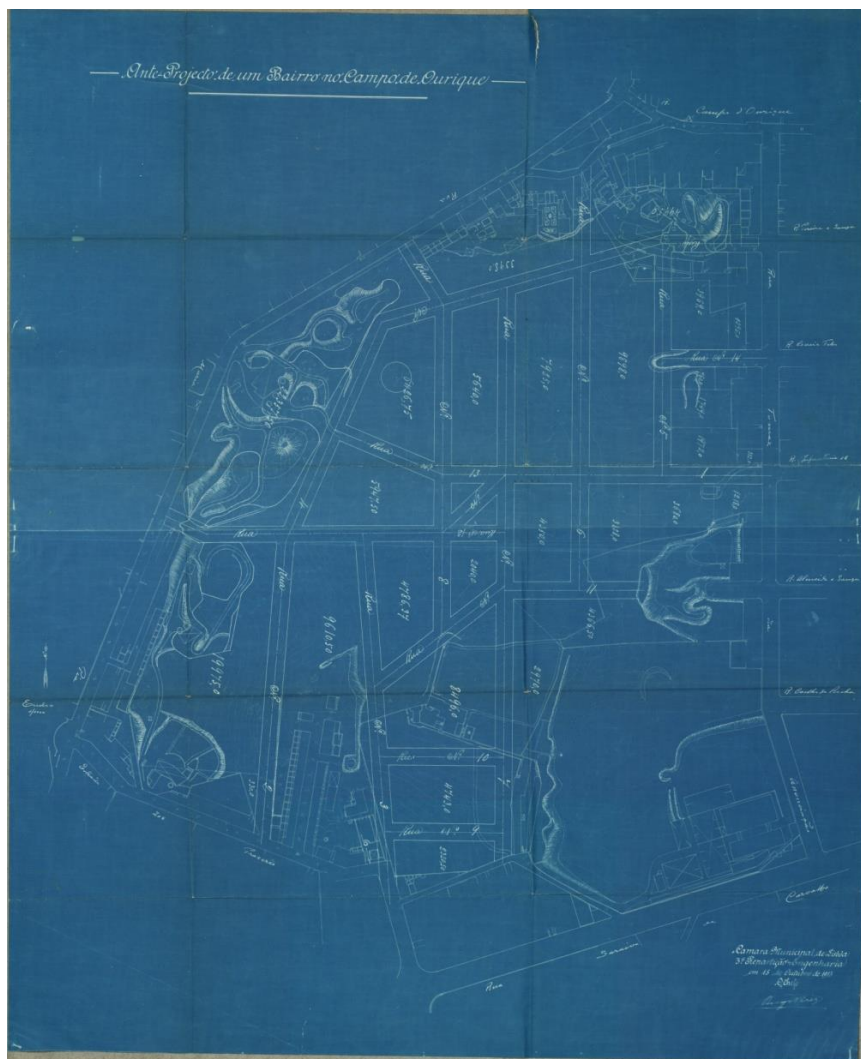
18. *Planta geral de ampliação do bairro de Campo de Ourique*, CML, SGOP, 3ª Rep., 1ª sec., SGOP, Francisco Heitor de Macedo, 10 de Novembro de 1906 (AML-AC PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01202)



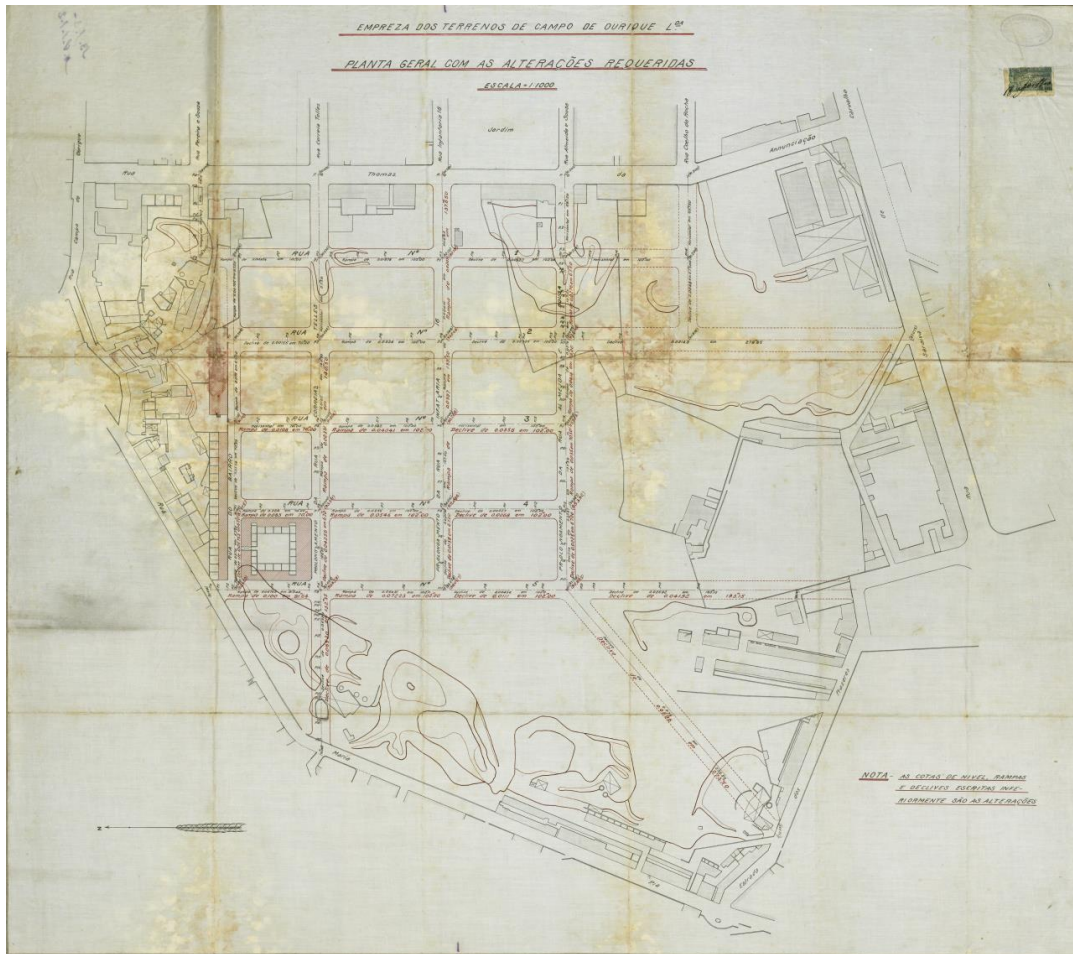
19, 20. *Levantamento topográfico de Lisboa levantado e desenhado sob a direcção de Júlio da Silva Pinto, CML, 8G (área entre o Largo dos Prazeres e a Rua de São Luís); 8H (área entre a Rua do Arco do Carvalhão e a Rua de São João dos Bemcasados), 1911 (AML-AC. Gav. 18, 18152)*



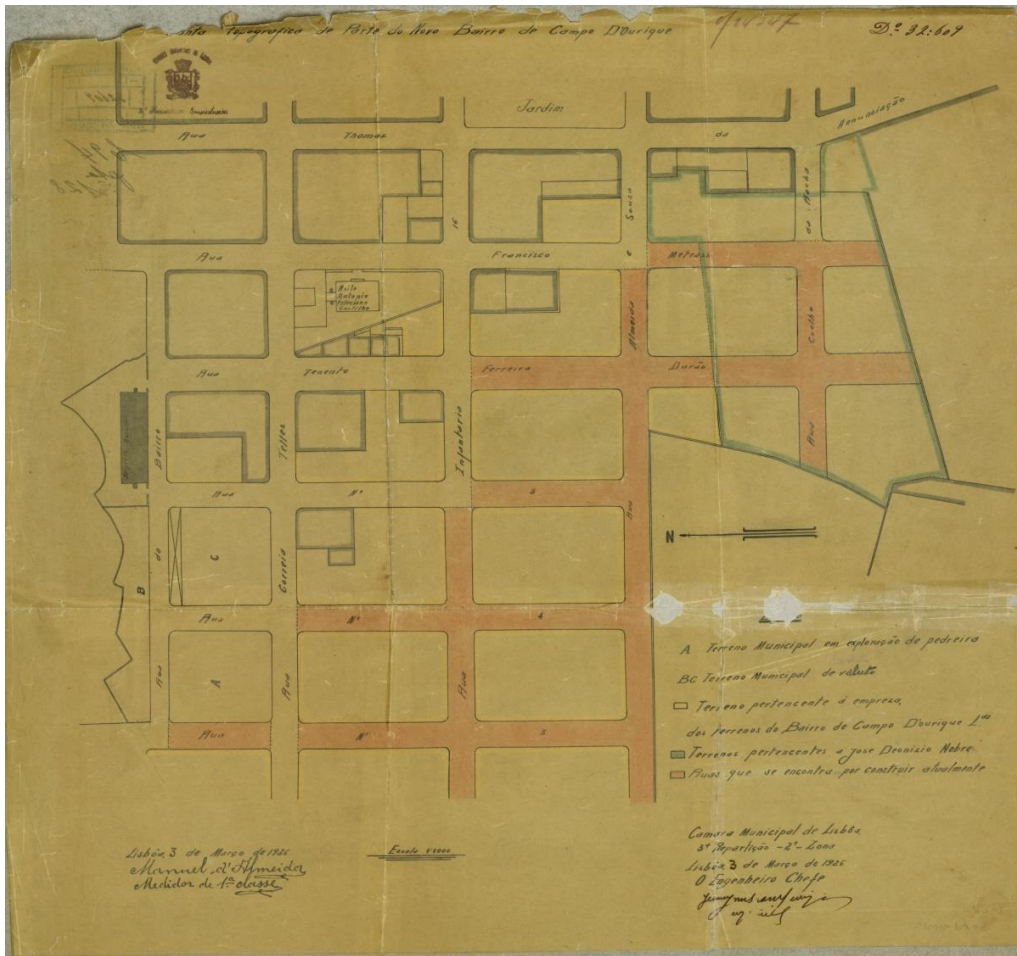
21, 22. *Levantamento topográfico de Lisboa levantado e desenhado sob a direcção de Júlio da Silva Pinto, CML, 10 M (área entre a Rua Marquês Sá da Bandeira e a Rua Arco do cego); 10 N(área entre a Av. António Maria de Avellar e a Estrada de Entrecampos), 1911 (AML-AC)*



23. *Ante-projecto de um bairro para Campo de Ourique*, CML, 3ª Rep.,
Eng.º Diogo Peres, 20 de Outubro de 1913
(AML-AC, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00081)



24. *Planta geral com as alterações requeridas*, Empresa de Terrenos de Campo de Ourique, Lda., 18 de Julho de 1914
(AML-AC, PT/AMLSB/CMLLSB/UROB-PU/09-0123)



25. Planta topográfica de parte do novo bairro de Campo de Ourique, CML, 3ª Rep., 2ª zona, 3 de Março 1926 (AML-AC, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01207)



26, 27. Fotografias aérea de Campo de Ourique e Igreja de Santo Condestável, Mário Oliveira, 1950-1959 (AMF-AC, A 24526; A 24565)